

ERIKA NATASHA CARDOSO

**“E COMO NÃO SER PORNOGRÁFICO?”: USOS, SENTIDOS E
DIÁLOGOS TRANSNACIONAIS EM TORNO DA PORNOGRAFIA
NO BRASIL (1880-1924)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal Fluminense, como requisito à
obtenção do título de Doutora em História

Orientadora

Professora Janaína Martins Cordeiro

Niterói, RJ

2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C268" Cardoso, Erika Natasha
"E como não ser pornográfico?" : usos, sentidos e diálogos transnacionais em torno da pornografia no Brasil (1880-1924) / Erika Natasha Cardoso ; Janaína Martins Cordeiro, orientadora. Niterói, 2019.
346 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.d.11392414784>

1. Pornografia. 2. Sexualidade. 3. Moralidades. 4. Censura moral. 5. Produção intelectual. I. Cordeiro, Janaína Martins, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD -

ERIKA NATASHA CARDOSO

**“E COMO NÃO SER PORNOGRÁFICO?”: USOS, SENTIDOS E
DIÁLOGOS TRANSNACIONAIS EM TORNO DA PORNOGRAFIA
NO BRASIL (1880-1924)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal Fluminense, como requisito à
obtenção do título de Doutora em História

Defendida em 18 de março de 2019

BANCA EXAMINADORA

Professora Janaína Martins Cordeiro (UFF)
(Orientadora)

Professora Cristiana Facchinetti (Fiocruz)
(arguidora)

Professora Eliane Robert Moares (USP)
(Arguidora)

Professora Giselle Martins Venâncio (UFF)
(Arguidora)

Professora Karla Guilherme Carloni (UFF)
(Arguidora)

Niterói, RJ

2019

*À minha mãezinha, que é porreta;
Aos os meus dois gatinhos, que eu amo;
E ao carnaval, que sempre vem.*

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa contou com o financiamento do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP) da Fundação Biblioteca Nacional e, posteriormente, com uma Bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Também com o apoio da CAPES realizei um estágio doutoral na França pelo período de um ano, na Université Paris-Est-Marne-la-Vallée, no âmbito do Programa CAPES-COFECUB. O projeto desenvolvido, intitulado *A tradição pornográfica e os limites do tolerável entre nós: diálogos entre Brasil e França*, contou com a generosa orientação da Professora Maud Chirio e integrou o Projeto *Estado e sociedade no Brasil e na França ao longo do século XX – repensar as categorias, desconstruir as grandes narrativas: Balanço historiográfico, debates e novas abordagens*, coordenado pelos Professores Daniel Aarão Reis (parte brasileira) e Patrick Garcia (parte francesa). Sou imensamente grata às instituições que me apoiaram acolheram ao longo desse processo, assim como aos professores que confiaram no projeto.

Não poderia deixar de agradecer à Universidade Federal Fluminense, e em especial ao Programa de Pós-Graduação em História, seus funcionários, professores, e em especial à Juceli, essa criatura mágica, sem a qual seguramente o mundo teria menos historiadores. Nos últimos doze anos, os gloriosos “Bloco N” e “O” foram uma espécie de segunda casa, lugar onde fiz grandes amigos e redescobri, a cada semestre, a paixão pelo ofício. Finalizar mais esse ciclo na UFF, sobretudo por que em tempos de franca ameaça à Universidade Pública, reforça todos estes afetos: *a nossa casa é de carne e osso*.

E pelo privilégio de ter me formado em uma instituição pública de qualidade, repleta de pessoas incríveis, agradeço também a todos e todas que lutaram e continuam lutando por uma educação mais inclusiva. Entre eles, é impossível não mencionar o ex-presidente Lula, que entre erros e acertos deu um importante passo nesse sentido. Mais uma filha de empregada é Doutora.

Em 2018 tive o prazer de retornar à sala de aula na UFF, dessa vez ministrando o seminário *História da Pornografia no Ocidente* para uma turma realmente incrível, à qual também tenho muito a agradecer, pelo tempo e ideias partilhados.

Agradeço ainda aos funcionários da Fundação Biblioteca Nacional – em especial à Angela Di Stasio, que tanto me ajudou durante o estágio de pesquisa, e à Cláudia, da

Divisão de Obras Raras. E também aos do Arquivo Nacional e da Bibliothèque nationale de France, por todo o auxílio prestado nesses anos de pesquisa.

Ao professor Daniel Wanderson Ferreira, pelas importantes sugestões durante o Exame de Qualificação e à professora Karla Carloni, que em muito contribuiu para o desenvolvimento de novas reflexões nessa mesma ocasião, e aceitou o convite para compor a Banca de Defesa. Sou igualmente grata às professoras Cristiana Facchinetti, Eliane Robert Moares e Giselle Martins Venâncio, pela participação na Banca de Defesa. Agradeço também às professoras Ana Carolina Huguenin Pereira e Livia Magalhães, por terem generosamente aceitado o convite para serem suplentes.

Agradeço ao professor Daniel Aarão Reis, por todo o incentivo que vem me dando desde a graduação, pela confiança e amizade. E também por ter me convencido de que Paris valia uma missa.

À minha orientadora, professora Janaína Martins Cordeiro, não teria palavras para agradecer. Além de ter me acompanhado com (muita) paciência, carinho, eventuais e mercedíssimas reprimendas do decorrer desses quatro anos, ela é minha amiga de longa data. E é uma amiga incrível! À admiração e gratidão profissionais que nutro por ela, portanto, somam-se muitas outras, infinitas. Então eu agradeço por tudo que ela sabe que representa nessa minha vida mambembe, na folia e nos percalços. E também por ter praticamente me enfiado dentro do avião, no momento em que duvidei que Paris valia a missa.

Agradeço à Morgann, que me alimentou e não se importou com todos os livros e papéis pela casa na reta final da tese, e por me ajudar a fazer desse apê um lar; À Raíssa, Júlia, Natasha, Flavinha e Pam, amigonas do meu coração, por serem fabulosas e um refúgio de alegria; Ao Miguel, pela amizade bonita que a gente vem construindo há tanto tempo, entre bebedeiras e crises de ansiedade, todas memoráveis; à Mariana, por ser minha amigona, tomar cerveja e curar ressaca comigo, me ouvir tagarelar durante horas e pela persistência em me impedir de comprar livros que não fazem sentido; À Livia, por todo o carinho, bom humor e pelo cuidado que tem com todo mundo; À Lari e Bel, pelas melhores playlists. Amo vocês!

Só tenho a agradecer ao Antoine, que a salvo nos momentos em que tenta me fazer subir trilhas cheias de precipício e cobra, ou quando tem a pachorra de me oferecer melão no almoço, tem se revelado o melhor marido do mundo. Te amo!

Ao meu gato Bilu Pompom, que embora tenha comido muitos livros e duas páginas de uma transcrição, é muito bonitinho e enche minha vida alegria.

À minha família. Em especial à minha vizinha Nadir e à tia Neuzinha, que me fez amar os livros pelo exemplo.

E, por fim, agradeço muito, por tudo, à minha mãe, que é pessoa mais forte, linda, generosa e, sobretudo corajosa que eu conheço. Minha mãe não tem medo de nada e eu quero ser ela quando crescer.

*Teus amigos estão sorrindo
de tua última resolução.
Pensavam que o suicídio
fosse a última resolução.
Não compreendem, coitados
que o melhor é ser pornográfico.*

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre os usos e percepções da pornografia no Brasil, desde a sua popularização, em 1880, até o momento em que foi sancionada a primeira lei republicana destinada às “publicações obscenas”, em 1924. A emergência e desenvolvimento da pornografia no país, como pretendo demonstrar, é indissociável das profundas transformações pelos quais o país atravessava. Mas veremos também que o fenômeno se inscreve em um contexto mais amplo e ainda que cada país o tenha experimentado à sua maneira, foi vivenciado de forma articulada com boa parte do mundo “ocidental”.

Palavras-chave: pornografia; moralidades; sexualidade; censura.

ABSTRACT

The objective of this work is to reflect on the uses and perceptions of pornography in Brazil, from its popularization in 1880, until the first republican law for "obscene publications" was sanctioned in 1924. The emergence and development of pornography in the country, as I intend to demonstrate, is inseparable from the profound transformations that the country was undergoing. We will also see that the phenomenon forms part of a broader context, and although each country has experienced it in its own way, it happened simultaneously in much of the "western" world.

Keywords: pornography; moralities; sexuality; censorship.

Lista de Imagens

Figura 1: Apulcho de Castro - Revista da Semana, 12/09/1924, p. 30.....	83
Figura 2: Gravura - Assassinato de Apulcho de Castro - Revista da Semana, 13/09/1924, p. 30.....	99
Figura 3: Revista Ilustrada, 10/11/1883, p.4.....	105
Figura 4: Revista Ilustrada, 21/01/1882, p.4.....	108
Figura 5: Martinhada - Capa da edição de 1849.....	124
Figura 6: Saturnino, Porteiro dos Padres Bentos - Edição de 1842 - Biblioteca Nacional de Lisboa.....	127
Figura 7: Anúncio de 1882 da Livraria do Povo.....	130
Figura 8: O Rio Nu, 03/10/1908, p. 4.....	141
Figura 9: Efeitos da Leitura - O Rio Nu, 24/08/1907, p. 4.....	142
Figura 10: A Pulga e Na Zona... - FBN/Divisão de Obras Raras.....	170
Figura 11: Capa de Variações de Amor – Divisão de Obras Raras/FBN.....	171
Figura 12: A cabeça do carvalho - Divisão de Obras Raras/FBN.....	173
Figura 13: Imagem de Na Zona... - Divisão de Obras Raras/FBN.....	178
Figura 14: Imagem de A Pulga - Divisão de Obras Raras/FBN.....	179
Figura 15: A Cabeça do Carvalho.....	180
Figura 16: A Cabeça do Carvalho.....	181
Figura 17: A Cabeça do Carvalho.....	182
Figura 18: A Cabeça do Carvalho.....	183
Figura 19: A Cabeça do Carvalho.....	184
Figura 20: Imagem de O Marchante - Divisão de Obras Raras/FBN.....	185
Figura 21: Imagem de O Menino do Gouveia - Divisão de Obras Raras/FBN.....	186
Figura 22: Coleção Guilherme Santos/ Instituto Moreira Sales.....	188
Figura 23: O Rio Nu, 02/07/1911.....	210
Figura 24: Caçada Noturna - O Rio Nu, 02/03/1907, p. 3.....	211
Figura 25: Caçada Noturna (2) - O Rio Nu, 15/01/1910, p. 5.....	212
Figura 26: Cão de luxo - Rio Nu, 03/09/1904, p. 5.....	213

Sumário

Preliminares.....	14
Capítulo 1: O perverso do progresso: os usos plurais do oitocentos.....	36
1.1 Pródigos e prescritos da Modernidade	39
1.2 Signo do atraso	44
1.3 Um vício moderno.....	52
1.4 O sexo vil.....	62
Capítulo 2: Pornografia política	76
2.1 Imprensa pornográfica.....	78
2.2 Os alvos de Apulcho.....	82
2.3 Pornografia x Pornografia	93
2.4 A execução sumária.....	97
2.5 O rei está nu.....	107
Capítulo 3: Pornografia e cultura imprensa no Brasil	117
3.1 A filha pródiga da Literatura	118
3.2 A influência nos trópicos.....	122
3.3 Pornografia à brasileira: percepções na imprensa	129
3.3 A ameaça dos maus livros	139
3.4 O erotismo dos outros: percepções dissonantes da pornografia	147
Capítulo 4: Despindo corpos, corrompendo mentes.....	162
4.1 O Rio Nu.....	165
4.2 Os Contos Rápidos	168
4.2.1 Como se apresentavam	170
4.2.2 Gravuras da mais sugestiva realidade.....	177
4.2.3 Modos de falar	188
4.3 Dimensão social: as histórias e seu tempo	193

4.4 O Imaginário pornográfico	207
4.5 Escapando aos interditos	214
Capítulo 5: Moralizar para modernizar: a cruzada anti-pornográfica	222
5.1 A obscenidade nas frestas da Lei.....	224
5.2 As ligas anti-pornográficas na Europa.....	230
5.3 A Conferência Diplomática Internacional de 1910.	234
5.4 A vaga de pudor carioca.....	239
5.5 “O nu não pode circular pelos Correios”	245
5.6 Pio-Cutelo contra a imoralidade carioca	256
5.7 No caminho da lei.....	267
A História pelo buraco da fechadura: comentários finais.....	272
Referências Bibliográficas	282
Fontes Consultadas	292
Anexos.....	294
I: A Pulga	294
II: Na Zona.....	303
III: O Brinquedo	312
IV: O Cachorro	322
V: O Marchante	331
VI: O menino do Gouveia.....	339

Preliminares

Só espero que não resolvam encontrar implicações hegelianas ou metafísicas nos textos pornográficos.

Hilda Hilst.

Em agosto de 2017 foi inaugurada em Porto Alegre a exposição *Queermuseu – Cartografias da diferença na arte brasileira*, que reunia cerca de 270 obras de artistas nacionais contemporâneos e tinha como tema a diversidade e expressão de gênero. A temática incomodou determinados segmentos da sociedade, que poucas semanas após a abertura, iniciaram nas redes sociais uma intensa campanha pelo seu cancelamento¹. Dentre as críticas, destacou-se a acusação de que a mostra promovia “a pedofilia, a pornografia e os mais variados ataques à moral e aos bons costumes que se possa imaginar”², argumento que se justificaria pela existência de “apelo sexual, mesmo o ato não se consumando”³. Sob ameaça de boicote, o *Banco Santander* suspendeu a exposição⁴ e, em contrapartida, diversos grupos se mobilizaram também contra essa medida. A estes, parecia “espantoso” que obras de “artistas mais que consagrados”, tais como Alfredo Volpi, Cândido Portinari, Flávio de Carvalho, Ligia Clark, Alair Gomes e Adriana Varejão, estivessem sendo acusadas de pornográficas⁵.

¹ Um resumo do desenrolar desse movimento foi publicado na revista *Época*. TAVARES, Flávia; AMORIM, Daniele. *Como movimentos ultraconservadores conseguiram encerrar a exposição Queermuseu*. In: **Época**, 15/09/2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/09/como-movimentos-ultraconservadores-conseguiram-encerrar-exposicao-queermuseu.html>. Acesso em 10/02/2018.

² JUNIOR, Cesar Augusto Cavazzola. *Santander Cultural promove pedofilia, pornografia e arte profana em Porto Alegre*. In: **Lócus**. Disponível em: <https://www.locusonline.com.br/2017/09/06/santander-cultural-promove-pedofilia-pornografia-e-arte-profana-em-porto-alegre/>. Acesso em: 10/02/2018. É interessante destacar que este texto é apontando como o estopim das campanhas detratoras.

³ PIROLA, Antônio Luiz Rocha. *Queermuseu: possíveis complicações jurídicas*. In: Jusbrasil. Disponível em: <https://tompirla.jusbrasil.com.br/artigos/499921567/queermuseu-possiveis-complicacoes-juridicas>. Acesso em: 30/03/2018.

⁴ A princípio a exposição ficaria aberta ao público de 16/08/2017 até 08/10/2017, mas foi cancelada em 10/09/2017. Em outubro de 2017 o *Museu de Arte do Rio* (MAR) chegou a negociar a recepção do *Queermuseu* com seu curador, Gaudêncio Fidelis, mas a iniciativa foi vetada pelo prefeito Marcelo Crivella. Só em agosto de 2018 as obras seriam finalmente expostas no *Parque Lage*, graças a uma campanha de financiamento coletivo.

⁵ BENTES, Ivana. *A arte que virou pornografia aos olhos dos neofundamentalistas*. In: **Revista Cult**, 11/11/17. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/arte-que-virou-pornografia-aos-olhos-dos-neofundamentalistas/>. Acesso em: 30/03/18.

Vejam os que o debate não perpassou a legitimidade da pornografia enquanto representação, mas a qualidade das obras ali reunidas, a partir do argumento pornográfico⁶. Para os detratores, a exposição não poderia ser considerada uma expressão artística, pois haveria ali, segundo essa perspectiva, “no mínimo uma confusão entre processo criativo e necessidade de expor intimidades”. Esse desarranjo seria endêmico entre os “ditos especialistas em arte contemporânea”, que há muito estariam se distanciando “do verdadeiro objetivo da arte: a consagração do belo”⁷.

Para os que defendiam sua permanência, por outro lado, aquelas criações não poderiam ser confundidas com pornografia justamente por consistirem em obras de arte. A pesquisadora Ivana Bentes chamou de “ódioartivismo” a campanha orquestrada pelos grupos conservadores contra a mostra. Para ela, o “exército de zumbis” que “no meio de uma exposição com 85 artistas e todas as linguagens” só eram capazes de ver “pedofilia”, “pornografia”, “depravação”, “imoralidade” e “blasfêmia” pareciam desconhecer os canais de conteúdo adulto disponíveis na internet e na televisão: “os fundamentalistas não atacam o campo do consumo! Nem sua comercialização, mas atacam o campo da arte e do pensamento”⁸. Para Bentes, portanto, a pornografia se opunha aos campos da “arte” e do “pensamento”, sendo relegada ao universo do “consumo” e “comercialização”, que como sua fala dá a entender, estariam passíveis a um ataque daquela natureza.

As entrelinhas do conflito deflagrado pelo *Queermuseu* evidenciam assim os contornos de um dilema que vem dividindo opiniões há pelo menos cento e cinquenta anos no mundo “ocidental”: o que é pornografia? Quais são seus limites e a quem cabe defini-los? Os argumentos utilizados por aqueles que defendiam ou denunciavam a exposição, além de revelarem a atualidade de tais questões, nos dão uma dimensão do problema. À medida em que seus censores percebiam ou diziam perceber pornografia no teor sexual das obras, os apoiadores invocavam a qualificação dos autores arguindo que, ao contrário, se tratava de arte.

Em meados de 2017, quando ocorreu o episódio, eu me encaminhava para o terceiro ano da pesquisa que deu origem a esse trabalho, cujo objetivo é refletir sobre os

⁶ São inúmeros os casos semelhantes. Jorge Leite Júnior cita, por exemplo, o do fotógrafo Robert Mapplethorpe, que embora tenha se dedicado a diversos temas ao longo de sua carreira, teve as produções nas quais registrava práticas sexuais não convencionais, reunidas sob o título *Portfólio X*, no centro de um debate similar. LEITE JÚNIOR, Jorge. *Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia “bizarra” como entretenimento*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 33-34.

⁷ JUNIOR, Cesar Augusto Cavazzola. *Op. Cit.*, s/n.

⁸ BENTES, Ivana. *Op. Cit.*, s/n.

usos e percepções da pornografia no Brasil, entre 1880 e 1924. Na ocasião chamou-me a atenção a similaridade da querela com discussões empreendidas há mais de cem anos, cujos vestígios eu analisava. A perseguição ao *Queermuseu* não surpreende se a considerarmos no contexto em que se deu, no qual discursos ultraconservadores se fortaleciam e ganhavam espaço no debate público brasileiro. Mas é interessante perceber que no que concerne à pornografia, não costuma haver defesa: os setores progressistas que se insurgiram em favor da mostra o fizeram amparados pelo argumento de que ela não era, absolutamente, pornográfica.

O impasse ilustra de maneira exemplar a premissa de Walter Kendrick, para quem as discussões acerca do tema da pornografia se reduzem, com uniformidade impressionante, às impressões de que algo se enquadra ou não na categoria⁹. Os interlocutores geralmente concordam que existem coisas pornográficas, mas não necessariamente quanto ao que vem a caracterizá-las, atribuindo o rótulo a objetos distintos. Para Susan Sontag, trata-se de algo diante do que frequentemente há um posicionamento contra ou a favor, mas “tanto os libertários como os presumidos censores concordam em reduzir a pornografia a um sintoma patológico e a uma mercadoria social problemática”¹⁰.

Essa aparente contradição reflete a dificuldade em definir a pornografia. Sabemos que a palavra é um neologismo cunhado na França, em fins do século XVIII, a partir das palavras gregas *pornè* (puta) e *graphia* (escrito ou pintura)¹¹, e o *Dicionário Aurélio* atualmente nos informa que se trata de uma “descrição ou representação de coisas consideradas obscenas, geralmente de caráter sexual”, ou ainda uma “ação ou representação que ataca ou fere o pudor, a moral ou os considerados bons costumes”¹². O problema, contudo, reside justamente em definir o que pode se encaixar nessas características. O “pudor”, a “moral” e os “bons costumes” são instâncias historicamente muito fluídas, o que os feriam ou atacavam há 100 anos pode não os ameaçar hoje em dia. Além disso, como o debate em torno do *Queermuseu* ilustra muito bem, não é raro

⁹ MAINGUENEAU, Dominique. *O discurso pornográfico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p.9-10.

¹⁰ SONTAG, Susan. *A imaginação pornográfica*. In. **A Vontade Radical – Estilos**. São Paulo: Cia das Letras, 1987. Págs. 42-43.

¹¹ JUNIOR, Cesar Augusto Cavazzola. *Op. Cit.*, s/n.

¹² O Aurélio nos fornece ainda o sentido primário e etimológico do termo como um “estudo ou descrição da prostituição”, o qual resgatarei mais adiante. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/pornografia>>. Acesso em: 06/10/2017.

que dentro de uma mesma sociedade os critérios para avaliar tais limites se revelem extremamente dissonantes¹³.

Um esforço no sentido de resolver o problema tornou célebre um juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos chamado Potter Sterwat, que durante uma audiência realizada em 1964¹⁴ declarou, a respeito da pornografia, que talvez jamais fosse capaz de defini-la de forma inteligível, mas poderia reconhecê-la quando a via. A famigerada sentença *I know it when I see it*¹⁵ foi desde então incorporada ao vocabulário popular dos estadunidenses, citada em centenas de decisões jurídicas e gerou intensos debates acerca da prerrogativa da razão no universo das leis¹⁶. As reações ao episódio suscitaram risos de um lado, revolta de outro, mas para alguns estudiosos da pornografia a resignada definição de Sterwat é muito provavelmente a mais concreta e adequada em séculos de tentativas fracassadas¹⁷. O que o juiz argumentava com seus colegas é justamente o que vem mobilizando aqueles que se voltam para os usos desse escorregadio vocábulo e aos materiais, discursos e comportamentos designados por ele ao longo de sua história: a tentativa de “definir o que pode ser indefinível”¹⁸.

Não obstante sua definição siga incerta, a pornografia é, quase sempre, percebida de maneira negativa. Seus usos não remetem apenas à relação com a obscenidade, “geralmente de caráter sexual”, mas impõem um juízo de valor pejorativo ao que designam. Trata-se de tipo de discurso atacado – e até muito recentemente, pouquíssimas vezes defendido – a partir de pressupostos que antagonizam polos: belo/feio; alto/baixo; sujo/limpo; saudável/patológico. Da natureza social e historicamente instável de tais valências, como era de se esperar, resulta que indivíduos de outras épocas, sociedades ou

¹³Evidentemente os parâmetros permitem certos consensos. Desde o século XIX, pelo menos, são produzidos e consumidos materiais que se anunciam francamente pornográficos. A respeito da produtora Brasileirinhas, por exemplo, é pouco provável que se estabeleça um debate acerca da adequação do rótulo, uma vez que os próprios envolvidos se definem dessa forma. Há, contudo, materiais alegadamente idealizados com outros objetivos e que, ainda assim, parecem ofender certos pudores, enquanto outros permanecem incólumes.

¹⁴ Na ocasião pretendia-se julgar o caráter obsceno filme francês *Os Amantes*, dirigido por Louis Malle e lançado em 1958.

¹⁵ Em tradução livre, a frase soaria como “Eu reconheço quando vejo”.

¹⁶ GEWIRTZ, Paul. *On “I Know It When I See It”*. **Yale Law Journal**, Vol. 105. n° 4, jan-1996. p. 1022.

¹⁷ KENDRICK, Walter. *El museo secreto: La pornografia em la cultura moderna*. Colombia: Tercer Mundo, 1995, p.17; ARCAND, Bernard. *El jaguar y el oso hormiguero: Antropología de la pornografia*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1993, p.26.

¹⁸ No original: “trying to define what may be undefinable”. (Ao longo desse trabalho, sempre que a citação no idioma original estiver reproduzida em notas como essa, indica que a tradução foi feita por mim). Sterwat, 1964, *apud*, GEWIRTZ, Paul. *Op. Cit.*, p. 1026.

dotados de sensibilidades dissonantes percebem a pornografia em lugares por vezes bastante distintos, como ilustra o episódio do *Queermuseu*.

Ao longo das páginas seguintes, me proponho a analisar a emergência e desenvolvimento da ideia de pornografia no Brasil, processo que se inicia na década de 1880. Foi a partir de então que termo passou a ser usado nos jornais diários, designando uma gama muito variada de materiais, discursos e comportamentos. E foi também quando se popularizou no mercado editorial brasileiro um nicho voltado para as narrativas sexuais, mais ou menos explícitas, que é a expressão pornográfica à qual me dedico de maneira especial nesse trabalho.

Nas décadas seguintes, em meio às grandes transformações que vivia a sociedade brasileira – e de maneira mais emblemática, a carioca –, o “mercado do prazer” prosperou de maneira formidável. Disso resultou o contentamento daqueles que, embora sejam mais difíceis de localizar pelo historiador, o consumiam, mas também causou imenso desgosto e preocupação em outros, que se viam engolidos pelo que acreditavam ser uma verdadeira “onda de imoralidade”. Desse modo, houve reação de determinados setores sociais que, inspirados e articulados com as cruzadas anti-pornográficas que se disseminavam pela Europa, procuraram combater o que entendiam como pornografia.

No Brasil esses grupos agiram e pressionaram as autoridades a agir amparados por uma legislação que, não obstante procurasse defender os pudores públicos, mostrava-se ambígua e suscetível a interpretações diversas. As tensões se estenderam assim até a década de 1920, quando foram promulgadas as primeiras leis republicanas destinadas a combater de maneira específica a “obscenidade” nas Diversões Públicas e na imprensa. Minha análise se encerra no ano de 1924, quando foram promulgadas no Brasil as resoluções estabelecidas quatorze anos antes, em Paris, em uma *Conferência Diplomática Internacional* na qual diversos países – incluindo o Brasil – se reuniram com o intuito de “estabelecer um dique contra a invasão nefasta do comércio da obscenidade”¹⁹.

Mas, como analisar a pornografia, se ela pode ser qualquer coisa e, por isso mesmo, nada? Alguns autores ajudam a iluminar a questão. Eliane Robert Moraes e

¹⁹ É importante destacar que nessa ocasião foi também discutido o chamado “tráfico de brancas”. Em 1902 o incansável Bérenger havia reunido um Congresso sobre esse tema e, oito anos mais tarde, aproveitava a oportunidade para atualizá-lo. Nota-se, assim que pornografia e prostituição caminharam um longo tempo juntas, ao menos no imaginário daqueles que viam nelas um problema social da mais alta importância. BÉRENGER, René. *La traite des blanches et le commerce de l’obscenité*. In: **Revue des Deux Mondes**, tome 58, 1910, p. 76.

Sandra Maria Lapeiz, por exemplo, em livro pioneiro sobre o tema no Brasil, reagem à pergunta “o que é pornografia” respondendo o que ela não é. Dada a fluidez da categoria, as autoras optam por concentrar-se onde ela está, concluindo assim que o mais próximo que se pode chegar de uma definição é compreendendo a pornografia como um ponto de vista: “não um ponto fixo, mas tão móvel que sugere a todo instante verdadeiras ilusões de ótica”²⁰.

Proposta semelhante é feita por Bernard Arcand, para quem a pornografia deve ser investigada como um fenômeno social: “é pornográfico o que a sociedade declara como tal”²¹. Disso resultam, contudo, “as ilusões de ótica”, uma vez que nas sociedades modernas, compostas por grupos tão heterogêneos, as percepções tendem a ser múltiplas²². Como o exemplo do *Queermuseu* expressa muito bem, o que para determinado segmento social é arte, para outro soa pornográfico. Por isso me parece fundamental nesse trabalho deslocar a questão. Aqui interessa-me saber não *quais*, mas *por que* algumas coisas são percebidas como pornográficas ao longo do período analisado. Sob quais argumentos e a partir de quais critérios os sujeitos debateram a natureza pornográfica de determinados materiais, discursos e comportamentos no Brasil, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX?

Neste sentido, as reflexões de Walter Kendrick são de grande valia. Esse autor nos convida a pensar a pornografia não como uma “coisa”, mas como um “argumento”, uma “estrutura de pensamento”, comparando-a a um melodrama constantemente encenado: se novos atores substituem os antigos, os papéis prosseguem mais ou menos inalterados²³. Diante disso, sua sugestão é que prestemos menos atenção nas coisas em si, nos concentrando especialmente no que se pensou, sentiu e disse sobre elas: “quais ameaças comunicaram, quais vítimas cobraram, quais redentores douraram e usualmente impuseram a si mesmos uma tarefa redentora”²⁴.

Creio que para isso seja fundamental visitarmos alguns pontos chave da história da pornografia, ainda que sucintamente. Como aponta Bernard Arcand, essa história são duas:

²⁰ LAPEIZ, Sandra Maria ; MORAES, Eliane Robert. *O que é pornografia?*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

²¹ ARCAND, Bernard. *Op. Cit.*, p. 28.

²² *Idem.*

²³ KENDRICK, Walter. *Op. cit.*, p.16.

²⁴ *Idem.*

pode-se trata-la como uma etiqueta, um reconhecimento social e fazer a história do uso da palavra ou definir as características principais do fenômeno para então tentar situar sua emergência²⁵.

Tomando-a como uma etiqueta, seus primeiros usos se localizam na França do século XVIII. Como já foi dito, a expressão é um neologismo criado a partir de termos gregos²⁶. O vocábulo do qual ele derivaria foi introduzido na língua francesa em 1769 com a publicação do livro *O pornógrafo*²⁷, de Nicolas-Edme Rétif de la Bretonne (1734-1806), no qual foram apresentadas reflexões e propostas para a regulamentação do trabalho sexual na França. Em virtude de seu intento como reformador social, Rétif atribuiu a si mesmo o título de *pornógrafo*, que definiu como o “escritor que trata da prostituição”²⁸.

O nexu logo se tornou presente também nos primeiros usos do termo no campo artístico, ainda que com uma acepção diferente. O tomo dedicado às *Belas Artes* de uma enciclopédia publicada em Paris entre 1788 e 1791²⁹ trouxe no verbete reservado à “degeneração na arte”³⁰ uma dura crítica ao que se entendia como a vulgaridade de alguns artistas, sentenciando:

A arte estava degenerada. Artistas sem pudor a degradaram. Vis pornógrafos, dignos de decorar apenas os redutos de impávida depravação, fizeram da sua arte um trabalho infame que foi cedido a um instrumento de corrupção, e não tiveram medo de expor aos olhos do público as cenas impuras das quais mereceram ser testemunhas³¹.

²⁵ ARCAND, Bernard. *Op. cit.*, p.134.

²⁶ Cf. MAINGUENEAU, Dominique. *O discurso pornográfico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 10.

²⁷ RÉTIF, Nicolas-Maurice de la Bretonne. *Le pornographe, ou idées d'un honnête-homme sur un projet de règlement pour les prostituées propre à prévenir les malheurs qu'occasionne le "publicisme" des femmes, avec des notes historiques et justificatives*. **Bibliothèque Nationale de France**, Département Réserve des livres rares, RES-R-2164. O livro conta, como vemos, com o extenso subtítulo: “ideias de um cavalheiro sobre um projeto para regular a prostituição, adequado à prevenção dos infortúnios causados pela circulação pública de mulheres”.

²⁸ *Ibidem*, p. 32. No original : « *C'est-à-dire, écrivain qui traite de la prostitution* ».

²⁹ WATELET, Claude-Henri e LEVESQUE, Pierre-Charles. *Encyclopédie méthodique ou par ordre de matieres. Beaux-arts*. Tome 1. Paris : Chez Panckoucke, libraire, 1788-1791. **Bibliothèque nationale de France**, département Littérature et art, Z-8476

³⁰ *Ibidem*, p. 183. No original « *degeneration dans l'art* ». Esse verbete é assinado por Pierre-Charles Levesque.

³¹ *Idem*. No original : « *L'art n'étoit que dégénéré; des artistes sans pudeur l'ont dégradé. De vils pornografes, dignes de décorer les réduits de la fale débauche, ont fait de leur art un métier infâmel'ont*

Em uma breve passagem nas *Obras Completas*³², publicadas pela primeira vez em 1781³³, Etienne-Maurice Falconet definiu mais objetivamente esse tipo de artista. Discorrendo sobre a obra de Aristides de Tebas, Falconet lamentou que a reputação desse pintor tenha sido “destruída ou pelo menos abalada” por Ateneu³⁴, que o teria descrito como um “um pintor de temas obscenos”, “um pornógrafo, o que significa pintar as ações das cortesãs”³⁵.

Vejamos que no campo da história da arte o termo adquiriu um sentido depreciativo desde os seus primeiros usos, o que é reforçado por um texto publicado entre 1781 e 1796, também na França. Dizia-se ali que o título de pornógrafo atribuído a certos pintores em virtude dos “temas indecentes e lúbricos” de seus quadros “não é, certamente, elogioso”, pois indicaria “o desprezo que os artistas viciados inspiram em todo cidadão

rendu um instrument de corruption, & n'on pas craint d'exposer aux regards du public les scènes impures dont ils étoient dignes d'être les témoins. »

³² FALCONET, Etienne-Maurice. *Oeuvres complètes d'Etienne Falconnet: contenant la traduction des livres de Pline, concernant la peinture et la sculpture, avec des notes, des observations sur diverses opinions de cet auteur et différens ouvrages sur les arts dans l'antiquité et chez les peuples modernes*. Tome 1; Précédées de la vie de Falconet, par P.-C. Levesque. 3e édition, 1808. **Bibliothèque nationale de France**, Département Littérature et Art, Z-28980. A obra composta pelas traduções da enciclopédia *História Natural* de Plínio, O Velho, acrescidas de comentários do próprio Falconet. A obra de Plínio havia sido publicada entre 77 d.C. e 79 d.C. e tratava de variados assuntos, da etnologia à mineralogia. A tradução comentada de Falconet se concentra nos livros XXXIV, XXXV e XXXVI, dedicados à arte, à escultura e à pintura, respectivamente.

³³ A obra foi publicada pela 1ª vez em 1781 na Suíça. Para esse trabalho eu consultei o 1º tomo da 3ª edição, publicado em Paris em 1808, de modo que não foi possível confirmar se o termo consta já na sua 1ª edição.

³⁴ A figura de Ateneu merece algum comentário em virtude da importância que lhe atribuem nesse processo. O escritor e orador grego publicou em Roma por volta do século III a obra intitulada *Banquete dos Eruditos*, uma extensa compilação literária e antiquária na qual são abordados variados temas, incluindo a prostituição e os artistas que retratavam as prostitutas. Desse modo, não só a obra de Ateneu se converteu em uma referência preciosa para os interessados em ambos os assuntos como ele próprio seria, de acordo com uma das acepções do termo, um *pornógrafo*. É curioso notar, apesar disso, que nas traduções francesas do *Banquete* publicadas anteriormente, não consta essa palavra. Na versão de 1680 os pintores aos quais Ateneu se refere são chamados simplesmente de “pintores” (« Et certes celui-là ne se tromperoit pas qui vous en appelleroit le Peintre ») e na de 1789-91, de “pintores de cortesãs” (No original: « Ce ne seroit par conséquent pas se tromper que de t'appeler peintre de courtisanes »). É descrita a atividade que passava então a ser atribuída ao pornógrafo em uma de suas acepções e isso é feito em tom desdenhoso e desqualificado, mas o termo em si não foi traduzido. ATHÉNÉE. *Les quinze Livres des deipnosophistes d'Athénée, de la ville de Naucratis d'Égypte, Écrivain d'une érudition consommée & presque le plus sçavant des Grecs... traduit pour la première fois en François, sans l'avoir jamais esté en quelque langue vulgaire que ce foit sur le grec original après les versions latines de Natalis Comes de Padoue et de Jacques d'Alechamp, de Caen... [par l'abbé Michel de Marolles]*. Paris : Jacques Langlois, 1680, Livro XIII, p.843. **Bibliothèque nationale de France**, département Littérature et art, Z-2902 e ATHÉNÉE. *Banquet des savans, par Athénée, traduit, tant sur les textes imprimés que sur plusieurs manuscrits, par M. Lefebvre de Villebrune*. Paris : Lamy, 1789-1791, Vol. 5, p.42. **Bibliothèque nationale de France**, département Littérature et art, Z-2908.

³⁵ FALCONET, Etienne-Maurice. *Op. cit.*, 341. No original: « Il représente Aristide comme un peintre de sujets obscenes; il le traite de pornographe, ce qui signifie peintre des actions des courtisanes ».

honesto e zeloso da manutenção dos bons costumes”³⁶. A opinião de que os pintores “pornográficos” seriam “vis” e “desprezíveis” logo suscitou a dúvida, entre alguns de seus partidários, se eles realmente mereciam as credenciais de artistas.

Para Pierre-Charles Levesque, o problema maior residia na falta de expressões apropriadas para marcar a diferença de valor entre gêneros distintos de talento. Mesmo afirmando que seu desejo não era o de excluir, apenas classificar, incomodava-o profundamente que fossem tomadas sob os mesmos termos representações “sublimes” e “depravadas”, obras “majestosas” e “ignóbeis”, categorias que na sua concepção não mereciam estar no mesmo patamar e tampouco receber o mesmo aplauso³⁷. O desconforto de Levesque com a ausência de categorias e nomenclaturas que permitissem distinguir a Arte em maiúscula, sublime e majestosa, das representações que ornavam os “cabarés holandeses” encontrou eco nas sociedades europeias a partir do século XIX, quando se “inventou” uma categoria distinta e indesejável de representação e deram a ela o nome de pornografia³⁸.

Pouco a pouco vigorou, como sabemos, o sentido que alude às representações do sexo, mas é importante assinalar que na Europa esse processo se deu por caminhos sinuosos. A disputa pelos significados pode ser ilustrada pelo engenhoso artifício empregado por Paul Lacroix para distinguir o “bom” do “mau” pornógrafo³⁹, quase um século após a publicação de Rétif. Na sua *História da Prostituição*⁴⁰, inicialmente o termo é empregado com um sentido sanitarista, aludindo a “todos os pornógrafos gregos” aos quais Ateneu teria recorrido para enumerar, “com toda a fleuma de um erudito que não tem medo de esgotar a matéria”, os apelidos dados às prostitutas de seu tempo⁴¹. Mais adiante, no entanto, o autor fez referência ao *Banquete* outra vez para falar dos pintores

³⁶ *De l'influence de la peinture sur les mœurs*. Traduit d'allemand. In: **Recueil de pièces intéressantes concernant les antiquités, les beaux-arts, les belles-lettres et la philosophie, traduites de différentes langues.... Tome 6**. Paris : Chez Barrois l'aîné, 1787-96, p. 448. Bibliothèque nationale de France, département Littérature et art, Z-27450. Tanto o texto quanto sua tradução para o francês são anônimos. No original: « Le nom de pornographe donné à trois peintres grecs à cause des sujets indécens et lubriques de leurs tableaux, ne fut certainement pas un éloge ; il prouve, au contraire le mépris que les artistes vicieux inspiroient à tout citoyen honnêt et zélé pour le maintien des bonnes mœurs. »

³⁷ Watelet, Claude-Henri e Levesque, Pierre-Charles. *Op. cit.*, p. 183.

³⁸ KENDRICK, Walter. *Op. Cit.*, p. 31.

³⁹ É Kendrick (*Op. cit.*, p. 32) quem chama atenção para o estratagema.

⁴⁰ A obra foi publicada sob o pseudônimo de Pierre Dufour. DUFOUR, Pierre. *Histoire de la prostitution chez tous les peuples du monde depuis l'antiquité la plus reculée jusqu'à nos jours*. Tome 1. Seré : Paris, 1851-53. **Bibliothèque nationale de France**, département Philosophie, histoire, sciences de l'homme, 8-Z LE SENNE-3709 (1-2).

⁴¹ *Ibidem.*, p. 185. No original: « Il enumere, avec tout le flegme d'un érudit qui ne craint pas d'épuiser la matière, les surnoms que lui fournissent ses autorités Timoclès, Ménandre, Polémon et tous les pornographes grecs. »

que, além de representarem as prostitutas em suas “academias eróticas”, as usavam também como modelo quando retratavam divindades. Lacroix referia-se então a esses artistas como “pintores de cortesãs”, deixando entre parênteses a grafia grega do termo “pornógrafo”: *πορνογράφος*⁴². Ao manter o vocábulo original nesse momento, Lacroix disputava seu sentido sanitário no idioma vernáculo, evitando assim que seu trabalho fosse confundido ou comparado “com essa outra forma vergonhosa de pornografia”⁴³.

Apesar de exceções como a de Lacroix, a partir de meados do século XIX a tendência se orientou para um gradual deslocamento da acepção e a pornografia passou a ser mais amplamente relacionada às representações sexuais com propósitos recreativos. Esse processo foi motivado pelas transformações que inscreviam as sociedades europeias em uma nova ordem industrial, na qual surgiram novas mercadorias, muitas das quais voltadas para o prazer e o desejo sexual⁴⁴. Mas nesse movimento os temas escabrosos, de uma maneira geral, se tornaram potencialmente pornográficos. É por isso que, como veremos, a experiência brasileira comportou singularidades em relação à francesa, considerada paradigmática.

E as coisas havidas como pornográficas? Se formos definir “as características principais do fenômeno”, tal como propôs Bernard Arcand, vamos localizá-las na obra de Pietro Aretino (1492-1556)⁴⁵, publicada no século XVI na região hoje conhecida como Itália. Porém, evidentemente o hábito de representar o ato e os órgãos sexuais é muito mais antigo que isso⁴⁶. Para alguns autores a linhagem da pornografia remonta aos livros e imagens que representavam a vida das prostitutas, gênero fundado por Luciano, que entre 150 e 180 d.C. publicou seu *Diálogo das Cortesãs*⁴⁷. Apesar desses precedentes, o título de precursor da pornografia moderna é atribuído Aretino, um escritor prolífico e eclético que se dedicou a temas muito variados durante sua vida – de peças teatrais a

⁴² *Ibidem.*, p.194.

⁴³ KENDRICK, Walter. *Op. cit.*, p. 32-33. No original: “*Al retener la grafia griga, Lacroix desejava evitar la posibilidad de que su Historia de la porstituición fuera comparada con esa otra forma vergonzosa de pornografia*”.

⁴⁴ FERREIRA, Daniel Wanderson. *Pornografia: contornos sócio históricos do vocábulo em língua portuguesa*. In: **Revista (In)visível**, edição zero, setembro de 2011, p. 52.

⁴⁵ Aretino nasceu em Arezzo, na Itália, em 1492, mas viveu em Veneza de 1527 até sua morte, em 1556.

⁴⁶ Tanto quanto as representações pictóricas, o sexo e a sexualidade são tema de obras literárias no Ocidente desde a Antiguidade. Ovídio, Juvenal, Plutarco são apenas alguns dos que se destacaram pela obscenidade de seus textos no florescer da literatura ocidental e para Kendrick até o século XIX as obras clássicas foram, inclusive, a fonte mais acessível e abundante de aditivos sexuais. KENDRICK, Walter. *Op. cit.*, p.71.

⁴⁷ Cf. ARCAND, Bernard. *Op. Cit.*, 134 e FINDLEN, Paula. *Humanismo, Política e Pornografia no Renascimento Italiano*. In: HUNT, Lynn. **A invenção da pornografia: Obscenidade e as Origens da Modernidade**. São Paulo: Hedra, 1999. pp. 49-114, p.54.

tratados religiosos – e foi um dos primeiros autores a ganhar a vida exclusivamente com a escrita⁴⁸. Apesar disso, ficou famoso sobretudo por duas obras “pornográficas”⁴⁹: os *Sonetos Luxuriosos* (1527) e *O Diálogo das Prostitutas* (1534-36)⁵⁰.

Enquanto os *Sonetos* são compostos por descrições explícitas do ato sexual cantadas em verso, *O Diálogo* toma a forma de uma conversa entre duas cortesãs, na qual compartilham detalhes de suas vidas sexuais a respeito dos destinos possíveis para a filha de uma delas. Se o primeiro detém ainda hoje a fama de pioneiro pelo caráter explícito e direto com que se dirige ao leitor, o segundo fez tradição com suas narradoras femininas, devassas, compartilhando seus segredos de alcova e positivando a liberdade sexual como uma experiência prazerosa e privilegiada.

Kendrick chama atenção para a confluência de pessoas e fatos que levaram à publicação dos *Sonetos*, tornando-os ainda mais exemplares⁵¹. Aretino teria se sentido inspirado a compô-los após vislumbrar as reproduções pirateadas que o gravador Marcantonio Raimondi havia feito dos desenhos do pintor Giulio Romano⁵². As gravuras representavam os deuses em 16 posições sexuais e foram publicadas junto aos sonetos, rendendo a Aretino ainda o pioneirismo em juntar imagem e texto na representação sexual ocidental. Em uma carta enviada a Batista Zatti, a quem Aretino dedica a obra, vemos na explicação de suas motivações uma síntese desse espírito:

Ao vê-los [os desenhos] me senti movido pelo mesmo sentimento que inspirou Giulio Romano a pintá-los [...] A ti dedico, portanto, a luxúria que eles celebram e cuspir [quero] nos hipócritas, pois rechaço a atitude furtiva e o hábito imundo que proíbe os olhos de verem o que mais os agradam. Que mal pode haver em ver um homem montado em uma mulher? Devem por acaso as bestas serem mais livres do que nós?⁵³.

⁴⁸ FLINDEN, Paula. *Op. cit.*, p.51.

⁴⁹ Chamo de pornográficas as obras de Aretino e de outros que, como ele, escreveram e pintaram em épocas anteriores ao surgimento do próprio conceito de pornografia para afirmar sua inserção nesse processo de invenção de gênero.

⁵⁰ Esse último também conhecido como *Ragionamenti*.

⁵¹ KENDRICK, Walter. *Op. cit.*, p. 87-88.

⁵² Com o surgimento do ofício de gravador, teve início a prática da impressão de esboços em pequenas lâminas, por encomenda dos pintores que mais tarde as usavam como auxílio na execução de telas e paredes, o que rapidamente resultou num comércio paralelo de cópias “piratas”. Um desses gravadores, o italiano Marcantonio Raimondi, foi especialmente prolífico na prática e entre as inúmeras cópias que produziu estavam os desenhos de Giulio Romano para a feitura de um mural no *Palazzo del Te*. As gravuras, batizadas de *I Modi*, representavam os deuses em 16 posições sexuais e foram publicadas por Raimondi em 1524, causando enorme escândalo e levando-o à prisão a mando do próprio Papa Clemente VII.

⁵³ ARETINO, Pietro *apud* KENDRICK, Walter. *Op. cit.*, p.88. No original: “ao verlos [los dibujos] me sentí movido por el miesmo sentimiento que inspiró a Giulio Romano a pintarlos [...] A ti dedico, pues, la

Aretino, de forma muito semelhante ao moleiro Menocchio analisado por Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes*⁵⁴, expressava as rupturas que tiveram palco durante o Renascimento e têm como marco dois dos principais processos que caracterizam esse período: a Reforma Protestante e a invenção da imprensa. Enquanto a primeira tornou possível questionar o estatuto moral que até então era uma prerrogativa da Igreja, a segunda proporcionou meios de fazer circular esse tipo de discurso, criando uma “situação nova e potencialmente explosiva”⁵⁵. Como demonstra Ginzburg, é no decorrer do século XVI que a luxúria supera a avareza enquanto pecado mais amplamente debatido pela Igreja e a visão substitui a audição como sentido de entrada da sedição sensual. O autor atribui essa reviravolta às transformações que resultaram, entre outras coisas, do advento da imprensa, a partir de quando a fronteira entre o público e o privado se tornou menos densa e a obscenidade escapuliu por entre as frestas⁵⁶.

Umberto Eco chama a atenção para o fato de que o Renascimento marcou a passagem do obsceno para uma “nova fase, na qual “os atributos sexuais na representação de corpos humanos” teriam sido revalorizados. Segundo o autor, Aretino contribuiu neste processo, fazendo penetrar nas cortes a “exaltação de atos antes inomináveis”, expondo-os não mais “sob o signo do repulsivo, mas de um altivo e despudorado convite ao prazer”⁵⁷. Nesse sentido, as técnicas utilizadas por Aretino e seus seguidores “não eram específicas de um gênero denominado pornografia, mas permeavam o discurso artístico humanista”, e essa literatura obscena renascentista desenvolveu “um repertório visual elaborado que integrou a formação da pornografia: difusão de estratégias de representação que podemos chamar de voyeurísticas”⁵⁸.

Os *Sonetos* representam, portanto, “uma virada crucial que faz a pornografia entrar numa via da qual não se desviou nunca em quinhentos anos”⁵⁹. Por muito tempo o

lujuria que ellos celebran, y escupir [quero] a los hipócritas, pues rechazo la actitud furtiva y el imundo hábito que prohíbe a los ojos ver lo que más les complace. Qué daño hace ver a um hombre montado en una mujer? Deben acaso las bestias ser más libres que nosotros?”

⁵⁴ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 25.

⁵⁶ GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 138-39.

⁵⁷ ECO, Umberto. *História da feiura*. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 149.

⁵⁸ FLINDEN, Paula. *Op. cit.*, p.61-62.

⁵⁹ ARCAND, Bernard. *Op. cit.*, p.136. No original: “sua obra marca um giro crucial y hace entrar la pornografia em una vía de la que no se desvió desde hace quinientos años”.

nome de Aretino foi sinônimo de peripécias sexuais e “para os seus sucessores, o escritor italiano representou a intenção pornográfica básica”⁶⁰.

Para Walter Kendrick,

a notoriedade de Aretino se deve ao fato de que ninguém antes dele, e muito poucos escritores nos três séculos seguintes, consideraram o ato sexual como um cenário feito para a variação e experimentação. Isso não quer dizer, em absoluto, que a luxúria nunca havia sido reconhecida como uma forma especial de desejo, ou que as técnicas para fazer amor nunca foram discutidas na página impressa mas, em todo caso, “Aretino” se converteu em uma etiqueta para designar uma nova e pouco comum aproximação com a mecânica e a hidráulica do sexo (...) Apresentar o ato sexual gratificante, com a intenção de que as ilustrações sejam imitadas na vida real, é muito diferente de elogiar ou maldizer a luxúria em abstrato⁶¹.

Os desenhos de Romano tinham como destino o ambiente íntimo e privado de um palácio, como a imensa maioria das representações sexuais produzidas até então. O empreendedorismo reprodutor de Raimondi fez com que as imagens se tornassem acessíveis a um público que não podemos afirmar totalmente indiscriminado, mas ainda assim, franqueado, genérico. O debate promovido pela Igreja no século XVI a respeito dos efeitos nefastos das pinturas obscenas – noção profundamente incentivada por Santo Agostinho – vai influenciar a retórica sobre a capacidade corrupta da pornografia por muito tempo depois⁶². Não por acaso a percepção dos malefícios da imagem se torna mais pungente à medida em que textos e gravuras começam a circular de forma menos restrita.

⁶⁰ HUNT, Lynn. *Op. Cit.*, p.16. É importante destacar, contudo, que a opinião de que Aretino teria inspirado os demais autores pornográficos que o sucederam, embora seja bastante arraigada, não é unânime. Robert Darnton refuta, por exemplo, a afirmação de Jean-Marie Goulemot, de acordo com quem o italiano teria sido incansavelmente traduzido e reeditado na Europa, apontando que na França, entre 1600 e 1800, apenas alguns opúsculos religiosos de Aretino e um único fragmento do *Diálogo* foi publicado. DARNTON, Robert. *Sexo dá o que pensar*. In: NOVAES, Adalto (Org.). **Libertinos libertários**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 34.

⁶¹ KENDRICK, Walter. *Op. cit.*, 95. No original: « la notoriedad del Aretino se debió al hecho de que nadie antes de él, y muy pocos escritores em los tres siglos siguientes, consideraron el acto sexual como un escenario hecho para la variación y la experimentación. Esto no quiere decir, por supuesto, que la lujuria nunca fuera reconocida como una forma especial de deseo, o que las técnicas para hacer el amor nunca fueran discutidas em la página impressa pero, em cualquier caso, el “Aretino” se convirtió em una etiqueta para designar una nueva y poco común aproximación a la mecánica y a la hidráulica del sexo (...) Presentar e lacto sexual graficamente, com la intención de que las ilustraciones sean imitaas em la vida real, es un assunto muy diferente al de elogiar o maldecir la lujuria em abstracto”.

⁶² GINZBURG, Carlo. *Op. Cit.*, 1989, p. 120.

O ponto de convergência entre o nome e a coisa teria sido resultado da “democratização da cultura”. Muito embora Aretino e seus *Sonetos* sejam emblemáticos do poder transformador da imprensa na cultura “ocidental”, foi a partir dos desdobramentos da chamada Revolução Industrial que aquilo que se convencionou chamar pornografia prosperou vertiginosamente. Para esse fenômeno concorreram, sobretudo, as inovações técnicas, que baratearam a impressão; os processos de urbanização; o aumento, ainda que tímido, dos índices de alfabetização e a emergência de uma nova economia de prazeres.

Além disso, o que até então circulava de maneira mais ou menos restrita, tornou-se acessível a um número maior e mais variado de pessoas, convertendo-se assim num problema e suscitando propostas de intervenção. De acordo Lynn Hunt e Walter Kendrick, embora a invenção da imprensa tenha tornado possível o registro e a reprodução de textos e imagens de uma maneira geral – e entre eles, os obscenos – por muito tempo seu acesso esteve restrito a uma parcela muito específica da sociedade. O alto preço dos livros e dos índices de analfabetismo seriam assim uma barreira que mantinha esse tipo de material limitado aos círculos de homens brancos, abastados e alfabetizados. Diante desse cenário, a cultura obscena não apresentava grandes problemas nem estava na pauta de muitos debates. Tão logo, diante do aumento da urbanização, da alfabetização e do barateamento dos impressos, a pornografia se tornou acessível a um número maior e mais variado de pessoas, inclusive mulheres e a classe trabalhadora, isso mudou. Surgiu então o afã, por parte das autoridades – compostas, certamente, pelos antigos detentores deste privilégio – de classificação, regulamentação e censura. Para Hunt, “a pornografia como categoria regulamentada surge em resposta à ameaça de democratização da cultura”⁶³.

No Brasil, como veremos nas páginas seguintes, podemos observar processos, semelhantes, mas também muitas singularidades. Desse modo, muito embora a experiência brasileira seja privilegiada em todo o trabalho, sua análise resultaria incompleta sem considerarmos os diálogos transnacionais que em muitos aspectos caracterizam o processo de emergência e desenvolvimento da pornografia na sociedade brasileira⁶⁴. A perspectiva transnacional é adotada neste trabalho com o objetivo de

⁶³ HUNT, Lynn. *Obscenidade e as Origens da Modernidade, 1500-1800*. In. HUNT, Lynn (Org.). **A invenção da pornografia: Obscenidade e as Origens da Modernidade**. São Paulo: Hedra, 1999, p.13.

⁶⁴ A perspectiva transnacional é relativamente nova na historiografia e surge como uma crítica às limitações das histórias puramente nacionais, como também àquelas que extrapolam tais fronteiras a partir da

ressaltar a natureza dos processos que caracterizam a emergência da pornografia. Sua popularização no país – tanto do termo quanto das práticas que ele viria a designar – é consequência da expansão industrial de meados do século XIX, dos fluxos imigratórios, da urbanização, do encurtamento das distâncias, dos avanços tecnológicos e da emergência de novos hábitos, ideias, teorias e sociabilidades. De igual maneira, as tentativas de regulamentá-la se inscrevem em um contexto mais amplo, que envolve esforços de diversos países, o que inclusive assinala as proporções que, nesses pouco mais de quarenta anos, sua popularidade assumiu.

Desse modo, sua análise demanda reflexões que extrapolam as fronteiras nacionais, pois se trata de um processo de muitas maneiras articulado. Cada sociedade percebeu e interpretou a pornografia a partir de critérios específicos, o que torna inapropriado desconsiderar as singularidades de cada experiência. Mas, por outro lado, a emergência da pornografia enquanto bem de consumo, tanto quanto a sua regulamentação, são processos observados por todo mundo “ocidental” a partir do século XIX. Além de eclodirem de forma quase simultânea em diversos países, eles se deram de maneira articulada. Os discursos pornográficos e os discursos sobre a pornografia circulavam, eram adaptados, interpretados, traduzidos, discutidos. Por isso creio ser fundamental pensa-los a partir de sua natureza essencialmente transnacional.

O trabalho se divide em cinco partes. No primeiro capítulo, me ocupo de refletir sobre os primeiros usos e percepções da pornografia no Brasil, elaborados quando o próprio conceito se popularizava na imprensa. Como pretendo conseguir demonstrar, seus usos naquele momento atendiam a questões e dilemas decorrentes das profundas transformações pelas quais a sociedade brasileira – assim como todo o mundo “ocidental” – passava, entre os séculos XIX e XX. Considerando que a pornografia é um argumento, procurei pensar por que e a partir de quais critérios ele começou a ser invocado no debate público. Veremos que o rótulo foi atribuído a uma grande variedade de temas, discursos

comparação, unicamente. Cf. BAILY, Bernard. *Atlantic History: Concept and Contours*. Cambridge: Harvard University Press, 2005; UBRAHMANYAM, Sanjay. *Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 30, p. 222, 2017. É importante destacar, contudo, que certa corrente dentro dos estudos transnacionais parece rejeitar a contribuição dos estudos interseccionais, que me são muito caros. Desse modo, eu penso as circulações entre as sociedades distintas também a partir de trabalhos que pensam o intercâmbio em contextos de diáspora e neocolonialismo. Cf.: BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998; HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013; McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Unicamp, 2010.

e comportamentos com sentidos que podem parecer um tanto inusitados ao espectador contemporâneo, mas nos ajudam a compreender o espaço fronteiro que a pornografia ainda hoje ocupa na sociedade. Ora percebida como um vício da modernidade, ora como um signo do atraso, o deleite e o comportamento pornográficos foram atribuídos como um insulto a determinados indivíduos. Interessa-me aqui, portanto, pensar como foi construída no debate público brasileiro a natureza essencialmente desagradável daquilo que se entendia como pornografia, assim como os sentimentos o conceito exprimia em um momento marcado por intensas mudanças.

Em seguida, no segundo capítulo, me dedico a um nicho ainda pouco explorado pela historiografia brasileira: a pornografia política. Assim como ocorreu com o mercado livreiro, no final do século XIX a imprensa periódica viveu um crescimento notável no Brasil. Surgiram inúmeros jornais, muitos dos quais apresentando inovações de estilo e narrativa, procurando abocanhar segmentos distintos do público leitor. Entre eles, causaram escândalo certas folhas que se dedicavam à crítica social e política a partir de expedientes amplamente percebidos como pornográficos. Seu principal expoente foi o jornal *Corsário*, que circulou entre 1880 e 1883, ano em que seu proprietário e único redator conhecido, Apulcho de Castro, foi assassinado.

O caráter pornográfico do *Corsário* e seus congêneres, no entanto, não resultava de exortações – nem mesmo veladas – ao deleite sensual, coisa que não havia em suas páginas. Bem ao contrário, Apulcho se arrogava o papel de morigerador social. Pretendia denunciar as mazelas e vícios da sociedade carioca e das autoridades públicas, sendo especialmente ferino contra o então Imperador, D. Pedro II. O rótulo pornográfico lhe foi amplamente atribuído pela imprensa e figuras públicas da época em virtude do tom viperino e o linguajar considerado chulo com o qual tecia suas críticas. Ao longo deste capítulo, portanto, me dedico a analisar a trajetória de ambos – jornal e jornalista – com o objetivo de compreender as razões pelas quais foram percebidos como pornográficos.

Em seguida, no terceiro capítulo, serão analisadas as circunstâncias em que prosperaram no Brasil as chamadas publicações obscenas. Veremos que foi também a partir de 1880 que se tornaram frequentes os anúncios de *Livros para homens* nos jornais diários. A profusão desse tipo de material causou indignação e pânico em determinados segmentos da imprensa e sociedade, que por sua vez não pouparam críticas aos alegados responsáveis pelo que acreditavam ser uma *onda de imoralidade*. O processo de popularização da literatura compreendida como pornográfica no Brasil acompanhou,

como ocorreu também em outras partes do mundo, o crescimento do mercado livreiro, de uma maneira geral. Veremos, então, que as fronteiras entre literatura e pornografia, noções amplamente compreendidas como incompatíveis⁶⁵, não parecem tão nítidas quando vistas de perto.

A ideia, neste capítulo, será compreender as circunstâncias que tornaram possível a emergência de um mercado voltado para a obscenidade impressa no país naquele momento, assim como a forma com que sua difusão foi percebida por determinados segmentos da sociedade. O que diziam sobre a pornografia? Onde a percebiam? O que pensavam a respeito dela? Como procuravam diferenciá-la de outros discursos? Veremos que tais questões frequentemente geraram dissenso entre os contemporâneos e suscitaram debates sobre os limites da liberdade de imprensa, da legislação e do *bom gosto* na literatura.

O quarto capítulo é dedicado à análise de narrativas cujo caráter pornográfico gerou certo consenso. Ao longo de todo o trabalho, veremos que o rótulo frequentemente foi alvo de controvérsia entre os diferentes interlocutores. Seus usos e percepções estiveram condicionados a valores morais, estéticos, religiosos, variáveis não apenas no tempo e no espaço, mas no interior de uma mesma sociedade. Há, no entanto, narrativas cujo teor pornográfico não parece ter sido questionado. Os seis contos analisados nesse capítulo pertencem a essa categoria. Eles integravam a *Coleção Contos Rápidos* e foram divulgados pelo periódico *O Rio Nu*, entre 1914 e 1916. Assinados por pseudônimos e anunciados como “aperitivos”, estas histórias descreviam as práticas, os fluídos e os órgãos sexuais com riqueza de detalhes e na linguagem mais explícita possível.

A forma como abordaram a temática sexual, como foram apresentados e anunciados, nos permite supor que inclusive seus autores, mediadores e leitores concordavam com o caráter pornográfico dos contos. Isso não quer dizer que estas obras sejam mais ou menos pornográficas que outras, em relação às quais o rótulo causou dissenso, e que por isso devam servir de régua para estabelecer limites. Mas estes elementos fornecem indícios interessantes das características que poderiam unir gregos e troianos na percepção da pornografia no período analisado.

Além de nos possibilitar refletir sobre as percepções consensuais da pornografia no Brasil do começo do século XX, estas narrativas permitem ainda nos aproximar de

⁶⁵ MAINGUENEAU, Dominique. *La littérature pornographique*. Armand Colin, Paris: 2007, p. 6.

certo imaginário sexual do período. Os enredos são ambientados no Rio de Janeiro e nos apresentam figuras, palavras, endereços e práticas que, se não podem ser tomadas como reais, é possível intuir que habitavam ao menos o seu imaginário.

Por fim, no quinto e último capítulo, me dedico a analisar os processos que levaram à regulamentação institucional da pornografia no Brasil. Veremos que, sobretudo a partir de 1910, surgiu uma forte movimentação no sentido de pressionar as autoridades a um controle mais rigoroso da circulação de publicações obscenas. Protagonizaram este processo no país as agremiações católicas do Rio de Janeiro, não apenas inspiradas, mas sobretudo articuladas com suas congêneres europeias. Seus partidários procuraram atuar ativamente no combate à circulação do que consideravam pornografia no país, ao mesmo tempo em que coagiam as autoridades à elaboração de uma legislação mais efetiva.

Desse modo, acredito ter conseguido abranger alguns dos aspectos que me pareceram cruciais para a compreensão do desenvolvimento da ideia – ou *das ideias* – de pornografia no Brasil. Quanto às fontes analisadas, como meu interesse recaiu sobre o que se pensou e sentiu a respeito da pornografia, parte fundamental do trabalho consistiu em localizar esses discursos. A imprensa periódica felizmente se mostrou muito prolífica nesse sentido, de modo que a pesquisa se apoia fundamentalmente do que foi discutido a respeito da pornografia nos jornais diários⁶⁶.

Desse modo, os jornais revelaram, por um lado, discursos *sobre* a pornografia: neles encontramos as denúncias sobre o teor pornográfico de tudo quanto esteve sujeito ao rótulo: livros, peças de teatro, discursos políticos, comportamentos públicos e muito mais. Além disso, eram veiculadas notícias sobre o que as autoridades faziam ou não em relação ao que passava a ser amplamente percebido como uma “onda de pornografia”, a assolar o país. Mas os jornais também veiculavam discursos pornográficos. Houve, ao longo do período analisado, jornais aos quais esse rótulo foi atribuído e outros, acusados pelos colegas de imprensa de recorrer esporadicamente a tais expedientes. E nos jornais encontramos ainda os anúncios de *Leituras para homens*.

Convém assinalar também que, assim como por pornografia entendeu-se uma gama muito variada de coisas ao longo do período analisado, historicamente o

⁶⁶ O trabalho de triagem foi possível nesse espaço de tempo graças aos acervos digitalizados. As ferramentas de busca disponíveis da *Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional*, por exemplo, me permitiram buscar pelo termo pornografia e seus correlatos ao longo do período analisado.

entretenimento de cunho sexual se adaptou formidavelmente e com uma rapidez realmente impressionante a todas as ferramentas de difusão disponíveis. Desse modo, lamentavelmente me vi obrigada a selecionar apenas um pequeno grupo do imenso e fabuloso arsenal de coisas havidas como pornográficas. Concentrei-me sobretudo na pornografia impressa, muito embora eventualmente sejam analisados discursos sobre a pornografia em outros formatos, como o teatro e o cinema.

Cabem ainda algumas considerações finais, que dizem respeito ao meu próprio uso do termo pornografia. Ao longo de todo o trabalho eu o utilizo para designar o que foi eventualmente percebido como tal nos discursos que analiso. Tal opção é um tanto polêmica e não é partilhada por todos aqueles que se dedicam ao tema. Para Daniel Wanderson Ferreira, por exemplo, parece suspeito que o termo seja empregado indiscriminadamente e não raro como sinônimo de “libertinagem” e “erotismo”. De acordo com o autor, isso seria especialmente problemático em análises que abarcam contextos históricos e sociais distintos e inclusive anteriores ao próprio surgimento do vocábulo. Esse movimento permitiria uma falsa ideia de linearidade e progresso, dissolvendo diferenças que eram muito visíveis no século XIX⁶⁷.

Pensando em universos conceituais mais amplos, Reinhart Koselleck aponta a crítica à tradução descontextualizada dos conceitos como uma das principais contribuições da *História dos Conceitos* para a *História Social*⁶⁸. Esse mesmo autor sugere, no entanto, que o emprego de determinados termos no contexto de seus usos abarca perspectivas que dizem respeito ao presente, mas também ao passado e ao futuro, transformando o campo da experiência política e social⁶⁹. Tereza Cristina Kirschner, refletindo sobre a importância da *História dos Conceitos* para a compreensão histórica, chama a atenção para a relativa estabilidade da linguagem, uma vez que “as mesmas palavras reaparecem em diferentes momentos, relacionadas a experiências distintas no tempo e no espaço”⁷⁰. A autora atribui o fenômeno ao fato de que o vocabulário disponível é bastante limitado em comparação à experiência humana, que é variada e

⁶⁷ FERREIRA, Daniel Wanderson. *Erotismo, libertinagem e pornografia: notas para um estudo genealógico das práticas relacionadas ao corpo na França Moderna*. In: **História da Historiografia**, Ouro Preto, n° 03, setembro de 2009, p. 132.

⁶⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 104.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 101.

⁷⁰ KIRSCHNER, Tereza Cristina. *A reflexão conceitual na prática historiográfica*. In: **Textos de História**, vol. 15, n° 1/2, 2007, p. 50.

múltipla. Desse modo, “o significado de um conceito não pode ser alcançado independentemente do seu uso na sociedade e, por isso, deve-se considerar o contexto em que é utilizado e o universo temporal no qual se inscreve”⁷¹.

Koselleck se concentra sobretudo em conceitos políticos, “tanto no seu significado temporal próprio quanto no que diz respeito às transformações desses significados”⁷². Embora a pornografia não seja comumente associada ao campo político – exceto quando se fala da sua regulamentação, propriamente dita – o que pretendo demonstrar é que a relação pode ser bastante íntima, em muitos aspectos. O desenvolvimento do conceito de pornografia, além de atender ao advento de novas preocupações na esfera pública, relacionadas às transformações políticas, econômicas e sociais que se intensificaram no mundo ocidental a partir da segunda metade do século XIX, impeliu à uma reorganização do passado – não raramente remoto – a fim de dar espaço à nova categoria⁷³. De igual maneira ele já foi – e é justamente esse um dos pontos centrais da minha pesquisa – atribuído à uma enorme variedade de coisas, muitas das quais podem parecer insuspeitas ao leitor contemporâneo.

A pornografia foi – e ainda é – comumente interpretada como uma ação ou representação que ultrapassa os limites do moralmente tolerável na sociedade em termos sexuais. Veremos que no Brasil, durante o período analisado, seus sentidos muitas vezes foram além da esfera sexual propriamente dita, e essa é uma questão importante, que não pode ser ignorada, mas eles incluíam também este universo. A esse respeito é importante destacar que o limite não está dado pela representação do sexo em si. É comum encontrarmos discursos e materiais nos quais o sexo está de alguma forma representado, sem que por isso eles sejam considerados pornográficos. Há, por outro lado, situações em que a pornografia é apontada onde não existe alusão ao sexo, às vezes nem mesmo de forma indireta. Além disso, um discurso recorrente nos debates em torno da pornografia é o que invoca o erotismo na tentativa de distinguir e hierarquizar as múltiplas formas de representar ou aludir ao sexo.

Historicamente, portanto, a pornografia se construiu como um argumento⁷⁴ utilizado com muita frequência para desqualificar determinados objetos, discursos,

⁷¹ *Ibidem*, p. 51.

⁷² KOSELLECK, Reinhart. *Op. Cit.*, p. 19.

⁷³ Kendrick dedica o 2º capítulo da já citada obra a um interessante resgate do que chama de “era pré-pornográfica”.

⁷⁴ KENDRICK, Walter. *Op. Cit.*, p. 16, 55.

narrativas e imagens, sinalizando seu lugar além da fronteira do que é considerado arte ou literatura⁷⁵. O problema parece consistir em delimitar fronteiras precisas de uma ideia cuja definição tem dependido, desde o seu surgimento, de valores como “pudor”, “moral”, “bons costumes” e “obscenidade”, que além de igualmente abstratos, variam enormemente não apenas no tempo, no espaço como também dentro da mesma sociedade. O que não quer dizer que não haja consenso, eventualmente. Seguindo a curiosa, porém acertada lógica do juiz Potter Sterwat, a pornografia está onde é vista e, de vez quando, coincide de sensibilidades bem distintas verem-na no mesmo lugar. A tentação a ser rejeitada é pretender defini-la a partir disso.

Para Arcand, aspirar descobrir uma substância particular e identificável em tudo o que foi percebido como pornográfico, assumindo que o rótulo pôde ser definível e assinalável com infalibilidade em cada época, é um vício a ser evitado. Nesta direção, seguiríamos o caminho do censor, decidindo arbitrariamente quando algo ou alguma palavra se tornam obscenos demais. Ao invés disso, esse autor propõe procurar a definição de pornografia em uma série de princípios gerais. O primeiro deles seria o de que as circunstâncias que rodeiam o que é percebido como pornográfico são mais importantes do que o objeto em si, o que significa que a pornografia consiste na relação entre um conteúdo e seu contexto⁷⁶.

O contexto pode ser histórico, o que explicaria o porquê de determinadas coisas, consideradas excitantes ou escandalosas em determinado momento, não surtirem o mesmo efeito em outro. Mas existem diversos outros a serem considerados. A representação de uma relação sexual, por exemplo, assume sentidos muito distintos, a depender de onde é veiculada e como que presumidos propósitos. Há contextos, como um manual de educação sexual, em que esta imagem pode ser socialmente admitida como algo não pornográfico. Veremos, contudo, que enquanto os sentidos da pornografia estavam sendo disputados, tal fronteira frequentemente não se revelou tão nítida.

Portanto, como empreender uma análise acerca do conceito de pornografia que escape à enfadonha tarefa de reunir “esse monstruoso fardo de coisas que não têm nada em comum além do fato de serem ‘pornográficas’ ou terem-no sido alguma vez”⁷⁷? Kendrick sugere que seja dada menos atenção aos objetos havidos como pornográficos

⁷⁵ MAINGUENEAU, Dominique. *La littérature pornographique*. Paris: Armand Colin, 2007, p. 10.

⁷⁶ ARCAND, Bernard. *Op. Cit.*, p.29.

⁷⁷ KENDRICK, Walter. *Op.Cit.* 16.

em si, e mais “ao que se pensou e sentiu a respeito delas: a ameaça que comunicaram, as vítimas que cobraram, os redentores que abrilhantaram e usualmente se impuseram uma tarefa redentora”⁷⁸.

Justamente por isso, defino a pornografia ao longo desse trabalho não como uma coisa em si mesma, mas uma estrutura de pensamento, um argumento⁷⁹, uma etiqueta coletivamente atribuída a certos objetos, em determinados contextos⁸⁰. Veremos que, de uma maneira geral, no período analisado o rótulo provocou mais controvérsia do que conformidade, embora esta também tenha existido. É pornográfico o que é socialmente percebido como tal e diante disso devemos levar também em conta a disparidade de grupos que compõem a sociedade produzindo interpretações múltiplas e contraditórias sobre o que sentem e percebem como intolerável moralmente⁸¹. Portanto, chamo de *pornográfico* o que os sujeitos que falam através fontes que analisei consideravam como tal. Uma vez que a proposta é tratar a pornografia como um argumento, não será minha intenção aqui discutir se eles estavam certos ou errados, mas compreender por qual motivo assim o fizeram, a partir de quais critérios.

Desse modo, a pergunta *o que é pornografia?* é substituída por outra, que me parece mais apropriada ao debate que me proponho aqui: *por que é pornografia?* Embora parte da questão possa, sem dúvida, ser elucidada a partir das coisas havidas como pornográficas, são incontornáveis também os motivos pelas quais elas foram/são percebidas dessa forma em determinado tempo e lugar, por determinadas pessoas. Ao longo do período analisado a pornografia atraiu e ameaçou, simultaneamente, e sua análise nos permite compreender melhor alguns aspectos da sociedade brasileira de então que, quem sabe, podem ser melhor apreciados pelo buraco da fechadura.

⁷⁸ *Idem.*

⁷⁹ *Ibidem.*, p. 16,55.

⁸⁰ ARCAND, Bernard. *Op. cit.*, p.28.

⁸¹ *Idem.*

Capítulo 1: O perverso do progresso: os usos plurais do oitocentos

*Será, que será?
O que não tem decência nem nunca terá
O que não tem censura nem nunca terá
O que não faz sentido.*
Chico Buarque

Como ocorreu em outras partes do mundo, os desdobramentos da Revolução Industrial tiveram efeitos alucinantes no Brasil, especialmente a partir de 1870, quando se intensificou o período expansionista da industrialização europeia⁸². Tal processo transformou e desestabilizou os hábitos, modos de vida, práticas de produção e consumo das sociedades periféricas por todo o mundo. No Brasil, ele iria influenciar de forma decisiva na crise dos sistemas escravista e monárquico, que culminou na Abolição da Escravidão (1888) e Proclamação da República (1889)⁸³, mas se fez sentir também em outros aspectos e de maneira especialmente intensa na então capital federal, o Rio de Janeiro.

Centro político e cultural do país, no Rio estava concentrava boa parte da elite cultural brasileira, que recebeu com muito entusiasmo as novas teorias e ideias que chegavam da Europa, tais como o cientificismo, darwinismo social e positivismo⁸⁴. A cidade viveu também um intenso aumento demográfico nas últimas décadas do século XIX⁸⁵, o que foi impulsionado pelos processos de migração e, sobretudo, imigração, esta majoritariamente masculina⁸⁶. À densa população negra, mestiça e pobre do Rio de

⁸² SEVCENKO, Nicolau. *Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões de progresso*. In: NOVAES, Fernando (Org.). **História da vida privada no Brasil 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 11.

⁸³ *Idem.*, p. 12-13.

⁸⁴ SALIBA, Elias Thomé. *Cultura*. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (Coord.). **História do Brasil Nação: 1808-2010: A abertura para o mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 240.

⁸⁵ ARAÚJO, Rosa Maria Barboza. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 30.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 31.

Janeiro, juntaram-se, portanto, estrangeiros de diversas partes do mundo, muitos dos quais em situação não muito melhor que os “desclassificados” nacionais⁸⁷.

O afã modernizador, que em 1904 seria coroado com a reforma urbana orquestrada pelo então prefeito Pereira Passos, procurou apagar essas pessoas do novo cenário da cidade que se pretendia higienizar e modernizar⁸⁸. A marcha rumo ao que se entendia como progresso definiu também um novo comportamento social do carioca, que desejando harmonizar-se com os hábitos europeus, frequentava cada vez mais os espaços públicos em busca de lazer. Rosa Maria Araújo atribui essa nova relação com a cidade ao que chama de “vocação do prazer”. Essa autora salienta que do processo de tomada da rua participaram também as famílias, cujas mulheres e crianças, especialmente, que até então haviam vivido restritas ao espaço dom stico⁸⁹.

Trata-se de uma questão importante, uma vez que essas famílias mais ou menos incorporadas   lógica burguesa que gradualmente se impunha dividiriam o espaço público com as figuras prescritas do progresso. O racismo e o preconceito de classe, velhos conhecidos de uma sociedade escravista, oligárquica e conservadora como o Brasil, foram atualizados pelas “teorias modernas” e se justificavam “cientificamente”, de forma que a miscel nea das ruas se tornou motivo de ansiedade para determinados segmentos, que temiam o contágio social.

Cristiana Schettini Pereira inicia sua brilhante análise sobre os *jornais alegres*⁹⁰ do começo do século XX refletindo justamente sobre uma figura que encarnava despertava tais anseios naquele momento: o *bolina*⁹¹. Assim eram conhecidos os assediadores, que bolinavam mulheres em bondes, cinematógrafos e demais espaços

⁸⁷ O termo é utilizado por Laura de Mello e Souza para designar as figuras prescritas do ciclo do ouro mineiro. SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do outro: a pobreza mineira do século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1882.

⁸⁸ As reformas urbanas empreendidas pelo governo Pereira Passos são tema de inúmeros trabalhos historiográficos. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos. *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora Funda o Getúlio Vargas, 1998; ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demoli es: Cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*. Biblioteca Carioca, 1995; PEREIRA, S nia Gomes. *A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Constru o da Identidade Carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1992.

⁸⁹ ARAÚJO, Rosa Maria Barboza. *Op. Cit.*, p. 25.

⁹⁰ Assim ficaram conhecidos os jornais que veiculavam charges, tro as, anedotas e imagens de teor sexual, apelando para o humor de duplo sentido. *O Rio Nu* foi seguramente o maior expoente do gênero alegre e falaremos dele em diversas oportunidades de falar sobre ele ao longo desse trabalho.

⁹¹ PEREIRA, Cristiana Schettini. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. Disserta o de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1997, p. 4.

públicos. Como Pereira demonstra, a bolinagem encarnava alguns dos problemas que, se não surgiram com a modernização do Rio de Janeiro, tinham se tornado mais visíveis com ela. Afinal, homens e mulheres de origens diversas, percebidos como *moralmente* diferentes entre si naquela sociedade, circulavam pelo mesmo espaço, eventualmente tratando-se como iguais. Nesse sentido, os bolinas apresentavam um risco às famílias “distintas”, uma vez que não respeitavam a distância que a própria sociedade se esforçava tão ferrenhamente em manter entre as mulheres “mundanas” e “honestas”⁹².

E onde a pornografia se encaixa nesse processo? Por um lado, o próprio termo é uma das novidades que desembarcou no Brasil naquele momento e, por outro, foi a partir das novas tecnologias que barateavam a impressão que se desenvolveu e prosperou no país um mercado livreiro voltado para o sexo, como veremos nos próximos capítulos. Mas, além disso, no âmbito dessas transformações impunha-se uma nova dinâmica dos prazeres, profundamente inspirada por Paris, capital francesa, considerada à época o modelo de modernidade a ser seguido. Não apenas os impressos, mas o teatro, os cafés-concerto e mais tarde os cinematógrafos iriam explorar a temática sexual e, pelas queixas e anúncios na imprensa, nota-se que prosperaram.

Diante de todas essas transformações, que causavam deslumbre e pavor⁹³, determinados segmentos da sociedade empregaram em diversas ocasiões – não raramente contraditórias – o termo *pornografia*. O objetivo desse capítulo será refletir sobre alguns dos usos e percepções que a pornografia assumiu no momento em que o próprio conceito se popularizava no país. Interessa-me indagar por que, e a partir de quais critérios, o rótulo foi eventualmente aplicado a determinados temas, discursos e comportamentos. Para isso é necessário compreender que sentimentos o conceito exprimia naquele momento. Veremos que resgatá-los demanda, por um lado, refletir sobre as transformações culturais e os dilemas de ordem moral, social e política pelos quais a sociedade brasileira passava. Isso será possível estudando alguns aspectos da cidade-capital que, longe de representar a totalidade do país, especialmente naquele momento, foi, no entanto, a proa e o palco central do projeto civilizacional empreendido no Brasil.

⁹² *Ibidem*, p. 5.

⁹³ A expressão é utilizada por Lília Schwarcz e creio que define com muita precisão os imaginários da época. SCHWARCZ, Lília. *Introdução: As marcas do período*. In: SCHWARCZ, Lília Mortiz (Coord.). **História do Brasil Nação: 1808-2010: A abertura para o mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 21.

1.1 Pródigos e prescritos da Modernidade

O vertiginoso aumento populacional vivenciado pelo Rio de Janeiro no segundo quartel do século XIX tornou a cidade não apenas mais numerosa, mas também mais diversificada. Emergia então uma população urbana variada e eclética, ao mesmo tempo em que se disputavam e debatiam novas teorias políticas, médicas, sociais. De acordo com Sidney Chalhoub, o termo “classes perigosas” passou a ser adotado pelos brasileiros nesse período, sob inspiração de autores europeus⁹⁴.

Na Europa do século XIX, em decorrência da urbanização e da industrialização vivenciada em cidades como Londres e Paris, a emergência da *multidão* causou inquietação aos observadores contemporâneos, como apontou Maria Stella Martins Bresciani. Essa autora identifica na literatura inglesa e francesa da época o horror e o fascínio causados pelo fenômeno, a partir do qual surgiu uma numerosa população composta por trabalhadores paupérrimos, miseráveis e indigentes nestas sociedades. Foi nesse contexto que se popularizou a “teoria da degeneração urbana” entre intelectuais e políticos ingleses. A partir dela entendia-se que o aviltamento moral e físico do trabalhador urbano tinha implicações econômicas e sociais graves, que precisariam ser evitadas⁹⁵. Temia-se que o trabalhador “respeitável” fosse contaminado pelos grupos considerados *residuais* por que se encontravam à margem da lógica capitalista-industrial⁹⁶. Estes seriam os mendigos, os arruaceiros, as prostitutas, os bêbados, os *outsiders*, os não absorvidos ou integrados ao mundo do trabalho, que se afirmava como um valor. A positivação do trabalho é, para Bresciani, um elemento fundamental na constituição da sociedade inglesa industrial do século XIX⁹⁷ e a partir dela elaborou-se a distinção hierárquica entre o pobre “respeitável”, ajustado ao universo do trabalho, e o que vive à margem dessa lógica.

Chalhoub defende que o termo “classes perigosas” tenha surgido na Inglaterra com um sentido bastante específico, designando pessoas que já haviam passado pela prisão ou que alegadamente haviam feito uma opção deliberada por meios alternativos e

⁹⁴ De acordo com o autor, a questão foi pauta importante na Câmara dos Deputados em 1888, nas vésperas da Abolição. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012, p. 76; CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 21-22.

⁹⁵ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 28-29.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 38; 42.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 80; 99.

ilegais de sustento⁹⁸. De acordo com autor, no entanto, as elites políticas brasileiras relativizaram o conceito, inspiradas por intelectuais franceses que, como Bresciani aponta, experimentaram o surgimento da multidão urbana em intensidade e num contexto distinto⁹⁹. Desse modo, no Brasil as “classes pobres” teriam sido associadas às “classes perigosas” de antemão¹⁰⁰. De acordo com as elites políticas brasileiras de então:

A principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão. Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como o maior vício possível em um ser humano é o não trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude mais essencial¹⁰¹

A valorização do trabalho tomaria uma dimensão importante também no Brasil, portanto. Com o desmantelamento do sistema escravista, as elites econômicas necessitavam reorientar o conceito de trabalho no país, que por quase quatro séculos se fundamentara na escravidão. De acordo com Chalhoub, essa virada se deu a partir da articulação da ideia de trabalho aos paradigmas de “ordem” e “progresso”, inseridos na lógica burguesa que se acentuava em fins do século XIX. Contrapondo tais noções, emergia também o problema da vadiagem, caracterizada pelo ócio que se associava, nessa perspectiva, à ideia de pobreza¹⁰². No Brasil, portanto, as chamadas “classes perigosas” teriam sido prontamente associadas à carestia econômica e difundiu-se a ideia de que a precariedade material tornava o indivíduo um malfeitor em potencial, o que teve consequências muito perenes na história do país¹⁰³.

Recapitulando “universo ideológico das classes dominantes” de *fin de siècle*, Chalhoub aponta a dicotomia com que pareciam ver o mundo: opondo-se ao trabalho, haveria, de acordo com essa perspectiva, o ócio e conseqüentemente o crime, ambos à margem da sociedade. Pobreza, ociosidade e criminalidade seriam interpretadas como particularidades das “classes perigosas”. O autor chama a atenção, no entanto, para o fato

⁹⁸ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim... Op. Cit.*, p. 76.

⁹⁹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Op. Cit.*, p. 109.

¹⁰⁰ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim... Op. Cit.*, p. 76.

¹⁰¹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril ... Op. Cit.*, p. 22.

¹⁰² CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim... Op. Cit.*, p. 73;75.

¹⁰³ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril... Op. Cit.*, p. 21-22.

de que tal associação, assim como a solidificação de um imaginário a partir do qual a preguiça, a promiscuidade sexual, a violência e futilidade seriam inerentes às camadas populares, integram uma construção das elites a respeito destes segmentos sociais¹⁰⁴.

A imprensa diária da época testemunhava o terror que essas pessoas inspiravam. Em 1892 lia-se no *Jornal do Brasil*, por exemplo, que “um dos mais graves problemas sociais, que afligem os povos modernos” emergiria “à medida que a civilização cresce e o progresso material opulenta as nações”. Nesse processo, segundo o jornalista, apareciam também “certos males”, que seriam “como inerentes, ou consequências resultantes dos variados elementos, fatores concorrentes da civilização”. Foram citados os indivíduos que vegetavam nas ruas das grandes cidades do mundo e afirmava-se que “desse resíduo” provinha “a numerosa e variada classe dos malfeitores”¹⁰⁵.

A miséria não era a única característica temerária dessa população progressivamente crescente: ela também era negra e mestiça. No manancial das teorias científicas adotadas pelas elites intelectuais brasileiras, teve especial destaque o darwinismo social, de modo que se fortaleceu de forma bastante consensual um modelo racial de análise a partir do qual a negritude e a mestiçagem eram apontadas como algumas das principais razões do atraso civilizacional da nação, ou como empecilhos para o progresso¹⁰⁶. Essa população logo foi, segundo Chalhoub, incorporada ao imaginário que se construía sobre as “classes perigosas”¹⁰⁷.

Na década de 1880 o dismantelamento progressivo da escravidão¹⁰⁸ e a perspectiva da Abolição geraram apreensão em certos grupos. Acreditava-se, entre outras coisas, que às pessoas negras e seus descendentes eram inerentes determinados “vícios”, inclusive o moral¹⁰⁹. Eram corriqueiras, por exemplo, as afirmações de que a própria intensificação da prostituição no Rio de Janeiro seria um dos efeitos dos séculos de escravidão¹¹⁰. De igual maneira, as crianças abandonadas causavam desassossego, pois haveriam “de proporcionar avultado reforço às classes perigosas de nossa sociedade”.

¹⁰⁴ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho... Op. Cit.*, 2012, p. 80.

¹⁰⁵ *Jornal do Brasil*, 29/07/1892, p.1.

¹⁰⁶ SCHWARCZ, Lília. *As marcas... Op. Cit.*, p.18.

¹⁰⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho... Op. Cit.*, 2012, p. 80.

¹⁰⁸ Como demonstra Schwarcz, em menos de cem anos a população de cativos caiu de 48,7% para 15,2%, em 1872. SCHWARCZ, Lília. *As marcas... Op. Cit.*, p.18.

¹⁰⁹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril... Op. Cit.*, 1996, p. 23-24.

¹¹⁰ SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Editora Ática, 1992, p. 18.

Julgava-se que elas estavam condenadas à “libertinagem” e que essa condição haveria de lhes “estragar a saúde do corpo e da alma”¹¹¹.

À preocupação com os alforriados e com a expectativa da Abolição, somavam-se os terrores com os imigrantes europeus que aqui chegavam. Para alguns, a multidão de novos colonos era “recrutada ou iludida nas mais baixas camadas sociais, ou arrancada dentre os viciosos, os vagabundos”. O Brasil estaria, desse modo, “importando os vadios, os criminosos, os ociosos da Europa”, ajudando suas pátrias de origem a expurgar suas “mais torpes lepras e com elas trazendo para o nosso seio o socialismo, o niilismo mesmo, a corrupção, a miséria, o pauperismo!”. De acordo com essa perspectiva, buscava-se assim “todos os males para a nossa pátria”, recrutando-os “na espuma da população baixa da Europa”, que enviava de bom grado “esses precursores do porvir do pauperismo, senão do crime e de todos os perigos sociais”. Invocava-se até os cônsules europeus para confirmar os malefícios de se incentivar a entrada no país de “famílias pobres e em parte moralmente decaídas”, descartadas pelos governos de além-mar por representarem “os elementos mais ruins do seu proletariado, a escória das classes perigosas, o rebotalho das cadeias, as fezes morais colhidas na sarjeta das ruas”¹¹².

A imigração recrutada causava tamanho pânico moral entre determinados segmentos da sociedade que frequentemente a imprensa mostrava-se desolada: “a polícia não tem outro meio de conter e coibir os desmandos dessas classes perigosas, que vem do estrangeiro”¹¹³. Mesmo em discursos capazes de presumir que imigrantes poderiam aportar no Brasil com boa índole, havia o temor de que as péssimas condições que os aguardavam aqui fossem suficientemente miseráveis para corrompe-los de pronto: “enquanto aguardam os trens que hão de conduzi-los ao interior, caftens e caftinas vampireiam entre as famílias, aliciando para a prostituição mulheres e filhas”¹¹⁴.

À já temida palheta de cores brasileiras somavam-se outras, de diferentes origens, idiomas e hábitos. Em um ambiente intelectual e médico profundamente permeado pelas teorias higienistas que pregavam estritas regras para a entrada do país no clube das civilizações modernas, tal cenário era o verdadeiro caos, como concluiu o redator do *Jornal do Brasil*, em 1892:

¹¹¹ *Jornal do Recife*, 19/10/1879, p.1.

¹¹² *O Apóstolo*, 05/07/1889, p.2.

¹¹³ *Jornal do Brasil*, 29/07/1892, p.1.

¹¹⁴ *Gazeta de Notícias*, 26/01/1889, p.1.

Ora, essa classe perigosa já aparece entre nós, no meio da confusão das diversas nacionalidades que se agitam e vivem nesta cidade do Rio de Janeiro, a qual, por assim dizer, é um ponto de reunião, ou passagem de todas raças humanas¹¹⁵.

Por outro lado, os novos ares animavam as elites e classes médias, que especialmente após a Proclamação se sentiam rumo ao progresso e faziam questão de vestir-se e comportar-se de acordo com a ocasião. A rua, como já foi dito, passou a oferecer restaurantes, cafés, um comércio variado e toda a sorte de signos que pudessem distinguir seu portador como um ente moderno. Os antigos marcadores sociais da diferença, tais como a branquitude ou a propriedade de terras, tornaram-se insuficientes como distintivos de classe nesse momento, quando passou a ser necessário aproximar-se dos europeus, adotando seus modos, hábitos e modas para se destacar socialmente no Brasil¹¹⁶. Somadas à intensificação da urbanização, a perseguição de um novo modelo de vida e a importação de objetos, trajes, divertimentos e leituras que permitiriam às elites brasileiras se avizinharem aos modernos franceses fez com que se desenvolvesse e popularizasse no país todo um mercado voltado para o prazer.

Nesse sentido, as investidas civilizadoras no Brasil promoveram “deslumbramento diante das novas benesses das cidades e possibilidades de participação” e “pavor em face do desmoronamento da ordem reconhecida ou das novas formas de segregação”¹¹⁷. A ideia da pornografia permeou alguns discursos, tanto dos deslumbrados quanto dos apavorados. Por um lado, ela exprimia um aspecto negativo da modernidade, uma vez que era identificada nos novos hábitos e bens de consumo que se importava da Europa, nas consequências do desprestígio da Igreja ou ainda no que determinados setores compreendiam como uma onda desmoralização e decadência social. Nesse sentido, ela era um dos sintomas da desordem que algumas pessoas enxergavam em todas essas transformações. Por outro lado, a pornografia foi identificada nos hábitos e comportamentos das camadas populares e marginalizadas. Não apenas o seu consumo era atribuído a tais pessoas, mas ela estaria impregnada na própria conduta dessa população.

¹¹⁵ *Jornal do Brasil*, 29/07/1892, p.1

¹¹⁶ COSTA, Jurandir Freira. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p.120.

¹¹⁷ SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *As marcas... Op. Cit.*, p. 21.

De acordo com essa perspectiva, a pornografia era um signo do atraso, da decadência da sociedade e um empecilho para a modernidade.

1.2 Signo do atraso

Entre os que acreditavam que a “onda de imoralidade” vivida no Brasil seria uma herança do passado retrógrado, era recorrente a acusação de que os principais propagadores da pornografia seriam as populações marginalizadas, cujo contingente, de acordo com essa perspectiva, era endemicamente aumentado pela própria lascívia que as caracterizaria. Assim, uma das formas que a pornografia assumiu em fins do século XIX foi a de signo do atraso, sobretudo moral, mas também e por consequência, civilizacional, que suspeitava-se ser um dos entraves ao desenvolvimento social. No imaginário do período, o aperfeiçoamento moral da sociedade dependia da higiene pública e controle estatal, uma vez que era amplamente difundida a ideia de contágio social. Temia-se, assim que a inclinação à imoralidade, embora fosse atribuída classes populares, acabasse por contaminar a sociedade como um todo¹¹⁸.

Em 1896 uma nota assinada pelo jornalista Cláudio Júnior na *Gazeta da Tarde* refletia sobre o benefício social de se criar um “teatro livre”. Expressões como “teatro livre” ou “gênero livre” foram muito comuns durante todo o período analisado para denominar expressões artísticas nas quais eventualmente era percebido teor sexual. O que o jornalista propunha era que os espetáculos dessa natureza fossem encenados em estabelecimentos específicos para esse fim. Nestas casas, segundo ele já existentes nas “grandes capitais”, “a plateia de bebedores de absinto e whisky” poderia aplaudir livremente “as cenas de lupanar”¹¹⁹.

O texto foi todo elaborado a partir de conceitos e teorias sociais higienistas que se popularizavam no país e amparavam os projetos de modernidade e civilização mais amplamente difundidos pelas elites intelectuais. Nesse sentido, o autor esclarece que

este teatro livre é uma espécie de cordão sanitário estabelecido pela higiene moral entre a boa e a má plateia. Pode ser levado em conta de

¹¹⁸ *Ibidem.*, p.31.

¹¹⁹ *Gazeta da Tarde*, 29/02/1896, p.2.

um foco de infecção social, depósitos de elementos pútridos destinados à maior corrupção dos corruptos¹²⁰.

Nota-se, portanto, que o autor compreendia o “teatro livre” como um foco de contágio que ameaçava a moralidade pública. Aplicando ao funcionamento social a lógica da microbiologia desenvolvida no último quartel do século XIX, Cláudio Junior ponderava que se os princípios da higiene física condenavam “as aglomerações dos detritos orgânicos e de matérias pútridas, como verdadeiras armas de extermínio para os indivíduos e de campo aberto para a infecção”¹²¹, nada seria mais natural que operar no mesmo sentido para garantir a higiene moral de uma sociedade. De acordo com essa perspectiva, os indivíduos que se entretinham com tais divertimentos se dividiam em dois grupos: no primeiro estariam aqueles cujo o espírito já estava “mais ou menos avassalado pela depravação”, para os quais a frequência em tais ambientes não causava “nenhum mal”, enquanto o segundo seria composto por aqueles que tinham “a predisposição necessária para o aclimatamento em tal meio”, para os quais não haveria medida capaz de preservá-los da corrupção “a não ser as colônias correcionais”¹²².

Sobre a predisposição à imoralidade, percebida como natural em certos indivíduos, trata-se de uma noção amplamente difundida pelos campos médicos, sociológicos e jurídicos, sobretudo a partir século XIX. A adoção do darwinismo social para explicar as condições de atraso civilizacional no Brasil ao longo desse período valeu-se amplamente de teorias raciais que atribuíam aos indivíduos não brancos características inatas e incompatíveis com o modelo de civilização que se pretendia alcançar. Muitas dessas características teriam, de acordo com essa perspectiva, consequências diretas no comportamento moral desses sujeitos e apresentariam ainda o risco de contágio. Sendo o Brasil uma nação racialmente plural, isso era percebido como um problema social da mais alta gravidade. Justamente por isso Claudio Junior sentenciou em suas considerações sobre o teatro livre que

umas tantas inclinações de temperamento acompanham o indivíduo desde o berço porque ele as traz no seu próprio sangue, não purificado

¹²⁰ *Idem.*

¹²¹ *Idem.*

¹²² *Idem.*

das paixões que involuntariamente adquiriu pelas leis de hereditariedade e atavismo¹²³.

O entretenimento considerado imoral não exerceria assim nenhuma influência sobre essa classe específica de pessoas, pois a imoralidade já corria em suas próprias veias e não lhes faltariam “os prazeres exigidos violentamente por seu próprio organismo”. O autor invocava a “ciência moderna” para legitimar suas considerações, reiterando ainda que os sujeitos que chegavam à imoralidade por influência do meio e não por exigência de seus próprios instintos poderiam, sem prejuízo algum para a sociedade, frequentar os maus lugares desde que a existência de tais locais se desse à partir do isolamento que o autor propunha, garantindo assim que a “boa plateia” pudesse “deliciar-se com a verdadeira arte nos outros teatros”. E se a França, grande espelho civilizacional que se pretendia acompanhar, era conhecida também por sua “francaria pornográfica”, era inegável para Claudio Junior “que as grandes peças dos melhores escritores franceses” fossem também “compreendidas e aplaudidas” pela sociedade sem contradição alguma, já que por lá sabia-se “divertir o bom e o mau público”, como ele propunha com seu teatro livre¹²⁴.

Cláudio Junior percebia o mal em ambas as categorias de expectadores do que compreendia ser pornografia, mas diferenciava a origem de sua moléstia moral, na medida em que para um ela seria inata e irremediável, enquanto no outro ela seria resultado de contágio social. A solução para aqueles que se deixaram depravar por força das circunstâncias era a criação de teatros livres, nos quais eles poderiam se deleitar com suas baixarias pornográficas. Já contra “a influência fatídica” da imoralidade inata, segundo o autor, “deixá-los livres em um grande meio” seria uma enorme “insensatez”:

só uma barreira pode ser oposta pelos governos sensatos: o isolamento destes indivíduos em colônias onde a sua inclinação natural seja abafada pela conduta exemplar dos outros e pelo trabalho¹²⁵.

¹²³ *Idem.*

¹²⁴ *Idem.*

¹²⁵ *Idem.*

Nesse sentido, creio que as reflexões acerca da “abjeção” elaboradas por Anne McClintock possam acrescentar ao debate. Essa autora se propõe a analisar “o paradoxo da abjeção como aspecto formativo do imperialismo industrial moderno”. Sendo a abjeção o ato de expelir e descartar elementos socialmente compreendidos como impuros, “o abjeto é tudo que o sujeito procura expurgar para tornar-se social” e “é também um sintoma do fracasso dessa ambição”¹²⁶. A autora demonstra o quanto os processos empreendidos no sentido de alçar as sociedades à modernidade implicaram na marginalização de certos indivíduos e grupos sociais. Alguns desses espaços marginais foram físicos: os asilos, os bordéis, guetos, cortiços e favelas, por exemplo. Neles as classes dominantes isolavam das mais variadas formas os indesejáveis dos quais a sociedade não podia prescindir: prostitutas, colonizados, escravos, trabalhadores braçais e domésticos, entre outros¹²⁷.

Era exatamente essa a proposta de Claudio Junior, em 1896. De acordo com essa perspectiva, em ambos os casos, de formas e em níveis diferentes, a sociedade precisava expelir os grupos abjetos, isolá-los, para que eles não terminassem por contaminá-la. O mesmo movimento era empreendido em relação aos materiais, discursos, comportamentos, temas e fatos percebidos como pornográficos. A associação entre o deleite pornográfico e as classes abjetas foi uma questão recorrente no debate. Tanto o conceito quanto aquilo que ele designa, assim como os indivíduos que deles se aproximam, estiveram sujeitos ao rótulo pejorativo da pornografia ao longo do período analisado.

Claudio Junior, no contexto em que escreveu o referido artigo, não era uma voz isolada na imprensa. Para outros jornalistas a prisão seria um local apropriado para “tais classes antissociais”, junto com o asilo, na medida em que neste grupo “não poucos” seriam “os alienados” ou que se encontravam “a caminho da loucura”¹²⁸. E entre aqueles que ainda não haviam cometido crimes nem devaneios, as colônias laborais seriam uma alternativa para salvá-los da desmoralização, já que “há nisto um imenso perigo social”¹²⁹.

Em 1889, outro jornalista havia expressado opinião semelhante:

¹²⁶ McCLINTOCK. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 118-119.

¹²⁷ *Idem*.

¹²⁸ *Jornal do Brasil*, 29/07/1892, p.1.

¹²⁹ *Jornal do Recife*, 19/10/1879, p.1.

Na ordem da degeneração ou degradação da espécie a oscilação ou a queda se pode dar para o vício, para o delito ou crime, ou para a loucura; afora a degenerescência e conseqüente esterilização (processo de eliminação) por moléstias gerais orgânicas, agravadas nas grandes cidades por muitas causas, que aí se acham reunidas e pelo que se poderia denominar caquexia urbana”¹³⁰

Ao mesmo tempo em que a marginalidade urbana, encarnada no “vagabundo, o ocioso, o mendigo, o ébrio e mesmo em certos casos o delinquente”, era compreendida como uma das conseqüências da modernidade, era também inconciliável com seu projeto: “No Brasil até hoje se pode em geral dizer que as classes perigosas, as que são mais ou menos incompatíveis com a sociedade culta, têm vivido quase à lei da natureza”¹³¹.

Nesse período era comum que as denúncias feitas pela imprensa contra pequenas desordens sociais de natureza moral as atribuíssem a um comportamento pornográfico entendido como inato às classes populares. Em 1888 o jornal *O Carbonário* denunciava uma publicação intitulada *A menina dos três vinténs*, por exemplo, dizendo se tratar de uma “literatura enervante e pobre”, que seria “propinada como um veneno à juventude ignorante” graças à facilidade com que entrava “pelas casas de família pelas mãos das criadas”¹³². A percepção de que esse tipo de leitura invadia as casas de família pelas mãos da criadagem é bastante sintomática. Historicamente, a ideia de pornografia se construiu associada à baixa qualidade e seu consumo e deleite foram relacionados às classes populares, percebidas como sem educação e naturalmente inclinadas ao vício e à sedição. A pornografia é, nesse sentido, como descreveu Jorge Leite Jr, “o erotismo dos pobres”, sejam eles de “espírito”, de cultura ou de dinheiro¹³³.

Esse fenômeno também pode ser ilustrado pela forma com que outro jornalista manifestou sua indignação com os anúncios de *leitura para homens* da *Livraria do Povo*. Os reclames costumavam acompanhar umas curtas frases sugestivas para chamar atenção, e o protesto dizia que “tais comentários pulhas de um livreiro como o das quatro portas” constituíam, “para certa ordem de gente”, “a única literatura possível”. Eles teriam o

¹³⁰ *Jornal do Comércio*, 26/04/1889, p. 3.

¹³¹ *Idem*.

¹³² *Carbonário*, 24/08/1888: 2

¹³³ LEITE JÚNIOR, Jorge. *Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia “bizarra” como entretenimento*. São Paulo: Annablume, 2006. p.35.

objetivo exclusivo de “fazer gargalhar e ao mesmo tempo exultar os copeiros e os caixeritos”. O autor chamava ainda os frequentadores da livraria de “desgraçados sem educação” que viveriam “chafurdados nas babuzeiras escandalosas” que procuravam nos “folhetos desbragados”¹³⁴.

Não apenas os hábitos de leitura das classes populares e “abjetas” sustentavam a percepção de que elas seriam essencialmente pornográficas, mas também seu próprio comportamento público e vocabulário. Em 1898, por exemplo, os passageiros de um bonde denunciaram à redação do jornal *A Imprensa* a conduta inaceitável de “dois mulatos” que, tão logo entraram no veículo, “entabularam de um banco para outro uma conversação em voz alta, sobre assunto da mais crua pornografia”¹³⁵. Em outra ocasião, recebeu atenção o proceder de três mulheres que haviam berrado “desaforos, injúrias, obscenidades, horrores e... o diabo e mais alguma coisa”. O escândalo que haviam causado esses “fonógrafos transmissores de tanta pornografia”¹³⁶ era tanto maior e mais grave por ter sido perpetrado no meio da rua e em plena luz do dia. Em ambos os casos os indivíduos *escandalosos* e *pornográficos* haviam incomodado a ordem social expondo aos espaços públicos habitados por “pessoas de bem” – o bonde e a rua em plena tarde – um comportamento que, não obstante fosse esperado dos sujeitos “abjetos”, não deveria ser, de acordo com essa perspectiva, tolerado no seio social, mas somente – e quando muito – nas margens a eles designadas.

Nesse mesmo sentido foi denunciada, em 1897, a reunião noturna de um “numeroso grupo de ociosos e pilintras” na rua do Lavradio, que causou algazarra “entre gritos, risadas e vozes de todos os tons, girandolas recitantes de palavrões e palavradas da mais despejada indecência”. De acordo com o redator do jornal, tal “curso noturno de pornografia”, apesar de “costumeiro e banal”, era “consternador para os ouvidos sensíveis e as almas delicadas”, pois estes não poderiam “afazer-se a tais exercícios de linguagem oral”, por ser impossível “criar calos insensibilizadores ao contínuo embate dessa maré de imundices”. Em seguida o reclamante afirmava que, por outro lado, “raros” seriam “os indivíduos das classes baixas, como das médias”, que não tivessem “a língua suja”, e a naturalidade com que essas pessoas desencadeavam “um furacão de

¹³⁴ *Distração*, 08/05/1886: 238-239.

¹³⁵ *A Imprensa*, 09/12/1898, p. 2.

¹³⁶ *Gazeta da Tarde*, 19/11/1886, p.3.

impropérios” diante dos mais corriqueiros acontecimentos encontraria paralelo nos símbolos e falas obscenas que cobriam os prédios públicos, o teatro e a imprensa¹³⁷.

Historicamente, a ideia de pornografia e seu consumo são associados a indivíduos considerados desqualificados, abjetos e, portanto, perigosos em determinados contextos. É assim atribuída a uma classe específica e hierarquicamente rebaixada de pessoas certa tendência à frouxidão dos costumes, o que induziria, entre outras coisas, ao vício da pornografia. Curiosamente, no entanto, é justamente nesses indivíduos que o perigo da influência nefasta da pornografia seria mais alarmante para o equilíbrio social, como um todo. Em 1882 foi publicada no jornal *O País*¹³⁸ uma crônica dedicada ao pensamento político do francês Gustave Flaubert. No texto é louvada a ideia – atribuída ao romancista – de que a inclusão social das classes desfavorecidas demandaria certos cuidados e limites, sob o risco de culminar em caos. A educação e o sufrágio universais foram então definidos como “uma asneira”, na medida em que

a instrução, como panaceia infalível para levantar a moral e formar a consciência do povo, passou de moda, caiu completamente. Isso só se consegue com a educação cívica e os exemplos da gente culta, dos “homens intelectuais”.¹³⁹

Adiante o autor justificava a inutilidade de educar o “povo” alegando um perigo moral nessa empreitada: “Pouco adianta saber ler e escrever, se só tem jornais trocistas e livros pornográficos e só se escrevem banalidades e cartas de amor”¹⁴⁰. Nessa fala fica evidente a compreensão de que a educação não seria capaz de, por si só, salvar o “povo” de uma bestialidade amoral e inconsciente que nesse período lhe foi amplamente atribuída. Parecia ser inclusive melhor que permanecessem analfabetos, pois o acesso às letras poderia resultar em leituras indesejáveis e fúteis. Ainda que os exemplos dos “jornais trocistas” e dos “livros pornográficos” possam ter sido levantados no sentido de denunciar a proliferação desses gêneros no Brasil, é no mínimo curioso que, de acordo com essa perspectiva, a “gente culta” e os “homens intelectuais”, igualmente expostos à tais coisas, permanecessem não apenas imunes aos seus possíveis encantos e efeitos

¹³⁷ *A Notícia*, 19/08/1897, p. 2C.

¹³⁸ Como se sabe, o título do jornal era *O Paíz*, no entanto eu tomei a liberdade de usar a grafia atual. Farei o mesmo com os demais.

¹³⁹ *O País*, 05/05,1882, p.1.

¹⁴⁰ *O País*, 05/05,1882, p.1.

nefastos, mas inclusive aptos para exercer a boa influência sobre a moral e a consciência do “povo”.

Em 1903 o *Correio da Manhã* publicou uma crônica intitulada *A nossa desgraça*. Seu autor se queixava da “avalanche de jornais” repleto de “misérias” que eram publicados diariamente. Embora a leitura desses jornais tenha causado repulsa no cronista, ele supõe que em outras pessoas os efeitos seriam diferentes. No seu prognóstico, graças a esse tipo de entretenimento, “o lavrador deixará de lado a enxada”, “o operário abandonará a sua máquina”, “a mulher irá deliciar-se com a crônica do último escândalo”, “a rapariga irá aprender sobre a crônica do dia segredos de prostituição, requintes de pornografia, ali postos, às escancaras”. Seu argumento era o de que, para “um público impressionável”, esse tipo de leitura representava “um envenenamento constante”. Era necessário, ao contrário, instruí-los de outra forma: “Para o despertar, para o fazer crer no futuro, no trabalho, na honra, era outra coisa a oferecer a este povo”¹⁴¹.

A ideia de que alguns indivíduos estariam melhor preparados para resistir ao perigo iminente da pornografia é recorrente. A respeito da experiência europeia, Lynn Hunt afirma que a pornografia como categoria regulamentada surgiu em resposta à democratização da cultura, ou seja, no momento em que o obsceno se tornou relativamente acessível, surgiu a necessidade de regulamentar, criar barreiras, censuras, restrições¹⁴². O processo seria concomitante à urbanização e ao surgimento dessa nova classe de pessoas, para as quais certos entretenimentos se tornavam mais acessíveis e, portanto, perigosos.

A própria emergência da pornografia, no decorrer do século XIX, enquanto categoria sujeita à regulamentação, está relacionada ao terror que causava às autoridades sua circulação indiscriminada entre indivíduos considerados frágeis, impressionáveis ou pouco educados. Tal fenômeno relaciona-se com a voga de teorias científicas, que viam na genética e na influência do meio social um risco muito grande de degeneração não apenas do sujeito, mas de toda a sociedade. Além disso, se fortalecia a premissa, já pronunciada por Pierre-Charles Levesque na França do século XVIII, de que eram necessárias hierarquias classificativas que permitissem distinguir a arte nobre da infame¹⁴³, o que amadurecia na ideia de *bom gosto*, amplamente difundida pelas

¹⁴¹ A nossa desgraça. *Correio da Manhã*, 15/06/1903, capa.

¹⁴² HUNT, Lynn. *Op. cit.*, p.13.

¹⁴³ Watelet, Claude-Henri e Levesque, Pierre-Charles. *Op. cit.*, p. 183.

sociedades burguesas. Baseados em tais preceitos, determinados segmentos sociais iriam distinguir as representações sublimes e ignóbeis, o que resultaria na ideia de erotismo, à qual a pornografia comumente se opõe nos debates públicos¹⁴⁴.

1.3 Um vício moderno

Outro discurso muito recorrente na imprensa nacional durante esse período era o que associava a proliferação de discursos pornográficos à circulação das “ideias modernas”. Para determinados segmentos da sociedade, portanto, ao contrário de sinalizar o atraso social em que alguns acreditavam estar imersos, a pornografia, compreendida como consequência da modernidade, estaria ameaçando os valores tradicionais que, de acordo com essa perspectiva, sustentavam a ordem. *O Apóstolo*, periódico católico editado entre 1866 e 1901 na capital, foi exemplar nesse sentido. Esse jornal surgiu justamente no contexto da crise entre as autoridades imperiais e eclesiais¹⁴⁵, conhecida como *Questão Religiosa*¹⁴⁶.

A adesão do clero brasileiro ao movimento de “romanização” da Igreja foi resultado de processos e tensões mais antigos e complexos. De acordo com Cristian José Oliveira Santos, historicamente o anticlericalismo foi uma reação à interposição da Igreja em temas que seus apologistas julgavam de caráter estatal¹⁴⁷. Na Europa, o impacto das revoluções burguesas no âmbito político e na produção de conhecimento iria desmistificar vários dogmas religiosos ao longo do século XIX, intensificando o sentimento anticlerical¹⁴⁸. Tal sentimento, de acordo com o autor, muito embora tenha sido especialmente forte na França, “é, essencialmente, o fundamento de qualquer regime republicano”, tendo se desenvolvido notadamente na América Latina¹⁴⁹. Isso gerou uma

¹⁴⁴ Elaboro melhor a questão da alegada distinção entre erotismo e pornografia nas Considerações Finais deste trabalho.

¹⁴⁵ ABREU, Martha Campos. “*O império do divino*”: *Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1996, p. 350.

¹⁴⁶ Assim ficou conhecida a divergência entre a Coroa brasileira e a Igreja, personificada especialmente na figura de dois bispos que, em 1870, desacataram a autoridade real em favor das orientações papais e acabaram presos.

¹⁴⁷ SANTOS, Cristian José Oliveira. *Padres, Beatas e Devotos. Figuras do Anticlericalismo na Literatura Naturalista Brasileira*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literaturas – Universidade de Brasília, 2010, p. 67.

¹⁴⁸ Santos cita, por exemplo, o impacto da Comuna de Paris nesse processo, e as descobertas no campo da microbiologia e genética, assim como o advento da psicanálise, como elementos desestabilizadores de tais dogmas. *Ibidem*, p. 68-70.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 71.

ação reacionária por parte do clero¹⁵⁰, contexto no qual emergiu o ultramontanismo, movimento empenhado na romanização das igrejas, que pretendia submetê-las à autoridade papal, secundarizando o poder dos governos¹⁵¹. Desse modo, no Brasil os movimentos de laicização suscitaram reações que reafirmavam a base católica do regime monárquico e das quais *O Apóstolo* foi um importante vetor.

As tentativas de laicização do Estado, empreendidas a partir de meados do século XIX, acirraram as divergências entre Igreja e Estado. Traços reacionários desse fenômeno ficavam evidentes na condenação da “civilização moderna” que, a partir dessa perspectiva, arrastava a sociedade para a corrupção e imoralidade¹⁵². Baseando-se em argumentos antimodernos que retomavam temas do século XVIII e início do XIX, seus apologistas compreendiam a separação entre Estado e Igreja como uma “extravagância” legada pela Revolução Francesa¹⁵³.

O Apóstolo foi um dos veículos que mais denunciou o que entendia como *pornografia* – e possivelmente também aquele que por *pornografia* entendeu uma variedade maior de coisas. No cerne das críticas ao que acreditavam ser uma verdadeira epidemia pornográfica, os redatores desse jornal quase sempre envolviam a experiência francesa e o projeto civilizacional que esse país representava para os intelectuais brasileiros. Em número de 1885, por exemplo, foi elaborada uma dura crítica condenando e deplorando “a educação que, em nome das ideias modernas e da ciência”, se ministrava “não só em nossos estabelecimentos de instrução, como nas famílias”. Acusava-se especialmente os intelectuais e a imprensa de copiarem da Europa “ideias modernas” a partir das quais, em nome da ciência e da razão, se promovia a “anarquia”, a “revolta” e a “corrupção dos costumes”, este último, por meio da “pornografia”¹⁵⁴.

As hostilidades vinham de longa data. Como observa Maria Tereza Chaves de Mello, o racionalismo iluminista teve forte influência nas elites brasileiras desde o princípio do século XIX e o baixo nível intelectual do clero, aliado às manifestações de pompa e credices da Igreja no Brasil, não impressionavam nem atraíam as elites

¹⁵⁰Embora, como aponta Cristian dos Santos, na primeira metade do século XIX ela tenha feito algum movimento no sentido de acolher ideias liberais. *Ibidem*, p. 69.

¹⁵¹A partir de meados do século XIX o Papa Pio IX decretou diversas bulas nas quais reiterava a infalibilidade papal e a autoridade de Roma perante os reinos terrestres. Ficou conhecido como romanização o processo de adesão do clero aos decretos papais. *Idem*.

¹⁵² Tal condenação faz parte das propostas de Pio IX, inclusive.

¹⁵³ ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 88-89.

¹⁵⁴ *O Apóstolo*, 17/06/1885: 1.

dirigentes. Isso contribuiu, segundo a autora, para a disposição mental dos intelectuais brasileiros aos princípios positivistas, ao cientificismo e à fé na razão como ferramenta para reconstruir sociedade e Estado¹⁵⁵.

Não por acaso, portanto, para os redatores de *O Apóstolo* a França parecia ser o principal vetor de tais ideias e o pior exemplo de suas consequências nefastas. Outro editorial denunciava “a crise pornográfica” que estaria atravessando “a literatura contemporânea na França”, afirmando que tanto na capital quanto nas províncias, vendia-se dez livros pornográficos para cada um que não o fossem e a pornografia empestava também os teatros e salões, impregnando, por fim, todos os costumes e toda a política. Assinalava-se ainda que “a invasão da pornografia na literatura e nos costumes” seria o sinal inequívoco “de uma profunda decadência moral”, chamando à atenção para o fato de que “esse desregramento crescente de imoralidade” coincidiria “com a guerra feita à religião e à Igreja”¹⁵⁶. Alguns anos depois, em 1889, *O Apóstolo* noticiou de forma jocosa a recorrência de processos contra os “escritos imorais” na França como um sintoma de barbárie. O redator usava a ironia para associar a sedição dos costumes às “ideias modernas”, mirando dessa vez o Brasil:

Bem o temos dito! A velha Europa vai caindo de um modo deplorável para a retaguarda da civilização! A dianteira hoje nos pertence, a nós os brasileiros (...). Aqui o que não for pornografia é obscurantismo e retrógado; portanto, já deixamos a Europa a perder de vista em adiantamento de cultura e costumes.¹⁵⁷

Os padres encarregados de *O Apóstolo* foram ainda os responsáveis por um dos usos mais curiosos da ideia de pornografia em fins do século XIX: o que a associava ao divórcio. Em 1893 o deputado Érico Coelho¹⁵⁸ apresentou ao Congresso o primeiro de muitos projetos de lei favoráveis ao divórcio que ele viria a elaborar ao longo dos anos seguintes¹⁵⁹. Suas iniciativas encontraram forte resistência em diversos segmentos sociais

¹⁵⁵ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: Cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p.94-95.

¹⁵⁶ *O Apóstolo*, 19/06/1885, p. 2.

¹⁵⁷ *O Apóstolo*, 13/02/1889, p.2.

¹⁵⁸ Érico Coelho era médico por formação e iniciou a vida política no Partido Conservador. No final do Império, contudo, tornou-se republicano ferrenho. Com advento da República, elegeu-se deputado pelo Rio de Janeiro em diversas ocasiões e chegou a ocupar também o cargo de senador.

¹⁵⁹ O divórcio havia sido discutido durante a elaboração da Constituição em 1891, mas a despeito dos esforços de Lopes Trovão e outros constituintes favoráveis à sua implementação, ele não foi incluído no

e da imprensa, que aderiram ao discurso da Igreja contrário à sua implementação, e foram sistematicamente derrotadas na câmara. A proposta, assim como o próprio Erico Coelho em pessoa, fora interpretada pelos detratores como pornográfica. Tratava-se, de acordo com tais discursos, de mais uma “ideia moderna” importada de além-mar.

Em 1884, quando a lei do divórcio foi aprovada na França, a *Revista Ilustrada*¹⁶⁰ dizia que em breve estaríamos aderindo a ela também, “pois quase sempre o que é aplaudido em França, acaba por ser aplaudido no Brasil. Vem-nos de Paris as modas”¹⁶¹. No cerne do debate, tanto para os favoráveis à lei quanto para os que a repudiavam, estava a moralidade. A França emergia assim em alguns discursos como um modelo da sensatez moderna, que daria fim à imoralidade que assolava os casamentos mantidos sem amor, apenas por força da lei. É possível perceber, portanto, que mesmo entre os apologistas do divórcio o argumento continha traços moralistas. Como resumiu Borja Reis em 1893 no jornal *O Tempo*, para os defensores da lei seria “uma barbaridade negar o divórcio”, pois se as esposas já podiam ser abandonadas “para as entregar à prostituição”, porque os homens não haveriam de poder deixá-las livres para recomeçar?¹⁶².

Na *Gazeta de Notícias* dizia-se que o divórcio era “um princípio de moral”, e que a lei viria para “evitar ou o sacrifício ou a prostituição da mulher, a imoralidade do marido, as relações ilícitas, tudo quanto constitui um ataque à dignidade conjugal”¹⁶³. No jornal *Cidade do Rio*, Lourenço Antunes assinou um artigo em defesa da lei em que dizia que um

lar sem amor e sem lealdade é o mais poderoso fator de perversão moral da humanidade. Nada prejudica mais a família do que esses simulacros conjugais, que servem de valhacouto ao lenocínio e de porta travessa a todos os vícios¹⁶⁴.

texto da lei. CARNEIRO, Nelson. *A Lei nº 6.515: crítica e autocrítica*. In: **Revista de Informação Legislativa**, v. 21, nº 81, jan/mar. 1984, p. 46.

¹⁶⁰ Fundada em 1876 por Ângelo Agostini, a *Revista Ilustrada* anunciava-se como um periódico independente, crítico e apolítico. Em diversas ocasiões o jornal havia se posicionado contra o ultramontanismo. PIRES, *Maria da Conceição*. *Centenário do traço: o humor político de Ângelo Agostini na Revista Ilustrada (1876-1888)*. In: **Fundação Biblioteca Nacional**, p. 36. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao//centenario-traco-humor-politico-angelo-agostini-revista/maria_conceicao.pdf. Acesso em: 02/01/2019.

¹⁶¹ *Revista Ilustrada*, 31/08/1884, p.3.

¹⁶² *O Tempo*, 17/06/1893, p.2.

¹⁶³ *Gazeta de Notícias*, 05/09/1884, p. 2.

¹⁶⁴ *Cidade do Rio*, 02/03/1896, p.1.

Em outras falas, no entanto, o divórcio viria para sacralizar a imoralidade pública e não seria preciso “narrar ao senado” o que havia produzido “a lei do divórcio de 1892 em Paris”, bastando dizer “que esta capital se tornou a Roma dos outros tempos”¹⁶⁵. Nesses discursos o divórcio emergia como a institucionalização do “adultério”, da “prostituição” e da “pornografia”, sendo Erico Coelho, ele próprio, um indivíduo “pornográfico”, que insistia em “derramar biles contra os padres”, e “ao lado da imoralidade de sua linguagem baixa, torpe” viria “a pornografia desbragada, indigna até de garotos”¹⁶⁶.

É notável que nas duas últimas décadas do século XIX tenham sido recorrentes termos como “imoralidade”, “prostituição”, “adultério” e “pornografia” nos debates públicos a respeito do divórcio, elaborados ou difundidos pela imprensa católica, sobretudo. Quando o tema foi incluído nas discussões do Código Penal, *O Apóstolo* sentenciou que “se não faltasse ainda a aprovação no senado não duvidaríamos afirmar que estava sancionada a prostituição”. Segundo o redator, “os eleitos do povo” sonhavam com uma “civilização a seu modo”, ignorando “necessidades e costumes” dos brasileiros, deixando-se “sugestionar pelas ideias modernas” nas quais se inspiraria tal lei, que “em vez de garantir a moralidade”, viria para facilitar “a prostituição”¹⁶⁷.

A eloquência certamente era uma marca do jornalismo e da política desse período, mas não creio que a escolha desses termos possa ser explicada somente por uma questão de retórica. Por um lado, há o argumento moral. Tanto detratores quanto defensores invocavam a moralidade para argumentar que ela estava sendo atacada ou preservada com a lei, respectivamente. Decidir se seria correto e justo que uma pessoa já casada, especialmente se mulher, contraísse novas núpcias, implicava em reflexões profundas que inevitavelmente culminavam na questão do sexo.

Por outro lado, e é o que nos interessa aqui mais especificamente, a mera menção ao assunto apresentava o risco de soar ofensiva e, portanto, pornográfica para determinados segmentos. Em 1896 a *Gazeta de Notícias* publicou um artigo tratando do assunto e a linguagem empregada foi suficiente para causar indignação nos redatores do *Apóstolo*:

¹⁶⁵ *Jornal do Brasil*, 16/07/1896, p.2.

¹⁶⁶ *Apóstolo*, 06/07/1898, p. 2.

¹⁶⁷ *Apóstolo*, 15/07/1898, p.1.

É a degradação de um jornal, é a baixa pornografia, é a linguagem da garotada licenciosa, é a própria torpeza!

Um jornal sério, que tem uma tradição a zelar (...) não discute daquela forma, não admite artigos naquela linguagem.

Não é só uma ofensa à moral pública, é uma injúria às famílias (...).

Não repetiremos as frases e nem queremos saber de onde elas partem: dos Euricos ou de outros materialistas, libidinosos ou sujeitos à paixões bestiais, que desejam satisfazê-las mediante o divórcio.¹⁶⁸

Como a *Gazeta* insistisse em discutir o tema, o *Apóstolo* prosseguiu acusando-a de facultar “suas colunas” a Erico Coelho, tornando suas páginas “um esgoto de torpezas, intrigas e baixeiras”, lançando mão “da pornografia, do embuste e da linguagem de garoto!”¹⁶⁹. Os redatores do *Apóstolo* deram muitas provas de que não toleravam a ideia do divórcio sob o argumento moral. Reiteravam em diversas oportunidades que aos católicos não interessava tal lei, na medida em que reconheciam a sacralidade dos laços matrimoniais, mas que os preocupavam a estabilidade social¹⁷⁰. Mesmo assim, mostraram-se especialmente escandalizados com algumas falas específicas sobre o assunto, justamente aquelas que o abordavam de forma mais direta e argumentavam o direito individual de recomeçar a vida amorosa e, conseqüentemente, a sexual.

Entre os setores contrários ao divórcio, pairava a sensação de que a sociedade brasileira entrava “em uma fase ou período de dissolução moral”, na qual havia “uma combinação contra a moral, os bons costumes e principalmente contra o lar, a família e sua instituição” e “despertam-se as paixões, suscita-se a lascívia, e todos os prazeres e gozos materiais são recomendados como única felicidade na vida”¹⁷¹. Como sinais e meios de reverter a ordem, tais discursos apontavam, entre outras coisas,

a falta de educação religiosa acompanhada dos teatros imorais, da má leitura, até o ensino dado nas escolas públicas. A pornografia, o ridículo, o respeito humano são armas manejadas pela conspiração que tem por chefe o libidinoso, o tresloucado e imoral Dr. Erico Coelho, que pretende ter tudo conseguido obtendo o divórcio absoluto.¹⁷²

¹⁶⁸ *Apóstolo*, 10/06/1896, p.1.

¹⁶⁹ *Apóstolo*, 24/07/1896, p.1.

¹⁷⁰ *Apóstolo*, 15/07/1898, p.1.

¹⁷¹ *Apóstolo*, 08/07/1898, p.1.

¹⁷² *Idem*.

Apesar do projeto ter sido derrotado na câmara e das fortes críticas dirigidas não só à proposta, mas também à personalidade e à vida particular de Erico Coelho, este prosseguiu levantando o debate. Em 1896, publicou um livro sob o emblemático título *Pornografia contra pornografia: troco aos positivistas à questão do divórcio*¹⁷³. Trata-se de um dos raros casos no Brasil, durante o período analisado, em que um indivíduo acusado de pornográfico toma para si publicamente o rótulo. É interessante perceber, nesse sentido, o fato de terem sido muito pontais as observações na imprensa a respeito do título escolhido, o que indica a abrangência dos usos possíveis do conceito de pornografia.

Não obstante os responsáveis pelo *Apóstolo* terem sido bastante violentos contra suas ideias e propostas, os ataques de Coelho na obra dirigiam-se de forma mais contumaz contra o *Apostolado Positivista*. Os artigos reunidos em seu livro ridicularizavam os postulados positivistas a respeito das relações conjugais e sexuais entre homens e mulheres e fazia isso com uma linguagem debochada e em certas ocasiões mais detalhada que de costume na imprensa brasileira daquele período. Talvez tenha sido o despojamento de sua narrativa o que reforçou a percepção, ao fim assumida até pelo próprio autor, de que a obra consistia em pornografia.

Essa hipótese, contudo, não exclui o fato de que o assunto abordado justificasse o rótulo. Em uma passagem de seu livro, Coelho narrou o diálogo que teve com uma de suas pacientes a respeito dos artigos publicados no *Jornal do Comércio*. Ela o teria clamado para que não continuasse “a ofender o pudor das famílias com suas epigramas pornográficas”¹⁷⁴. Mesmo entre seus entusiastas, os modos de dizer soaram eventualmente preocupantes. No fim de 1898, por exemplo, os jornais anunciavam que o deputado faria seu último discurso do ano sobre o tema, alertando, contudo, que o próprio Coelho prevenia o público de “que esse discurso, do meio para o fim, só poderá ser ouvido e lido por homens”, o que consternou mesmo os setores da imprensa simpáticos ao seu projeto:

¹⁷³ A obra reunia os artigos publicados pelo autor no *Jornal do Comércio*.

¹⁷⁴ COELHO, Erico. *Pornografia contra pornografia: troco aos positivistas sobre a questão do divórcio*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1896, p.38.

Esta prevenção nos enche de tristeza; ficamos de antemão sabendo que o S. Ex. vai, ainda uma vez, recorrer à pornografia para discutir um assunto tão perfeitamente humano, e por isto mesmo digno de ser tratado do mais elevado ponto de vista. S. Ex. cada vez que fala, ilaqueia as suas próprias intenções e, em vez de adiantar, atrasa a propaganda do divórcio. É o caso de aplicar a S. EX. os dois famosos versos de Bocage:
Escapará da moléstia
Se não morrer da cura.¹⁷⁵

Desse modo, é possível verificar que os usos e percepções da pornografia no Brasil em fins do século XIX designavam uma gama muito variada de temas. Os sujeitos apavorados com o desembarque de “ideias modernas” no Brasil, que inspirariam novos hábitos e costumes, foram muito pródigos em acusa-las de representarem ou promoverem a pornografia no país. Mas é curioso perceber que os discursos fluíam e os detratores eventualmente se valiam de um vocabulário “moderno” para denunciar os abusos que percebiam. Em artigo publicado em 1896, por exemplo, *O Apóstolo* comparou os “jornais livres”, “gravuras indecentes” e “romances imorais” que os pais de família imprudentemente estariam deixando entrar em casa a “focos de miasmas”, que seriam capazes de causar “mais estragos no corpo social do que as mais agudas enfermidades físicas”. Diziam eles que:

Não há dúvida de que esta licença de costumes infecciona tudo em suas águas encharcadas e saturadas de miasmas pútridos bebe com avidez tanto o menino como o velho, tanto a donzela como a mãe de família, levados pela curiosidade ou influência do meio.¹⁷⁶

Vimos que tais termos e expressões seriam muito utilizados nas denúncias contra os malefícios da pornografia elaborados por aqueles que, ao contrário dos redatores de *O Apóstolo*, costumavam atribuí-los ao atraso social e físico que julgavam persistir no Brasil. Mas para o jornal católico, como é possível perceber, os “miasmas pútridos” seriam antes um sinal dos novos tempos e atentavam, de outro modo, contra os valores percebidos por seus colaboradores como muito tradicionais, tais como o sentimento religioso e a moralidade.

¹⁷⁵ *Cidade do Rio de Janeiro*, 10/08/1898, p.1.

¹⁷⁶ *A grande epidemia*. In: **O Apóstolo**, 24/04/1896, capa.

Mas é interessante perceber que apesar de terem sido a Igreja e seus representantes os mais fervorosos críticos do que entendiam como “ideias modernas”, às quais julgavam ao mesmo tempo causa e consequência da pornografia, eles não escapavam impunemente à pecha, mas por razões contrárias. Causou sensação na imprensa um relato curioso feito por Carlos Bernardino de Moura, proprietário do jornal carioca *A Pátria*. O jornalista descreveu a visita que fez ao Frei João do Amor Divino Costa, provincial do *Convento de Santo Antônio*, sobre quem teceu muitos elogios. O frei parece ter feito fama no Rio de Janeiro por seus hábitos pouco castos. O cronista e poeta Luís Edmundo, em suas memórias, o descreveu como um sujeito “muito menos do Divino que do Amor”, conhecido “particularmente” por amar “o convívio profano das coisas desse mundo”¹⁷⁷.

Para Bernardino de Moura, entretanto, Frei João era um “ilustre homem da religião”, dotado de apreciável razão “na crítica mais acerada e sarcástica das coisas do nosso meio social”, coisa que fazia “com um desprendimento raro”. Parecia ao jornalista uma ótima coisa que Frei João, “indiferente às calúnias e difamações” e “para um fim histórico”, fosse colecionador confesso “da pornografia que aí explora a bolsa alheia escandalizando o pudor público”¹⁷⁸. Lamentavelmente, o conteúdo dessa inusitada coleção permanece um mistério, mas dada a grande oferta de “leituras para homens” anunciadas nos jornais brasileiros, sobretudo a partir da década de 1880, podemos intuir que tenha sido vasta e variada.

Reputações como a de Frei João levantavam sérias suspeitas sobre o recato do clero. Em 1888 uma coluna do jornal *Cidade do Rio de Janeiro* vociferava contra a imoralidade intrínseca da Igreja, afirmando ser o padre essencialmente imoral, por ser “eunuco” e “inútil”. O autor, ainda que ironicamente, chegou inclusive a defender a pornografia:

E depois há um ponto – os livros imorais são livros que beneficiam, são alguma coisa enfim, e que diabo têm feito os padres, que é que eles opõem aos livros imorais? As rezas? Ora bolas... ninguém hoje está disposto à oração.¹⁷⁹

¹⁷⁷ EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003, p.79.

¹⁷⁸ *A Pátria*, 01/04/1883, p. 2.

¹⁷⁹ *Cidade do Rio de Janeiro*, 12/09/1888, p. 1.

A ociosidade do clero estava no cerne das críticas que reverberavam na ideia de que a improdutividade fazia os padres imorais ou, ao contrário, a imoralidade levava o sujeito à vida ociosa do claustro. Lembremos que a lógica burguesa do capitalismo industrial impelia à positividade do trabalho como a maior virtude do indivíduo. Tal percepção, que como vimos foi amplamente difundida entre as elites liberais brasileiras, ia de encontro à própria dinâmica do clero. Em outra ocasião um jornal concluiu que “o pai” só destinava “ao seminário o filho mais estúpido, o pior educado” e:

o padre é, por conseguinte, mau, perverso, imoral, inútil porque absorve sem produzir, é uma boca que come e dois braços que nada fazem. O ócio torna-o vicioso, e um vicioso com domínio sobre as famílias, tendo o confessor para tramar à vontade os romances pornográficos que imagina nas horas de preguiça e a malandrice das sextas.¹⁸⁰

Vê-se aí a suspeita de que os próprios religiosos seriam os autores em potencial dos livros imorais, o que foi muito explorado nas narrativas pornográficas, especialmente europeias. O racionalismo iluminista fomentava o sentimento anticlerical¹⁸¹ e, sobretudo a partir do século XIX, a atenção dada ao corpo e ao estilo de vida dos religiosos – especialmente à castidade – tornou-se um “problema sanitário”¹⁸². Tal estigmatização ecoava, dessa forma, nas representações pornográficas. No caso do Brasil, de acordo com Cristian José de Oliveira Santos, o anticlericalismo tem raízes ainda mais antigas, remontando a Gregório de Matos e Padre Antônio Vieira¹⁸³, mas foi no século XIX, embasado pelas teorias científicas, liberais e, sobretudo, republicanas, que esse sentimento ganhou contornos mais intensos.

Mas é importante ressaltar que mesmo entre os entusiastas dos projetos civilizacionais amparados na ideia de progresso, não era raro que se reconhecesse aspectos nefastos da modernidade, associados à uma alegada desmoralização dos costumes. Em 1888, um colunista do *Diário de Notícias* compartilhou com o leitor a impressão que havia lhe causado um passeio pela badalada Rua do Ouvidor, no dia anterior: “Ao vermos as senhoras passeando livremente sós, sem cavalheiro, lembramo-

¹⁸⁰ *Revista Ilustrada*, 10/12/1880, p.2.

¹⁸¹ Inclusive uma das acepções do termo anticlerical, cunhado no século XIX, é justamente “pornográfico”. SANTOS, Cristian José Oliveira. *Op. Cit.*, p.36.

¹⁸² *Ibidem*, p.16-17.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 17.

nos dos tempos passados, sentindo imensa satisfação por termos nascido em um século de civilização”. Mesmo para esse apologista da modernidade, entretanto, o progresso tinha um preço, como ele conclui em seguida: “Infelizmente, em uma grande cidade, a civilização caminha a par com a desmoralização”¹⁸⁴.

Neste caso, o colunista indignava-se contra a literatura realista, que segundo ele não passava da “mais hedionda pornografia” e concorria para acentuar o quadro de dissolução moral vivido pela sociedade brasileira de então. Mas o que nos interessa, por enquanto, é refletir sobre a percepção, comungada pelos conservadores tanto quanto pelos progressistas, de que certos fatos sociais atentavam contra moralidade pública e que, entre eles, a pornografia consistia em um dos mais graves. Resta-nos indagar, portanto, as ameaças comunicadas pelo que era então compreendido como pornográfico.

1.4 O sexo vil

Vimos na introdução deste trabalho que a palavra *pornografia* esteve associada na Europa, por pelo menos um século, aos tratados sobre prostituição. A analogia está presente também nos primeiros registros do termo na imprensa brasileira¹⁸⁵. Em 1863, o *Diário de Pernambuco*¹⁸⁶ publicou a tradução de uma crônica atribuída ao escritor francês Eugène Pelletan. No trecho em que descreve a visita à casa de um sujeito que havia feito fortuna por meio da especulação financeira, seu autor nos informa que:

Nessa casa não se vê gosto algum, nem pela arte, nem um livro. Um dia só quis fazer ato de magnificência, e comprou um museu: sabeis qual? O museu de um par de França que tinha gasto seis centos mil francos a reunir todos os primores da pornografia.¹⁸⁷

¹⁸⁴ *Diário de Notícias*, 24/09/1888, p.2.

¹⁸⁵ Para esta pesquisa, consultei o acervo disponível na *Hemeroteca Digital Brasileira*, da *Fundação Biblioteca Nacional*. Busquei pelas diferentes grafias do termo *pornografia* e seus correlatos: *pornográfico*, *pornográfica*, *pornógrafo*, *pornógrafa*. A única referência anterior a este período consta em um fascículo da tradução de *Ingenue*, livro de Alexandre Dumas publicado em folhetim pelo *Diário do Rio de Janeiro* em agosto de 1855. Esta obra consiste em uma espécie de biografia romanceada de Nicolas Rétif de La Bretonne, autor francês que, como foi visto, publicou em 1769 um livro intitulado *O Pornógrafo* (*Le Pornographe*), cunhando o neologismo que daria origem ao termo moderno *pornografia*. *Diário do Rio de Janeiro*, 06/08/1855, p.1.

¹⁸⁶ *A bolsa*. In; Literatura. **Diário de Pernambuco**. 31/12/1863, p.8.

¹⁸⁷ *Diário de Pernambuco*, 31/12/1863, p.8.

O tradutor desvendou a novidade do termo entre os brasileiros em uma nota de rodapé, definindo-a como “a arte da prostituição”. Pouco tempo depois, em 1870, o vocábulo reapareceria em uma discussão pública entre os enciclopédicos Francisco Manuel de Mello e Faria Brandão a respeito da publicação do *Catálogo do Real Gabinete Português de Leitura*, organizado pelo primeiro deles. Inspirado por bibliógrafos franceses, Mello havia compilado os títulos pertencentes ao acervo do *Gabinete Português de Leitura*, reunindo sob a égide da “prostituição” uma série de livros sobre o tema. Isso escandalizou certo comentarista, que, sob um pseudônimo, criticou o *Catálogo* de Mello na imprensa. O autor presumiu que a crítica havia partido do colega de ofício Faria Brandão e o respondeu nominalmente em um longo artigo publicado no *Jornal do Comércio*¹⁸⁸. Replicando a acusação de que teria “erigido um altar”, “aberto uma sala” e “dedicado um título” à prostituição em seu catálogo, Mello justificou-se:

No *Nouveau Manuel de Bibliographie Universelle* uma enumeração de livros sobre a história, a parte anedótica, a legislação, a higiene e a política da prostituição, vem... adivinhe o Sr. Paulo Faria de onde vem. Debaixo da rubrica *Prostitution*. De per si só isto, dispensava-me de aduzir outros argumentos¹⁸⁹.

Em seguida, ele revelou-se familiarizado com a categoria pela qual o assunto poderia ser identificado, afirmando que “em vez de dar à classe do seu nome nu e cru”, sabia “que lhe podia chamar ‘pornografia’”. Sua fala demonstra que nesse momento o termo “prostituição” era mais inteligível para o público brasileiro e, portanto, mais agressivo, mais “nu e cru” que o correlato. Todavia, Mello justifica sua opção pela expressão mais polêmica naquele momento, afirmando que de outra forma seria

menos claro e em troca sofrivelmente arriscado a dúvidas. Os dicionários consignam ao vocábulo ‘pornografia’ a dupla acepção de ‘tratado sobre a prostituição’, e ‘pintura obscena’.¹⁹⁰

¹⁸⁸ *Jornal do Comércio*, 22/05/1870, p.1.

¹⁸⁹ *Idem*.

¹⁹⁰ *Idem*.

É notável a respeito destes registros que eles tenham se proposto a uma definição, o que sinaliza a novidade da expressão entre os leitores brasileiros, e que essa elucidação esteja em sintonia com discussões que, como sabemos, estavam sendo empreendidas na Europa pouco tempo antes. No entanto, quando a palavra se popularizou na imprensa nacional, o que viria a ocorrer a partir de 1880¹⁹¹, a associação com a arte ou com os estudos sobre a prostituição já não seria notada, ao menos não nesses termos. No Brasil, embora o meretrício tenha sido tema de inúmeros estudos no campo da medicina social desde a primeira metade do século XIX¹⁹², não há evidências de que esses autores tenham reivindicado para si o título de pornógrafos, à moda de seus congêneres franceses. Mesmo Manuel de Mello, que apresentou a acepção científica como uma possibilidade, não empreendeu uma disputa pelo termo, que lhe parecia “sofrivelmente arriscado” em virtude do duplo sentido que abarcava.

A definição segundo a qual a pornografia seria um “tratado sobre a prostituição” pode ser encontrada nos manuais léxicos ainda hoje, mas desde meados do século XIX ela foi gradualmente perdendo espaço para outra, que a associava às representações sexuais. Daniel Wanderson Ferreira, que privilegiou os dicionários ao analisar os usos da palavra na língua portuguesa, constatou que a raiz grega não teria sido determinante para os sentidos que o termo abarcaria desde então¹⁹³. De acordo com esse autor, quando o termo passou a ser utilizado em português a ligação com as raízes gregas já era então intermediada “pela referência cultural francesa e sua centralidade na vida sociocultural do Ocidente no século XIX”¹⁹⁴.

Todavia, no Brasil tal referência se expressou também a partir de um mercado do prazer que, inspirado pelos moldes franceses, incluía pornografia e prostituição. É nesse sentido que, creio eu, ambas as práticas se reaproximam, não no léxico, mas no imaginário e universo de consumo do qual fazem parte. Na *belle époque* carioca, sobretudo, frequentar as prostitutas “francesas” era um distintivo social¹⁹⁵. Chamadas também de

¹⁹¹ Entre as fontes disponíveis na *Hemeroteca Digital Brasileira*, com exceção dos registros já citados o termo só reapareceria a partir de 1881.

¹⁹² Magali Engel dedicou todo um trabalho aos discursos médicos a respeito da prostituição no Brasil. Para a autora, a primeira tese a privilegiar o meretrício foi defendida em 1845 pelo Dr. Herculano Cunha. ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 56.

¹⁹³ FERREIRA, Daniel Wanderson. *Op. Cit.*, 2011, p. 49.

¹⁹⁴ *Idem*.

¹⁹⁵ Sabe-se que nem todas as “francesas” eram francesas de fato. O rótulo designava as meretrizes de “alto bordo”, associadas ao luxo e à elegância. MEDEIROS, Lená. *Os estrangeiros e o comércio do prazer das ruas do Rio (180-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 44.

“cocotes”, essas mulheres compareciam aos espaços da elite, vestiam-se luxuosamente e ostentavam joias. De acordo com Margareth Rago, tanto a circulação e exibição pública de prostitutas quanto a oferta de publicações pornográficas seriam alguns dos sintomas da “produção de uma nova economia do desejo” no Brasil de *fin de siècle*, em torno da qual se desenvolveu todo um mercado, fortemente orientado pelo que se consumia nos círculos da burguesia francesa:

Divulgavam-se, ao lado de inúmeras tecnologias importadas, novos equipamentos do desejo: desde roupas íntimas de mulher, fetiches como ligas, calcinhas rendadas, meias pretas, até perfumes afrodisíacos, drogas, objetos de flagelação ao gosto do freguês, revistas pornográficas e filmes proibidos¹⁹⁶.

A autora demonstra que uma verdadeira indústria voltada para a estimulação sexual se construiu a partir da mitologia da meretriz francesa, o que sinalizava o desejo de tornar-se moderno, e essas mulheres teriam inclusive contribuído para a assimilação de novos padrões de conduta europeizados¹⁹⁷. A elas se opunham as “polacas”, grupo majoritariamente formado por mulheres traficadas, sobretudo do leste europeu, que junto às brasileiras, negras e mestiças, compunham o baixo meretrício de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Ao contrário da mítica francesa, estas últimas eram associadas à miséria, ao atraso e, contra elas, a hostilidade social e das autoridades foi intensa¹⁹⁸. Dessa forma, determinada prostituição era mais tolerada e até cobiçada, enquanto outra era alvo do policiamento higiênico. De maneira semelhante, os dissensos em relação à percepção de que algo era ou não pornográfico perpassavam valências tais como “bom gosto”, “gramática” e “elegância”, atendendo também a uma hierarquização, que em diversos momentos operou como distintivo de classe, como veremos ao longo de todo o trabalho.

O importante a se assinalar por ora, é que prostituição e pornografia, durante o período analisado, integravam o mesmo universo de consumo e prazer. De acordo com Margareth Rago, no decorrer do século XIX difundiu-se na burguesia francesa uma ampla

¹⁹⁶ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.90.

¹⁹⁷ RAGO, Margareth. *Ibidem*, p.98.

¹⁹⁸ MEDEIROS, Lená. *Op. Cit.*, p. 44

indústria e um movimentado comércio em torno da prostituição, expressando novas formas de desejo¹⁹⁹, e no Brasil da virada do século, ansioso por um ideal de modernidade,

juntamente com a venda do prazer, o mundo da prostituição destilava práticas eróticas, sexuais e sociais mais refinadas, já que aí se praticavam formas de sociabilidade referenciadas pelos padrões da cultura europeia²⁰⁰.

A principal ameaça que ambas as práticas – prostituição e pornografia – comunicavam era, evidentemente, de ordem sexual. Um dos aspectos singulares das sociedades burguesas a partir do século XIX diz respeito à obstinação em se construir uma “ciência da sexualidade”. O fenômeno se inscreve na paulatina incitação aos discursos sobre o sexo que vinha se intensificando desde o século XVI, na Europa²⁰¹ e ganhou contornos institucionais muito persistentes entre os séculos XVIII e XIX, como Michel Foucault evidencia no primeiro volume de seu clássico *História da Sexualidade*. Esse autor associou a emergência de uma “polícia do sexo”, cuja finalidade seria gerir a sexualidade por meio de discursos que a tornassem útil, ao surgimento de uma população urbana e suas consequências para o Estado e a sociedade²⁰². Nesse momento, o sexo passou a ser não apenas julgado, mas sobretudo administrado: “regula-se, gere-se, insere-se em sistemas de utilidade que pretendem fazê-lo funcionar, para o bem de todos, num padrão ótimo”²⁰³.

A profusão de discursos a respeito do lugar da arte considerada obscena – assim como sobre a prostituição – se inscrevem assim em um contexto mais amplo de regulamentação da sexualidade legítima, útil, produtiva, saudável. Isso implicaria necessariamente na existência de sua ameaçadora antagonista: a sexualidade perversa, indesejável, que se não pode ser expelida da sociedade, precisa ser regulamentada, controlada e, portanto, classificada. No que diz respeito à pornografia, além dela frequentemente representar sexualidades e práticas interditas pela higiene sexual burguesa, compreendia-se que engendraria maus hábitos.

¹⁹⁹ RAGO, Margareth. *Op. Cit.*, p.102.

²⁰⁰ *Ibidem*, p.25.

²⁰¹ FOUCAULT, Michel. *Op. cit.* p.17-18.

²⁰² *Ibidem*, p.28-29.

²⁰³ *Ibidem*, p.27.

Cabe destacar, nesse sentido, a influência do campo médico que se desenvolveu no Brasil na primeira metade do século XIX, profundamente inspirado pelos congêneres europeus.²⁰⁴ Como aponta Magali Engel, durante a segunda metade desse século os temas mais frequentemente explorados pelos médicos brasileiros em suas teses seriam os relacionados à insalubridade urbana e “os aspectos higiênicos do casamento, das relações sexuais, da mulher e da criança”²⁰⁵. No que diz respeito à sexualidade, entre as premissas sustentadas estaria a ideia de que o desejo sexual, muito embora correspondesse a uma exigência fisiológica natural e saudável, poderia facilmente converter-se em “vício” e “veneno”, fosse pela sua ausência ou excesso²⁰⁶.

Nestes casos, o indivíduo “doente” estaria ainda sujeito à degeneração física²⁰⁷ e apresentaria o risco de contágio social, uma vez que, como vimos, também o corpo da sociedade era compreendido a partir de determinada ideia de fisiologia. O sexo higiênico prescrevia distância dos bordéis e dos aditivos sexuais que poderiam impelir ao ato e, presumia-se, tinham justamente esse propósito. A masturbação era um dos problemas que se pretendia prevenir com tais continências. Jurandir Freire Costa demonstra que o combate dos médicos contra esta prática, que era considerada um “vício”, começava ainda na infância. Medidas profiláticas incluíam restrições alimentares, práticas esportivas, estratégias que impedissem os jovens de se isolarem, sobretudo na hora de dormir²⁰⁸, e, evidentemente, a proibição aos aditivos que pudessem despertar a libido.

Mas a pornografia poderia inspirar outros “vícios”. Margareth Rago, em um artigo a respeito da higiene sexual no matrimônio, reuniu alguns dos preceitos mais amplamente difundidos pela medicina da época. Era prescrito desde a posição do casal no momento derradeiro até o intervalo necessário entre uma cópula e outra para o bom funcionamento da saúde física e mental de ambos²⁰⁹. Em uma sociedade na qual até o sexo praticado consensualmente entre pessoas casadas deveria, teoricamente, atender a certos rigores, o consumo de estimulantes punha em risco o equilíbrio higiênico. Afinal, a pornografia frequentemente representava práticas interditas, como o adultério e o sexo anal, por exemplo.

²⁰⁴ Sobretudo a partir de 1830, quando foram criadas a *Academia Imperial de Medicina* e a *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* ENGEL, Magali. *Op. Cit.*, p. 38.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 46.

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 71.

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 72.

²⁰⁸ COSTA, Jurandir Freire. *Op. Cit.*, p. 188-189.

²⁰⁹ RAGO, Margareth. *O prazer no casamento*. In: **Cadernos Pagu**. Série 2; n°7, 1996, p. 05.

Laurence O’Toole, chama a atenção para dois argumentos recorrentes do debate em torno da pornografia: a ideia de que existem coisas que ofendem as “sensibilidades” e caráter degradante a ela atribuído. Subentende-se uma poderosa capacidade de corromper a virtude²¹⁰. Ela “engendra maus hábitos”²¹¹. Além de incitar o desejo, a pornografia encena uma série de práticas e hábitos sexuais que, comumente, não são legitimados pela sociedade, pela religião e pelo Estado. Além disso, é importante destacar que o policiamento dos hábitos sexuais cumpria uma função especialmente importante em sociedades como a brasileira, na qual a miscigenação passava a ser compreendida como uma das razões do atraso civilizacional percebido pelas elites intelectuais.

Desse modo, ao longo do século XIX os médicos brasileiros se destacariam como paladinos do projeto civilizador²¹² e, profundamente inspirados pela produção de seus congêneres europeus, se empenhariam em aplicar os preceitos da chamada “higiene sexual” à realidade nacional²¹³. Mas abordar o sexo era uma empresa cheia de perigos e poderia ser arriscada para as reputações, mesmo quando a intenção fosse justamente alertar sobre sua ameaça. De acordo com Michel Foucault, um aspecto singular a respeito da incitação aos discursos sobre o sexo, sobretudo no século XIX,

não são todos esses escrúpulos, o ‘moralismo’ que revelam, ou a hipocrisia que neles podemos vislumbrar, mas sim a necessidade reconhecida de que é preciso superá-los²¹⁴.

Walter Kendrick discute os meandros dos pornógrafos sanitaristas europeus dos séculos XVIII e XIX²¹⁵ e os ilustra muito espirituosamente, afirmando que a ambiguidade

²¹⁰ O’TOLLE, Laurence. *Pornocopia: porn, sex, technology and desire*. London: 4 Blacstock Mews, 1999, p.12.

²¹¹ GOULEMOT, Jean-Marie. *Esses livros que se leem com uma mão só: Leitura e leitores pornográficos no século XVIII*. São Paulo: Discurso Editorial, 2000, p.149.

²¹² ENGEL, Magali. *Op. Cit.*, p. 39.

²¹³ É importante destacar, contudo, que nem sempre houve consenso no interior do campo médico quando ao que viria a ser o ideal em termos de higiene sexual. José Leopoldo Ferreira Antunes é um dos autores particularmente críticos à noção de “medicalização da sociedade” nesse período. Esse autor argumenta que não houve uma “racionalidade uma impressa na intervenção médica dirigida aos temas da moral”. ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 166.

²¹⁴ FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade: I – A Vontade de Saber*. 13º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.27.

²¹⁵ Embora Kendrick (*Op. cit.*, p.41) defenda que Rétif tenha cunhado o neologismo sem supor seu sentido pejorativo e sem jamais ter lido Ateneu, por exemplo, ele parece ter defendido seu título de uma possível interpretação maldosa por parte dos leitores, que supunha estarem “sorrindo” diante do “nome semibárbaro” que havia adotado. Isso indica que o autor sabia que o tema, assim como o termo escolhido para apresenta-

inerente nos primeiros usos do termo indicava a dificuldade em precisar de qual lado da pena se encontrava a puta²¹⁶. Entre os que se preocupavam com o meretrício enquanto problema social, foi recorrente a necessidade de reafirmar os propósitos científicos ou humanitários da empreitada, na tentativa de demarcar a distância que acreditavam manter dos demais “pintores de putas”. Isso por que, a despeito da relação distinta que mantinham entre autor e objeto, ambos os pornógrafos abordavam um assunto delicado, do ponto de vista moral. Apresentava-se assim o dilema da audiência: na cruzada contra o sexo percebido como anômalo, médicos, juristas e reformadores buscavam o apoio social com a publicação de suas obras, mas incorriam assim no risco de instigarem no público aquilo que pretendiam erradicar.

No Brasil, isso pode ser observado também entre os médicos preocupados com a prostituição pelo menos desde anos 1840²¹⁷, mas um caso exemplar foi o do jurista Francisco José Viveiros de Castro. Em 1895 ele publicou a obra *Atentados ao Pudor: estudo sobre as aberrações do instinto sexual*, na qual tratava do comportamento sexual considerado anômalo pela ciência médica e jurídica de então. Esse autor se destacou no campo jurídico brasileiro especializando-se nos crimes sexuais, tarefa que empreendeu fortemente amparado por teorias médicas em voga na Europa, contribuindo assim para estabelecer a dicotomia entre a sexualidade *sadia* e a *patológica* no Brasil. Como ele próprio confirmava, “esse assunto quase despercebido entre nós tem seduzido na Europa as inteligências mais privilegiadas”²¹⁸.

De forma muito semelhante aos pornógrafos sanitaristas franceses, Viveiros de Castro procurou se mostrar incontaminado pelas mazelas sobre as quais se propunha a lançar luz: “Apesar do assunto provocar em toda a alma delicada um natural sentimento de repulsa, tentou-me, contudo, pelo lado humanitário”²¹⁹. Sabia, a despeito disso, que suas esmeradas justificativas não o imunizariam completamente:

lo, poderiam naturalmente ser compreendidos como motivo de constrangimento, tanto para os seus leitores quanto para ele próprio. Apesar disso, ele justificava o empreendimento pela necessidade de enfrentar os abusos sobre os quais dissertava: “Por que deveria ter vergonha de falar dos abusos que pretendemos reformar?”. RETIF, Nicolas. *Op. cit.*, p.23. No original: « Je te vois sourire: le nom demibarbare de pornographe erre fur tes lèvres. Il ne m'effraie pas. Pourquoi ferait-il honteux de parler des abus qu'on entreprend de réformer? ».

²¹⁶ KENDRICK, Walter. *Op. cit.*, p. 33.

²¹⁷ ENGEL, Magali. *Op. Cit.*, p. 55.

²¹⁸ CASTRO, Francisco José Viveiros de. *Atentados ao Pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*. Rio de Janeiro: Editora Freitas Cardoso, 1934, p.6.

²¹⁹ *Ibidem.*, p.5.

Eu bem sei que este livro, escrito em um fim humanitário e sob um critério rigorosamente científico, vai despertar as críticas de um certo número de moços que poluem nesta cidade (...). A natureza escabrosa do assunto deste livro vai fornecer-lhes largo tema à sua habitual maledicência. Não de gritar que é uma obra pornográfica, imunda, imoral.²²⁰

É interessante perceber, portanto, que embora não existam evidências de que Viveiros de Castro ou algum de seus colegas tenham se entendido como pornógrafos em virtude dos temas escabrosos aos quais se dedicavam, sabiam-se sujeitos ao rótulo, do qual procuravam desesperadamente se defender.

As suspeitas de que poderiam ser mal interpretados encontravam eco na imprensa da época. Em uma nota moderadamente elogiosa publicada na *Gazeta de Notícias* em abril de 1895, ficava evidente a premissa de que a obra de Viveiros de Castro poderia ser consumida com pelo menos dois propósitos: “Para uns terá o encanto de explicar pela ciência o que parece crime; para outros terá o encanto maior ainda da narração de coisas apimentadas, algo escandalosas”²²¹. Outro comentário a respeito da publicação dizia que noticiá-la era “uma empresa cheia de perigos”, pois demandava

falar sem embaraço da obra, inventar uma linguagem que ficasse fora do alcance do comum dos leitores, - porque o assunto é escabrosíssimo, e o noticiarista, levando um pouco longe a sua análise, arrisca-se a cair no terreno da pornografia²²².

O próprio autor tratou de resumir o furor causado pelo assunto abordado no prólogo da segunda edição da obra:

Os Atentados ao Pudor tiveram logo ao ser publicados um verdadeiro sucesso de escândalo. Afirmavam que era um livro pornográfico, de uma obscenidade revoltante, escrito para deleite dos devassos e excitação de velhos impotentes. Um grave conselheiro, de uma inocência mais pura do que o lírio dos vales de uma castidade mais branca do que a neve das montanhas, dizia que era nova martinhada,

²²⁰ *Ibidem.*, p.9.

²²¹ *Gazeta de Notícias*, 30/04/1895, p.1.

²²² *Gazeta de Notícias*, 12/05/1895, p.2.

confessando, entretanto, que os seus olhos piedosos não tinham pousado sequer um momento sobre as páginas venenosas do perigoso livro. Alguns repórteres com exagerada pretensão a espirituosos todas as vezes que referiam fatos escabrosos achavam meio de fazer alusões malignas ao meu trabalho.²²³

Quando *Atentados ao Pudor* foi publicado, em 1895, não apenas o termo pornografia já era bastante popular na imprensa brasileira, como também o eram os *livros para homens*, nomenclatura pela qual a literatura percebida como pornográfica ficaria também conhecida. O próprio autor apontava o consumo de pornografia como um fator decisivo para algumas das “anomalias” às quais se dedicava, como é o caso do lesbianismo, por exemplo que segundo ele teria como uma das causas a “literatura moderna”. Na obra são mencionados alguns romances que segundo ele tratavam o assunto “com certa moderação e reserva”, mas são rechaçados outros que, “sob o pretexto de estudarem um caso patológico”, apresentariam “o vício em todas as suas particularidades obscenas e cruas”, “descrevendo-a como a mais delicada e a mais divina de todas as sensações”. Para o autor, tal expediente despertaria nas mulheres “curiosidades terríveis”:

Duas amigas se encontram, falam do romance que ambas leram, experimentam ao vivo a sensação que o escritor tão ardentemente descreveu, gostam do ensaio, transmitem adiante a descoberta, iniciam outras no segredo. E Safo assim vai conquistando adeptos, propagandistas de seu culto.²²⁴

Chama a atenção, portanto, o quão complexa poderia ser a questão da intenção e audiência. O autor dedicou uma obra aos “vícios” sexuais que segundo sua perspectiva seriam causa e consequência de leituras pornográficas, repudiou os livros que disseminavam a depravação sob o falso pretexto científico, mas foi ele próprio eventualmente acusado desse mesmo expediente. Além disso, os tais “vícios” seriam, tanto quanto as leituras que os inspiravam, resultado da modernidade. Sobre o lesbianismo, por exemplo, Viveiros de Castro se mostrava surpreendido que não se ostentasse de maneira muito escandalosa no Rio de Janeiro, uma vez que a capital seria

²²³ CASTRO, Francisco José Viveiros de. *Op. cit.*, p.12.

²²⁴ *Ibidem.*, p.200-201.

“uma cidade cosmopolita” e “cheia de estrangeiros”, que traziam “os requintes e os vícios de além-mar” e na qual os habitantes cultivavam o “prurido de macaquear Paris”²²⁵.

Os “requintes e vícios” seguramente incluíam o mercado do qual falou Margareth Rago, que reunia no mesmo universo de comércio e prazer o que se entendia como pornografia e prostituição. Também no Brasil, portanto, a popularização de livros, imagens e entretenimentos percebidos como pornográficos em virtude de seu conteúdo sexual mais ou menos explícito foi um acontecimento concomitante à intensificação do meretrício. De acordo com Lená Medeiros, a partir de 1870 a prostituição se intensificou no país, incrementada pela exploração das “escravas de ganho”²²⁶ e pelo chamado “tráfico de brancas”²²⁷, passando a ser encarada “como um dos escândalos da modernização”²²⁸.

Esses fenômenos estavam relacionados ao crescimento urbano, industrial e à emergência, fortemente influenciada pelos moldes franceses, de novas práticas e hábitos sociais. A necessidade de classificar pornografia e prostituição nesse momento é um dado crucial para que possamos compreendê-las. Ambas se tornaram um problema social, demandando novas classificações e regulamentação por parte do Estado, a partir do momento em que, incorporadas pelo capitalismo em franco desenvolvimento, se converteram em mercadoria cada vez mais acessível por uma variedade maior de pessoas.

Os primeiros usos e percepções da pornografia no Brasil, localizados no final do século XIX, embora designassem uma gama muito variada e às vezes ambígua de temas, discursos e comportamentos, sinalizavam sua inserção problemática no meio social. Assim como a prostituição, a pornografia era compreendida como uma das consequências nefastas da urbanização, e isso se expressava ora pela adoção de hábitos modernos e estrangeirismos, ora pela persistência de vícios e comportamentos atrasados. Em ambos os casos, a cidade grande seria um terreno fértil para a disseminação pornográfica, em virtude do risco de contágio social que ela apresentava.

²²⁵ *Ibidem.*, p.201.

²²⁶ MENEZES, Lená Medeiros de. *Op. Cit.*, p. 24.

²²⁷ *Ibidem.*, p. 25.

²²⁸ *Ibidem.*, p. 22.

De acordo com a perspectiva que poderíamos designar antimoderna, os novos hábitos e costumes seriam os responsáveis por um processo de desmoralização social. Trata-se de uma forma muito interessante de refletir sobre as classes percebidas como “perigosas” em um Brasil extremamente atento a teorias de modernidade e civilização, que perpassavam questões indubitavelmente relacionadas à raça, gênero e classe. Por razões presumíveis o terror causado pela miscigenação implicava em restrições às práticas sexuais e maritais dos indivíduos, especialmente mulheres brancas e bem-nascidas, por exemplo. A obscenidade sexual entre indivíduos de cores, origens e posições sociais distintas punha em risco os projetos de modernização fundamentados na ideia de pureza racial, pois ameaçava-os com a degenerescência.

Essa não foi uma prerrogativa da experiência brasileira. De acordo com Walter Kendrick, que analisa a emergência da pornografia na Europa e Estados Unidos, desde o final do século XVII o passado passou a ser interpretado nas sociedades “ocidentais” a partir de duas perspectivas: ele poderia ser idílico, genuíno, natural e, portanto, ingênuo, ou ao contrário, seria brutal, imundo e rude²²⁹. Mas no caso brasileiro, os usos e percepções da pornografia foram utilizados, como vimos, para traduzir sentimentos semelhantes. No Brasil de *fin de siècle*, no qual se opunham os ansiosos pela modernidade e os saudosos da tradição, percebemos que ambos comungavam do horror à pornografia: diferia o modo como a percebiam, que ameaças procuravam comunicar com seus usos, tanto quanto as causas e consequências que lhes eram atribuídas. Dessa forma, a pornografia endossou discursos que punham em evidência determinadas disputas, que eram então empreendidas na sociedade brasileira, em torno de projetos de futuro e leituras do passado.

A pornografia esteve em pauta nestes debates, atravessando-os, operando como um argumento, uma acusação, um veredicto frequentemente utilizados para desqualificar inimigos, deslegitimar discursos, acusar ideias e renega-las. Um dos resultados desse processo – que como já foi dito, não é exclusivo da experiência brasileira – é a ideia ainda hoje bastante arraigada que associa o consumo e o deleite pornográficos à falta de *gosto* ou de *decência*, por exemplo. O que eu espero ter conseguido demonstrar nesse primeiro momento é que o teor pejorativo, que o termo traduz e encarna, é resultado de um processo, uma construção.

²²⁹ KENDRICK, Walter. *Op. Cit.*, p. 82.

Desse modo, a emergência das discussões em torno da pornografia, tanto quanto a proliferação de uma cultura obscena, é indissociável de processos mais amplos que marcam profundas transformações políticas, econômicas e sociais em grande parte do mundo ocidental a partir do século XIX. Esses processos estão profundamente relacionados à emergência e consumação de valores burgueses. Para Peter Gay, um dos aspectos mais interessantes da experiência burguesa do século XIX foram “suas hierarquias internas, seu status na sociedade, seu relacionamento com as demais classes, suas características morais”²³⁰. Evidentemente tais fenômenos foram experimentados de formas específicas em cada um desses lugares. Peter Gay frequentemente nos lembra que por *vitorianos* devemos compreender uma gama de grupos sociais muito variados. O termo, que deriva da Rainha Vitória, não poderia assim ser confinado ao reinado da soberana inglesa²³¹.

Apontar nesses grupos as semelhanças e aproximações que fazem deles *burgueses* não significa, portanto, deixar de celebrar suas diferenças. Ao propor uma reflexão inicial que apresente as proximidades entre a experiência brasileira e a de sociedades europeias diante desse novo conceito – e tudo mais que ele implica – meu objetivo não foi, absolutamente, afirma-las idênticas. A ideia foi analisar os usos e percepções da pornografia no Brasil, a constituição e desenvolvimento desse conceito, dentro de um processo mais amplo de conformação de novos saberes e tecnologias, igualmente inspirados pelo modelo civilizacional que se via nas sociedades do Velho Mundo, com a persistência de antigos valores e tradições nacionais.

Como demonstra Arno Mayer, a tentação de supor os processos políticos, econômicos, sociais e culturais que caracterizaram o século XIX europeu como rupturas estruturais e irremediáveis com os alicerces dos chamados Antigos Regimes, pode resultar em grandes equívocos²³². Esse autor aponta justamente para a persistência de tradições nos discursos e práticas modernas. Suas reflexões são extremamente interessantes na medida em que permitem, por um lado, apreciar os contextos de emergência e popularização da pornografia de forma mais ampla e relacionada a outros aspectos do processo. Por outro lado, permite localizar a pornografia, a atração que ela

²³⁰ GAY, Peter. *A experiência burguesa Op. Cit.*, p.23.

²³¹ GAY, Peter. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média (1815-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²³² MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

produzia e os perigos que ameaçava, como um elemento especial e interessante, apesar de pouco explorado, de tais tensões entre novo e velho, atrasado e moderno, bárbaro e civilizado.

Capítulo 2: Pornografia política

E como não ser pornográficos? É este o espírito da época... É pornografia o que fazem todos os jornais, e aqueles que dela se afastam – escrevem para a traça.

O Carbonário.

A Abolição da Escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889) coroaram transformações políticas e sociais que já vinham se delineando nas últimas décadas. O descontentamento com que tanto liberais quanto conservadores passaram a ver o uso do Poder Moderador – frequentemente chamado de *Poder Pessoal* – de Pedro II, o descrédito em relação às propostas reformistas e a percepção de um descompasso entre o poder político e as transformações socioeconômicas pelas quais o país passava intensificaram as críticas à monarquia desde, pelo menos, 1870²³³. Nesse contexto e como alternativa à desabonada proposta de reforma, foi lançado em dezembro de 1870 o *Manifesto Republicano*, idealizando a derrubada da Monarquia e a implementação de uma República Federativa no Brasil. Com o fim do bipartidarismo, os dilemas estruturais do governo monárquico converteram-se em dilemas políticos²³⁴.

Um dos signos dessas transformações foi a famosa Geração 70, “que abraçou com entusiasmo as ideias novas, especialmente o cientificismo, com suas derivações teóricas”²³⁵, levando tal discussão ao debate público pela sua forte atuação política, jornalística e literária. Esse grupo de intelectuais e políticos, formado por figuras como José do Patrocínio, Luís Murat, Pardal Mallet, Olavo Bilac e Coelho Neto, constituiu a boemia literária da década de 1880, cujos costumes destoavam da boa sociedade da época²³⁶. A combatividade política dos homens de letras, marca dessa geração, se expressou sobretudo na imprensa periódica, que viveu um surto de popularidade a partir de 1880. Uma característica dos jornais que surgiram nessa época foi, não

²³³ COSTA, Milene Ribas da. *A implosão da ordem: a crise final do Império e o movimento republicano paulista*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2006, p. 15.

²³⁴ ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p.51.

²³⁵ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. cit.*, p. 70.

²³⁶ *Ibidem.*, p.69.

supreendentemente, o republicanismo e o abolicionismo, ainda que não abertamente professados.

Rodrigo Cardoso Soares de Araújo, traçando o panorama dos diversos periódicos que surgiram no Brasil ao longo da segunda metade do século XIX, concluiu que existiam “para todos os gostos”²³⁷. Entre eles emergiu, em 1880, um nicho que seria amplamente designado pelos contemporâneos de *imprensa pornográfica*, também conhecida como *pasquim*²³⁸. Eram em geral publicações de poucas páginas que usavam de linguagem ferina e coloquial – eventualmente permeada por termos de baixo calão – para expor e ridicularizar figuras públicas. Miravam também o *povo* quando denunciavam o que compreendiam como *mazelas e flagelos* sociais, sobretudo de ordem moral. O gênero se popularizou no Brasil a partir de 1880, década marcada por um vertiginoso crescimento da imprensa periódica, e como boa parte de seus congêneres do período, tinham projetos editoriais “intrinsecamente ligados ao movimento republicano, ao abolicionista, à questão religiosa, à Revolta do Vintém e à reforma eleitoral de 1881”²³⁹.

Nas páginas seguintes o objetivo é refletir sobre a atuação de certa imprensa dita pornográfica. É importante ressaltar, contudo, que durante o período analisado houve mais de um nicho jornalístico compreendido como tal. Veremos nos capítulos seguintes que os chamados *jornais alegres*, que se tornariam populares sobretudo nos primeiros anos do século XX, estiveram no cerne de intensas polêmicas justamente por serem percebidos como pornográficos. Ocorre que estes jornais, entre os quais se destaca *O Rio Nu*, estavam sujeitos ao rótulo por aludirem ao sexo propriamente dito, enquanto a chamada *pornografia política*, à qual dedico este capítulo, não necessariamente.

A ideia, portanto, é refletir sobre um dos sentidos atribuídos à pornografia em fins do século XIX que não a associa – ao menos não de maneira evidente – à obscenidade sexual, como se tornaria comum a partir das décadas seguintes. Neste capítulo me dedico, portanto, ao que os contemporâneos compreendiam como pornografia política, dando especial atenção a um de seus principais expoentes, o jornal *Corsário*, e ao seu

²³⁷ ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares. *Pasquins: submundo da imprensa na Corte Imperial (1880-1883)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, p.

²³⁸ *Ibidem*, p.11. De acordo com Rodrigo de Araújo no contexto do século XIX o termo já era, por si só, considerado pejorativo, indicado o caráter difamatório do veículo que designava.

²³⁹ *Ibidem.*, p.26.

proprietário e redator, Apulcho de Castro²⁴⁰. A trajetória de ambos em um contexto de crise política e ideológica, assim como os desdobramentos trágicos de sua atuação, são muito interessantes para compreendermos o papel dessa imprensa em uma sociedade sacodida por profundas transformações.

2.1 Imprensa pornográfica

Um dos pasquins mais comentados pelos colegas da imprensa dessa década certamente foi o *Corsário*, precursor do gênero, fundado em 1º de outubro de 1880²⁴¹. A folha circulou por três anos – durante os quais permaneceu suspensa por oito meses em decorrência de problemas com a lei e de empastelamento –, até a morte de Apulcho Marcos Martins de Castro, seu proprietário e principal redator. A respeito da vida pregressa do jornalista, pouco se sabe. De acordo com Thomas H. Holloway, ele era de origem baiana e, assim como outros homens de letras da época, tais como José do Patrocínio e Ferreira Menezes, tinha descendência negra²⁴², elemento que o autor julga fundamental no seu destino. Ele teria sido tipógrafo do *Cruzeiro*, inaugurando posteriormente sua própria folha graças a um empréstimo de 200\$²⁴³.

É possível que o jornal tenha contado com outros colaboradores, mas não há um consenso a respeito disso. Em 1924 o poeta e jornalista Hermeto Lima dedicou um artigo à trajetória do *Corsário*, publicado na *Revista da Semana*, afirmando que ele contava com vários redatores. São citados Júlio de Vasconcelos e Manuel Teodorico Pimentel, que teriam sido deportados em 13 de dezembro de 1881, “ficando outros” na condução da folha. Rodrigo Araújo Cardoso Soares também afirma que eles existiram, mas permaneceram no anonimato²⁴⁴. Nos jornais da época, de terem sido eventualmente

²⁴⁰ Encontra-se também a grafia Apulco ou Apulcro, mas no *Corsário* escrevia-se Apulcho. Cf. *Corsário*, 22/06/1881, capa.

²⁴¹ Até junho de 1881 o *Corsário* era publicado duas vezes por semana. A partir de então, passou a ter três edições semanais. HOLLOWAY, Thomas H. *The Defiant Life and Forgotten Death of Apulco de Castro: Race, Power, and Historical Memory*. EIAL-Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe, vol. 10, nº 1, 2008, p. 82.

²⁴² HOLLOWAY, Thomas H. *Op. cit.*, p. 82.

²⁴³ ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares. *Op. Cit.*, p. 51.

²⁴⁴ O próprio Apulcho manteve o anonimato até janeiro de 1881. ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares. *Pasquins: submundo da imprensa na Corte Imperial (1880-1883)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, p.53.

levantadas suspeitas indicando alguém específico, não há indícios de que alguma delas tenha sido confirmada²⁴⁵.

Ao longo do período em que o jornal circulou, Apulcho angariou a reputação de sujeito viperino, infame e sem princípios, graças aos constantes ataques verbais que lançava contra as autoridades no âmbito pessoal e político, embora também se voltasse contra a corrupção e a *imoralidade* perpetrada de maneira geral, em todos os níveis da hierarquia social²⁴⁶. Em seu número inaugural, o jornalista anunciava os objetivos da folha, explicando por que acreditava que “à primeira vista” ela causaria “surpresa, senão temor”:

Depois do descalabro enraizado que germina assombrosamente na nossa sociedade, correndo a escala social sem distinção de classes; depois do horror ao trabalho, causa mais poderosa para o enobrecimento do homem e exaltação do país; depois que vimos uma multidão de indivíduos constituídos em ‘piratas’, fazendo presas por todos os modos, no intuito de fazer fortuna, ou de viver do ócio, ou mesmo levados por maus instintos – resolvemos de alguma sorte concorrer para o extermínio de tão prejudiciais párias.

Foi, pois, para combater a ‘pirataria’ que se aparelhou o Corsário²⁴⁷.

Adiante, Apulcho procurava tranquilizar “os homens probos e honestos dignos da sociedade”, que segundo ele teriam “abrigo na câmara do Corsário”, assegurando recebê-los com “afabilidade e consideração”. Dizia ele saber diferenciar “o joio do trigo”. Seus alvos seriam “os depiladores do erário, os parasitas que sugam a seiva da sociedade, os políticos que mentem ao povo e à nação, enfim, toda a casta de ‘piratas’”, que Apulcho prometia perseguir, ainda que se refugassem em “um novo Gibraltar”²⁴⁸.

Nos seus três anos incompletos de circulação, o jornalista seria acusado com muita frequência de usar uma linguagem chula, vulgar e viperina, que embasaria a opinião, partilhada por alguns veículos da imprensa dita “séria”, de que sua folha era pornográfica. A disposição a tal abordagem foi também anunciada desde a estreia do jornal, que prevenia os inimigos quanto ao tratamento que os aguardava:

²⁴⁵ LIMA, Hermeto. *O Corsário*. **Revista da Semana**, 13/09/1924, p. 30.

²⁴⁶ HOLLOWAY, Thomas H. *Op. Cit.*, p.82.

²⁴⁷ *Corsário*, 01/10/1880, capa.

²⁴⁸ *Idem*.

Além do dialeto de bordo, com que serão tratados, do calabrote do muxingueiro, dos pares de machos, do gancho, das peças de grossos calibres com que está guarnecido o navio, dos torpedos, do esporão de proa – serão atirados a execração pública. Essa é a tarefa do Corsário.²⁴⁹

Por fim, o jornalista anunciava até onde estava disposto a ir na missão que se impunha, sentenciando de forma premonitória:

E se um dia nublarem-se os horizontes, e chegarmos a apanhar terrível procela na qual soçobre o navio, saberemos morrer no nosso posto de honra.

Mas não serão pequenas borrascas, nem tiros de redutos, ou ameaças de ‘valientes’ que farão o navio naufragar.²⁵⁰

É interessante perceber a filiação de Apulcho às teorias sociais e científicas que, como vimos no primeiro capítulo, ganhavam cada vez mais espaço no debate público nacional. É evidente, por exemplo, a sua compreensão de que o trabalho seria um elemento fundamental na “exaltação” de um país e no “enobrecimento” dos indivíduos. Também ele parecia acreditar que um estado de decadência já “enraizado” estava *germinando* na sociedade brasileira de maneira *assombrosa*. O caos, segundo sua fala, percorria as diversas camadas sociais, o que remete à ideia de contágio que tanto alarmava as elites intelectuais do período. Apulcho associava tal “descalabro” à inclinação ao “ócio”, aos “maus instintos” e à ganância de determinados indivíduos, características que segundo ele indicavam o “horror ao trabalho”, coisa que desprezava profundamente.

Apulcho atribuía-se, portanto, um papel morigerador, inclusive adotando a certa altura a epígrafe *órgão de moralização social*²⁵¹ no *Corsário*. Jornal e jornalista foram, a despeito disso, amplamente compreendidos pela sociedade de seu tempo como perfeitos exemplares do que então se poderia compreender como *pornografia*. Em diversas ocasiões o próprio Apulcho se encarregou de expressar seu entendimento a respeito do

²⁴⁹ *Idem.*

²⁵⁰ *Idem.*

²⁵¹ O *Corsário* surge sob a epígrafe de “*periódico crítico, satírico e chistoso*”, adotando em seguida a de “*periódico crítico e literário*” até finalmente passar a se apresentar como “*órgão de moralização social*”, mantendo-se assim até o assassinato de Apulcho e a consequente extinção do jornal. ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares. *Op. Cit.*, p. 53).

rótulo. Em 1881, por exemplo, ele definiu o que compreendia como *imprensa pornográfica* enquanto prenunciava novamente uma “tragédia”:

que terá como epílogo o nosso sacrifício e a vitimação de toda essa imprensa que nós mesmos averbamos *pornográfica*, porque tem havido por missão o revolvimento de todas as fezes que infectam a nossa sociedade, mas que é a única imprensa verdadeiramente independente que temos tido por último, a única que está a caráter da situação miseranda que a pátria atravessa dolorosamente.²⁵²

Como sinalizava sua própria fala, a partir de 1880 pipocaram, especialmente no Rio de Janeiro, inúmeros jornais que se enquadravam na categoria, razão pela qual Rodrigo Cardoso Soares de Araújo atribui ao imediato sucesso do *Corsário* o que chama de “surto pasquineiro”²⁵³. A maior parte deles mais se assemelhava a panfletos e teve vida extremamente efêmera. Um dos poucos a prosperar, além do próprio *Corsário* – e o único que se manteve em circulação após o assassinato de Apulcho, encerrando suas atividades somente em 1889 – foi o *Carbonário*. Após o fim trágico do *Corsário*, este jornal se tornou o principal alvo das queixas dos colegas de imprensa.

Além de também assumir-se pornográfico, o *Carbonário* ressaltava que essa condição seria um mal necessário para a sobrevivência de qualquer veículo naquela época e que, por isso mesmo, era praticada por toda a imprensa brasileira. De acordo com essa perspectiva, todos os jornais faziam uso da chantagem e recorriam à pornografia por meio do escândalo para ter público, de modo que “no fundo todos fazem mesmo pornografia”²⁵⁴, e “pornografia e chantagem todos nós fazemos, cada um como pode”²⁵⁵. A conclusão do redator era a de que a insistência incessante da imprensa do período sobre a necessidade de policiar e purificar os bons costumes jornalísticos seria superficial e hipócrita:

Não encontrando na lei um argumento que nos fulmine, a Gazeta em seu furor, a exemplo das mulheres da vida que insultam as suas companheiras lembrando-lhes a baixaza de sua posição, esquecidas da sua própria, chama-nos de – imorais, escandalosos e... pornográficos!!!

²⁵² *Corsário*, 11/08/1881, p.1.

²⁵³ ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. *Op. Cit.*, p. 50.

²⁵⁴ *Carbonário*, 08/06/1885, p. 1.

²⁵⁵ *Carbonário*, 10/07/1885, p.2.

E como não ser pornográficos? É este o espírito da época... É pornografia o que fazem todos os jornais, e aqueles que dela se afastam – escrevem para a traça. De oito ou dez anos a esta parte os únicos jornais que não exploraram a pornografia foram o Cruzeiro e o Globo²⁵⁶.

O *Corsário*, o *Carbonário*, assim como outros pasquins que surgiram na década de 1880, partilhavam os ideais republicanos e abolicionistas, ainda que não de maneira uníssona. De acordo com Araújo, no entanto, eles destacavam dos demais jornais da época e teriam estabelecido um “novo padrão de atuação pública da imprensa”, uma vez que se posicionavam nos limites do moral e socialmente aceitável naquele momento²⁵⁷.

2.2 Os alvos de Apulcho

Em relação ao posicionamento político de Apulcho, sabemos que ele se autodenominava um *homem de cor* e eventualmente referia-se a si próprio como um homem *negro*²⁵⁸. Para o autor, esse é um aspecto peculiar da sua trajetória na medida em que naquele contexto era comum que homens públicos de ascendência negra silenciassem sobre essa questão²⁵⁹. Além disso, Apulcho demonstrava profunda consciência do quanto a sua origem e a cor da sua pele poderiam ser decisivos no seu destino, a ponto de prever que acabaria assassinado por isso²⁶⁰. Analisando a trajetória do jornalista, Holloway defende a hipótese de que a tragédia que se abateu sobre ele deve-se sobretudo ao fato de Apulcho ser negro, já que os ataques que promovia desafiavam as hierarquias sociais fundamentadas na raça. De acordo com essa perspectiva, Apulcho teria extrapolado o limite do tolerável para um homem negro naquela sociedade. Trata-se de uma observação muito interessante na medida em que, como veremos, a oposição política virulenta não era uma prerrogativa das folhas ditas pornográficas.

²⁵⁶ *Carbonário*, 07/12/1883, p. 1.

²⁵⁷ ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. *Op. Cit.*, p. 49.

²⁵⁸ Como observa Holloway, entretanto, essas falas não eram recorrentes. HOLLOWAY, Thomas H. *Op. cit.*, p. 82.

²⁵⁹ *Ibidem.*, p.87.

²⁶⁰ *Ibidem.*, p.82.



Figura 1: Apulcho de Castro - *Revista da Semana*, 12/09/1924, p. 30

Por outro lado, isso não impediu que diversos editoriais do *Corsário* sinalizassem um posicionamento ambivalente diante dos debates sobre a Abolição. Apulcho chegou a se filiar à *Associação Abolicionista Luso-Brasileira*²⁶¹, mas tecia duras críticas à forma pela qual a Abolição era reivindicada por determinados grupos e manifestava muita preocupação quanto ao modo com que o processo seria conduzido. Em 1882, por exemplo, ele publicou um artigo reiterando seu posicionamento contrário à escravidão, reservando-se, porém, o direito de dizer “com igual franqueza” que a propaganda abolicionista estava sendo empreendida “por idiotas ou tratantes”. De acordo com o jornalista, se o governo não decretasse a Abolição, só restaria aos seus partidários duas alternativas: a “revolução armada”, que considerava um “meio extremo e perigoso” ou a “revolução pacífica”, que julgava poder ser empreendida “pela palavra e pela pena”²⁶².

Mesmo reconhecendo que lançar-se às balas seria uma atitude igualmente honrada para os abolicionistas, Apulcho propunha como alternativa que eles, “em vez de se

²⁶¹ ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. *Op. Cit.*, p. 58.

²⁶² *Corsário*, 28/12/1882, p. 3.

dividirem em várias filarmônicas, se reunissem em um único grande centro”, que em pouco tempo “poderia se tornar grande e rico”, podendo assim “libertar tantos escravos como o fundo de emancipação”. Na sua opinião, entretanto, o movimento não era eficiente:

Meia dúzia de pelintras, em um botequim da rua do Ouvidor, esbravejam contra a escravatura, dizem horrores, com acompanhamento de *grog* e de *punch*.

Depois vão para as respectivas redações e em artigos furiosos metem os pés pelas mãos e pregam abertamente a guerra do escravo contra o senhor, o assassinato como meio de libertação e outras patifarias assim. A gente aqui, que os conhece, lê as bravatas de qualquer sujeito desses e diz, sorrindo:

- Que pifão!

Mas o escravo boçal e ignorante que ouve falar nessas histórias, pensa que tudo o que reluz é ouro, e principia a fazer desatinos.²⁶³

De acordo com ele, essa atitude prejudicava unicamente os escravos, que com “armas reprovadas” lutariam pela própria liberdade, sendo conseqüentemente castigados pelos senhores, enquanto os abolicionistas ficariam “vendo touros de palanque”, o que julgava uma “covardia”²⁶⁴.

Apulcho era especialmente ferino contra Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, dirigindo-se frequentemente a este último pela alcunha de “preto cínico” em textos nos quais desfiava ofensas raciais para elaborar ou endossar suas críticas²⁶⁵. Levantava ainda suspeitas de que a esposa de Patrocínio possuía escravos²⁶⁶. Apesar disso, para Araújo as discordâncias entre Apulcho e alguns dos principais nomes do movimento não põem em questão o fato dele ter sido efetivamente um abolicionista²⁶⁷, tampouco essa aparente ambivalência pode ser encarada como uma especificidade do jornalista, na medida em que o dissenso em torno do tema da Abolição caracterizou os discursos republicanos desde sua emergência²⁶⁸. Sendo assim a combatividade feroz do *Corsário* dirigiu-se de maneira mais enérgica à Monarquia²⁶⁹. Nesse sentido, o jornal, em seu curto período de

²⁶³ *Idem*.

²⁶⁴ *Idem*.

²⁶⁵ ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares. *Op. cit.*, p. 67-58;62.

²⁶⁶ *Corsário*, 28/12/1882, p. 3.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 57.

²⁶⁸ MATTOS, Hebe. *A vida política*. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (Coord.). **História do Brasil Nação: 1808-2010: A abertura para o mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.86.

²⁶⁹ ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares. *Op. cit.*, p.57-59.

existência, foi um dos mais destemidos e radicais colaboradores da luta republicana e “o sistemático combate feito à reforma eleitoral é um dos melhores indicativos da tonalidade jacobina do republicanismo de Apulcho de Castro”²⁷⁰. Entre as vítimas favoritas de Apulcho, que segundo ele consistiam nas ditas *fezes infectas* da sociedade, estavam a prostituição, o jogo, Machado de Assis, José do Patrocínio e, principalmente, o próprio Imperador.

Mas é interessante perceber que aqui, neste uso que se faz do rótulo pornográfico, sua velha associação com a prostituição é complicada. Apulcho se arvorava a condição de reformador social, em alguma medida. No que diz respeito ao funcionamento da sociedade, sentia-se no direito e na obrigação de queixar-se e elaborar propostas. Denunciava com frequência em seu jornal a atuação de prostitutas, clientes e cafetões que estariam maculando o meio social, mas, por outro lado, era favorável à regulamentação do ofício. Em janeiro de 1883 publicou um longo artigo no qual defendia que esta seria não apenas a melhor, mas a única solução viável para combater os males da prostituição e impedir sua disseminação. Chegou a mencionar “um homem cujo nome se perdeu” que teria proposto justamente essa ideia na França, em 1771, talvez aludindo imprecisamente a Rétif de La Bretonne²⁷¹.

Este posicionamento, contudo, se revelou de maneira bastante secundária nos editoriais de Apulcho, de forma que seria exagerado atribuir a ele seu título de pornógrafo. O rótulo se deve possivelmente à associação com a chantagem, termo pelo qual esse gênero de intriga política tinha ficado conhecido na França. Como observou Robert Darnton em *O diabo na água benta: ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão*, a maledicência tinha um nicho na imprensa francesa desde o final do século XVIII, pelo menos, quando se popularizou na Europa – e especialmente na França – um tipo de literatura que ficaria conhecido como *libelo*. Seus autores “difamavam a todos, desde o rei e seus ministros até as dançarinas de cabarés e homens do mundo”²⁷². A variante jornalística do gênero seria chamada, segundo esse autor, de *chroniques scandaleuses*²⁷³.

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 56.

²⁷¹ Rétif foi o autor de *O Pornógrafo*, como mencionado na introdução desse trabalho. *Corsário*, 18/01/1883, p.1.

²⁷² DARNTON, Robert. *O diabo na água benta: ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 15.

²⁷³ Em tradução livre, “crônicas escandalosas”. *Ibidem*, p. 16.

Em relação a Dom Pedro II, a quem Apulcho costumava chamar debochadamente de *vovô*²⁷⁴ e *Pedro Banana*, podemos dizer que era comentado com obsessiva frequência. Em 1881, por exemplo, o jornal noticiava uma viagem da corte da seguinte forma:

O imperador foi para Minas. Que felicidade! Ao menos vamos ficar livres daquele idiota. O que irá fazer aquele maluco na pátria de Tiradentes? A maior parte da população mineira, que só tem visto a cara de Pedro Banana em moedas de vintém muito há de admirar ao olhar aquela planta exótica, aquele perfeito tipo de judas em sábado da aleluia.²⁷⁵

Com o tempo foi adotado um tom mais sério e agressivo para expressar o desprezo pelas instituições monárquicas, a nobreza e seus *lacaio*s. Apesar disso, a fama de pornográfico e as consequências desse rótulo acompanharam Apulcho até muito tempo depois da sua morte. Tal fama pode parecer descabida aos olhos contemporâneos, uma vez que o jornal passava longe de descrever ou representar o sexo. O rótulo de pornográfico se justificava assim pela linguagem viperina e coloquial, pelos insultos e pela exposição pública de temas que a ambiência moral julgava de foro íntimo. A forma utilizada por Apulcho e seus colegas para afirmar a oposição encontra, no entanto, raízes em tradições pornográficas mais longínquas, como veremos adiante.

Criticar a monarquia, seus representantes e partidários não era, absolutamente, uma prerrogativa da imprensa pornográfica. Para Mello, um dos traços marcantes do jornalismo de *fin de siècle* foi justamente a combatividade, o discurso revolucionário, sendo os principais veículos abolicionistas e republicanos²⁷⁶. O que ditava a pecha pornográfica e causava escândalo no discurso de órgãos como o *Corsário* era, desse modo, o tom e o teor da crítica. A Pedro II, por exemplo, era frequentemente atribuída certa frouxidão moral, como nessa nota de 1883, que anunciava o espetáculo *Excelsior* como a grande e assombrosa novidade do teatro imperial:

²⁷⁴ Havia no *Corsário* uma coluna chamada “*Cartas ao vovô*” na qual era reproduzida uma correspondência fictícia entre o imperador e um neto bastardo, que o ridicularizava e desprezava.

²⁷⁵ *Corsário*, 30/03/1881, p.2.

²⁷⁶ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. cit.*, p. 81-82.

Quem deve estar pulando de contente é o nosso vovô, que tem apreciado e há de apreciar aquela enorme exibição de pernas, de ombros, de braços, de seios, de sovacos, tudo nu, esplendidamente nu.

Oh! Plástica, a quanto obrigas!

O Excelsior agora é o mágico estandarte não só do rei como dos seus lacaios. Quantas baronesas, condessas e conselheiras não terão inveja dessas dançarinas que expõem, em atitudes lascivas, as suas belezas afrodisíacas ao público!²⁷⁷

A associação entre Monarquia e imoralidade pública era recorrente no *Corsário*. Em outra ocasião, Apulcho descreve um passeio do imperador em Petrópolis, durante o qual este teria se divertido tão “sossegadamente”, que não levantava suspeitas de ser “o autor da miséria e da imoralidade em que o país se afoga”. Apulcho prossegue categoricamente: “na verdade, o que é o imperador senão um idiota!”, até chegar nas insinuações de foro íntimo, afirmando que Pedro II, não contente em fazer filhos

legalmente, segundo os preceitos da religião católica, apostólica, romana, tenta fazê-los fora da nossa santa madre igreja. Para isso tem encontrado alguns esposos espertos que querem subir pelos degraus da honra das próprias consortes, e algumas esposas alheias que procuram alcançar o título de imperatrizes das... das... d’aquela nome que o Sr. “Pedro Um” deu à Marquesa de Santos de celebrada memória.²⁷⁸

Apulcho inicialmente atribui o insucesso do Imperador em gerar bastardos à incompatibilidade fisiológica entre homens e mulheres de “sangue democrático” e seus congêneres de “sangue real”, para em seguida insinuar hábitos homo afetivos na rotina do monarca. Para isso ele descreve em ficção picante e jocosa a visita que Pedro II teria feito sem a presença da Imperatriz à fazenda da *Conselheira P.L.*, que é como o jornalista se referia ao Conselheiro Pinto Lima, em virtude de seus alegados trejeitos femininos²⁷⁹: “a mesma conselheira que se veste às vezes de homem para melhor folgar nas suas noturnas aventuras”²⁸⁰. O jornalista retomou insinuações quanto ao comportamento sexual do imperador em diversas ocasiões, como quando levantou suspeitas a respeito de um passeio noturno do monarca:

²⁷⁷ *Corsário*, 07/07/1883, p.3

²⁷⁸ *Corsário*, 26/02/1881, p.1

²⁷⁹ ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares. *Op. cit.*, p.62.

²⁸⁰ *Corsário*, 26/02/1881, p.1-2

Uma destas noites o safardana Pedro Banana foi encontrado fora da quinta imperial, cuidadosamente disfarçado em homem decente. Onde iria ele?... – Receber de alguma mulher o prêmio do serviço que fez ao marido?
Ou... caçar cães?...
É muito fantástico esse velho tio Pedro.²⁸¹

O regime como um todo era alvo de acusações que atingiam diversas esferas do poder público. Falando do 1º delegado de polícia da corte, Raymundo Valle, Apulcho manifestava verdadeiro horror pelo seu comportamento moral, que segundo ele já era notório muito além da cidade antes que Valle assumisse o posto.

Quando um país avilta-se ao ponto de ter autoridades que se embriagam e convivem no lupanar da prostituição, nada mais há a esperar. O povo que habita um semelhante país está irremissivelmente perdido e só os extremos da revolução o podem salvar. Mas o que há de se dizer se, além de ébria e devassa, a autoridade é rapina?²⁸²

Em outro momento, Apulcho desferiu sua pena afiada contra o Ministro da Guerra, Carlos Affonso de Assis e Figueiredo, a quem chamava de “degenerado”. Isso porque o Duque Estrada Teixeira teria dirigido ao Ministro um eloquente e acusatório discurso na Câmara os Deputados e, de acordo com Apulcho,

ele, o ministro bandido, e seu sobrinho o devasso e crapuloso libertino Celso Junior, tiveram ânimo de acusar a imprensa barata e atirar-lhe a pecha de imprensa pornográfica!!!²⁸³.

No número seguinte Apulcho prossegue afirmando que

²⁸¹ *Corsário*, 15/06/1881, p.2.

²⁸² *Corsário*, 07/05/1881, p.1.

²⁸³ *Corsário*, 12/05/1883, p.1.

quando, porém, lhe falaram na imprensa a quem ele chamava imprensa barata e pornográfica, no coração do ministro acenderam-se todos os ódios. O ladrão não pode ouvir falar em força²⁸⁴

Ele lista em seguida todo o serviço que a dita imprensa *barata e pornográfica* vinha prestando ao denunciar os vícios pessoais e políticos de Carlos Affonso e sua família, ao que atribuía o ódio do ministro²⁸⁵.

Os temas abordados pelo jornal e principalmente o tom utilizado por Apulcho geraram reações imediatas na imprensa dita *séria*, que frequentemente denunciava a *inaceitável pornografia* divulgada no *Corsário*. Foi sob esse argumento que Carlos Laet invocou “as leis terrestres” contra o jornal. Para provar a insensatez de Laet, a quem chamava de “mico da imprensa” e “patife”, Apulcho lembrava que este tinha o costume de empregar “todos os esgares obscenos do seu ridículo estilo folhetinesco” contra “talentos profundamente ilustrados” tais como Tobias Barreto de Menezes e Sylvio Romero. Na nota ele afirmava que o “cinismo” de Laet

retina a ponto de chamar contra a imprensa pornográfica as iras dos tribunais, quando o primeiro introdutor da imprensa pornográfica no nosso país é o Jornal, onde ele dejeta os produtos diarreicos da sua veia parvamente cômica publicando anúncios contra a impotência dos homens e as mulheres, e em editoriais injuriosos da honra alheia (...). De que sítio pretende o Sr. Laet moralizar as turbas e provocar a indignação pública contra nós!²⁸⁶

O texto segue com um conselho ao desafeto, muito exemplar do quanto Apulcho percebia a imprensa pornográfica como um instrumento moralizante dos mais legítimos e efetivos:

Laet, vai limpar a chumbar os dentes, cura-te do teu nojento escorbuto, dessora essa tua virose sífilis por meio de muito mercúrio e depois aparece... não para que te levemos em linha de conta, mas para não procriares no lar que sustentas com a moeda porque vendestes a tua consciência, filhos com essa tua figura e esse teu caráter – desonra do gênero humano!

²⁸⁴ *Idem.*

²⁸⁵ *Corsário*, 15/05/1883, p.1

²⁸⁶ *Corsário*, 07/04/1883, p.4.

Fora, sacripanta!... langonha feita homem!... lambisgoia de ceroulas!²⁸⁷

Capistrano de Abreu também não escapou da crítica de Apulcho. Em 1882 o jornalista descreveu o historiador como um “sujeito muito feio, muito mal-encarado, vesgo por dentro e por fora, pedante, atrevido”, além de “ignorante” e “invejoso”, que andava a escrever “asneiras a propósito de toda a gente que sabe mais do que ele”. Na ocasião Capistrano trabalhava na *Biblioteca Nacional*, mas Apulcho alegava que ele não fazia “coisa alguma” além de “somente assinar o ponto e receber o ordenado no fim do mês”, empregando o tempo “a escrever tolices na Gazeta de Notícias”²⁸⁸.

A contenda parece ter começado em virtude da crítica feita por Capistrano de Abreu a Alexandre José de Mello Moraes pai, médico e historiador que havia recém falecido. Ao que tudo indica, Capistrano afirmou publicamente que Dr. Mello Moraes não passava de um colecionador e isso agitou os ânimos de Apulcho. Capistrano, no entanto, acreditava que por trás do ataque encontrava-se um indignado Dr. Mello Moraes Filho, que usava o *Corsário* de “filtro” para ofendê-lo²⁸⁹.

Nas semanas seguintes Apulcho publicaria inúmeros poemas injuriosos protagonizados pelo historiador. Em um deles, referia-se ao desafeto como “maldito” e “mulato sujo”²⁹⁰. Outro foi precedido pela notícia de que Ferreira Araújo, então redator-chefe da *Gazeta de Notícias*, havia encontrado a redação do jornal muito suja ao retornar de uma viagem à Europa. Para resolver o problema, ele teria enviado “à empresa Gary” os pertences e trajes de Capistrano, “o Castro Urso da literatura pátria”:

Porque ao vê-lo parece
Tão fedorento e tão cru
Que tem o reto na boca,
E tem a boca no...²⁹¹

²⁸⁷ *Idem*.

²⁸⁸ *Corsário*, 02/12/1882, p. 2.

²⁸⁹ *Gazeta de Notícias*, 26/12/1882, p.2.

²⁹⁰ *Corsário*, 28/12/1882, p.2.

²⁹¹ *Corsário*, 19/12/1882, p. 3.

Há indícios de que Apulcho não limitava seus ataques às folhas do jornal. José Van Halle²⁹², por exemplo, que colaborava no *Jornal do Commercio*, certa vez se queixou que o jornalista e seu “bando” o perseguiram e injuriavam na rua. Em uma dessas ocasiões, como ele chamara a atenção da Polícia, “o célebre Apulcho Castro” teria fugido, não sem antes ameaçá-lo “com os punhos fechados”. Sobre o inimigo, Van Halle escreveu:

Mas que cabeça medonha, como um urso negro; a de Medusa pareceria a de um anjo, comparada com a do Apulco. Não é preciso ter estudado Lavatar para ver em tais feições as baixezas e os vícios de todas as espécies pintadas no semblante de tão repelente personagem.²⁹³

Mas um de seus maiores inimigos na imprensa foi, sem dúvida, Carlos Bernardino de Moura, proprietário e redator do jornal *A Pátria*. Em 1881 este jornalista transcreveu em um editorial os artigos do Código Penal relativos às condições para o exercício da liberdade de imprensa, chamando diretamente à atenção os promotores, juízes e o próprio Ministro da Justiça para a indiferença do poder público quanto ao que denominava *imprensa pornográfica*²⁹⁴. O texto aludia de maneira evidente ao *Corsário*, que em resposta publicou uma nota chamando Moura de “intrigante vil, desavergonhado mentecapto, caluniador ignóbil, cínico caloteiro, estelionatário torpe, infamíssimo ladrão”, afirmando que os assinantes lhe pagavam o trabalho de denunciar os crimes e vícios de gente como ele, “que têm o arrojo de pregar regras”. Entre outras coisas, acusava o redator de *A Pátria* de ser um vigarista conhecido, que lesou em “quarenta e tantos mil réis a africana Tereza”, enumerava as surras que lhe deram na rua e o acusava de ter-se declarado louco para escapar à prisão²⁹⁵. Sobre o rótulo de pornográfico, Apulcho clamava que Bernardino de Moura

se revele menos besta, não confundindo mais imprensa pornográfica com imprensa difamatória. Imprensa pornográfica seremos nós e da imprensa difamatória é a Pátria um exemplo frisante e escandaloso.

²⁹² Joseph Van Halle chegou ao Brasil em 1854 como industrial e adotou aqui o nome de José.

²⁹³ *Jornal do Commercio*, 02/12/1881, p. 3. A referência a Johann Kaspar Lavater é interessante nesse contexto, uma vez que o suíço é apontado como o pai da *fisiognomonía*. Sua teoria era a de que seria possível conhecer os traços da personalidade de uma pessoa a partir de suas características físicas. O modelo determinista fundamentaria também a *antropologia criminal*, corrente amplamente difundida pelo trabalho do italiano Cesare Lombroso.

²⁹⁴ *A Pátria*, 04/08/1881, p. 3.

²⁹⁵ *Corsário*, 25/08/1881, p. 3-4.

Infeliz idiota! Esses termos novos e novas expressões, como pornográfico, meio social, sociológico, evolução, etc., que a mocidade tem introduzido na tribuna e na imprensa, tem levado o Sr. Moura que os há agarrado com dois pauzinhos, a complicar mais os seus aranzéis escritos e falados.²⁹⁶

A fala de Apulcho testemunha a novidade dos *termos e expressões* que eram então introduzidos no vocabulário político e jornalístico do Brasil. A partir dela é possível demonstrar que as noções de pornografia se popularizavam por aqui juntamente com outros conceitos que, como é sabido, influenciaram profundamente os projetos políticos que disputavam o futuro na nação. A febre cientificista trazia em seu bojo diversas teorias e novos conceitos que instrumentalizavam as discussões intelectuais sobre a história político-social dos povos e os caminhos para alcançar a modernidade.

Reclamando para si, ainda que no tom satírico que caracterizava a sua folha, o título de representante legítimo da *imprensa pornográfica*, Apulcho evidenciava sua compreensão de que o gênero era moralmente superior ao que entendia como *imprensa difamatória*, da qual o inimigo seria um bom exemplo. Mas embora Apulcho acusasse Bernardino de fazer confusão ao tentar palestrar com esses novos conceitos, ele próprio não se apresentava muito seguro do *que* ou *quem* se enquadrava na categoria. Em novo round de acusações, o *Corsário* respondeu a uma coluna de Bernardino de Moura, publicada dessa vez na *Gazeta de Notícias*, questionando a “contradição inexplicável” dessa “guerra à pornografia”, já que ninguém seria mais pornográfico que o próprio Bernardino, “o imperador da patifaria, o mandarim da indecência e da imoralidade”²⁹⁷.

Vejam os que, não obstante eventualmente reclamasse o título para si, mostrava-se bastante ofendido quando lhe aplicavam. Podemos perceber, desse modo, que ao contrário dos antigos pornógrafos, tais como Rétif e Lacroix, que reivindicavam com orgulho aquela nomenclatura, conferindo-lhe o atributo de designar suas intenções de reformadores sociais, Apulcho talvez o fizesse por ironia sarcástica. A essa altura, se ainda coexistiam sentidos diversos para o termo, todos tinham em comum o fato de denotarem um valor pejorativo.

²⁹⁶ *Corsário*, 25/08/1881, p. 4

²⁹⁷ *Corsário*, 01/03/1883, p. 2.

2.3 Pornografia x Pornografia

Em outubro de 1882, Apulcho bravejava contra o juízo que seus inimigos faziam da *moralidade*. Dizia ele que sob essa bandeira era movida contra a sua folha uma “perseguiçozinha”, por que em suas páginas ela oferecia “uma leitura perigosa, subversiva, atentatória de todas as chagas e de todas as velharias bolorentas que uma sucia de idiotas entendem que se devem respeitar”. Mas,

Entretanto, andam impunemente pelas ruas e praças do Rio de Janeiro numerosos indivíduos, cuja indústria consiste na venda de livros obscenos, ornados com figuras de uma imoralidade nojenta, e que vendem com uma franqueza e um desplante, a que só falta o pregão em altas vozes do título do folheto e das imoralidades que contém.²⁹⁸

Em seguida ele lamentava que o Rio de Janeiro fosse o lugar “onde mais livremente campeia a imoralidade, a prostituição e o desvergonhamento”, que sua população fosse “a mais mal educada” e a que tivesse “mais falta de gosto, de senso artístico, de sentimento do belo que se pode encontrar”. Apulcho ilustrava essa tese invocando o “pesado carroção” que transportava o Imperador pelas ruas da cidade, o qual julgava feíssimo, e o livro *Trovador de modinhas*²⁹⁹, segundo ele o “predileto do nosso povo”. Quanto à obra, o jornalista dizia se tratar de “uma leitura enervante de umas poesias pifiamente afrodisíacas, causas poderosíssimas de tanto rapto de meninas sentimentais de casa de porta e janela por indivíduos incríveis, de enormes pastinhas cheias de banha rançosa”.

Apulcho concluía dizendo que a prova de que o povo era fraco moralmente era que

A leitura fortificante de um jornal que lhe diga as coisas como elas são, que lhe fale francamente dos seus direitos e seus deveres, essa proíbem-na ao povo seus poderes públicos.

Para arrastar a nação ao ultimo ponto da degradação necessário para que a monarquia possa continuar sossegadamente a governa-la, para isso deixasse-lhe comprar e ler livremente tudo quanto possa enfraquecer-lhe o senso moral e destruir-lhe a dignidade.³⁰⁰

²⁹⁸ *Corsário*, 21/10/1882, capa.

²⁹⁹ É provável que Apulcho estivesse se referindo ao livro *Lyra do trovador: collecção de modinhas, recitativos, lundús, canções, etc*, popular no final do século XIX.

³⁰⁰ *Idem*.

Em outra ocasião o jornalista afirmou que “os miseráveis, os beócios, os dantas, os trigos e outros díscolos de igual jaez, chamam-nos de imprensa pornográfica e pensam que pega o qualitativo”. Dizia ele que o jornal verdadeiramente indigno de entrar em “casas de família” seria a *Gazeta de Notícias*, que com seus contos imorais estava prestes a “trazer estampas como qualquer dessas obras afrodisíacas, como Frei Saturnino e outras”³⁰¹. Sua fala alude à literatura obscena – mencionando inclusive um de seus títulos fundamentais, o *Memórias de Frei Saturnino* – apresentando-a como uma forma de pornografia com a qual ele, para além de não se identificar, desprezava e desejava combater.

Trata-se de uma postura interessante, na medida em que evidencia a aparente confusão que poderiam causar esses *novos termos e novas expressões* que Apulcho identificava e ridicularizava em Bernardino de Moura. Essa imprecisão, contudo, avulta a multiplicidade de sentidos que o termo abarcaria até as primeiras décadas do século XX, não apenas no Brasil. Não há contradição na postura de Apulcho diante do que ele entendia por pornografia justamente porque o termo poderia designar então uma variedade de temas, fatos, coisas, discursos e comportamentos muito distintos, todos sujeitos à essa classificação. Apulcho estava disposto a aceitar o rótulo quando ele indicava o ato de tornar públicas as mazelas e as descomposturas sociais e políticas, mas rejeitava-o quando o termo pretendia associar seu jornal à exortação da indecência de cunho sexual, coisa que ele próprio se sentia apto para denunciar.

É justamente nesse sentido que os contos e folhetins veiculados na *Gazeta* eram interpretados por Apulcho como uma forma lastimável de pornografia, que deveria ser denunciada e combatida. Quando Ferreira Araújo passou a assinar algumas dessas histórias sob o pseudônimo de Lulú Senior, Apulcho denunciou que “estão ultimamente produzindo na corte e no interior uma completa revolução pornográfica”. A nota reproduzia uma suposta carta enviada por certo João Francisco da Anunciação, leitor que estaria apavorado com os efeitos nefastos dessa leitura em suas “filhas casadeiras”, que andavam “com a cabeça virada”, “abstratas”, “distraídas”, dando as caras somente “à hora do almoço com grandes olheiras e espreguiçamentos”. O preocupado pai teria descoberto a razão de tal comportamento ao flagrar as filhas no quarto:

³⁰¹ *Corsário*, 18/09/1883, p.1.

Uma lia e as outras ouviam com olhos lânguidos, faces rubras e olhos incendiados. As pobres inocentes liam um conto de Lulú Senior, intitulado Faça de Conta. E, pobrezinhas, andam a fazer de conta todos os dias. Aquelas olheiras!³⁰².

O *Carbonário* endossava esse incômodo. O anúncio de certo *Lait Botanique des Alpes*, “de uso externo e inofensivo”, prometendo “restituir aos velhos o vigor e o fogo dos 20 anos” veiculado pela *Gazeta de Notícias* foi denunciado como “o cúmulo da pornografia”³⁰³ pelo jornal. Em outras ocasiões o *Carbonário* opinou sobre os limites do que é moralmente aceitável tornar público. Censurou o jornal *O País*, por exemplo, por ter noticiado que não houve espetáculo no *Theatro Príncipe* por falta de dinheiro:

Quem tal faz, penetrando no que pertence à vida particular de uma empresa, é capaz de dizer que um esposo não levou a esposa no baile por não ter meios de lhe dar um vestido novo. (...). Tais notícias estão no programa das folhas pornográficas, não devem aparecer nas que não o são.³⁰⁴

As críticas pareciam ser contra a grande imprensa, que condenava os pequenos jornais com o argumento da pornografia, mas não se melindrava em tornar públicos escândalos de foro íntimo, o que configurava, na concepção desses jornais, pornografia. Desse modo o *Carbonário* legislava sobre os assuntos que seriam passíveis ou não do rótulo pornográfico nos demais veículos impressos, “uns jornais cheios de moralidade fictícia, que fazem crua guerra às pequenas folhas que publicam raptos, adultérios e concubinatos”³⁰⁵.

Esse tipo de pornografia, Apulcho de Castro afirmava veementemente não suportar. Quando a *Gazeta de Notícias* lançou a coluna *Balas de Estalo*, o *Corsário* voltou-se também contra ela, dizendo que o espaço, inspirado pelos jornais parisienses que “fazem carreira pelo escândalo”, serviam

³⁰² *Corsário*, 09/10/1883, p.2.

³⁰³ *Carbonário*, 13/05/1887, p.2.

³⁰⁴ *Carbonário*, 31/10/1887, p. 2.

³⁰⁵ *Carbonário*, 12/10/1888, p. 1.

para fazer reclames aos amigos, as casas comerciais que pagam por bom preço e a divulgação do escândalo que também dá dinheiro, [de forma que] de agora em diante a Gazeta não nos poderá mais chamar de pornográficos [já que ela própria] não é só um jornal pornográfico, é um jornal imoral, indecente, afrodisíaco, e como tal indigno de entrar em uma casa de família honesta”³⁰⁶.

É interessante perceber que nessa última acepção a pornografia estava inclusive um passo atrás das indecências afrodisíacas, limitando-se à devassa da vida alheia, especialmente a da elite política. Em 1882, alegadamente em resposta aos leitores que pediam sua opinião a respeito da moralidade do jornal *Revolução*, Apulcho disse que:

Ataca a honra das famílias? Parece que não. Nenhuma ainda reclamou. Lá o ser imoral, indecente, torpe mesmo; conter uma leitura que em uma casa de família deve ser proibida, como a da Martinhada ou outras, perverter, acanalhar, arruinar o espírito como o vírus sífilítico arruína o corpo, isso não é crime. (...).

O Jornal do Comércio, a Gazeta de Notícias e o Cruzeiro, anunciam os remédios para a impotência e para a sífilis. A *Revolução* estimula o público a adquirir essas duas doenças. É, pois, digna de auxiliar da imprensa graúda. Deve crescer.³⁰⁷

Em seguida Apulcho estabelecia a fronteira que acreditava diferenciar os propósitos de seu jornal de outros, como *Revolução* e seus congêneres na imprensa graúda:

Agora, nós não.

O Corsário ataca chefes de família desmoralizados e famílias que se prostituem. Ladrões e caftens. Sodomitas e meretrizes.

Mas não dos que o são por uma desgraça qualquer; por miséria ou ignorância. Não. Ladrões de convicção e por chic. Prostitutas ricas, e por luxo. Caftens, das esposas e das filhas. Procura corrigir, não corrompe.

É o iodeto de potássio, ou o mercúrio desta sociedade que tem úlceras na consciência e cáries na alma.³⁰⁸

³⁰⁶ *Corsário*, 18/09/1883, p. 1-2.

³⁰⁷ *Corsário*, 28/09/1882, p.4.

³⁰⁸ *Corsário*, 28/09/1882, p.4.

Nesse sentido, é interessante perceber que a despeito do rótulo pornográfico tais jornais se colocavam como paladinos da moralização social. Vimos que muito frequentemente eles assumiam a pecha pornográfica, desde que por ela fosse compreendido o ato de falar abertamente sobre assuntos desagradáveis, porém necessários. Quando associada à devassidão e à corrupção moral, entretanto, eles percebiam a pornografia no outro e denunciavam. Trata-se de uma questão muito interessante, pois evidencia a disputa de um uso diverso do termo

Está presente a suspeita de que falar desbragadamente, nomeando objetivamente e sem floreios, pode representar uma ofensa moral e, portanto, configurar pornografia. Isso nos leva a refletir sobre a repulsa em relação ao linguajar e ao comportamento das classes populares, também acusadas de pornográficas em razão do seu comportamento e linguagem explícitos. Tal suspeita, portanto, pode estar atravessada pela questão do *gosto*. O *bom tom* seria assim esperado e desejado em determinados espaços, sobretudo na imprensa. Há ainda a questão dos discursos: que sujeitos estão autorizados a falar de quais formas sobre quais assuntos? Os frequentes ataques, inclusive físicos, perpetrados contra Apulcho põem em evidência sobretudo esse aspecto.

2.4 A execução sumária

A atuação da imprensa chamada *pornográfica* em fins do Segundo Reinado estava suscetível à aplicação de determinadas penalidades na medida em que constituía uma oposição virulenta e difamatória ao regime e seus representantes, o que frequentemente se dava por meio de ataques pessoais e acusações não comprovadas. O parágrafo 4º do artigo 179 da Constituição de 1824 garantia a liberdade de expressão na imprensa, “sem dependência de censura”, desde que a responsabilidade por qualquer abuso cometido em seu exercício fosse assumida. Já o Código Penal de 1830 previa os crimes de *calúnia* e *injúria*, e penalidades especiais para ameaças ao poder monárquico perpetradas por meio impresso.

Em um contexto de crise monárquica, no entanto, a função moralizante da imprensa, frequentemente apregoada por seus próprios veículos, se revestia de uma aura fiscalizadora do poder público³⁰⁹. Um dos aspectos ambíguos da *incensada* liberalidade

³⁰⁹ O fato de o poder ser exercido pela monarquia não é uma contradição porque essa legislação é elaborada em um contexto pós-revolucionário, a partir de quando as monarquias europeias procuraram adequar seu

de D. Pedro II diz respeito justamente ao seu posicionamento diante da imprensa, sobretudo a francamente opositorista³¹⁰. Se por um lado era um ponto que lhe rendia admiração, na medida em que garantia a livre expressão da oposição, por outro o deixava suscetível a críticas em virtude do que era eventualmente compreendido como uma fraqueza diante dos abusos cometidos.

No início dos anos 1880 as folhas pornográficas estiveram no cerne de tal discussão ao exercer – ou pelo menos pretender exercer – essa função moralizante num limite bastante extremo, veiculando denúncias contra o comportamento público e privado alegadamente imoral, mas de forma considerada também indecente por muitos de seus interlocutores. Nesse sentido, a morte violenta de Apulcho levantou questões muito polêmicas acerca dos limites da liberdade de imprensa e do poder do Estado.

O assassinato do jornalista foi perpetrado à luz do dia, em frente ao posto policial em que ele foi pedir socorro. Antes disso, porém, ele e seu jornal já haviam sido vítimas de atentados. Em 1882, por exemplo, o jornalista foi espancado no Passeio Público. Dada a “gravidade das ofensas”, o Chefe de Polícia da Corte solicitou abertura de sindicância para que os autores fossem descobertos³¹¹. Dias antes do assassinato, em 9 de outubro, a sede do jornal havia sido mais uma vez atacada por um grupo que incluía oficiais do 1º regimento de cavalaria, que compunha a guarda do palácio imperial. Apulcho vinha denunciando a existência de uma dívida contraída com um taberneiro por um Oficial do Exército, que além de se recusar a pagar, teria ameaçado seu credor com um chicote. Na edição do dia 23, a última antes de sua morte, Apulcho publicou pela primeira vez o nome do devedor, identificando-o como Alferes Firmino Garges Bellegard.

No dia 25, quando percebeu estar se reunindo mais uma vez um grupo de pessoas nos arredores do jornal, incluindo os mesmos oficiais à paisana que já o haviam ameaçado e agredido, Apulcho correu ao posto policial no qual estava presente o Chefe de Polícia Belarmino da Gama e Mello em busca de proteção. São muitas e contraditórias as versões que narram a sucessão dos fatos a partir daí, mas sabemos que Apulcho ia sendo conduzido de volta ao jornal na companhia do Capitão do Exército João Antônio D’Ávila

exercício à princípios liberais, como forma de evitar o destino da coroa francesa. LOBO, Judá Leão, PEREIRA, Luís Fernando. *A imprensa do Segundo Reinado no processo político constitucional: força moral e opinião pública*. In: **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**, Curitiba, vol. 59, n°.1, p. 179-206, 2014, p. 189).

³¹⁰ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. cit.*, p. 169.

³¹¹ *Gazeta de Notícias*, 16/03/1882, p.2.

quando o carro em que estavam foi interceptado por uma turba que alguns testemunhos apontavam como de cem pessoas, que o atacaram.

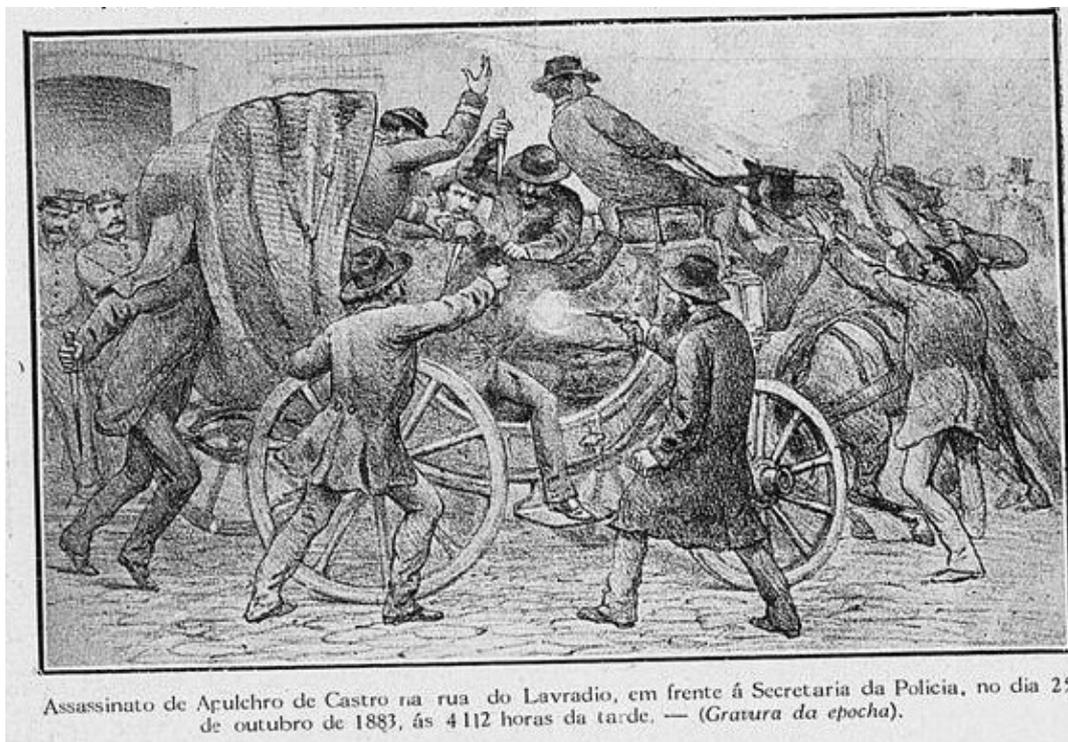


Figura 2: Gravura - Assassinato de Apulcho de Castro - *Revista da Semana*, 13/09/1924, p. 30

Na autopsia foram identificados quinze ferimentos à faca e um à bala. Ao incidente seguiram-se violentos protestos nas ruas do Rio de Janeiro, envolvendo quebra-quebra e o ataque ao prédio do Ministério da Justiça com tochas incendiárias. A repressão policial foi fortíssima e violenta. Relatos da época davam conta de que os manifestantes gritavam “Viva a revolução!”³¹².

Uma investigação formal concluída em março de 1884 apontou 11 oficiais do exército envolvidos no assassinato e em novembro desse mesmo ano eles foram absolvidos. O relatório do promotor responsável, Júlio Ottoni, dizia que “apesar de minucioso”, o inquérito não ofereceu “nenhuma prova contundente”. As evidências, segundo ele, resumiam-se à “vaga imputação aos oficiais do exército, e à acusação determinada de duas testemunhas que se contradizem”. Ottoni concluía assim que o

³¹² HOLLOWAY, Thomas H. *Op. cit.*, p.84.

envolvimento dos oficiais havia sido imputado a partir de boatos, cujas origens não puderam ser identificadas³¹³. Ninguém jamais foi responsabilizado pela morte de Apulcho de Castro.

Anos mais tarde Euclides da Cunha viria a mencionar seu assassinato na obra *Os Sertões*, ocasião em que apontou Antônio Moreira César como um dos líderes do atentado. Quanto a Apulcho, Euclides o descreveu como:

Um jornalista, ou melhor, um alucinado, criara, agindo libérrimo graças à frouxidão das leis repressivas, escândalo permanente de insultos intoleráveis na Corte do antigo império; e tendo respingado sobre o Exército parte das alusões indecorosas, que por igual abrangiam todas as classes, do último cidadão ao monarca, foi infelizmente resolvido por alguns oficiais, como supremo recurso, a justiça fulminante e desesperadora do linchamento³¹⁴.

Em 1924, mais de quarenta anos após o assassinato do jornalista, Hermeto Lima escreveu sobre o *Corsário* na *Revista da Semana*:

Escrito em linguagem altamente difamatória e atrevida, dizendo verdades, esquecendo que nem todas elas se dizem ou devem ser ditas, não poupando a honra de ninguém, entrando na vida íntima e particular de todos, até mesmo na da família imperial – o “Corsário” eram sob todos os títulos, um jornal abominável, mas todo o mundo o comprava para ver-lhe as chagas no corpo³¹⁵.

Dizia ele ainda que “a Polícia não dispunha de leis para embaraçar-lhe os passos nem coibir-lhe a linguagem”, e que os “insultos atirados ao governo da época eram de tal ordem” que teriam resultado nas medidas drásticas e ilegais perpetradas pelas autoridades³¹⁶.

³¹³ *O País*, 18/12/1884, p. 2.

³¹⁴ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914, p.263.

³¹⁵ LIMA, Hermeto. *O Corsário*. **Revista da Semana**, 13/09/1924, p. 30.

³¹⁶ *Idem*.

A opinião póstuma sobre a índole de Apulcho e a natureza de seu jornal encontrou eco na imprensa da época. Sobre o assassinato, a *Gazeta* noticiou que dias antes a tipografia havia sido atacada,

e ninguém se queixou, porque enfim ninguém podia razoavelmente exigir que a polícia e o governo levassem seu amor a pornografia ao ponto de pôr lhe sentinela à porta!³¹⁷.

Embora boa parte da imprensa tenha se posicionado energicamente contra os meios utilizados para conter a ousadia de Apulcho, permanecia certo consenso quanto à inevitabilidade de seu destino fatídico, entendido como consequência de seus próprios atos e do caráter pornográfico de seu jornal. Após o incidente, a *Revista Ilustrada* publicou um texto no qual dizia esperar pelo incidente, mesmo sem desejar-lo. Chamava ainda a atenção para o sucesso do *Corsário*, que não poderia ser entendido como uma anomalia, sendo antes de tudo um representante legítimo da imprensa livre, “livre até o insulto, até a calúnia”. Sobre Apulcho, dizia que

nada houve que ele respeitasse: a honra da família, o pudor da mulher, tudo ele difamou, atassalhou. Nunca se viu injuriar tanto, jamais tomou tão expressamente a pena para insultar³¹⁸.

Os discursos oficiais das autoridades e na imprensa da época tenderam a atribuir as manifestações ocorridas após o assassinato a desordeiros e capoeiras que simplesmente teriam se aproveitado do clima pesado para fomentar o caos, e não a uma possível aceitabilidade de Apulcho de Castro por parte de determinados segmentos sociais. A imagem de um Apulcho malquisto, isolado e anômalo é reiterada pelo silenciamento ao qual seu nome e sua atuação foram legados pela História. Com exceção dos trabalhos de Holloway (2008) e Araújo (2009), nas poucas menções ao jornalista na historiografia sobre o período ele emerge como um *rodapé*, uma *matéria menor e pouco específica*³¹⁹. Embora o número de 20.000 cópias de tiragem declarado por Apulcho em seu jornal possa

³¹⁷ *Gazeta de Notícias*, 09/11/1883, p. 2.

³¹⁸ *Revista Ilustrada*, 31/10/1883, p. 2.

³¹⁹ HOLLOWAY, Thomas H. *Op. cit.*, p.86.

ser exagerado, os constantes problemas com a imprensa e a lei – que chegaram ao extremo do seu assassinato – assim como a periodicidade da folha, publicada três vezes por semana, são fortes indicativos de popularidade. É certo também que tinha amigos, que fazia parte de determinados círculos.

Após o assassinato, o seu grande desafeto Carlos Bernardino de Moura publicou que “o executado não passara, na existência do cínico pornográfico que fora a causa de sua execução, de um inconsciente testa de ferro impelido por maus e perversos caracteres” que o teriam abandonado à própria sorte quando as coisas se complicaram. Sem dar nomes, Moura apontava um advogado e um poeta entre os “colaboradores” muito conhecidos que teriam impelido Apulcho “ao vício da pornografia”. Dizia ainda que logo após o assassinato um novo jornal pornográfico havia sido apreendido na Rua São José e

a linguagem gíria e... literária do novo pasquim, aí está denunciando os antigos redatores pornográficos, poetas literários de ensaios, empregados de fazenda expulsos pelo mal caráter, e ex-compositores do jornal³²⁰.

Testemunhando a repercussão da morte de Apulcho bem como o fato de que suas críticas encontravam certo respaldo social, há também o anúncio do espetáculo *Um Drama em Alto Mar*, que seria executado “em benefício da infeliz viúva de Apulco”, Eufrásia de Castro, no Teatro São Luiz. A benesse foi promovida por “alguns amigos do morto”, dentre os quais identificava-se a célebre atriz Apollonia Pinto, que estrelaria a peça³²¹.

Como foi dito, são poucas as análises historiográficas dedicadas a Apulcho e seu jornal. Uma delas, a dissertação de mestrado *Pasquins: submundo da imprensa na Corte Imperial (1880-1883)*, foi elaborada por Rodrigo Cardoso Soares de Araújo e procura resgatar a atuação do *Corsário* e seus congêneres no circuito jornalístico do período. Já no artigo *The defiant life and forgotten death of Apulco de Castro: race, power, and historical memory*, de Thomas H. Holloway, a trajetória do jornalista é recuperada em uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. Para o autor, os eventos que culminaram na morte de Apulcho, assim como o seu assassinato, permitem compreender

³²⁰ *A Pátria*, 16/12/1883, p.2.

³²¹ *Gazeta de Notícias*, 06/11/83, p. 4.

a intersecção entre raça, poder e memória no país³²², uma vez que a cor de Apulcho teria sido determinante para o seu fim trágico.

Nestes dois trabalhos chama atenção o relativo silêncio em relação à relevância do rótulo pornográfico a que jornalista e jornal estiveram sujeitos. Além disso, é importante destacar que tanto a falta de censura ao semanário por parte do poder público quanto o assassinato de Apulcho fomentaram sérias críticas ao governo e ao Imperador Pedro II. Desse modo, não apenas a virulenta campanha de Apulcho contra a Monarquia em seu periódico, mas também a indignação de determinados setores contra a circulação do *Corsário*, endossaram o cenário de desprestígio monárquico que caracterizou esse momento de crise do regime. Além disso, o envolvimento de membros do Exército e da Guarda Real no assassinato fomentou a crença de que o governo fosse o real responsável pelo incidente. Desse modo, não obstante deixasse que corresse soltas críticas daquela natureza, gerou-se a desconfiança de que o Imperador recorria à violência e não à lei para coibir os abusos da imprensa.

Para o órgão conservador paraense *A Constituição*, “polícia, exército, governo, Imperador, tudo ficou nodado com essa cena de canibalismo hediondo”³²³ que marcou o assassinato de Apulcho. Esse jornal publicou um compêndio do que estava sendo dito pelos veículos de imprensa da capital, para os quais “o governo, que não tem força para impedir o assassinato de um homem que se abriga às bandeiras da lei, é incapaz de defender a sociedade”³²⁴. A conclusão era de que:

O governo deve estar satisfeito de sua obra! O assassinato do infeliz redator do *Corsário*, cujo procedimento não aprovamos – diz-se – foi concertado, planejado e executado pelo próprio governo!

O jornal pornográfico atacava sempre esses calões que nos governam e que vão fazendo a desgraça do país, apresentava em público a suas mazelas, e tudo isso foi suficiente para ser o seu assassinato decretado e executado em pleno dia, talvez para exemplo de todos!³²⁵

³²² HOLLOWAY, Thomas H.. *Op. Cit.*, p. 82-83.

³²³ *A Constituição*, 15/11/1883, p.1.

³²⁴ *Idem*.

³²⁵ *Ibidem*, p.2

O clima geral na imprensa da época era o de comoção e temor³²⁶. Denunciava-se as autoridades que teriam falhado em não prender ou punir Apulcho por publicar um jornal pornográfico, por não terem também impedido o seu assassinato³²⁷, e dizia-se que “as consequências da desmoralização da autoridade” se manifestavam também “nas correrias, distúrbios, espancamentos e tentativas de incêndio a petróleo nos edifícios públicos”³²⁸, perpetrados após o incidente. A sucessão desses acontecimentos, amplamente difundidos como indícios graves de crise política, descortinava perante os espectadores da imprensa um cenário muito preocupante, como resume o colaborador d’*A Constituição*, na conclusão de sua correspondência: “Marchemos, meu amigo, para um desconhecido tremendo. Já é o princípio do fim.”³²⁹

Adiante, vemos uma das reações da *Revista Ilustrada* ao episódio, na charge intitulada *Efeitos e consequências do dia 25 de outubro de gloriosa data*.

³²⁶ ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p.51.

³²⁷ *Gazeta de Notícias*, 06/11/1883, p.1.

³²⁸ *A Constituição*, 15/11/1883, p.1.

³²⁹ *Ibidem*, p.2.

Efeitos e consequências do dia 25 de outubro de gloriosa data

Continuamos no gozo da mais perfeita saúde, graças a não termos ainda experimentado nenhum instrumento cortante, perfurante ou contundente.

As nossas costelas conservam-se intactas, o que muito agradou aos nossos numerosos amigos, que as apalparam a valer. Obrigado pelos abraços.

Os mais colegas também gozam boa saúde, graças a prudente aplicação da rolha no bico das penas que trataram da célebre questão, sem tocarem todavia no âmago da dita!

No dia de Finados, todos levaram uma corozinha em homenagem ao princípio, que a maior altura chegou entre nós. Nós quique deitamos frinalda.

Também a imprensa nada mais tinha que ver, pois que os dois importantes protetores oficiais do Apulcho, o ex-chefe de polícia e o capitão Ávila, se encarregaram de esclarecer a opinião pública, varrendo cada um a sua testada nas colunas do “Jornal”.

(Mas as páginas da história...! Qual será a vassoura que poderá varrer tamanha verg...! Rolha no caso. Já íamos nos esquecendo que as rolhas estão na ordem do do dia... Fechamos este parêntese s e continuamos.)

Porém, como cada contendor limpa a sua testada sujando a do outro, não tardou a escamação em ambas as partes, e tomem vassouradas.

Até uns pobres burros magros foram acusados pelo capitão Ávila!

Toda essa discussão muito divertiu o público que disse: Brigam as comadres, descubrem-se as verdades.

Mas parece que não convinha descobrir a verdade, e duas rolhas substituíram, por alguns dias, a discussão.

Apesar disso, hoje não há quem ignore... quem é o pai dos filhos de Zebedeu. Nunca este bom povo deitou tano ponto de admiração, o que é extraordinário nesta cidade, onde já não há nada que admire!

Quem tem direito de protestar e pedir indenização, é o cocheiro. -Estragam-se o carro a punhaladas, e o Sr. Ávila, ainda por cima, desacredita as minhas bestas, chamando-as de burros magros!

Tanto a atuação quanto o assassinato de Apulcho foram divulgados e denunciados nos mais distintos veículos de imprensa em associação com o termo pornografia. Insisto na relevância desse dado, pois Apulcho foi ojerizado por parte da imprensa do período não por criticar o governo e o Imperador, coisa que boa parte dos mais variados jornais da época faziam, mas pelo fato de fazê-lo *pornograficamente*, ou seja, de maneira considerada viperina, vulgar, indecente. É por isso também que o governo era criticado, por permitir certo tipo de liberdade de imprensa que teria ultrapassado as raias da desmoralização pública, testemunhando a alegada fraqueza de Pedro II. Sob o mesmo argumento, a opinião pública interpretou o fim trágico de Apulcho como resultado direto de suas atividades pornográficas.

Nesse sentido, creio que a imprensa pornográfica de *fin de siècle*, da qual o *Corsário* foi o principal expoente, ocupa um lugar destacado no cenário de crise monárquica que caracterizou a década de 1880. No cerne do debate confluem discussões sobre a legitimidade do poder político, sua permissividade e seus abusos, assim como os limites do moralmente aceitável na imprensa, fronteira de difícil demarcação em uma época que procurava acomodar novos valores, saberes e doutrinas ao escopo de antigas tradições. Nesse momento, assim como em diversos outros em que a pornografia esteve em pauta, o posicionamento entre censura e liberdade avultava uma difícil decisão.

2.5 O rei está nu

A trajetória de Apulcho de Castro e seu jornal é exemplar por diversas razões, a começar pelo desfecho trágico, noticiado na época como resultado de suas atividades pornográficas. É importante destacar, contudo, que D. Pedro II não foi o único monarca da história a ser alvo de ofensas dessa natureza. Tampouco foi somente Apulcho que lançou mão de ataques pessoais à imagem e à honra do Imperador nesse período. A alcunha de *Pedro Banana*, por exemplo, foi bem disseminada. Por ocasião da Revolta do Vintém, ainda em 1879, o apelido já compunha uma canção proposta pela *Gazeta da Noite* aos seus leitores, “para ser cantada com a música da polka cri-cri”. Um dos refrãos dizia:

Cri-cri cri-cri cri-cri
Viva o Pedro Banana

Cri-cri cri-cri cri-cri
 Que por tolo vai passando
 Cri-cri cri-cri cri-cri
 A todos vai enganando
 Cri... cri cri
 Ele é fino vai andando³³⁰

Com a crise monárquica, a figura de Pedro II foi perdendo a sacralidade³³¹. Os jornais de oposição da época foram prolíficos não apenas em críticas que poderíamos chamar de “sérias”, mas usaram amplamente do deboche. É também da *Revista Ilustrada* a charge a seguir, que ilustra o Imperador em “tristíssima posição”.

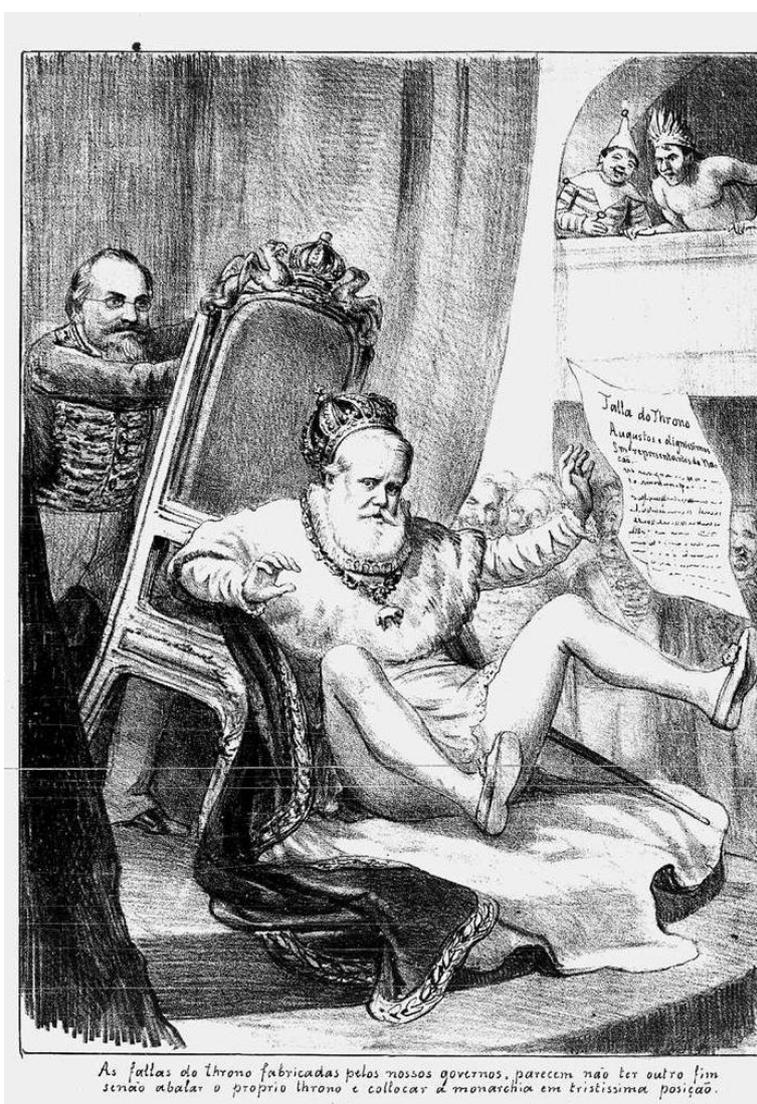


Figura 4: *Revista Ilustrada*, 21/01/1882, p.4

³³⁰ *Gazeta da Noite*, 30/12/1879, p.3.

³³¹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. cit.*, p.45.

Um incidente em especial, ocorrido em 1882, nos fornece um bom exemplo disso. Na madrugada de 18 de março deste ano, o Paço de São Cristóvão foi invadido enquanto a família real estava em Petrópolis. Um armário foi arrombado e dele foram surrupiadas as joias da Imperatriz, da princesa Isabel e da baronesa Fonseca da Costa. Não obstante o vexame inerente ao fato de um palácio imperial ser tão facilmente penetrado e dele subtraírem-se joias sem que ninguém perceba, as investigações policiais contribuíram para o ridículo.

Quatro dias após o roubo, foram presos dois criados encarregados de serviços diretos ao Imperador e Manuel de Paiva, ex-empregado da Casa Imperial. A opinião pública achava esquisito que reles criados estivessem envolvidos numa empresa que demandaria a negociação de valores e objetos tão preciosos³³². Após receber uma carta anônima o Chefe de Polícia, Trigo Loureiro, partiu para a casa de Paiva disfarçado com longas barbas, chafurdou no lamaçal e encontrou as joias enterradas dentro de uma lata de manteiga. Localizados os objetos roubados, os suspeitos envolvidos foram soltos. O incidente e seus desdobramentos foram exaustivamente explorados pela imprensa da época, e não faltaram suposições fabulosas a respeito do que poderia ter sucedido. Desse modo, o fato foi ampliado “com insinuações, às vezes grotescas e insidiosas, atingindo a moral do imperador”³³³.

Em meio a tal campanha, foram lançados três folhetins relatando o episódio de maneira ficcional: *Um Roubo no Olimpo*, *A Ponte do Catete* e *As Joias da Coroa*. De maneiras diferentes, cada um deles narrava versões do fato descrevendo os envolvidos mais ou menos disfarçados em nomes falsos. Suspeita-se ser de Artur Azevedo a peça *Um Roubo no Olimpo*, publicada na *Gazetinha* entre 31 de março e 5 de abril de 1882. *A Ponte do Catete*, que estreou na *Gazeta da Tarde* em 30 de março, teria sido escrita por José do Patrocínio, mas não chegou a ser concluída³³⁴. Ambas eram infames e divulgavam versões do que poderia ter sido a verdadeira história da invasão do palácio, dissimulando os nomes dos envolvidos. Em todas essas histórias a personalidade atribuída ao Imperador é a de um homem frio e dissimulado, que mantém a imagem pública de seriedade e

³³² PAULA, Sérgio Goes de (Org.). *Um monarca da fuzarca: três versões para um escândalo na Corte*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p.13.

³³³ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. cit.*, p.45.

³³⁴ PAULA, Sérgio Goes de (Org.). *Op. cit.*, p.29-30.

erudição, mas que é na verdade megalômano, consumido por uma tremenda vaidade e por impulsos baixos.

A figura de Manuel de Paiva é representada como a de um funcionário vil, cujo ofício se resume a agenciar e acobertar atividades escusas de seu superior, especialmente os encontros com mulheres. No inacabado *A Ponte do Catete*, o personagem Paiva tem a missão de entregar a carta do Sr. Bourbon à jovem e honesta filha de um senador. Em *Um Roubo no Olimpo* ele é Mercúrio, a quem Juno odeia por ser ele a facilitar os casos extraconjugais de Júpiter.

Mas *As Joias da Coroa*, folhetim publicado na *Gazeta de Notícias* entre 30 de março e 1º de maio, certamente foi o que apresentou uma versão mais ousada do ocorrido. O texto foi atribuído por Capistrano de Abreu a Raul Pompeia, então com 19 anos³³⁵. Na trama, Petrópolis se torna Anatópolis e a Quinta da Boa Vista, onde se situa o Paço de São Cristóvão, é a Quinta de Santo Cristo. Dom Pedro II é personificado na figura do “milionário senhor da Quinta de Santo Cristo, o Sr. Duque de Bragatina”, descrito como “de uma estatura bonita e excepcional”, cujas “barbas envolvem-lhe o rosto em flocos admiráveis de nevada branca” e com “olhos pequenos e azuis” por trás de “uns veneráveis óculos de grossos aros de tartaruga”. Na história, o filho único do Duque Bragatina é o Marquês d’Etu, em evidente alusão ao genro do monarca, o Conde D’Eu. De modo semelhante, seu pai na ficção havia feito fama com “bravuras épicas e galantes”, de modo que teria sido “impossível que no caráter do duque de Bragantina não se fundissem os arrojos, as sensualidades paternas, com as arrogâncias da raça³³⁶ .

A associação com Pedro II é, portanto, evidente. O incidente do roubo das joias é mesclado, no enredo, à uma trama que revela o envolvimento de funcionários do palácio no aliciamento sexual de menores para o deleite dos instintos perversos do Duque. Manuel Paiva é assim apresentado como um íntimo do duque de Bragantina e seu papel é funesto. Ao mesmo tempo em que arma com o criado Ignácio o roubo das joias, combina com o velho Lourenço a compra de sua afilhada Conceição, de apenas 14 anos, para que o duque a deflore. Apesar do tom e do conteúdo de histórias como essas, contudo, poucas foram as alusões à pornografia elaboradas em relação a elas.

³³⁵ *Idem.*

³³⁶ POMPEIA, Raul. *As joias da Coroa*. In: PAULA, Sérgio Goes de (Org.). **Um monarca da fuzarca: três versões para um escândalo na Corte**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p.58-59.

De acordo com Lawrence O'Toole, na Europa do século XVIII a chamada *pornografia política* foi um dos efeitos da popularização da cultura impressa e da emergência de uma sociedade urbana de consumo, mais populosa e menos rigidamente estratificada, especialmente na França pré-revolucionária. No bojo de transformações sociais, econômicas e ideológicas que impeliam – ou pelo menos estimulavam – o questionamento da ordem estabelecida, a “pornografia” emergia como uma ferramenta para satirizar e criticar a autoridade da Igreja, do Estado e da monarquia. Obras e panfletos que o século XIX chamaria de pornográficos eram controlados no século anterior não pelo seu caráter obsceno, mas por serem instrumentos de difamação e blasfêmia. Ridicularizar e desmoralizar as autoridades constituía, portanto, uma forma de exercer oposição política e ideológica³³⁷ e, nesse sentido, a imprensa pornográfica que emergiu no Brasil em 1880 é herdeira dessa tradição.

Embora as diferenças entre a sociedade brasileira de fins do século XIX e as sociedades europeias do Antigo Regime sejam evidentes e estruturais, também o Brasil passava, naquele momento, por profundas transformações que alteravam o cenário econômico e social da corte. A decadência da economia canavieira nordestina impulsionou um fluxo migratório rumo ao sudeste, incrementado ainda pela chegada imigrantes europeus. O aumento populacional foi acompanhado pela ampliação do trabalho assalariado, visto como cada vez mais necessário em um contexto de extinção do tráfico atlântico, e de políticas como as Leis do Ventre Livre e dos Sexagenários, por exemplo³³⁸. A população do Rio de Janeiro praticamente dobrou de 1872 a 1890, fazendo emergir na capital, portanto, uma sociedade urbana mais numerosa e diversificada, enquanto ficava evidente que a Coroa não dava conta de acompanhar as mudanças oriundas destes processos³³⁹.

Nas páginas de jornais como o *Corsário* podia-se encontrar ferinas e recorrentes críticas sociais e políticas de cunho moral. Criticava-se e denunciava-se o comportamento indecoroso, público e privado, de diversos membros da sociedade, desde o próprio Imperador até as cafetinas no centro da cidade. Criticava-se as leituras obscenas e seus efeitos perniciosos sobre a honradez das famílias brasileiras. Criticava-se até a publicidade de tônicos e medicamentos destinados à saúde e ao vigor sexual. O fato dessa

³³⁷ O'TOLLE, Laurence. *Op. Cit.*, p.1-2.

³³⁸ COSTA, Milene Ribas da. *Op. Cit.*, p.24.

³³⁹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. cit.*, p.62.

prática ser atribuída à pornografia nesse momento não é, contudo, uma questão unicamente de peculiaridade do contexto. Para Rachel Weil, as relações entre calúnia e pornografia expressam o impulso de expor uma verdade política que se encontra secreta³⁴⁰ – ou seja, um impulso obsceno – que não é de todo dissociável de um afã voyeurístico. É, além disso, um exercício de imaginação³⁴¹.

Como afirmou Robert Darnton³⁴², também nos últimos anos do Antigo Regime francês, “a difamação jorrava do prelo”. Entre os séculos XVI e XVIII, período ao longo do qual foram produzidos os textos e imagens que determinariam, pelo menos em parte, a emergência do gênero pornográfico no século XIX, a “pornografia” era um veículo para crítica e sátira tanto quanto outros estilos narrativos, com os quais se confundia. Ao longo desses três séculos não eram muito nítidas as fronteiras internas do vasto universo de escritos sediciosos, tanto em termos de classificação quanto de estilo, propriamente dito. Assim, narrativas sexuais poderiam estar carregadas de proposições anticlericais ao mesmo tempo em que críticas à doutrina católica eventualmente exortavam a elevação espiritual por meio do prazer físico, por exemplo. Nesse vasto e imbrincado manancial de *mauvais libres*, a difamação pública, especialmente a direcionada aos membros da aristocracia e do clero, se tornaria extremamente popular.

Uma diferença muito relevante entre a pornografia política praticada na Restauração inglesa e a da França pré-revolucionária é apontada por Rachel Weil. Para essa autora, enquanto os textos pornográficos franceses usavam a licenciosidade com fundamentos filosóficos para contestar a hipocrisia moral da coroa e do clero, positivando assim a devassidão como uma forma de libertação, na Inglaterra, assim como nas páginas do *Corsário*, os hábitos alegadamente imorais e devassos no campo do sexo eram divulgados como uma moléstia perpetrada em primeiro lugar pela Monarquia. A denúncia ao comportamento sexual imoral dos reis tinha, portanto, uma função moralizante³⁴³.

Uma nota publicada no *Corsário* em 1881 informava que Pedro II havia se posicionado contra uma circular que propunha a regulamentação da prostituição, segundo Apulcho porque convinha ao Imperador

³⁴⁰ WEILL, Rachel. *Às vezes, um Cetro é apenas um Cetro: Pornografia e Política na Restauração Inglesa*. In: HUNT, Lynn (Org.). **A invenção da pornografia: Obscenidade e as Origens da Modernidade**. São Paulo: Hedra, 1999, p. 134.

³⁴¹ *Ibidem*, p. 131.

³⁴² DARNTON, Robert. *Os best-sellers... Op. cit.*, p.94.

³⁴³ WEILL, Rachel. *Op. cit.*, p.142.

matar a mocidade com a sífilis e descaramento que essas mulheres lhes transmitem, porque só muito corrompidos de corpo e alma os brasileiros suportarão a monarquia³⁴⁴.

Em outra ocasião o jornalista escreveu que:

Não tendo as minas da Sibéria para mandar para lá o povo, convém à monarquia manda-lo para o prostíbulo. É um processo mais lento, porém mais suave e mais seguro, para aniquilar a nação. Pois para uma monarquia como a nossa há nada melhor que um povo desmoralizado e sem vergonha?
(...)
Os poderes públicos devem, como estão fazendo, calar a boca. Quem deve protestar são os republicanos.³⁴⁵

Tal consideração, que atribui ao rei a intenção de corromper moralmente os súditos, encontra paralelo na pornografia política inglesa de fins do século XVII, analisada por Rachel Weill. A autora demonstra como alguns escritores do período relacionavam a devassidão e absolutismo real, sobretudo a partir da ideia de que o rei Carlos I propositalmente depravava o povo pelo próprio exemplo que dava³⁴⁶.

De acordo com essa perspectiva, os soberanos eram capazes de conduzir o povo à *devassidão, debilitar e amolecer* a sua índole de tal forma que seria impossível aos súditos cuidar ou exercer os seus direitos. Evidentemente há inúmeras distâncias entre as experiências brasileira e inglesa com a desmoralização monárquica via pornografia, a começar pelo contexto. Cabe ressaltar, entre elas, o fato de que a crítica analisada por Rachel Weill estabelecia uma identidade entre a tirania e a depravação real e o catolicismo³⁴⁷. Embora o anticlericalismo tenha sido um elemento muito presente nas experiências pornográficas francesa, portuguesa e brasileira, no caso da Inglaterra os conflitos religiosos entre católicos e anglicanos davam outra dimensão à crítica.

O importante a se destacar a essa altura, contudo, é que toda a discussão em torno da legitimidade do *Corsário*, os alegados abusos cometidos à moral pessoal e pública em

³⁴⁴ *Corsário*, 18/08/1881, p.4

³⁴⁵ *Corsário*, 28/09/1882, p.2-3.

³⁴⁶ WEILL, Rachel. *Op. cit.*, p. 151-152.

³⁴⁷ *Ibidem*, p. 155.

seus números, assim como o destino trágico de Apulcho de Castro perpassavam, à época, a questão da pornografia. A sede do *Corsário*, os funcionários e seu proprietário, sofreram diversas represálias desde que o jornal começou a ser publicado, culminando no assassinato de Apulcho, em 25 de outubro de 1883. Na edição de 2 de setembro de 1882, quando voltou a ser publicado após uma série desses ataques, o que é posto em questão é a ilegalidade das medidas tomadas contra o periódico:

se o Corsário era contra a lei por que não o responsabilizaram perante a lei?! (...). E por que não fizeram o mesmo contra os órgãos pornográficos que infestam esta cidade ou não nos fizeram mesmo a nós antes de nos metermos com política? É que naquele tempo nós e ainda hoje os tais órgãos pornográficos limitávamo-nos a indicar as fraquezas de certas mulheres e a casa de outras que fazem profissão imoral, com as quais a nossa canalha graúda gosta de viver prostituída.³⁴⁸

Um dos pontos que esse trecho esclarece é a opinião, partilhada pelo próprio Apulcho, de que configurava pornografia tornar público o comportamento aceito como imoral de determinadas mulheres ou o endereço das casas de prostituição, coisa que ele admite ter feito e reconhece que os demais órgãos pornográficos continuavam a fazer. Essa seria, em termos estritos, uma forma de obscenidade. Apulcho identificava como a origem dos seus problemas com as autoridades e com os seus algozes não o fato de ter-se dedicado à pornografia, interpretada desse modo, mas sim o fato de ter incluído nas suas denúncias não apenas as mulheres que fraquejaram e os prostíbulos da capital, mas a “canalha graúda” que segundo ele lhes faziam companhia. É baseado nisso que anuncia o retorno do jornal às ruas

Contudo reaparecemos, hoje, impertérito, para prosseguir na missão já encetada, na certeza de que se atentarem contra a nossa existência, demonstram ser solidários com os outros jornais pornográficos que se publicam nesta corte e por tanto cometem a mais visível iniquidade.³⁴⁹

³⁴⁸ *Corsário*, 02/09/1882, p. 2

³⁴⁹ *Idem*.

Nessa ocasião a *Gazeta da Tarde* não gozava de boa reputação pelos mesmos motivos e o *Corsário* publicou o salvo conduto que autorizava aos “mesmos pequenos, os mesmos vagabundos que o sr. Chefe de polícia queria moralizar” quando vendiam o *Corsário*, a vender a *Gazeta da Tarde*. De acordo com essa nota, o próprio Ministro da Justiça teria classificado a *Gazeta* como “um pornográfico em ponto grande, tanto ou mais imoral do que os pequenos”, já que:

recebe-se uns cobres no fim do mês, escreve-se a história do falso imperador do brasil, e mais a Ponte de Catete; diz-se tudo quanto se quer a respeito da câmara dos deputados, publicam-se romances a vapor indecentes, é-se republicano e abolicionista, é-se malcriado e o diabo, e tem-se o direito de se vender livremente a folha, e de se ver touros de palanque, sem incômodos, sem nada...³⁵⁰

É interessante perceber, nessa fala, que Apulcho menciona inclusive *A Ponte do Catete*, um dos folhetins dedicados a explorar de forma difamatória o episódio do roubo das joias. Seu argumento é o de que as autoridades permitiam licenças – para ele inadmissíveis – ao que chamava de imprensa graúda, mas perseguiam-no, por que ele dizia a verdade. Mais uma vez, portanto, podemos testemunhar a compreensão de Apulcho acerca do que era, no final das contas, um comportamento imoral. Embora essa pecha lhe tenha sido amplamente atribuída desde o momento em que sua folha começou a circular, pelo menos, até o seu trágico assassinato, durante todo esse tempo o jornalista, de maneira insistente e combativa, propôs-se a moralizar, com sua pena viperina.

As observações de Robert Darnton acerca dos libelos políticos da França pré-revolucionária, embora estes se distingam em muitos aspectos dos jornais pornográficos brasileiros de fins do século XIX, podem nos ajudar a pensar o *Corsário*. É notável, por exemplo, que a fama de pornográfico atribuída a esse jornal tenha se sustentado pelos “ataques curtos e difamantes contra indivíduos de destaque”³⁵¹. A crítica de Apulcho a D. Pedro II e seus “lacaaios” se dirigia ao que o jornalista julgava serem abusos inerentes à instituição monárquica, mas eram ilustrados pelo comportamento imoral que atribuía aos seus representantes. Embora não se possa afirmar que sua atuação tenha sido

³⁵⁰ *Idem*.

³⁵¹ DARNTON, Robert. *Os best-sellers.... Op. Cit.*, p. 215.

“revolucionária”, no sentido de que tenham incitado algum levante contra aquilo que denunciavam, os ataques do *Corsário* podem ter contribuído para nublar a sacralidade em torno do Imperador³⁵².

Mas a trajetória de jornal e jornalista são exemplares em muitos sentidos. Apulcho era um homem negro, oriundo das classes populares, sobre o qual muito pouco se sabe, além do que ele próprio declarava ou do que diziam seus detratores. Republicano e abolicionista, mas crítico aos próprios movimentos que defendiam as mesmas causas, munido de uma língua afiada e de poucos meandros para usá-la, mas ainda assim, muito cioso da moralidade. Pelo que indicam certas notícias, seu espírito combativo não se restringia ao prelo: debatia com seus desafetos no meio da rua, se fosse necessário. Sua vida e a morte dramática iluminam assim muitos aspectos da ambiência moral, social e política do Brasil de *fin de siècle*, inclusive os usos e percepções da pornografia.

Esse rótulo foi atribuído ao *Corsário* e ao seu proprietário reiteradamente pela imprensa da época, de forma quase unânime. Trata-se de uma questão importante, uma vez que nos ajuda a compreender os usos e sentidos que o rótulo teve, e o quão gravemente ele poderia repercutir. A atuação entendida como pornográfica do *Corsário*, sua própria existência, e o modo abrupto com que ela chegou ao fim, junto com a própria vida de seu proprietário, lançam luz sobre o cenário político brasileiro de então. Dentre os jornais que, como vimos, contribuíram para desmoralizar a imagem do Imperador D. Pedro II e dos monarquistas, o *Corsário* se destacou pela ferocidade do ataque. A liberdade com que alegadamente Apulcho proferia obscenidades no jornal agravava a sensação de impotência imperial, na medida em que era amplamente compreendida como um excesso inaceitável. Do mesmo modo, as circunstâncias violentas em que Apulcho foi assassinado, ainda mais com o envolvimento de membros da guarda real, contribuíram para endossar as críticas ao regime.

³⁵² *Ibidem*, p. 231-232.

Capítulo 3: Pornografia e cultura imprensa no Brasil

Não há livro que não transporte consigo o seu perigo. Baudelaire pode levar a todas as corrupções possíveis.

Jean Paulhan.

Em 1883 um jornalista da *Revista Ilustrada* afirmava ter “sobre a mesa um livro cuja torpeza começa logo no título”. Escandalizado, ele dizia preferir sequer revelar o nome da obra, “para lhe não fazer o anúncio”:

A biblioteca imunda – Leitura para homens – enriquece-se cada dia; os livros sujos brotam como cogumelos.

Certamente deve haver quem os leia: há quem os escreva.

Há gente para tudo nesse mundo. Um porco, que escreveu uma imoralidade, achará sempre outro mais porco que a leia e admire³⁵³.

A sensação segundo a qual os “livros sujos” invadiam a capital numa profusão e velocidade jamais vista não foi um exagero desse jornalista. Assim como o termo *pornografia*, pelo qual também eram designadas, as publicações obscenas passaram a ser mais amplamente anunciadas e criticadas nos jornais brasileiros a partir de 1880. Como ressalta Alessandra El Far, a maior visibilidade de títulos pornográficos nesse momento é um fenômeno indissociável da popularização da cultura impressa de uma maneira geral e está inserido, portanto, em um processo mais amplo, que tem lugar no contexto das transformações de ordem social, cultural e política que caracterizaram as últimas décadas do século XIX³⁵⁴. Nesse período houve um notável crescimento do mercado editorial brasileiro, e assim como ocorreu em outras partes do mundo, essa expansão incluía o gênero de “segunda prateleira” ou, como ficaram conhecidos entre os brasileiros, as *Leituras para homens*.

³⁵³ *Revista Ilustrada*, 20/10/1883, p.3.

³⁵⁴ EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870 – 1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 79; 97.

Nesse capítulo, o objetivo é refletir sobre as circunstâncias em que se deu a popularização desse tipo de leitura no Brasil. É preciso ressaltar, no entanto, que nesse período, enquanto alguns livros e estampas já eram classificados como pornográficos por sua alegada capacidade de despertar a lascívia, também o eram por muitas outras nomenclaturas que então apontavam para essa mesma característica. *Livros e Leituras para Homens* ou *para Velhos*, *Livros Picantes*, *Obscenos*, *Imorais*, *Sujos* e *Gênero Porco* são apenas alguns dos modos de dizer empregados por aqueles que procuravam se referir ao que chamaríamos hoje de pornografia³⁵⁵. Por essa razão, ao analisar a literatura percebida como pornográfica no período, considero também tais sinônimos, amplamente difundidos na época em que circulavam.

A ideia é compreender os critérios utilizados para classificar determinadas obras como pornográficas, e também como elas foram percebidas e recebidas pela sociedade brasileira de então. Isso significa que não me atenho nesse momento às narrativas, propriamente ditas, o que será feito no capítulo seguinte. Além disso, como me interessam as percepções da pornografia, veremos que serão analisados casos em que o rótulo gerou controvérsia: era percebido por alguns interlocutores, questionado por outros.

Por fim, convém ressaltar que entre as muitas possibilidades que a análise desses aspectos apresenta, optei por concentrar a reflexão nas intersecções entre pornografia e literatura. Ao longo do período analisado cristalizou-se a noção, ainda hoje amplamente difundida, de que ambas as categorias são incompatíveis. O que eu pretendo demonstrar é que o desenvolvimento daquilo que passava então a ser compreendido como pornografia é indissociável do desenvolvimento da literatura, de uma maneira geral.

3.1 A filha pródiga da Literatura

Os trabalhos até hoje dedicados às origens modernas daquilo que se convencionou chamar pornografia costumam atribuir sua emergência enquanto categoria classificativa,

³⁵⁵ A esse respeito, cabe ressaltar que o termo *pornografia* era geralmente empregado por seus detratores. Nos diversos anúncios de livreiros que ofereciam títulos dessa natureza ao público leitor, eles costumavam ser identificados como *livros* ou *leitura para homens*. Alguns destes outros rótulos já eram utilizados antes que o neologismo se tornasse familiar e continuaram sendo sinônimos por muito tempo depois, pelo menos na imprensa.

o que, como vimos, se deu no século XIX, a dois fatores: a popularização da cultura imprensa e o surgimento do que Foucault chamou de “polícia do sexo”³⁵⁶.

Como já foi dito, o marco da pornografia moderna é apontado na obra de Pietro Aretino, publicada no século XVI. A despeito do pioneirismo de um italiano, no entanto, nos séculos seguintes os autores franceses se destacariam como mais prolíficos em narrativas que mais tarde viriam a ser compreendidas como obscenas³⁵⁷. A partir do século XIX, esse processo seria dinamizado e acelerado pela industrialização e consequente urbanização das sociedades europeias³⁵⁸. Portanto, enquanto médicos, sanitaristas, reformadores sociais, artistas, críticos e historiadores da arte tateavam os sentidos dessa nova palavra e disputavam seus usos, proliferava na Europa – e sobretudo na França – um tipo de literatura que ficaria conhecida sob a égide da pornografia³⁵⁹. As origens dessa corrente literária, como vimos, antecedem em pelo menos três séculos a invenção da categoria que viria a defini-las³⁶⁰ e seu resgate nos permite compreender a história das coisas havidas como pornográficas.

Por outro lado, é amplamente difundida a fama de que o século XIX e as sociedades vitorianas teriam encerrado o sexo no leito conjugal, higiênico e reprimido, definindo o progresso a partir de noções de ordem, controle e decoro. No interior do processo de incitação aos discursos úteis acerca da sexualidade, textos e imagens – muitas vezes produzidos séculos antes – representavam um perigo iminente. De acordo com Peter Gay, no entanto “o caminho mais tentador para o conhecimento carnal” nesse período teria sido a pornografia, cuja produção maciça se tornava “um negócio altamente lucrativo”³⁶¹. Desse modo, ainda que de maneiras e em intensidades diferentes, as sociedades burguesas teriam experimentado um duplo movimento em relação à

³⁵⁶ FOUCAULT, Michel. *Op. cit.* p.17-18.

³⁵⁷ Cf. DARNTON Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo, Cia das Letras: 1997; GOULEMOT, Jean-Marie. *Esses livros que se leem com uma mão só: Leitura e leitores pornográficos no século XVIII*. São Paulo: Discurso Editorial, 2000.

³⁵⁸ Roger Chartier chama de “revolução industrial da imprensa” o fenômeno, caracterizado pelo aprimoramento das técnicas de impressão e dos meios de distribuição. Ele teria se intensificado com as transformações sociais experimentadas de formas e em intensidades diferentes por sociedades distintas, tais como o aumento nos índices de alfabetização e o crescimento urbano, por exemplo. CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun/ Roger Chartier*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 16-17.

³⁵⁹ Embora o pioneirismo francês seja um ponto pacífico na historiografia sobre o tema, é comum que as análises acerca da pornografia atribuam à França certo exclusivismo, ignorando a produção de outros países Europeus, como Portugal, por exemplo.

³⁶⁰ Dominique Maingueneau (*Op. cit.*, p. 26) busca da tradição oral da *grivoiserie*, típica da Europa Medieval, suas origens ainda mais remotas.

³⁶¹ GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória à Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 258-259.

pornografia: no seu interior, a partir de tecnologias, hábitos e relações difundidos e incensados por essas sociedades, se popularizou um tipo de representação que foi por elas simultaneamente consumido e combatido.

Ao privilegiar o sexo e delimitar as formas e os vetores legítimos para abordá-lo, estas sociedades teriam conferido ao seu mau uso o poder de arruinar não apenas o indivíduo, mas todo o corpo social. A literatura havida como obscena, cuja produção se expandia de vento em polpa, se tornava assim motivo de alarme³⁶². Surgiu então o afã, por parte das autoridades, de classificação, regulamentação e censura. Como resultado, o século XIX testemunhou a emergência de uma categoria da qual antes existia apenas uma forma rudimentar³⁶³. Refletindo sobre esse processo na Europa, Lynn Hunt diz que o “o desejo por barreiras, catalogações, classificações e censura” surgiu “em resposta à democratização da cultura”³⁶⁴. Para essa autora, a “invenção” da pornografia não teria espontânea, mas definida “num longo processo de conflitos entre escritores, pintores e gravadores, por um lado, e espíões, policiais, padres e funcionários públicos, por outro”³⁶⁵.

A correlação entre pornografia, popularização da cultura impressa e institucionalização dos discursos acerca do sexo é um pressuposto muito bem fundamentado em diversos trabalhos sobre o tema³⁶⁶, e não é minha intenção questioná-lo. Creio, porém, que sem levarmos em conta determinadas questões, ele pode suscitar interpretações equivocadas. Em primeiro lugar, é importante destacar que a relação entre popularização e perigo é uma prerrogativa do que então começava a ser chamado de pornografia. A vulgarização da cultura impressa de uma maneira geral, foi vista como ameaça por amplos setores na Europa do século XIX.

Trata-se de uma questão importante, porém negligenciada com frequência. É recorrente, por exemplo, a afirmação de que o acesso de mulheres, crianças e trabalhadores pobres de todos os sexos e idades ao conteúdo havido como pornográfico

³⁶² O que, ainda de acordo com o historiador, teria se agravado com o surgimento da fotografia. *Ibidem*, p. 259.

³⁶³ KENDRICK, Walter. *Op. cit.*, 80-81.

³⁶⁴ *Ibidem*, p.13.

³⁶⁵ HUNT, Lynn. *Op. cit.*, p.11.

³⁶⁶ Cf. KENDRICK, Walter. *El museo secreto: La pornografia em la cultura moderna*. Colombia: Tercer Mundo, 1995; ARCAND, Bernard. *El jaguar y el oso hormiguero: Antropología de la pornografia*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1993; HUNT, Lynn (Org.). *A invenção da pornografia: Obscenidade e as Origens da Modernidade*. São Paulo : Hedra, 1999.

seria particularmente problemático para os valores da época³⁶⁷. Mas não apenas esse conteúdo. Entre os hábitos de leitura aos quais se atribuía um perigo especial, quando se tratava desses indivíduos, estavam também as obras subversivas de natureza política e as “revistas de tostão”, repletas de anedotas e amenidades, por exemplo³⁶⁸. E além disso, também o romance se vulgarizava no século XIX, suscitando também os temores de que poderiam inspirar desejos proibidos em mulheres, havidas como mais impressionáveis³⁶⁹. É possível inclusive observar semelhanças entre o gênero romanesco e as narrativas

Em *A História da Sexualidade*, Michel Foucault defende a hipótese de que o cerceamento das regras de decência teria provocado como contra-efeito a valorização e a intensificação de um discurso indecente³⁷⁰. Quando observamos atentamente o arranco pornográfico do século XIX, no entanto, percebemos ele integra o surto literário, de uma maneira geral. Logo, o policiamento institucional e sistemático ao qual a pornografia passou a ser submetida, antes de intensificá-la, lançava luz sobre ela, tornava-a visível. A profusão de livros pornográficos acompanhou a popularização da cultura letrada. Se foi a partir do século XVI que a representação semiótica do sexo se desenvolveu, intensificando-se entre os séculos XVIII e XIX, o mesmo processo pode ser observado no campo literário como um todo e, no seu bojo, as fronteiras do perigo não foram sempre muito evidentes.

Desse modo, o que passava então a ser compreendido como pornografia se disseminou a partir do fenômeno que Roger Chartier denominou “revolução industrial do livro”³⁷¹. Os efeitos desse processo são apontados no Brasil no segundo quartel do século XIX, momento em que aportou no país e a Literatura para homens passou a ornar os anúncios dos livreiros na imprensa diária. Mas há indícios de que esse tipo de leitura já circulava em terras brasileiras antes de se tornar um nicho de mercado.

³⁶⁷ KENDRICK, Walter. *Op. Cit.*, p. 26.

³⁶⁸ LYONS, Martyn. *Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários*. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental 2**. São Paulo : Editora Ática, 1999, p. 167.

³⁶⁹ *Idem*.

³⁷⁰ FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p.22.

³⁷¹

3.2 A influência nos trópicos

A influência das tradições pornográficas europeias – e em especial a francesa – no Brasil é notória. Há indícios que esse tipo de literatura, se ainda não era produzido, já circulava por aqui desde os tempos coloniais, no idioma original ou em traduções portuguesas, vinda na bagagem das elites brasileiras ou de viajantes estrangeiros. Graças ao metodismo da contabilidade de certos indivíduos como certo Frei Eugênio³⁷², que anotava suas conquistas missionárias ao fim de cada mês, é possível intuir que a obscenidade impressa já circulava proficuamente no Brasil desde meados do século XIX, pelo menos³⁷³. Em 31 de maio de 1871 o frei verificou em seu diário que até aquele momento constavam entre seus feitos missionários a distribuição de terços, comunhões, libertações de escravos, e também a “apreensão de 685 livros obscenos” e “22 estampas idem”, resultado parcial de sua missão no Rio de Janeiro³⁷⁴. Embora não tenhamos a lista dos títulos confiscados por Frei Eugênio, é provável que a imensa maioria deles consistisse em importações.

De acordo com Alessandra El Far, até que prosperasse um mercado editorial brasileiro os leitores eram abastecidos com títulos lusos ou traduções portuguesas de clássicos ingleses, alemães, italianos e, sobretudo, franceses³⁷⁵. O interesse nacional pela literatura de uma maneira geral produzida na França é apontado pela autora como um fenômeno que se acentuou a partir de 1860³⁷⁶. Vimos até agora que isso se deve em parte ao francesismo de nossas elites econômicas e intelectuais que miravam na França o modelo da tão almejada civilização e, dado o protagonismo francês no que diz respeito aos divertimentos e leituras havidos como imorais, nada mais natural que estes também fossem importados e assimilados no Brasil.

Refletindo sobre a circulação transatlântica de impressos no século XIX, Márcia Abreu e Jean-Yves Mollier chamam a atenção para o dinamismo deste fluxo, favorecido pelas transformações técnicas que caracterizam o período de expansão industrial

³⁷² Não constam maiores informações sobre a identidade de Frei Eugênio.

³⁷³ Não apenas impressas. De acordo com Mello Barreto Filho e Hermeto Lima, o chamado “gênero alegre”, nome pelo qual também ficariam conhecidas as diversões mais ou menos obscenas, foi inaugurado no Rio de Janeiro com a inauguração do *Alcazar Lyrique*, em 1859. Era uma casa de espetáculos onde trabalhavam companhias francesas e, para estes autores, ela teria mudado os hábitos dos cariocas e instituído a vida noturna na cidade. *Apud*. MEDEIROS, Lená. *Op. Cit.*, p. 21.

³⁷⁴ Revista do Arquivo Público Mineiro (1896 – 1900), 1898, p. 710.

³⁷⁵ EL FAR, Alessandra. *Op. Cit.*, p. 192.

³⁷⁶ *Ibidem*, p. 49.

incorporadas por editores, livreiros e empresários teatrais³⁷⁷. Os autores destacam também o quanto as noções de centro e periferia podem ser questionáveis no mercado livreiro dos oitocentos, enfatizando a ideia de circulação em detrimento de outra, tradicional, que aponta a França como um polo fixo de irradiação cultural nesse período. Sobre o Brasil, por exemplo, os autores destacam a velocidade com que os romances europeus eram traduzidos em folhetins e a quantidade de leitores³⁷⁸.

O mesmo se pode dizer da pornografia, em específico. A influência da França no desenvolvimento de discursos pornográficos em outras sociedades ocidentais é um ponto pacífico entre os estudiosos do tema. Ocorre, no entanto, que os estudos mais amplamente divulgados tendem a privilegiar de maneira quase exclusiva a experiência francesa, o que resulta em certo silenciamento em relação ao que foi produzido e difundido a partir de outros lugares. Este é o caso de Portugal, por exemplo, cuja literatura obscena, embora tenha sido fortemente inspirada pela França, encerra peculiaridades que influenciaram em muitos aspectos o que viria a ser produzido no Brasil.

Um dos títulos mais mencionados pelos jornais brasileiros e que nos permite ilustrar a boa recepção da pornografia lusa no Brasil é sem dúvida *Martinhada – poema épico-obsceno* (Fig. 5), escrito por Caetano José da Silva Souto-Maior, também conhecido como *Camões do Rocío*³⁷⁹. Em uma edição de 1849 lemos na “Advertência Preliminar” que seria até redundante pretender demonstrar o sucesso da obra, que em nada deixaria a desejar ao “que possuem os franceses e italianos, tão abundantes, como se sabe, nesta espécie de composição”³⁸⁰. O conjunto de poemas teria sido uma homenagem ao Frei Martinho de Barros que, reza a lenda, foi um devasso inveterado que fez fama devido às proporções descomunais de seu pênis.

Uma das menções ao *Martinhada* no Brasil remonta ao ano de 1798 e consta nos autos da *Inconfidência Baiana*³⁸¹. De acordo com o testemunho do boticário Manuel

³⁷⁷ ABREU, Márcia e MOLLIER, Jean-Ives. *Nota introdutória: circulação transatlântica dos impressos – A globalização da cultura no século XIX*. In: GRANJA, Lúcia e LUCA, Tânia Regina de (Org.). **Suportes e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018, p. 10.

³⁷⁸ *Idem*.

³⁷⁹ SOUTO-MAIOR, Caetano José da Silva. *Martinhada: poema épico-obsceno*. Rua das Bimbalhadas: Tipografia dos Amores, 1849. Como a grande maioria da literatura francamente obscena que circulou até meados do século XX nas sociedades ocidentais, o volume trazia informações editoriais falsas.

³⁸⁰ *Idem*, p. 3.

³⁸¹ *A inconfidência da Bahia em 1798: Devassas e Sequestros*. In: **Anais da Biblioteca Nacional**, v. XLIII-IV, p. 152.

Joaquim da Silva, este só havia entrado na residência do investigado Luís Pires, vizinha ao seu estabelecimento, uma única vez e ainda assim rapidamente, já que o dono não se encontrava presente. Dizia Silva que em outra ocasião, como queria pegar emprestado um livro, “aliás um poema intitulado Martinhada”, esperou por Luís Pires na botica, “lhe pediu o dito papel, que ele emprestou”.

Trata-se de um registro muito interessante pois nos permite pensar nos meios de apropriação desse tipo de leitura no Brasil de fins do século XVIII. Roger Chartier, analisando os leitores comumente designados “populares” da Europa renascentista, chama atenção para algumas questões que podem iluminar o debate. Refletindo sobre os meios de circulação dos livros, o autor nos convida a considerar que “os artificios de que lançam mão os leitores para obter livros proibidos, ler nas entrelinhas e subverter as lições impostas são infinitos”³⁸².

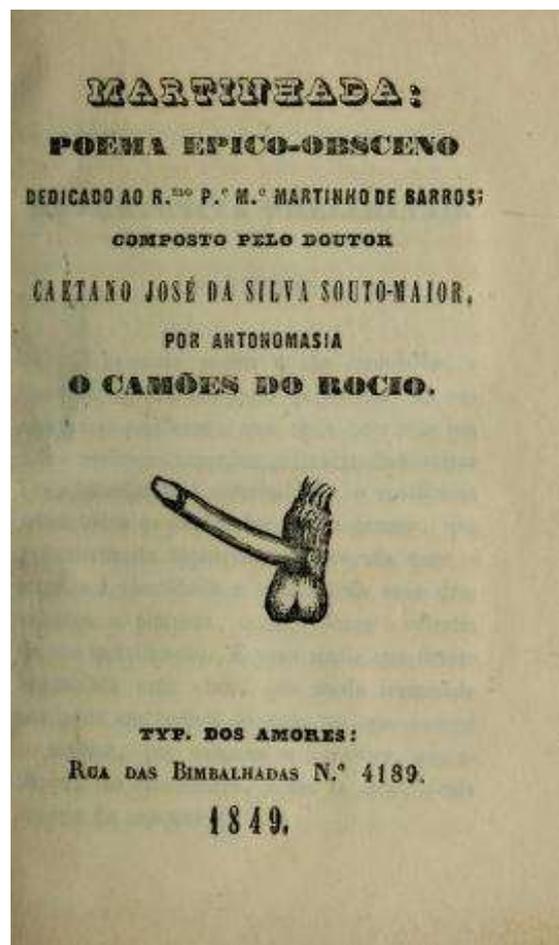


Figura 5: *Martinhada* - Capa da edição de 1849

³⁸² CHARTIER, Roger. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 7.

O *Martinhada* é importante não apenas pela longevidade de sua circulação no Brasil, mas também pela sua incorporação ao imaginário e vocabulário populares. Em 1847, por exemplo, um jornal cearense criticava o apelo de certo José Lourenço, que havia sido sentenciado às “galés perpétuas”, dizendo a respeito da vida do condenado que se “bem espremida nos tipos, poderia pôr em dúvida se seria algum Gil-Braz, Faublas ou a *Martinhada*”, fazendo menção a outros clássicos nos quais a enunciação pornográfica era provavelmente percebida³⁸³.

Além disso, o título do poema é frequentemente empregado como sinônimo de pornografia, de todas as formas de pornografia, algumas das quais bastante insuspeitas. Em 1879, por exemplo, a *Revista Ilustrada* recorreu à obra portuguesa para manifestar sua indignação com a transcrição feita pelo *Jornal do Comércio* do “desfaçado bestialógico da câmara municipal, regulando a conduta das casas de tolerância, suas visitas e seu modo de vida, uma perfeita *Martinhada*”³⁸⁴. Escandalizava o redator que constassem em páginas dos jornais, de folhas que tinham franca circulação em casas de família, a transcrição integral de assuntos tão escandalosos.

Cabe ressaltar ainda que, a despeito do marco da pornografia moderna ter sido um conjunto de sonetos, o gênero não foi exatamente próspero no ramo da poesia nas experiências francesa e inglesa. Dominique Maingueneau, por exemplo, observou que

por natureza, a poesia põe em primeiro plano a materialidade do significante verbal, ali onde a escrita pornográfica privilegia a transitividade da linguagem, que deve se apagar diante dos espetáculos que ela dá a ver³⁸⁵.

³⁸³ Além da obra do Camões do Rocio, a notícia mencionava a *História de Gil Braz de Santilhana* e a *Vida e Aventuras do Cavaleiro de Faublas*, ambos romances franceses libertinos do século XVIII que ganharam traduções portuguesas. Embora Faublas esteja um pouco mais próximo daquilo que hoje entendemos como pornografia se comparado ao Gil Braz, não chegava aos extremos das descrições explícitas contidas no *Martinhada*. Mesmo assim, permaneceu tanto quanto o poema português no imaginário popular brasileiro, como referência às aventuras burlescas e sensuais. *O Cavaleiro de Faublas* e o *Martinhada* compuseram as listas de *livros para homens* no Brasil até as primeiras décadas do século XX. *O Cearense*, 07/06/1847, p. 3.

³⁸⁴ *Revista Ilustrada*, 11/10/18970, p.7.

³⁸⁵ MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit.*, 2007, p.15. No original: « Pour nature, la poésie met en effet au premier plan la matérialité du signifiant verbal, là où l’écriture pornographique la transitivité du langage, censé s’effacer devant les spectacles qu’il donne à voir ».

De acordo com essa perspectiva, a poesia não seria “uma forma de escrita bem adaptada ao dispositivo pornográfico”³⁸⁶, que só funcionaria plenamente na prosa. Maingueneau, contudo, é um dos autores que se dedica de maneira exclusiva aos discursos pornográficos produzidos na França entre os séculos XVI ao XVIII, onde as principais obras eram relatos em prosa, frequentemente em forma de diálogo. Na contramão dessa tendência que podemos observar na experiência francesa, no Brasil a obscenidade em versos teve muita popularidade, o que pode ser atribuído ao sucesso de obras como *Martinhada* e à influência da produção portuguesa.

El Far chamou a atenção para o “circuito” livreiro que ligava Paris, Lisboa e Rio de Janeiro desde as últimas décadas do século XIX e a partir do qual originais, traduções e adaptações circulavam de maneira bastante ativa. Um belo exemplo dessa dinâmica é a primeira tradução em língua portuguesa de um dos maiores clássicos franceses do século XVIII, a *Histoire de Dom B... portier des Chartreux*³⁸⁷. De acordo Márcia Abreu e Charlotte Gaves³⁸⁸ é possível que essa versão, publicada em 1842, tenha sido obra de um brasileiro. Traduzido como *Saturnino, porteiro dos frades bentos*, a capa traz a informação de que foi composta “na impressão do anônimo brasileiro”. Além disso, os cenários e personagens originalmente franceses foram substituídos no enredo por congêneres brasileiros. Desse modo, a cidade do Rio de Janeiro e suas redondezas são referidas no início e no desfecho da história, do mesmo modo que os frades Cartuxos são substituídos pelos Bentos, que ao contrário dos outros, eram atuantes no Brasil³⁸⁹.

³⁸⁶ *Idem*. No original: « La poésie n'est pas une forme d'écriture bien adaptée au dispositif pornographique »

³⁸⁷ A obra é atribuída a Jean-Charles Gervaise de Latouche e foi publicada na França entre 1740 e 1741. O enredo é muito emblemático da literatura pornográfica francesa pré-revolucionária, caracterizada por um forte anticlericalismo que se manifestava tanto na crítica retórica aos dogmas religiosos quanto na narrativa que frequentemente envolvia membros do clero em verdadeiras orgias. DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo, Companhia das Letras: 1997, p.88.

³⁸⁸ ABREU, Márcia e GALVES, Charlotte. *A circulação clandestina de romances e o mistério do “anônimo brasileiro”*. In: **Remate de Males**, nº 21, v.1, 2007, p.109-125.

³⁸⁹ *Ibidem.*, p.7.

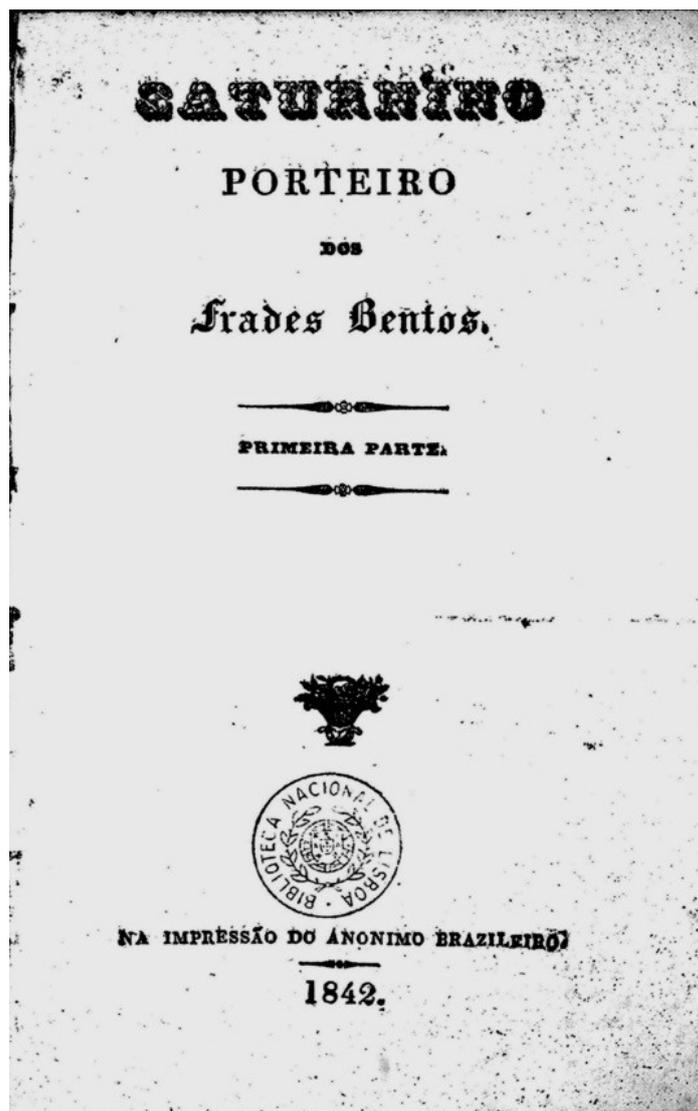


Figura 6: Saturnino, Porteiro dos Padres Bentos - Edição de 1842 - Biblioteca Nacional de Lisboa

Abreu e Gaves ainda salientam que estas especificidades não são garantia de que a tradução tenha sido elaborada no Brasil. Uma característica muito comum dos clássicos pornográficos do século XVI até meados do XX é a autoria anônima e a indicação de falsas origens e tipografias. Na França, por exemplo, os livros eram submetidos a uma censura prévia e, portanto, traziam no frontispício a autorização real. A literatura obscena, por sua vez, sequer era submetida a esse tipo de crivo e costumava trazer falsas indicações de origem e autoria, de modo a proteger os responsáveis³⁹⁰. Essa tática foi muito adotada

³⁹⁰ DARTON, Robert. *Op. cit.*, p.21.

por pornógrafos de outros países, como o Brasil, onde não havia censura prévia às publicações durante o período analisado.

As autoras, no entanto, recorrem à linguística histórica para demonstrar que é muito provável que, no caso das peripécias de Saturnino, tais indicações sejam verídicas, ainda que a escassez de fontes comparativas dificulte um veredito conclusivo:

Assim, mesmo tendo feito todo o esforço para manter-se oculto e não revelar sua identidade, o tradutor – ou, eventualmente, o tradutor e o tipógrafo – deixou marcas, onde menos esperava: na forma como empregava pronomes e interpretava desinências e terminações. A marca do Brasil não se restringe, como se vê, às referências geográficas precisas que, no final do texto, situam a trama no Rio de Janeiro. Vários elementos linguísticos do texto concorrem a confirmar que a referência à cidade não é apenas uma maneira de ambientar as peripécias de Saturnino em um lugar exótico e longínquo, mas o cenário natural para a adaptação do texto francês ao português no e do Brasil.³⁹¹

Mas há também indícios de obscenidades mais longínquas. Nos *Anais da Biblioteca Nacional*, por exemplo, está registrada a doação de três obras japonesas, feita por Carlos de Koseritz à instituição em 1883. Em carta endereçada a Capistrano de Abreu³⁹² em 27 de julho daquele ano, o doador esclareceu que entre elas havia “um romance japonês, com texto escrito e ilustração” no qual “há um pedaço cortado, porque era uma pornografia indecente, que por isso cortei”³⁹³. Trata-se de um registro interessante, pois confessa a censura infringida de forma tão radical ao livro, evidenciando os sentimentos conflitantes que podiam gerar nos leitores tais narrativas. El Far chama a atenção, nesse mesmo sentido, para a edição de 1893 do romance *O Aborto*, que compõe o acervo da *Fundação Biblioteca Nacional*, do qual foram arrancadas justamente as páginas menos ortodoxas da história³⁹⁴.

Sendo assim, é possível perceber que os leitores brasileiros não se encontravam alheios à cultura obscena que se desenvolvia na Europa. Boticários, jornalistas e freis certamente não compõem uma mostra muito variada, que nos permitisse apontar em suas leituras de alcova um hábito já tipicamente brasileiro nos séculos XVII e XVIII, mas

³⁹¹ ABREU, Márcia e GALVES, Charlotte. *Op. cit.*, p.14.

³⁹² Na ocasião o historiador era bibliotecário concursado na instituição.

³⁹³ *Anais da Biblioteca Nacional (1876-2009)*, p.490. Disponível em: <http://memoria.bn.br> - Página acessada em 12/12/2017.

³⁹⁴ EL FAR, Alessandra. *Op. cit.*, p. 259.

podem sugerir que ao menos entre os homens profissionais e letrados o acesso aos livros pornográficos não era exatamente uma dificuldade. Pouco a pouco as traduções foram sendo abrigadas, os cenários passaram a ser as ruas e mosteiros do Rio de Janeiro e as personagens foram substituídas por tipos nacionais³⁹⁵.

3.3 Pornografia à brasileira: percepções na imprensa

A despeito dos antecedentes que atestam a popularidade de uma cultura impressa obscena no Brasil desde o período colonial, foi a partir de 1880 que as obras havidas como pornográficas passaram a ter uma maior visibilidade na imprensa e, pelo que dão a entender as notas e reclames, também nas estantes das livrarias. Já foi dito que o Rio de Janeiro, especialmente, viveu nesse momento um forte aumento populacional, fomentado em parte pelo contingente de estrangeiros que aqui desembarcavam vindos da Europa, muitos dos quais dispostos a investir no comércio varejista³⁹⁶. Nesse movimento, alguns editores se preocuparam em angariar segmentos da sociedade que até então encontravam-se excluídos do universo leitor, em razão do alto custo dos livros, criando assim todo um mercado voltado para o “povo”³⁹⁷.

Surgiam então os “livros baratíssimos”³⁹⁸, geralmente impressos em papel de baixa qualidade, em formato ¼ de ofício, encadernados em brochuras, sem o requinte das capas duras destinadas às classes abastadas³⁹⁹. Disso resultou que não apenas um número maior, mas também mais variado de pessoas, pôde se entreter com narrativas das mais diversas, entre quais, as que se destacavam pelo teor sexual. Desse modo, a difusão de leituras havidas como pornográficas se deu no bojo de um lento processo de popularização das práticas letradas, de uma maneira geral.

Na imagem a seguir, vemos um dos anúncios da *Livraria do Povo* na *Gazeta de Notícias*, publicado em 1882.

³⁹⁵ *Ibidem*, 16.

³⁹⁶ *Ibidem*, p. 29-30.

³⁹⁷ *Ibidem*., p.11.

³⁹⁸ A expressão foi amplamente utilizada nos anúncios de jornal. El Far demonstra que, de fato, eram baratíssimos. Nos anos 1880 era possível adquirir brochuras por valores entre 100 e 1 ou 2 mil réis, e no início do século XX, mesmo com a alta da inflação, os preços variavam entre 3 e 4 mil réis. *Ibidem*, p. 85.

³⁹⁹ *Ibidem*, p. 82.



Figura 7: Anúncio de 1882 da Livraria do Povo

No espaço dedicado à *Leitura somente para homens* deste anúncio havia nada menos que 38 títulos em oferta, entre os quais, alguns de nomes sugestivos, como *Suzana e as suas proezas, seus feitos descritos por um apreciador da fruta francesa; Os gritos da carne; Os homens aventureiros ou os recursos para velhos; As mulheres aventureiras, cenas íntimas postas em prática pela princesa Ratazzi; O moço misterioso da esquina; O filho de sua mulher cujo pai sou eu; Uma mulher singular, pelo porte, pelo corpo, pelo serviço, pelas formas e finalmente pelos favorecimentos; A dama dos três espartilhos; A grande envenenadora da América do Norte ou a francesa que fez furor; Julia de Milo, perfil de uma mulher que não entrava na alcova sem primeiro fazer exercício com o polegar; Remédio para curar paixões; A esposa e virgem ou as duas pecadoras; Virgília, ou os amores de uma mulher desonesta.*

Nesses anúncios era possível encontrar, entre os títulos oferecidos, alguns que podemos supor senão totalmente brasileiros, pelo menos traduções bastante abasileiradas. Entre eles estavam, por exemplo, *Gravetos realistas, cenas e orgias das cortesãs do Rio de Janeiro nas sociedades carnavalescas, Uma Orgia no Catete*⁴⁰⁰ ou *Os Amores da Brasileira*⁴⁰¹, *O monge de Glinda ou o frade criminoso protegido pela polícia no crime de rapto perpetrado no Recife; Um matuto do Pernambuco que abriu sete botões numa noite; Romance de uma freira por uma carioca; A virgem de Itamaracá, ou a donzela perdida debaixo da mangueira*⁴⁰². Há inclusive enredos que se pretendem resgates históricos de façanhas sexuais empreendidas pelos brasileiros do passado, como

⁴⁰⁰ *Gazeta de Notícias*, 04/10/1883, p.4.

⁴⁰¹ *Gazeta de Notícias*, 19/11/1883, p.4.

⁴⁰² *Gazeta de Notícias*, 31/07/1882, p.4.

*A legendária Gabriela, que tantas proezas fez quando a companhia de Jesus aportou às plagas de Santa Cruz*⁴⁰³.

Também no Brasil, portanto, a literatura dita obscena se desenvolve junto ao mercado livreiro como um topo, no momento em que surgem os “Livros Baratíssimos”. Um equívoco ao qual esse fenômeno frequentemente induz é crença de que o acesso das camadas populares às práticas letradas foi o que fomentou a popularização de uma cultura impressa obscena. Tal tendência reforça alguns estereótipos que, felizmente, têm sido questionados pela historiografia. Um deles é o de que as camadas ditas populares estiveram, antes disso, completamente alheias às práticas letradas. Outro é o de que o consumo do que era então compreendido como pornografia seria uma exclusividade de pessoas pobres e/ou consideradas ignorantes. Nos entanto, é presumível que os livros percebidos como obscenos ou picarescos integravam o repertório de leituras de grupos além daqueles aos quais a pornografia era associada naquele momento.

Jean-Marie Goulemot já havia percebido isso, analisando a literatura obscena da França pré-revolucionária. Esse autor rejeita a ideia de um círculo especializado de leitores pornográficos, afirmando que esse tipo de livro seria um “ato cultural da mesma ordem que a leitura de obras científicas ou filosóficas”⁴⁰⁴. Como o próprio Goulemot salienta, sua análise é circunscrita a um período em que os livros eram raros e os leitores, pouco numerosos, mas creio que sua suposição possa ser válida também para outros momentos históricos. Ainda de acordo com esse autor, o caráter sigiloso das leituras de alcova, o fato delas serem raramente confessadas ou exibidas, pode levar ao equívoco de supor que eram ignoradas⁴⁰⁵.

A esse caráter sigiloso é atribuída também a escassez de remanescentes. Lamentavelmente, da grande maioria dessas obras não restam vestígios além dos anúncios⁴⁰⁶. Com exceção dos romances naturalistas e realistas, publicados sob a égide dessas escolas literárias e eventualmente incluídos nestas listas, a maior parte da *Literatura para homens* do século XIX era anônima e seu conteúdo não chegou ser muito comentado pela imprensa. A razão do silêncio em torno disso é explicada pelo receio de que a mera menção constituísse, também, numa indecência, como ilustram os meandros

⁴⁰³ *Idem*.

⁴⁰⁴ GOULEMOT, Jean-Marie. *Op. Cit.*, p. 15.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 16.

⁴⁰⁶ No próximo capítulo, me dedico a analisar seis delas, publicadas pelo jornal carioca *O Rio Nu* já anos 1910.

de um jornalista que se desculpa ao leitor, “e principalmente à leitora”, por cometer a imprudência de tratar nessas colunas de um assunto que deveria ser tratado... na rua, pelo menos”⁴⁰⁷.

Mas a profusão de livros havidos como pornográficos e ameaça que ela comunicava foi frequentemente alardeada por aqueles que pretendiam combatê-la. Em 1896, por exemplo, foi publicado em *O Apóstolo* um artigo no qual diversos termos e máximas científicas foram invocados, sem que se abandonasse totalmente as ideias de “valores” e “tradição”, para sustentar o argumento de que a pornografia já havia superado as raias do intolerável no Brasil. Sob o título *A grande epidemia*, seu autor iniciava com a reflexão de que “a onda pornográfica” seguia “inundando o campo social com usas fétidas imundices”. Isso daria a dupla sensação, segundo ele, de que “a moral e a religião” estivessem carentes de “garantias” ou que “o governo e a polícia, desmoralizados por sua fraqueza e tolerância, não dessem sinal de vida”. O autor prosseguia, dizendo que “os excessos que se ostentam e traficam de todas as formas e em todos os lugares” marchavam intensamente, “dominando e sufocando os bons costumes”.

Em seguida ele hierarquizava as pornografias que tão poderosamente ameaçavam a paz social:

Não falamos só desta nojenta e real, que nua infecciona as ruas mais frequentadas desta cidade, a qual nem sempre é a mais temível. Pior que ela e mais corruptora e perigosa, é esta que em artigos, anedotas e gravuras destila veneno, incutindo na inteligência e coração da mocidade corrosivos princípios.⁴⁰⁸

De acordo com esse ponto de vista, a pornografia impressa seria “pior”, “mais corrupta e perigosa” que todas as imoralidades passíveis de serem encontradas na rua, inclusive a prostituição, pois as “as publicações por demais livres, quer em jornais, quer em livros”, que “tão francamente” estariam propagando “o obsceno, o impuro, a imoralidade”, causariam “mais estragos no corpo social do que as mais agudas enfermidades físicas”⁴⁰⁹. A perspectiva seria tão avassaladora que as advertências

⁴⁰⁷ *Distração*, 08/05/1886, p. 6-7.

⁴⁰⁸ *A grande epidemia*. In: **O Apóstolo**, 24/04/1896, capa.

⁴⁰⁹ *Idem*.

senalizando que tais leituras eram destinadas unicamente aos homens não eram respeitadas:

Não há dúvida de que esta licença de costumes infecciona tudo em suas águas encharcadas e saturadas de miasmas pútridos bebe com avidez tanto o menino como o velho, tanto a donzela como a mãe de família, levados pela curiosidade ou influência do meio.

(...)

Somos contrários, e nem poderíamos deixar de ser, à liberdade que tem a prostituição nesta cidade, cujas ruas são às vezes sentinas; mas terá ela concorrido mais para a corrupção dos costumes, o esquecimento da moral, a destruição da harmonia doméstica, do que a pornografia da imprensa, dos teatros e dos romances?

Não! Esta é mais perigosa e de mais nocivos frutos e de mais desastrados efeitos.⁴¹⁰

Para o jornalista, as provas da calamidade moral em que vivia o Rio de Janeiro estariam “à vista de todos que leem as folhas diárias ou outros jornalecos que se publicam por aí”. No seu entendimento, além de potencialmente pornográficos esses jornais se dignavam a anunciar “com aplausos” o “livro realista” e “imoral” em vias de ser publicado para “provocar, despertar a curiosidade e chamar a atenção de quantos o leem”.

Era impossível, dessa forma, manter moralizadas as famílias e fazer imperar o respeito na sociedade, pois todos se achavam “profundamente intoxicados”. Seriam incompreensíveis os “pais de família” que levavam as filhas aos teatros e não afastavam de casa “esses focos de miasmas que lhe levam a imprensa livre, as gravuras indecentes e os romances imorais”. Segundo ele, a pornografia era “explorada todas as formas” por que constituía “uma indústria” e seria escandalosa a inércia das autoridades diante de sua ostensividade:

Grita-se contra a sujidade das ruas, pede-se os cuidados da Junta de Higiene contra qualquer perigo à saúde pública, exige-se o saneamento para prevenir-se as doenças contagiosas! E o mundo moral se deixa em criminoso abandono, como se não produzisse epidemias que matam o espírito e não poucas vezes os corpos!⁴¹¹

⁴¹⁰ *Idem.*

⁴¹¹ *Idem.*

Embora *O Apóstolo* fosse especialmente profícuo e eloquente nas denúncias do que seus redatores compreendiam como pornográfico, a opinião de que as leituras imorais constituíam uma ameaça particularmente alarmante era partilhada por outros veículos de imprensa. Em 1883 um jornalista da *Revista Ilustrada* dizia que as colunas policiais haviam noticiado a prisão da “preta Joanna” que estaria dizendo obscenidades pela rua. Incomodava-o profundamente que houvesse punição para os que proferiam imoralidades, mas não para os que as escreviam:

O livro indecente é ainda mais perigoso do que a preta desbocada; a preta vai-se, o livro fica; as obscenidades de Joanna voam, esquecem-se, as obscenidades do livro ficam escritas⁴¹².

Em 1899 foi a vez do jornal *A Imprensa* lançar uma crítica feroz contra *Lenita*, classificado como “romance pornográfico” e “novela sórdida”, cujo autor havia se disfarçado “na covardia de um pseudônimo”⁴¹³. Dizia a nota que já chegava “às raias do desaforo o descaramento literário de certos indivíduos” que impingiam ao público “leituras enxertadas das mais desbragadas imoralidades, só compatíveis com a garotagem farroupilha dos prostíbulos”⁴¹⁴. Esse é um dos raros episódios em que o enredo é descrito. De acordo com a crítica, na história eram narradas

Descaradamente as cenas mais indignas, os detalhes mais horrorosos da prostituição, num estilo escancarado e sem recatos, como as imprecções de uma bêbada, num beco depravado, respondendo às vaías insolentes de uma canzoada de vagabundos.

E não fica só nisto o desplante do ousado Rabelais de fancaria, que se propõe a corromper as almas inexperientes com a sua monografia pustulenta, sem dúvida um produto da sua psicologia de devasso, que se aprofundou na crapulagem até perder em absoluto as noções mais elementares da moral.⁴¹⁵

⁴¹² *Revista Ilustrada*, 20/10/1883, p.3.

⁴¹³ *A Imprensa*, 15/05/1899, p.2.

⁴¹⁴ *Idem*.

⁴¹⁵ *Idem*.

A indignação do autor dessa crítica com o conteúdo do livro nos contempla com uma oportunidade preciosa de compreender os motivos pelos quais tais livros eram tão intoleráveis para determinados segmentos da sociedade. Ele prossegue, descrevendo o seu conteúdo:

Perfis de mulheres viciosas, de velhos encanecidos na devassidão, de jovens transfigurados pela bestialidade dos instintos confundem-se com nomes de cavalheiros e senhoras conhecidas nas páginas desse livro ignóbil, que parece ditado pelo demônio e escrito por um sátiro, no intuito exclusivo de aniquilar o pudor.

Os vícios mais assombrosos da legendária Sodoma, as cenas mais repelentes da decadência latina são aí doutrinadas metodicamente, aplicadas ao nosso meio, como que para instruir viciosos e fazer prosélitos.⁴¹⁶

Essa fala aponta ao menos dois aspectos em *Lenita* que soam imperdoáveis ao jornalista. Um deles diz respeito à difamação. Ao que tudo indica o romance citava nomes de pessoas conhecidas, ou pelo menos insinuava o envolvimento delas nas aventuras narradas. Essa foi uma estratégia muito utilizada em romances havidos como pornográficos desde a França pré-revolucionária⁴¹⁷. Para além de operar como intriga e *chantage*, esse recurso dava à narrativa um estatuto de verdade. Não conhecemos o conteúdo de *Lenita*, não há como saber como são associados a ela os “cavalheiros e senhoras conhecidas” dos quais fala o jornalista, mas o uso de anagramas com nomes de pessoas públicas ou completa-los com o uso de asteriscos era um recurso bastante utilizado para produzir esse efeito. Em *A Cabeça do Carvalho*, por exemplo, uma “novela de arroxó” oferecida pelo jornal *O Rio Nu* nos anos 1910, o protagonista vive de “corretagem de mulheres” e, portanto, é:

Profundo conhecedor do Rio de Janeiro, o nosso herói, de vez em quando, descobre uma façanha nova de qualquer mulherzinha e, tirando da gaveta o “tira teimas”, espécie de índice alfabetado, vai escrevendo pachorrentamente o nome da “paciente”.

Por isso o Carvalho, em um abrir e fechar de olhos, sabe e informa que a mulher do deputado A*** anda fazendo esmolos; e que o general B*** inscreveu o advogado F*** no rol dos maridos enganados e que

⁴¹⁶ *Idem.*

⁴¹⁷ DARNTON, Robert. *Os best-sellers... Op. Cit.* ; DARNTON, Robert. *O diabo... Op. Cit..*

o ministro C*** arranhou um emprego para o Sr. G*** por intermédio da mulher deste, que por várias vezes morreu na sala dos despachos...⁴¹⁸

Mas o jornalista também condena a intencionalidade. De acordo com ele o livro havia sido escrito com o “intuito exclusivo de aniquilar o pudor”. Assim, seria impossível perdoar o autor de *Lenita* por abordar temas tão indesejáveis se não havia nessa empreitada nenhuma crítica, nenhuma observação, nenhuma utilidade além da possibilidade de excitar sexualmente.

A questão da intenção é alvo de bastante polêmica. Por um lado, é invocada constantemente invocada no debate por aqueles que pretendem desabonar uma narrativa a partir do argumento pornográfico, como é o caso desse jornalista. Veremos adiante que isso seria muito comum no caso dos romances publicados sob a rubrica do naturalismo: eventualmente os autores foram acusados camuflar suas *verdadeiras intenções* pornográficas no título dessa escola literária.

Por outro lado, os pesquisadores da pornografia também costumam recorrer à *intenção*. O caso mais exemplar é seguramente o de Jean-Marie Goulemot, para quem a narrativa pornográfica é, necessariamente, elaborada com o objetivo único e exclusivo de excitar sexualmente⁴¹⁹. Dominique Maingueneau faz um remendo nessa tese, acrescentando que a atitude do leitor, ou seja, a intenção de excitar-se, cumpre um papel determinante nesse processo⁴²⁰. O próprio marco da pornografia moderna, os *Sonetos Luxuriosos* de Pietro Aretino, ostentam esse título por alegadamente por que alegadamente consistem no primeiro registro no “ocidente” moderno de descrições explícitas do ato sexual, concebidas com a intenção de inspirar sexualmente o leitor⁴²¹.

Trata-se de uma questão capciosa. É inegável que existem narrativas – e outras expressões artísticas – elaboradas com esse propósito. O próximo capítulo é, inclusive, dedicado a algumas delas. No entanto, não me parece prudente ou eficaz definir a pornografia a partir de um critério tão volátil. A confusão mais recorrente que resulta desse método é que a pornografia seja percebida onde seu autor diz que não há. Mas, por mais inusitado que isso possa parecer, acontece também de alguém declarar que produziu

⁴¹⁸VAGABUNDO. *A Cabeça do Carvalho: novela de arroxó*. Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido e Comp., s/d, p. 5.

⁴¹⁹GOULEMOT, Jean-Marie. *Op. Cit.*, p. 149.

⁴²⁰MAINGUENEAU, Dominique. *O discurso.... Op. Cit.*, p. 15.

⁴²¹Cf. KENDRICK, Walter. *Op. Cit.*, p. 88.

pornografia e ser energicamente desmentido⁴²². Desse modo, embora existam elementos que transcendem a natureza sexual ou o caráter explícito da representação a partir dos quais pode-se presumir que determinadas obras foram intencionalmente concebidas com a intenção de despertar a libido, não é isso que define a pornografia.

Para alguns comentaristas brasileiros, durante o período analisado, no entanto, a intenção era não apenas determinante, como facilmente verificável. A voga das escolas Naturalista e Realista popularizava “temas escabrosos” entre o público leitor. Veremos adiante que, para muitos, o argumento de que pretendiam expor as mazelas sociais não eximia certos autores da pecha pornográfica. Mas, para outros críticos, passagens desagradáveis poderiam ser escusadas se houvesse um propósito edificante. Não era essa a opinião do jornalista de *A Imprensa* a respeito de *Lenita*. Por fim, ele repreende o autor pela obra:

Ora, é simplesmente incrível que uma pessoa se ocupe na confecção de um livro de tal ordem, sem outro fim que não o de propagar a crápula e tornar mais conhecidos os antros da devassidão.

Arquitetar com palavras tão vergonhoso libelo contra a moral, importa na prática de um crime hediondo, que ao menos devia encontrar repressão na energia policial.⁴²³

O *Carbonário*, jornal que sofria constantemente a acusação de pornográfico por parte de outros veículos da imprensa, era um dos que também se queixavam com frequência da profusão de pornografia na capital. Noticiou, por exemplo, que andavam pelas ruas uns menores:

sobraçando grandes maços de fascículos de uma pornografia desbragada, que os vendedores intitulam P... das famílias. Esses impressos são proibidos, mas não se ocultam (...). A leitura é de uma linguagem Bocajiana desbragada (...) é uma coisa monstruosa pela imoralidade que encerra, além de que tem pretensões a estereotipar costumes de algumas famílias brasileiras.⁴²⁴

⁴²² Os casos mais exemplares, nesse sentido, talvez sejam o da escritora brasileira Hilda Hilst e do escritor britânico Alan Moore. Hilst publicou nos anos 1990 a sua *Trilogia Obscena*, composta pelos livros *O caderno rosa de Lori Lamby*, *Contos d'Escárnio – textos grotescos* e *Cartas de um sedutor*, declarando, em diversas ocasiões, que se tratava de pornografia. Embora parte da crítica tenha ficado horrorizada, uma outra parcela concluiu que isso fosse apenas um expediente para vender mais livros. Já Alan Moore publicou em 1991 com sua esposa, a ilustradora Melinda Gebbie, o romance gráfico *Lost Girls*. Não obstante ambos tenham anunciado a obra como pornográfica, grande parte da crítica diz que não é.

⁴²³ *A Imprensa*, 15/05/1899, p.2.

⁴²⁴ *Carbonário*, 17/11/1886: 2.

É interessante observar que, não obstante os constantes reclames às autoridades, a legislação imperial não previa muito claramente a questão da obscenidade impressa e mesmo a República só viria a regulamentar o tema de forma específica na década de 1920. Era, portanto, amparados por esta intolerância sem respaldo legal que os jornais invocavam as autoridades contra o acreditavam ser uma onda de indecência. Em outra ocasião o *Carbonário* chamou a atenção do chefe de polícia para a publicação de *Celsa do Amarante*, de autoria de Izidoro de Castro, “esse moço que não faz questão de ligar seu nome a escritos escandalosos” que “caem nas mãos das incautas donzelas, mais para perverte-las do que para instruí-las”⁴²⁵. Já *A menina dos três vinténs*, classificou como “imoralíssimo”, destinado

a satisfazer a curiosidade pueril dos blasés e das mulheres histéricas, dignos consumidores de quanta patifaria literária produz a mente enferma de meia dúzia de escritores pornográficos que por aí andam⁴²⁶.

Nesse ponto, é interessante destacar duas questões bastante recorrentes quando o assunto é pornografia. Em primeiro lugar, tem a questão do *gosto*. Ao criticar Izidoro de Castro, fica evidente que o redator ressalta sobretudo sua falta de compostura, sua baixazeza em não se incomodar por ser associado a assuntos desse naipe. Vejamos, portanto, que o rótulo pornográfico não macula somente os objetos aos quais é atribuído, mas também os indivíduos que os produzem e consomem.

Já em relação à *Menina dos três vinténs*, o crítico assinalava seu incômodo em tratar nas páginas de um jornal que se pretendia sério um assunto que, na sua opinião, seria tema das ruas. Isso nos remete à questão levantada por Michel Foucault quanto à ordem dos discursos: a “indecência” é tolerada em determinados espaços. É preciso estabelecer os limites e as licenças não apenas sobre o que se fala, mas quem fala, de onde e para quais interlocutores⁴²⁷. Vejamos que o jornalista da revista *Distração*, quando elabora sua queixa contra os livreiros que incluem nas listas de *Leituras para homens* títulos que, na sua opinião, não deveriam estar lá, faz questão de se dirigir aos leitores e

⁴²⁵ *Carbonário*, 23/04/1883, p. 1

⁴²⁶ *Carbonário*, 24/08/1888, p.2

⁴²⁷ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, p. 16.

“principalmente à leitora” por romper esse pacto tácito, uma vez que, de acordo com essa perspectiva, as mulheres – ou pelo menos as mulheres que ele supõe suas leitoras – não estão autorizadas a tais discursos⁴²⁸.

3.3 A ameaça dos maus livros

Já foi dito que os temores causados pelo acesso de mulheres, jovens e trabalhadores a determinadas leituras não se restringia às que eram percebidas como pornográficas. No entanto, como esse trabalho trata dos usos e sentidos da pornografia, é importante toma-las como foco. Como vimos, enquanto os textos licenciosos circulavam de forma mais restrita eles não geravam tanto temor, não eram motivo de preocupação e não havia uma legislação dedicada a regulamentá-los. Mas quando se tornaram públicos e não apenas um número maior de pessoas, mas também uma maior variedade delas teve acesso a esses materiais, eles se tornaram um problema. De acordo com essa perspectiva a pornografia não corrompe a todos: ela corrompe o *outro*. *Nós* podemos vê-la e não nos tornamos depravados, mas os *outros* precisam urgentemente ser poupados e protegidos⁴²⁹.

E entre os outros que, segundo essa perspectiva, mereciam um cuidado maior, estavam as mulheres, os jovens e a classe trabalhadora. No caso das mulheres, durante o período analisado, tanto os padres, arautos da tradição católica, quanto os médicos e juristas, paladinos do cientificismo higienista, concordavam, ainda que motivos diferentes, que elas possuíam os nervos e as carnes demasiadamente frágeis para que resistissem aos efeitos perniciosos de determinadas leituras⁴³⁰. Não por acaso, no Brasil o conteúdo sexual de um livro o tornava dele uma *Leitura para homens*. A exclusividade proposta no rótulo não significa que as mulheres não o tenham consumido, naturalmente, muito embora seja uma tarefa ainda mais hercúlea recuperar esses hábitos, dado o forte controle moral que se exercia sobre elas.

Mas sabe-se que a imagem da mulher leitora de pornografia causava inquietação. Uma menção à essa prática foi feita por Viveiros de Castro, como vimos no primeiro capítulo. O jurista apontou como uma das consequências possíveis da leitura pornográfica em mulheres o “vício” do lesbianismo. Um relato mais detalhado sobre as vias de acesso

⁴²⁸ *Distração*, 08/05/1886, p. 6-7.

⁴²⁹ O'TOLLE, Laurence. *Op. Cit.*, p.13.

⁴³⁰ EL FAR, Alessandra. *Op. cit.*, p. 185;199.

oferecidas às mulheres, no entanto, pode ser lido em uma nota publicada em 1913 no periódico *O País*. Seu autor, indignado, dizia ter recebido na redação “um papel impresso” que classificava como um “dos muitos que a cavação atira periodicamente com o título de jornal para caçar níquel dos ingênuos e dos viciados”. A publicação intitulava-se *Namorado* e, segundo o jornalista, era do tipo “com que se deliciam coíós sem ocupação e meninas de educação pouco severa”. Alegou tê-lo lido “por dever do ofício” e, para seu imenso desgosto, encontrou “entremeadas em uma prosa delambida e idiota uma série de pilherias e de historietas muito mais rebarbativas do que as que costuma inserir o *Rio Nu...*”⁴³¹.

Ele invocava as forças policiais, argumentando que “toda pornografia se faz passível de repressão” e que “uma fiscalização séria não permitiria que figurasse sequer em público” um opúsculo daquela natureza. Que se ostentasse incólume seria, segundo ele, o “cúmulo da audácia e do abuso”. Incomodava-o especialmente o título, por que “não dá ideia do que está no papel” e, ainda assim, era oferecido

pelos arrabaldes, apregoado nas ruas por vendedores avulsos, insinuando nos olhos de moças imprudentes, de meninas incautas, que, levadas pela sugestão do título, compram o jornal pensando encontrar uma leitura e vão encontrar outra muito diferente...⁴³².

Sustentando sua hipótese de que a publicação representava um perigo, o jornalista alegava ainda que no dia anterior havia inclusive testemunhado, “em pleno meio dia”, dois rapazes “carregados de tais jornais”, oferecendo-os “às moças que acaso entravam encontravam nas janelas”. Segundo seu depoimento, os meninos “vendiam-nos e saiam a rir”. O jornalista perguntava, colérico: “Quantos desses mostruários de obscenidades terão sido introduzidos em lares honestos? Não o sabemos...”⁴³³.

É notável a preocupação desse jornalista com o acesso das meninas ao jornalzinho. Fossem elas “de educação pouco severa”, “imprudentes” ou “incautas”, lhe parecia

⁴³¹ *O Rio Nu* foi um dos mais populares expoentes dos jornais alegres. Usava de malícia e humor em seus editoriais e por isso foi amplamente percebido como pornográfico por determinados segmentos da sociedade. No 4º capítulo terei a oportunidade de analisar seis contos de uma das muitas coleções editadas e vendidas por esse jornal. No 5º e último capítulo ele voltará à pauta, em virtude da contenda judicial em que esteve envolvido em 1910, quando teve a circulação pelas dependências dos Correios interdita a mando do diretor-geral, Ignácio Tosta.

⁴³² *O País*, 14/02/1913, p. 2.

⁴³³ *Idem*.

escandaloso que sequer pusessem os olhos no *Namorado*. Chocava-o ainda mais que as jovens consumidoras, alegadamente de maneira desavisada introduzissem os “mostruários de obscenidades” em casa.

A própria literatura havida como pornográfica explorou amplamente o imaginário de mulheres que se entretinham com leituras obscenas. Evidentemente, isso reflete necessariamente uma prática social arraigada, mas podemos afirmar que ao menos no âmbito do fetiche esse hábito foi popular. A seguir, nós vemos duas charges veiculadas pelo jornal *O Rio Nu*.

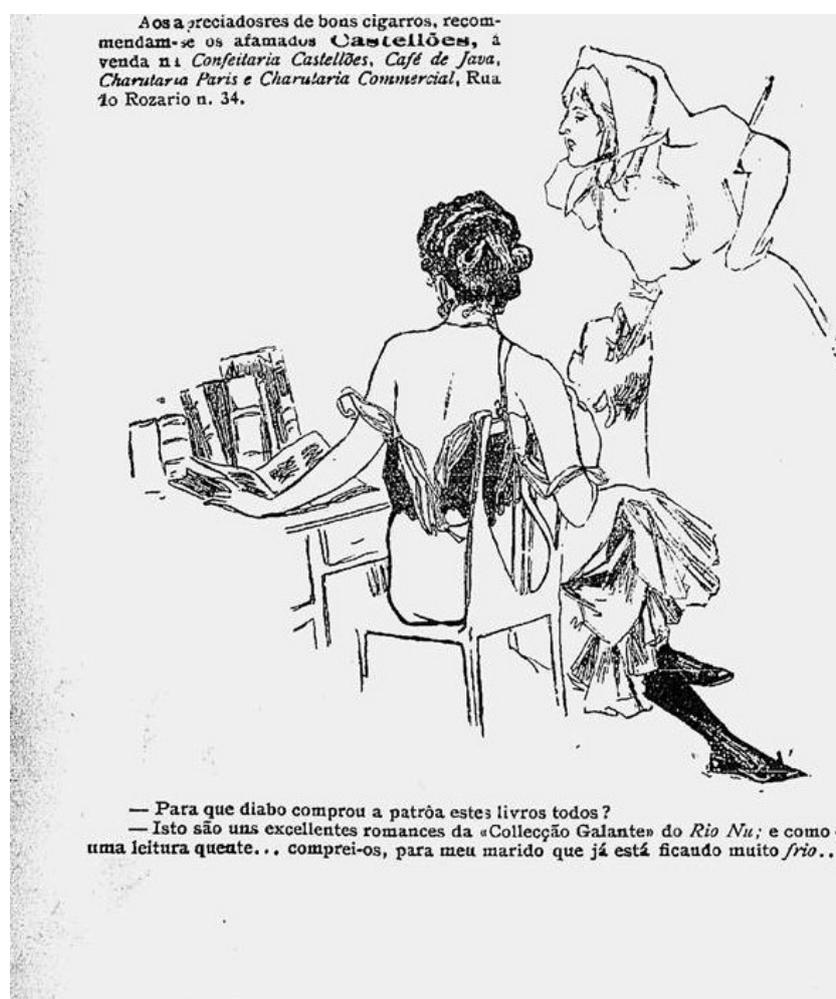


Figura 8: *O Rio Nu*, 03/10/1908, p. 4.



Figura 9: Efeitos da Leitura - O Rio Nu, 24/08/1907, p. 4.

É interessante perceber que nesses anúncios são reafirmados os benefícios da leitura pornográfica para ambos os sexos. Na primeira imagem, a mulher folheia um livro da *Coleção Galante* do jornal, dizendo tê-los comprado para o marido, que andava um pouco frio. A personagem reage ao desinteresse do marido com estimulantes, que assegura serem “quentes”. Já na segunda, embora o homem não pareça muito entusiasmado, é a mulher quem anda se estimulando com leituras picantes e por isso se apresenta “ansiosa” todas as noites. Em ambos os casos fica evidente o resultado dessas práticas de leitura: a excitação, seja masculina ou feminina. Ninguém está a salvo dela.

Mas eram justamente essas consequências que os discursos médicos e morais queriam impedir, em nome do que defendiam ser a higiene sexual. El Far lista em seu trabalho os efeitos que a medicina previa para as onanistas, em especial: após sofrer de flacidez das carnes às erupções cutâneas, as insistentes poderiam morrer lenta e dolorosamente⁴³⁴. Trata-se de uma questão transnacional. Martyn Lyons, analisando a disseminação das práticas letradas na Europa do século XIX, destaca dois aspectos importantes do processo: a inclusão de mulheres, crianças e operários no universo de

⁴³⁴ EL FAR, Alessandra. *Op. Cit.*, p. 199.

leitores e a popularização do romance⁴³⁵. Como esse próprio autor salienta, os novos leitores rapidamente se tornaram alvo de preocupação para os setores de elite da sociedade. Seus hábitos e preferências literárias causavam desconfiança e inspiravam certo desprezo⁴³⁶. Em relação às mulheres, especificamente, Lyons salienta uma importante mudança nos seus hábitos de leitura a partir do século XIX. Se até então a imagem mais amplamente difundida de uma mulher letrada a associava às leituras de orientação religiosa, no oitocentos ela se tornou uma consumidora voraz de livros de culinária, revistas e romances baratos⁴³⁷. O romance, ao mesmo tempo em que era considerado apropriado ao público feminino por supostamente não exigir grandes esforços intelectuais, coisa que os preconceitos dominantes supunham incompatível com a “condição feminina”, representavam uma ameaça:

O romance poderia excitar as paixões e exaltar a imaginação feminina. Poderia incentivar expectativas românticas que pareciam pouco razoáveis; poderia sugerir ideias eróticas que a ameaçavam a castidade e a boa ordem. O romance do século XIX era, pois, associado com as (supostas) características femininas de irracionalidade de vulnerabilidade emocional.⁴³⁸

Uma resenha publicada na *Revista Ilustrada* sobre o “romance realista” *Lili*, de Elysiario da Silva, dizia se tratar de uma história curta, que narrava a trajetória da “infeliz” protagonista, “uma jovem malcriada, que lê maus romances e que se perde em cinco pequenos capítulos”. Sobre o aviso de que se tratava de uma “leitura para homens”, dizia o redator:

Porque este aviso? O que significa essa reserva? As senhoras não podem lê-lo então? É, pois, um livro imoral, indecente?
 E é o próprio autor que o diz, na capa, em grossas letras!
 (...)
 Um livro imoral... que o sexo sedutor e seduzível não pode ler...⁴³⁹

⁴³⁵ LYONS, Martyn. *Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários.*, p. 166.

⁴³⁶ *Idem.*

⁴³⁷ *Ibidem*, p. 169.

⁴³⁸ *Ibidem*, p. 171, 172.

⁴³⁹ *Revista Ilustrada*, 13/10/1883, p.5.

A própria heroína, portanto, cuja perdição foi auxiliada pela leitura de maus romances, justificava a necessidade das precauções quanto ao acesso feminino a esse tipo de entretenimento.

A premissa que sustenta os cuidados com esse tipo de literatura e – especialmente com que tipo de leitor ela terá – é a de que “o livro obsceno obriga à passagem ao ato”⁴⁴⁰. Mais do que os efeitos físicos que a pornografia provoca, ela “engendra maus hábitos”⁴⁴¹. A masturbação é presumivelmente o mais imediato deles, mas as narrativas podem ainda dar o exemplo, inspirar práticas que não são socialmente admitidas⁴⁴². Desse modo, mesmo a sexualidade masculina, que não foi e não é alvo de tantas preocupações como a das mulheres, merece atenção. A libertinagem não era exatamente incentivada, muito menos a do trabalhador. Vimos no primeiro capítulo que a restrição aos trabalhadores e pessoas pobres se baseava na crença de que as classes populares se ordenavam por valores morais frouxos, como vimos no primeiro capítulo. Mas cabe ressaltar que sustentava as desconfianças o temor de que os “vícios” provocados pela incontinência sexual repercutiam em muitos âmbitos da sociedade.

Como aponta Jurandir Freire Costa, o homem incontinente apresentava primeiramente o risco do contágio físico. Ele contaminaria suas parceiras, sua esposa e, conseqüentemente, sua prole, o que não era admissível em uma sociedade tão preocupada com a degenerescência da Nação. Seu comportamento perverso poderia ainda induzir esposa e filhas à “prostituição”. Mas, além disso, o incontinente – ou libertino, como o chama esse autor – seria avesso ao trabalho que, como vimos no primeiro capítulo, era um valor a ser defendido. No imaginário médico da época, portanto, era preciso “drenar” a energia sexual masculina para o lar e para o trabalho⁴⁴³. Nesse sentido, o consumo de leituras aditivas, havidas como pornográfica, poderia desvirtuar esse homem, arruinar sua família e, conseqüentemente, comprometer o meio social.

Em relação aos jovens, sabemos que podiam ser especialmente atraídos pela literatura havida como obscena. Paulo Sérgio do Carmo, por exemplo, cita a experiência

⁴⁴⁰ GOULEMOT, Jean-Marie. *Op. cit.*, p. 62.

⁴⁴¹ *Ibidem*, p.149.

⁴⁴² Tal prerrogativa é muito frequentemente evocada pelos enredos pornográficos. A famosíssima heroína que dá nome ao clássico *Teresa Filósofa*, por exemplo, só consentiu na penetração vaginal por não resistir às leituras da biblioteca secreta de seu amado conde, que incluíam outros clássicos como *Portier des chartreux*, e *L'Académie des dames*. QUIGNARD, Marie-Françoise. *Préliminaires*. In : *L'Enfer de la bibliothèque : Éros au secret*. Paris : BnF, 2007, p.25.

⁴⁴³ COSTA, Jurandir Freire. *Op. Cit.*, p. 243-245.

de Pedro Nava com os “livrinhos de putaria” que circulavam pelo Colégio Pedro II no início do século XX. Dizia ele que eram facilmente adquiridos em bancas de jornal e engraxates de toda a cidade e se dividiam em três categorias: álbuns de fotografia, cuja qualidade variava bastante e eram os mais escandalosos; os narrativos e pequenas histórias de escândalo e crime⁴⁴⁴.

O poeta Luiz Edmundo, rememorando certos hábitos de adolescência em um bilhete enviado à João do Rio, recordou as leituras que fazia “à socapa pelos dormitórios e recreios” na época do internato. Entre os autores e obras que cita, e que segundo ele eram “os livros em voga nos colégios urbanos daquela época”, estão

Júlio Verne, Hugo, Boisgobey, Eça e Balzac, num caos profundo de onde a literatura picaresca, às vezes, surgia numa brochura de Rabelais ou num opúsculo de versos pornográficos, sempre de autor desconhecido⁴⁴⁵.

Como o poeta nasceu em 1878, podemos supor que sua incursão juvenil à literatura tenha ocorrido mais ou menos em meados da década de 1890, e sua fala sugere que essa era uma iniciação comum à essa geração:

Isso apenas prova o meu início incolor e apagado como o de quase toda gente, que vem desde o padre que ensina os clássicos e prega moral até o livrinho obscuro de literatura de alcova, que a gente põe nos forros e cavas da manga, na ânsia importante de escondê-los aos bedéis⁴⁴⁶.

A preocupação com a sexualidade dos jovens também perpassava a ideia de que o desregramento punha o corpo social em risco. Nesse sentido, a masturbação foi combatida com especial afinco, de acordo com Jurandir Freire Costa. A lista de consequências físicas e mentais apresentadas pela medicina da época era tenebrosa. E como o hábito era compreendido como um vício, fazia-se necessário impor medidas profiláticas, como forma de impedir que se alastrasse. Costa fala sobre as políticas implementadas em colégios internos que, como todo ambiente repleto de garotos

⁴⁴⁴ CARMO, Paulo Sérgio do. *Entre a luxúria e o pudor: a história do sexo no Brasil*. São Paulo: Octávio, 2011, p. 226.

⁴⁴⁵ EDMUNDO, Luiz *apud* RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Garnier, 1908(?), p.99

⁴⁴⁶ *Idem*.

enclausurados, era então compreendido como um foco potencial do “vício”. As precauções envolviam, segundo esse autor, o cuidado com a disposição e formato das carteiras, estímulo à prática de exercícios físicos, alimentação adequada e, evidentemente, a distância de estimulantes sexuais⁴⁴⁷.

A sexualidade de das mulheres, trabalhadores e jovens, portanto, era uma preocupação de Estado. Em 1903 o *Correio da Manhã* publicou uma crônica intitulada *A nossa desgraça*, na qual essa premissa é resumida de forma bastante interessante. Seu autor se queixava da “avalanche de jornais” repleto de “misérias” que eram publicados diariamente. Embora a leitura desses jornais tenha causado repulsa no cronista, ele supõe que em outras pessoas os efeitos seriam diferentes.

No seu prognóstico, graças a esse tipo de entretenimento, “o lavrador deixará de lado a enxada”, “o operário abandonará a sua máquina”, “a mulher irá deliciar-se com a crônica do último escândalo”, “a rapariga irá aprender sobre a crônica do dia segredos de prostituição, requintes de pornografia, ali postos, às escancaras”. Seu argumento era o de que, para “um público impressionável” como esse, esse tipo de leitura representava “um envenenamento constante”. Era necessário, ao contrário, instruí-los de outra forma: “Para o despertar, para o fazer crer no futuro, no trabalho, na honra, era outra coisa a oferecer a este povo”⁴⁴⁸.

Arcand, refletindo sobre essa fama da pornografia, apresenta o seguinte paradoxo: se o gênero exibe de forma tão vulgar e asquerosa a sexualidade, isso deveria gerar repulsa por parte do público. Mas, ao contrário, a pornografia representa um perigo que ameaça, sobretudo, à família. E no caso brasileiro, por consequência, à Nação. Na fala transcrita acima são listados alguns representantes do que o jornalista compreendia ser um “público impressionável”, passível de ser envenenado pelas más leituras: o lavrador, operário, a mulher e a rapariga. De acordo com essa perspectiva, eles abandonariam seus postos, deixariam de cumprir os papéis sociais a que, acredita-se, estavam destinados.

⁴⁴⁷ COSTA, Jurandir Freira. *Op. Cit.*, p. 188-189.

⁴⁴⁸ A nossa desgraça. *Correio da Manhã*, 15/06/1903, capa.

3.4 O erotismo dos outros: percepções dissonantes da pornografia

O rótulo de pornográfico eventualmente gerava dissenso na imprensa. Uma nota publicada na *Revista Ilustrada* bradava contra os anúncios da *Livraria do Povo*, que incluíam autores como Ramalho Ortigão e José do Patrocínio na lista de *Livros para Homens*⁴⁴⁹. De modo semelhante, a *Gazeta de Notícias* se prontificou a censurar as críticas dirigidas por colegas de imprensa ao romance *Casa de Pensão*, de Aluísio de Azevedo. Segundo o jornalista, o livro pecava justamente pela castidade e não pela pornografia, como uns e outros acusavam:

Não é, por exemplo, uma obra pornográfica. Ao contrário – permita-me que francamente o diga – um dos reparos que cabem a esse romance, é o receio que parece haver tido o autor de cair na pornografia; receio que, provavelmente, impediu que Aluísio se ocupasse, como devia, dos amores de Amâncio e Amélia. (...). Pelo menos a primeira entrevista dos dois amantes devia ser descrita.⁴⁵⁰

Não é raro encontrar nos anúncios de *Livros para Homens* títulos como *Naná*, de Émile Zola e *Primo Basílio*, de Eça de Queiroz⁴⁵¹. Diversos autores hoje canonizados no campo da literatura não foram poupados da pecha de pornográficos nesse período, especialmente os naturalistas e realistas. Profundamente inspirados pelas teorias científicas do momento, os autores dessas escolas literárias tinham como proposta captar os conflitos humanos frente a sociedade. Era comum, portanto, que patologias e taras sexuais, entendidas como resultado determinado pela genética ou pela corrupção da criação, fossem exploradas nesses romances. Disso resultou a percepção, partilhada por amplos setores sociais neste período, de que autores comprometidos com este projeto literário “sociológico” fossem, no final das contas, pornográficos. Disseminou-se assim a desconfiança de que os propósitos naturalistas e realistas não passassem de argumento para disseminar pornografia.

Em 1887 a *Gazeta de Notícias* publicou em fascículos *A Relíquia*, de Eça de Queiroz. Antes de dar início à publicação do romance, o jornal preveniu o leitor de que “alguns espíritos suscetíveis” poderiam achar “talvez irreverente, o livro”. O enredo

⁴⁴⁹ *Distração*, 08/05/1886: 238-239.

⁴⁵⁰ *Gazeta de Notícias*, 13/07/1884: 1.

⁴⁵¹ *Gazeta de Notícias*, 09/01/1883, p.6.

girava em torno da relação entre Dona Maria do Patrocínio, “Titi”, uma rica senhora catoliquíssima, e Teodorico, seu sobrinho devasso, a quem criara desde pequenino. Impedido pela tia de visitar Paris, cidade que ela considerava um antro de perdições, Teodorico dissimuladamente conseguiu dela o patrocínio para “peregrinar” até Jerusalém, recebendo a missão de retornar com uma relíquia sagrada. Teodorico aproveita a viagem para se entregar a diversos prazeres mundanos e, prestes a retornar, forja uma coroa de espinhos. Ocorre que ele acidentalmente troca o embrulho por outro, que continha a camisola de uma amante, a qual entrega à Titi numa cerimônia pomposa, organizada para receber a preciosidade.

Em defesa do romance, a *Gazeta* alegava que nada havia “de mais útil à religião e mais respeitoso, do que esta distinção entre o espírito religioso e o beateiro”⁴⁵². Mas não foi desse modo que alguns colegas da imprensa reagiram à publicação, em especial *O Apóstolo*. Em relação ao anúncio feito pela *Gazeta*, segundo o qual em virtude do enorme sucesso do romance seriam reproduzidas mais cópias dos dois primeiros fascículos do folhetim, o jornalista católico fez pouco caso. Dizia em seu artigo que a informação era falsa, um golpe para tentar ludibriar os brasileiros, levando-os, sob a falsa ideia de sucesso, a comprar os volumes que estariam encalhados, já que a imoralidade do romance despertava nos pais o temor de que “suas filhas sejam afetadas do contato pestilencial e sobremodo imoral do romance de Eça de Queiroz”⁴⁵³.

É curioso notar que apesar de defender os instintos morais do brasileiro, na mesma página deste número de *O Apóstolo*, há dois outros anúncios que contradiziam a afirmação de que esse tipo de leitura não encontrava público no Brasil. Foi anunciado que em Madri a polícia havia apreendido uma grande quantidade “de volumes e estampas obscenas” e multado o responsável. O redator concluiu que se o caso se passasse no Brasil não faltaria quem defendesse os corruptores, já que por aqui “anuncia-se, expõe-se e vende-se estátuas, quadros e livros não só contrários à religião, como imorais, anárquicos, e são admirados, comprados, lidos e conservados até por mulheres!”⁴⁵⁴.

No mesmo número há também o endosso a uma dura crítica feita pelo jornal *Thabor* sobre o espetáculo *Toutinigra*, realizado pela companhia *Heller* em São Paulo, classificado como “um imoralíssimo e estúpido trabalho representado mal e

⁴⁵² *Gazeta de Notícias*, 24/03/1886: 1.

⁴⁵³ *O Apóstolo*, 29/04/1887: 2.

⁴⁵⁴ *Idem*.

ridiculamente”. A mesma peça havia lotado os teatros cariocas e elaborou-se, na nota, uma reflexão sobre o destino das famílias que “se ilustram com tais doutrinas”, sendo levadas pelos próprios pais “a esses espetáculos imorais, indecentes, verdadeiras escolas de prostituição!”⁴⁵⁵.

Nos meses seguintes *O Apóstolo* seguiu sua cruzada contra o romance de Eça de Queiroz, chamando-o de “uma afronta à honra e à honestidade das famílias: é a pornografia na imprensa alta querendo exceder a dos Corsários”⁴⁵⁶. Para provar que não estavam sozinhos no juízo que faziam da obra, os redatores invocaram notas lançadas por outros veículos, segundo as quais seria impossível o consentimento dessa leitura pelas famílias, “tal o seu realismo nas cenas”⁴⁵⁷. O discurso de *O Apóstolo* é muito incisivo quanto ao poder de levar ao ato, comumente atribuído à pornografia: “diante desses quadros e cenas de imoralidades, não se despertam todas as paixões?”⁴⁵⁸.

A proposta dos naturalistas e realistas que, inspirados pelas teorias sociais em voga procuravam descrever personagens os mais reais possíveis, foi alvo de muitas suspeitas nesse sentido. Por outro lado, diversos autores alegadamente se valeram do argumento de tais escolas para elaborar enredos que, suspeitava-se, pretendiam ser apenas obscenos. Para alguns críticos era imprescindível separar o joio do trigo. Na já citada resenha da *Revista Ilustrada* sobre o romance *Lili*, por exemplo, o redator questiona o título de realista que o autor da obra lhe atribuiu:

Romance realista, diz o seu autor... Tudo é possível neste mundo; mas uma mãe que entrega a sua filha única e adorada a um indivíduo, que a leva, ao espetáculo, depois a ceiar no Mangini, beber champanhe e fumar num gabinete particular, depois...

É difícil de engolir tudo isso, essa ceia num gabinete particular. E do Mangini que justamente não tem gabinetes particulares e tudo tão depressa, a vapor...

O livro está escrito correntemente, mas sem beleza de estilo, nem profundidade de observações⁴⁵⁹.

⁴⁵⁵ *Idem*.

⁴⁵⁶ *O Apóstolo*, 18/05/1887: 3.

⁴⁵⁷ *Idem*.

⁴⁵⁸ *O Apóstolo*, 29/04/1887: 2.

⁴⁵⁹ *Revista Ilustrada*, 13/10/1883, p.5.

É interessante perceber que o crítico desautoriza o romance também por que ele não condiz com a realidade, não retrata episódios que lhe parecem verossímeis, expediente que a princípio poderia justificar, na concepção de alguns interlocutores, a presença de cenas *escabrosas*. Esse foi também o caso da apreciação elaborada por Lúcio Mendonça no periódico *A Semana* a respeito de *Margarida Nobre*, romance que se propunha naturalista, escrito por Dantas Barreto e publicado em 1886.

Essa foi também uma das raras exceções em que uma obra acusada de imoral foi detalhadamente resenhada. Mendonça descreveu o livro como “ruim, mal concebido e mal escrito”, sem “gramática”, “lógica”, “naturalidade” ou “imaginação”: “não tem nada que preste”. A protagonista que dá nome à obra teria se casado “honesta”, porém “depois adultera como quem nunca tivesse feito outra coisa”. Preterida pelo amante, no entanto, Margarida: não se tornara vingativa, ciumenta e tampouco se rendera “aos apetites de seu temperamento de ninfomaníaca”, furores que, segundo crítico, seriam um “heroísmo inesperado em criatura tão perdida”.

Lúcio Mendonça é implacável com Margarida, sobre quem, segundo ele, não se poderia dizer que caiu na perdição, pois se havia atirado. Teria sido ela “quem verdadeiramente seduziu o amante”, em um primeiro momento qualificado como um “pobre rapaz”, por ter resistido às investidas da mulher “como um José do Egito”. Diante dos “arrepios nervosos” de uma trêmula Margarida, que “não se pode conter”, “dilatando o olhar, mordendo o lábio inferior”, o mancebo “queixa-se até, ameaça-a, emprega todos os meios de a conter num procedimento mais decente”.

Mas a resistência do “conquistador conquistado” não é o bastante para aplacar Lúcio Mendonça, a quem escandaliza que o rapaz tenha recusado a mesada do pai para depois ir “viver à casa da amante, em casa sustentada por ela”. Quanto ao marido traído, seria “digno de figurar com esses”. Aceita a adúltera “quando sabe que está num leito do hospital da Misericórdia, depois de rejeitada pelo amante e de enterrado o filho que deste houvera”. Retornando ao lar após uma viagem, vê-se abandonado uma segunda vez, e “lá deixa na corte a mulher nos braços do outro e vai-se pacatamente para o sul, nomeado comandante de um navio”.

Lúcio Mendonça reproduz ainda alguns trechos para ilustrar a falta de reflexão, estilo e gramática do autor, concluindo que certas páginas permitiam prever que o destino de tal “romance pífilo” seria o “rol das *leituras para homens*”⁴⁶⁰:

Este mau livro tem, além de todas as suas infelicidades, a pretensão atrevida de ser realista, e cai na pornografia nua e reles das litogravuras que andam pelas paredes de certas casas ou debaixo dos traverseiros dos colegiais viciosos e dos velhos gaiteiros.⁴⁶¹

Para outros observadores, no entanto, não havia diferença alguma e tudo o quanto se aproximasse de uma descrição mais realista da vida sexual era considerado imoral e, portanto, pornográfico. Em 1891 os vigilantes redatores do *Apóstolo* praguejavam contra a influência francesa em nossos meios literários:

No eterno fanatismo de imitar tudo que o que os esgotos de Paris despejam Sena abaixo, os nossos literatos entenderam de muito bom gosto imitar a escola de Zola, mas do jeito mais torpe que se viu; o espírito de imitação aqui só entende que cumpriu o seu dever, quando imitou para pior, e excedeu-se na hipérbole do ruim e do péssimo.⁴⁶²

Embora o jornal acusasse os escritores nacionais de sistematicamente copiarem o que havia de pior na França, entedia que por aqui a coisa andava tanto pior, na medida em que:

a imoralidade tem sido o condimento necessário dos guisados literários de nossos notáveis do elogio mútuo, ao passo, porém, que a imoralidade e a obscenidade têm aqui foros de adiantamento e bom gosto⁴⁶³.

A compreensão era a de que enquanto no Velho Mundo as autoridades ao menos se mobilizavam para tomar providências contra os excessos, aqui no Brasil isso seria

⁴⁶⁰ MENDONÇA, Lúcio. *Correio Literário*. **A Semana**. Rio de Janeiro, 10/04/1886, capa. Grifos originais.

⁴⁶¹ *Idem*.

⁴⁶² *Apóstolo*, 11/09/1891, p. 2.

⁴⁶³ *Idem*.

impossível, pois “teríamos que ouvir bonitos pedaços em nome do progresso e ordem e do livre pensamento”⁴⁶⁴.

Mas, o *Apóstolo* não era o único representante da imprensa a acusar os literários brasileiros de se excederem no realismo de suas narrativas. Em 1890 o *Jornal do Comércio* criticou *O Cortiço*, livro de Aluísio Azevedo pelas mesmas razões. Dizia-se que o autor havia cumprido sua promessa de dizer a verdade, posto que “a sua pena não tremeu nem recuou, perante as cenas mais nuas e escabrosas”. O veredito era o de que esse tipo de literatura se resumia em um “amontoado de descrições minuciosas e de quadros pornográficos”, além de “algumas páginas ultra-pornográficas”, “de um positivismo repugnante”.

De acordo com a crítica, mesmo “encarando o seu livro como exclusivamente destinado à leitura para homens de idade madura”, não haveria nada “de literário, de artístico, de belo, de interessante ou de útil na descrição daquelas abomináveis cenas”, de modo que “não vemos outra utilidade que não seja a de chamar, para o romance, a atenção de certa clientela duvidosa”. Há em todo o texto a ideia de que tais assuntos repugnantes seriam toleráveis se postos a serviço de algo além da excitação das paixões:

Mas para que serve isto? Qual o intuito do autor, ao escrever esta página? Fixou o desenho de um caráter? Deu-nos a nota central de um temperamento? Era isso necessário ao desenvolvimento do romance? A sua supressão traria algum desequilíbrio ao trecho ou prejudicaria o mérito do estilo?⁴⁶⁵

Vemos novamente a questão da *intencionalidade* do autor, que nessa crítica é interpretada como única e exclusivamente destinada à evocação dos prazeres sexuais. De acordo com essa leitura, Aluísio pecou em ser ousado nas descrições e pecou em não dar a elas uma função social, em não transformar o discurso sobre o sexo em um discurso útil:

⁴⁶⁴ *Idem.*

⁴⁶⁵ *Jornal do Comércio*, 27/05/1890, p.1.

Se o autor do *Cortiço* não se importou com a ofensa à moral, ao menos deveria cogitar da utilidade da sua pornografia, em relação ao próprio contexto da obra (...). Ela é nenhuma.⁴⁶⁶

O crítico elabora ainda uma interessante reflexão sobre o argumento do *gosto* no meio literário de então:

mas já é banalidade lembrar o princípio axiomático sobre o qual todos os críticos do mundo estão de perfeito acordo, isto é, que entre a verdade na natureza e a verdade na arte existe um depurador denominado *gosto*, pela velha retórica, e *seleção*, pela nova.

Este instinto artístico da escolha avisa o escritor, quando a sua pena se excede: ‘Para! Não debes ir adiante’.

Porém a pena do sr. Aluizio não lhe obedece e compraz-se em se afundir em um lodaçal de sânie⁴⁶⁷.

O *Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha, também chocou determinados segmentos da imprensa. O crítico de *A Notícia* se disse embaraçado em falar sobre o romance que, na sua opinião, excedia “tudo quanto se possa imaginar de mais grosseiramente imundo”. Segundo ele só haveria dois meios possíveis de noticiar a obra: arrasá-la com descompostura ou nada dizer, “por julgá-lo indigno de que com ele se ocupe uma pena honrada”. O resultado da primeira alternativa seria fazer propaganda, “dado o conhecido mal gosto do público em devorar os livros torpes, que tresandam a pornografia”, mas o da segunda seria ficar sem assunto para a coluna.

O nosso público, como todos os públicos, mais ou menos, adora o gênero fresco, grivois, os contos picantes, as histórias decotadas até os tornozelos, os romances picarescos e sádicos. Esse ramo da literatura (?) é mesmo o que se vende aqui melhor e com mais segurança. Há desses livros ignóbeis que se vendem há trinta, quarenta, cinquenta anos, em edições sucessivas, que escorrem secretamente e sem interrupção nos fundos escuros das livrarias⁴⁶⁸.

As fronteiras evidentemente não eram claras, mas, de acordo com Alessandra El Far, os leitores brasileiros do fim do século XIX sabiam a diferença entre as peripécias de Frei Saturnino e as de Primo Basílio, o que não os impedia de perceber ambos como

⁴⁶⁶ *Idem.*

⁴⁶⁷ *Jornal do Comércio*, 27/05/1890, p.1.

⁴⁶⁸ *A Notícia*, 20/11/1895, p. 1.

substancialmente pornográficos, na medida em que eram capazes, cada um a seu modo, de despertar o desejo com sua narrativa⁴⁶⁹.

E quando às formas de nomear ou perceber a pornografia, alguns fatores poderiam ser decisivos, além da alusão ao sexo. Um caso muito exemplar nesse sentido diz respeito ao *Contos para Velhos*⁴⁷⁰, obra assinada por Bob, pseudônimo de Olavo Bilac. O livro reúne inúmeras histórias pitorescas em verso e prosa, recheadas de piadas de duplo sentido e forte conotação sexual. Foi publicado em 1897 e lamentavelmente parece não haver remanescentes da edição original, ornada com uma comentadíssima capa ilustrada por Júlio Mourão, que segundo consta trazia uma bela mulher trajando maiô preto, cavalgando um camarão vermelho⁴⁷¹.

O conto de número VII, intitulado *Medicina*, é na verdade um poema. Ele canta o tormento da camponesa Rita Rosa que acudiu ao padre Jacinto em busca de um remédio para o dedo, que acreditava padecer de um tumor. Foi-lhe então recomendado que mantivesse o dedo aquecido. Rita retornou alguns dias depois, alegre e agitada, contando ao vigário que a receita havia funcionado. Padre Jacinto revelou então que a invejava, pois também ele padecia de um tumor, “tão grande, que me alucina/ Que me alucina de dor...”. Rita prontamente ofereceu seu recém descoberto calor curativo, pedindo ao padre que não tivesse medo e lhe mostrasse o dedo⁴⁷²:

Deixe ver! Eu sou tão quente!...
Que dedo grande! que horror!
Ai! padre... vá... lentamente...
Vá gozando... do calor...

Parabéns... padre Jacinto!
Eu... logo... vi... que o calor...
Parabéns, padre... Já sinto
Que rebentou o tumor...⁴⁷³

⁴⁶⁹ EL FAR, Alessandra. *Op. cit.*, p.196.

⁴⁷⁰ BOB. *Contos para Velhos*. 1897. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000049.pdf> Página visitada em 04/12/2017. O livro disponível em domínio público lamentavelmente não é paginado e nem traz informações editoriais.

⁴⁷¹ *O País*, 05/11/1897, p.1

⁴⁷² A temática anticlerical, que explorava a imagem de padres devassos é um clássico da literatura pornográfica de uma maneira geral. Já a construção em verso, como foi dito anteriormente, não é usual na experiência francesa, de modo que vemos aí um bom exemplo da influência portuguesa, tendo a *Martinhada* como referência importante.

⁴⁷³ Bob. *Op. cit.* s.p.

A recepção dos *Contos para Velhos* na imprensa foi calorosa e divertida. É interessante notar, contudo, que embora o livro não tenha sido alvo de críticas fulminantes e as autoridades não tenham sido chamadas à atenção por deixarem-no circular, como eventualmente acontecia com as obras havidas como pornográficas, a capacidade de excitar da narrativa foi muito ressaltada. Nesse sentido, é interessante indagar por que o livro, muito embora tenha chamado a atenção por seu conteúdo “estimulante”, não foi acusado de pornográfico.

A coluna de fatos políticos do jornal *O País* chegou a relatar um episódio pitoresco envolvendo a obra. Segundo o colunista, um jovem deputado estava lendo os *Contos* durante a sessão, pois “o debate corria por demais frio e o moço deputado – coitado! – precisando de calor, procurou uma leitura quente”. Segundo o jornalista, “a indiscrição mandava acrescentar” que “um velho representante da Nação” estava distraído olhando pela janela quando o jovem deputado o puxou pelo braço e mostrou “o livrinho”, do qual ele prontamente teria se apoderado. Ao folheá-lo,

sua fisionomia animou-se e as suas orelhas tingiram-se de vermelho. Ficou quase como o camarão da capa quando viu o *maillot* preto da mulherzinha apetitosa que monta o mesmo camarão.⁴⁷⁴

A leitura o teria agitado a tal ponto que o ilustre deputado pegou seus pertences e saiu a galope da câmara, tendo sido visto tomando um bonde apressado na Rua do Lavradio.

A *Gazeta da Tarde* descreveu o livro como “um mimo de graça e arte”, além disso “muito próprio para ler em bonde e para ler às escondidas, rápido, enquanto o marido não chega”. A desconfiança de que as mulheres se dedicavam secretamente a esse tipo de leitura é, como vimos, uma preocupação muito grande por parte dos setores conservadores, mas também uma piada recorrente entre cronistas e anunciantes de livros pornográficos⁴⁷⁵. O jornalista prosseguiu sentenciando que a coletânea do misterioso Bob não era para a terceira idade: “Qual para os velhos! Para gente moça é que eles são, gente

⁴⁷⁴ *O País*, 05/11/1897, p.1.

⁴⁷⁵ EL FAR, Alessandra. *Op. cit.*, p. 185-186.

de estômago forte que se pode meter impunemente em apimentados pratos baianos fora de hora.”. Ele terminava sua resenha fazendo ainda outra piada com as moças interessadas no lançamento, lembrando-se de avisar “que a leitura dos Contos para Velhos não é destinada precisamente às raparigas solteiras”⁴⁷⁶.

Na *Gazeta de Notícias* lemos esse entusiasmado veredito:

Dirá o autor que há nelas [nas páginas] medicina própria para a velhice, pois meu desconhecido amigo, olhe que por aí há muito velho mais duro do que o diabo e se esses apanham o tal livro... nem é bom pensar... Enfim, recomendo aos tristes o livro de Bob, aos tristes e aos depauperados... aquilo faz cócegas e dá uma resistência de... sei lá de que! De seiscentos diabos!⁴⁷⁷

Podemos evidentemente cogitar a possibilidade da boa recepção dos *Contos*, que ocorreu a despeito dos seus reiterados poderes recreativos, dever-se ao fato da identidade de Bilac ser de conhecimento de seus colegas de imprensa. À essa altura o autor já havia contribuído para *O Filhote* sob o pseudônimo de Bob e sua inclinação à pilhéria era de conhecimento público. José do Patrocínio, um de seus companheiros mais próximos, registrou que o livro continha “umas histórias quentes, picantes, que também servem para moços”. Disse ainda que Bob seria “um perverso”, que “compendiou a arte de renovar a juventude” e que o verão entraria “com todos os seus ardores”, pois “a leitura dos Contos para velhos vai pôr em brasas muita gente”⁴⁷⁸.

Mas podemos cogitar também que a alegada “elegância” de Bilac, adjetivo frequentemente atribuído pela imprensa à essa obra, tenha contado a favor. A percepção da pornografia, portanto, estava também condicionada à ideia de *gosto*. Era comum que se ressaltasse, em favor do livro, que além de contar com capa primorosa de Júlio Mourão ele era vendido nas livrarias *Laemmert* e *Garnier*, reconhecidas por seu alto padrão de edições⁴⁷⁹. Nesse sentido é interessante analisarmos ainda mais uma crítica a respeito dos *Contos* de Bob/Bilac, elaborada por *O País*:

⁴⁷⁶ *Gazeta da Tarde*, 04/11/1897, p.2.

⁴⁷⁷ *Gazeta de Notícias*, 04/11/1897, p.1.

⁴⁷⁸ *Cidade do Rio*, 03/11/1897, p.1.

⁴⁷⁹ *Gazeta de Notícias*, 18/11/1897, p.1.

Todos os assuntos me agradam desde que sejam tratados com certa graça e alguma correção de linguagem; sem estas duas qualidades, seria para rezear que as histórias de Bob desgostassem até mesmo os venerados leitores a quem se destinam; escritas como estão, espero que não escandalizem ninguém⁴⁸⁰.

Essa fala demonstra de maneira muito evidente que as histórias presentes na obra versam sobre assuntos capazes de causar desgosto. Mas estes interlocutores atribuem à “graça” e “à correção de linguagem” empregada por Bilac a redenção do tema. O próprio jornalista afirma, no início desse registro, que todos os assuntos poderiam ser filtrados por estes cuidados. Nada disso impediu, contudo, que os *Contos* permanecessem até 1900 no catálogo de *Leituras para Homens* do jornal satírico *O Rio-Nu*⁴⁸¹. Em 1899, um ano após sua publicação, a obra era anunciada em letras garrafais nesse jornal como um “precioso livro de contos escandaloso e de interesse, com bela CAPA COM GRAVURA, leitura de sensação”⁴⁸².

É interessante perceber que a propaganda de *O Rio Nu* não destoava dos comentários entusiasmados com os quais *Contos para Velhos* foi recebido por outros veículos da imprensa. Em ambos os casos, foram ressaltadas as suas habilidades excitantes. A obra chama a atenção, nesse sentido, pois seu potencial de causar sensações é uma opinião partilhada por muitos interlocutores, mas, ao contrário dos demais exemplos que temos visto nesse capítulo, o livro não foi rechaçado por possuir esse poder. Ao atribuírem a redenção dos Contos à suposta “graça” e “estilo” de sua narrativa, esses jornalistas não puderem negar seu potencial pornográfico, e justificavam-no, redimiam-no, invocando qualificações artísticas e literárias.

Trata-se, creio eu, de uma hierarquização, baseada na ideia de gosto que é, como nos aponta o sociólogo Pierre Bourdieu, uma distinção classista. A hierarquia estabelecida entre as expressões artísticas, nos diz esse autor, opera também no sentido de classificar seus consumidores, operando, portanto, como um distintivo de classe⁴⁸³. Ao

⁴⁸⁰ *O País*, 04/11/1897, p.1.

⁴⁸¹ *O Rio-Nu* foi, ele próprio, um veículo constantemente acusado de pornográfico, que viria a protagonizar uma intensa contenda jurídica em virtude do rótulo em 1910, assunto do qual tratarei em outro capítulo. Por ora, cabe mencionar que a disputa teve origem numa circular assinada por Ignácio Tosta, diretor-geral dos Correios, em 21 de março de 1910. Nela, Tosta recomendava aos funcionários que não distribuíssem e nem expedissem correspondências contendo desenhos ou publicações obscenas, notadamente dos periódicos *O Rio-Nu* e o *Sans-Dessous*, que deveriam ser inutilizados tão logo fossem apreendidos, sob a pena de suspensão.

⁴⁸² *O Rio-Nu*, 25/10/1899, p.4. Grifos originais.

⁴⁸³ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p.9.

positivar as sensações que os *Contos* de Bob/Bilac alegadamente despertavam por uma suposta superioridade estética, estes interlocutores legitimavam o seu consumo e deleite, a partir de um argumento não-pornográfico.

Vejamus um exemplo contrário. O “livro imundo” cujo título o resenhista da *Revista Ilustrada* não quis sequer mencionar para não lhe fazer propaganda, foi descrito como “indecente, porco, imoral, sem gramática, mentiroso sem estilo, sem ortografia nem vergonha, criminoso”. O crítico chegou a invocar as forças policiais contra livros desse tipo, tamanha a sua indignação, afirmando que não os lia, atirava-os na cesta de lixo, pois “o talento, o espírito, são completamente estranhos a essas publicações”⁴⁸⁴. Comparando com os elogios tecidos à narrativa de Bilac, é interessante perceber que a temática sexual não era suficiente para a classificação no rol das “imundices”: o mau uso da gramática, da ortografia e um péssimo estilo eram fundamentais para que se cumprisse o requisito.

Como meu objetivo ao longo desse trabalho é refletir sobre as coisas percebidas como pornográficas pelos seus contemporâneos – e como sabemos que essa percepção raramente encontra consenso em uma sociedade – não me cabe aqui deliberar sobre quais obras são pornográficas e quais não são. No entanto cabe ressaltar que a decisão de Bilac em publicar sua coletânea sob um pseudônimo é bastante sugestiva de que ele tinha consciência do potencial polêmico dela. Do mesmo modo, por mais que seus comentaristas a tenham elogiado, nesses casos eram ressaltados os poderes excitantes do texto que, além disso, compôs as listas de obras pornográficas por pelo menos mais dois anos.

De maneira semelhante, na já mencionada denúncia feita pela *Gazeta de Notícias* contra o “curso noturno de pornografia” na Rua do Lavradio, por exemplo, o autor evidenciava que o problema maior não seria a onipresença da pornografia, mas a péssima qualidade da que se ostentava mais amplamente:

Resumindo – pornografia viva nas ruas e praças pela palavra, pelo gesto, pelo traço sobre os muros; pornografia falada e gesticulada nos teatros, pornografia impressa nos jornais e nos livros; mas que pornografia! sem delicadeza, sem graça, sem sugestão literária. Não é a de Boccacio, nem mesmo a de Faublas, menos ainda a de Armand Silvestre: é a do preto Ribeiro, herói bocageano.⁴⁸⁵

⁴⁸⁴ *Revista Ilustrada*, 20/10/1883, p.3.

⁴⁸⁵ *A Notícia*, 19/08/1897, p. 2C.

O jornalista declara perceber a pornografia por todos os lados: nas palavras e gestos, nos muros e espaços públicos da cidade, nos palcos e no papel impresso. Ele resume assim, magistralmente, a abrangência do termo no Brasil em fins do século XIX. Mas é interessante perceber que sua fala sinaliza predisposição a tolerar a indecência que impregna toda a cidade, caso ela fosse mais palatável esteticamente, *delicada, graciosa, literária*.

Trata-se de um registro interessante, por que fornece exemplos para ilustrar a distinção. De acordo com a sua perspectiva, Boccacio, Faublas e Silvestre, embora incluídos no rol de pornógrafos do jornalista, seriam expoentes de uma pornografia aceitável. Mas o que ele percebia nas ruas do Rio de Janeiro, se ostentando em diversas formas de expressão, seria comparável ao preto Ribeiro de Manuel Maria du Bocage. A alusão é ao *Ribeirada – poema em um só canto*, do poeta português, que já na segunda estrofe informa como planeja cantar as peripécias do protagonista:

Ações famosas do fodaz Ribeiro,
 Preto na cara, enorme no mangalho,
 Eu pretendo cantar em tom grosseiro,
 Se a musa me ajudar neste trabalho:
 Pasmé absorto escutando o mundo inteiro
 A porca descrição do horrendo malho,
 Que entre as pernas alberga o negro bruto
 No lascivo apetite dissoluto.

Sendo assim o caso de *Contos para Velhos* é sintomático de um processo de hierarquização que já se estabelecia entre as diferentes formas de representar o sexo. Os leitores críticos brasileiros do século XIX reconheciam a enunciação pornográfica em Rabelais, em Bocage, até mesmo em Cervantes e em Shakespeare, do mesmo modo que decididamente alguns contemporâneos reconheceram nos *Contos* de Bob/Bilac. Mas em virtude da elegância que alegavam perceber nessas obras, elevavam-nas em relação à *Martinhada*, *Ribeirada* ou aos *Serões do Convento*, por exemplo. O que não significa, por outro lado, que elevar alguma leitura em detrimento dessas duas últimas resultasse em uma vantagem. Dada o amplo espaço dedicado nos anúncios de livreiros à literatura

picante, é muito provável que a inclusão de um título no rol de *leituras para homens* inclusive atraísse mais compradores⁴⁸⁶.

Vê-se, portanto, que os impressos havidos como obscenos por sua natureza sexual estiveram sujeitos ao rótulo da pornografia no Brasil, entre fins do século XIX e início do XX. Mas nem todos. Alguns indivíduos viam pornografia em lugares onde não havia nada, ou havia estilo, graça, gramática, ou crítica social para outros. O dissenso é uma marca daquilo que se entende pornografia em diversas sociedades e períodos históricos, como temos visto desde a introdução desse trabalho. Em cada um desses momentos, entretanto, o fenômeno carrega as marcas das transformações, medos, anseios, elitismos e tabus típicos da ambiência.

A respeito do período analisado, um registro curioso, feito em 1891, ilustra a bem as controvérsias que novos prazeres, divertimentos, expressões e tecnologias poderiam gerar. Na ocasião, um jornalista do *Diário de Notícias* descreveu o alarido causado pelos carros-anúncio da *Imprensa Paris*, que circulavam pela cidade, exibindo cartazes nos quais se viam “umas mulheres nuas em posições acadêmicas”. Dizia ele que “toda a gente, picada de curiosidade” acudia para rua querendo testemunhar o espetáculo. A Polícia, no entanto, interviu e acabou com a festa. O jornalista, identificado como G.B., entendia que não havia escândalo nos cartazes, mas sim na intervenção policial:

Que diabo de indecência há neles? As tais mulheres nuas não o estão absolutamente. Falta para isso alguma coisa que o desenhista esqueceu, justamente para transigir com a pudícia pública. Disseram-me que a polícia temeu que o lápis inconveniente de um transeunte gaiato se encarregasse de completar a obra do desenhista. Mas por Vênus! Esperasse a polícia que o transeunte pusesse o lápis onde ela meteu agora o bedelho.⁴⁸⁷

Temos, por um lado, uma casa de impressão fazendo reclame de seus serviços de forma tão moderna, com carros-anúncio que, além de tudo, ostentavam figuras nuas em papel. É a popularização do material impresso, que tornou abundantes e acessíveis como

⁴⁸⁶ É importante ressaltar, contudo, é que salvo em falas irônicas, a palavra pornografia foi sobretudo utilizada como um insulto. Mesmo nos anúncios os livreiros optavam pela alcunha *Livros para homens*, e quem os chamavam *pornográficos* eram seus detratores, aqueles que os odiavam.

⁴⁸⁷ *Diário de Notícias*, 01/08/1891, p. 1

jamais haviam sido as “publicações obscenas”. Há também a multidão, plural e curiosa, ansiosa para ver o que a lei, a medicina e a igreja prescreviam que não fosse visto, especialmente por ela. Temos também o policial, o representante da ordem instituída, que também poderia ser o padre ou o médico. Ele intervém de maneira profilática, em nome da ordem atribuída ao progresso ou à tradição, não importa, uma vez que uma multidão ansiosa por ver mulheres nuas, de papel ou não, ameaçava a ambos. Por fim, temos um intelectual e sua régua, conferindo se a imoralidade da vez vale a liberdade.

É notável, portanto, a pluralidade de discursos atuando nesse episódio. São percepções distintas da moralidade, da pornografia e dos limites entre ambas as instâncias, que expressam tensões e contradições diante do novo. Toda essa variedade e dissenso, como espero ter conseguido demonstrar até aqui, marcou o primeiros usos e percepções da pornografia no Brasil.

Capítulo 4: Despindo corpos, corrompendo mentes

O que terá feito aos homens o ato genital, tão natural, tão necessário e tão justo, para que não se ouse falar dele sem vergonha e para ser excluído das conversas sérias e convencionais?

Michel de Montaigne

Todo mundo tem medo de nomear o corpo humano da cintura para baixo, isso é um absurdo!

Hilda Hilst

Em janeiro de 1914 o jornal *O Rio Nu* começou a anunciar em sua *Biblioteca a Coleção Contos Rápidos*⁴⁸⁸. O reclame informava aos leitores que todos os títulos eram escritos “em linguagem ultra livre”, narravam “as mais pitorescas cenas de amor para todos os paladares”⁴⁸⁹ e vinham acompanhados de uma “gravura tirada ao natural”⁴⁹⁰. Como vimos, anúncios dessa natureza estampavam os jornais diários no Brasil desde 1880, quando começou a se popularizar no país um nicho literário dedicado à temática sexual. Nesse sentido, os *Contos* não apresentam nenhuma novidade, afinal, o conteúdo sexual de determinadas obras já vinha sendo alardeado pelos livreiros há pelo menos trinta anos.

Mas alguns elementos fazem da *Coleção* uma fonte preciosa para pensarmos o que se entendia como pornografia no Brasil, durante as primeiras décadas do século XX. Dos vinte títulos publicados entre 1914 e 1916, seis sobreviveram ao tempo e podem ser consultados. Como não resta muito mais do que os anúncios da grande maioria das *Leituras para homens* publicadas no período, esse dado já constitui uma grande vantagem. Além disso, entre os títulos remanescentes, a maior parte é constituída por obras cujo rótulo da pornografia foi bastante questionado pelos contemporâneos e,

⁴⁸⁸ *O Rio Nu*, 03/01/1914, p. 4.

⁴⁸⁹ *O Rio Nu*, 30/12/1916, p.10.

⁴⁹⁰ Em 1916 já constava somente a informação de que havia uma gravura. Em 1914 é que a informação continha a expressão “ao natural”.

sobretudo, refutado pelos autores, que frequentemente protestavam nas folhas diárias. Isso significa que, embora estes livros tenham sido acusados e criticados como pornográficos por alguns interlocutores, o que os tornam interessantíssimos para os objetivos deste trabalho, foram também publicamente defendidos da pecha por outros. Desse modo, creio ser importante dedicar atenção também às obras que, presumivelmente, foram percebidas como pornográficas de maneira consensual, o que parece ter sido o caso dos *Contos Rápidos*.

Ao longo desse capítulo, portanto, meu objetivo é o de analisar estas narrativas, procurando compreender os elementos e características, que, creio eu, permitiram o consenso acerca de sua natureza pornográfica em um período no qual o rótulo gerava tanta controvérsia. Antes, contudo, creio que ser importante ressaltar algumas questões. Veremos que dois autores serão especialmente citados nas páginas seguintes: Jean-Marie Goulemot e Dominique Maingueneau. Ambos dedicaram trabalhos à pornografia enquanto discurso literário, e embora suas reflexões sejam extremamente pertinentes para compreendermos as representações literárias do sexo, elas apresentam algumas limitações.

Sustenta a tese desses autores a ideia de que a narrativa pornográfica deve necessariamente atender a uma série de pressupostos técnicos para que seja bem-sucedida. Disso resultou a proposta de uma espécie de estatuto da pornografia. Veremos, nas páginas seguintes, que alguns elementos que os autores apontam como inerentes à escrita pornográfica não se sustentam no caso dos *Contos*, e embora outros possam ser observados nas narrativas analisadas nesse capítulo, não creio que caibam generalizações. Há, implícita na noção de estatuto pornográfico, a ideia de que existe uma “pornografia pura”, intencionalmente almejada pelos autores, que a alcançam a partir da adoção de determinadas estratégias narrativas, como apontou Robert Darnton em sua pertinente crítica à obra de Goulemot⁴⁹¹.

Ao longo de todo esse trabalho tenho defendido que a pornografia é um argumento, cujos critérios de aplicação variam enormemente de acordo com cada época, lugar, e não raramente dentro de uma mesma sociedade. Desse modo, seria contraditório a essa altura buscar nos *Contos* um conjunto de características que justificasse sua inclusão no rol de coisas inequivocamente pornográficas. Meu objetivo, afinal, é o de

⁴⁹¹ DARNTON, Robert. *Sexo... Op. Cit.*, p. 35-36.

compreender os usos e percepções da pornografia ao longo do período analisado, e temos visto que eles emanam do espectador, não necessariamente do objeto. Há temas e obras aos quais o rótulo foi atribuído sem que com isso estivessem de acordo seus autores e boa parte do público leitor. Isso não implica, contudo, em ignorar que existiram – e continuam existindo – certos consensos que também merecem atenção. Esse me parece ser o caso dos *Contos Rápidos*. É importante destacar, todavia, que terem sido alvo de aparente consenso não os tornam mais pornográficos que outras obras, em relação às quais o rótulo esteve suscetível ao debate.

Desse modo, serão investigados os elementos que me parecem cruciais para a leitura que se teve a respeito do caráter pornográfico destes livretos, buscando compreender um pouco melhor os usos e percepções da pornografia no período em eles circulavam. Nesse sentido, as reflexões de Goulemot e Maingueneau são interessantes, na medida em que nos permitem experimentar e eventualmente questionar determinados pressupostos, muito populares na interpretação desse tipo de narrativa. Além disso, creio ser essa também uma boa oportunidade para refletirmos sobre a relação entre essas narrativas e o ambiente em que circularam. Robert Darnton, em artigo publicado sob o sugestivo título *Sexo dá o que pensar*, propõe que as narrativas de natureza sexual apresentam uma excelente oportunidade de reflexão, uma vez que:

Ao se cristalizar em padrões culturais, o conhecimento carnal fornece material inesgotável para o pensamento, especialmente quando aparece em narrativas: piadas sujas, bravatas masculinas, fofocas femininas, canções licenciosas e romances eróticos. Sob todas essas formas, o sexo não é apenas um tema, mas também um instrumento para rasgar o véu que cobre as coisas e explorar seu funcionamento interno.⁴⁹²

Estas narrativas se revelam ricas em temas, personagens, palavras, lugares, práticas e desejos que, muito embora não possam ser tomados como espelho da realidade, podem ser indícios interessantes daquilo que Darnton chamou de “paixões do passado”⁴⁹³.

⁴⁹² *Ibidem*.... *Op. Cit.*, p. 21.

⁴⁹³ *Ibidem*, p. 36.

4.1 O Rio Nu

Em suas memórias da cidade do Rio de Janeiro, Luís Edmundo relembrou o *Café Papagaio*, outrora localizado na Rua Gonçalves Dias, entre as Ruas do Ouvidor e Sete de Setembro. Na porta do estabelecimento encontrava-se empoleirado um papagaio vivo, apelidado de Bocage em virtude do seu vocabulário indecente. De acordo com o autor, o animal vivia a repetir as “coisas afrontosas” que lhe ensinavam, como um “gramofone”⁴⁹⁴:

É um calepino de indecências, é um porta-voz de desacatos à moral do próximo. Um escândalo! O que solta este louro, do alto de seu poleiro, no ouvido das incautas senhoras que passam pela porta do café, arrastando pela mão os seus pimpolhos espantados!
As “polacas” da Rua Sete ou do Largo do Rossio não têm, nas suas rótulas, escândalo tão vivo. Chega a vir gente de longe só para gozar as inconveniências do hilariante Bocage. E de tal forma abusa ele do direito de ser pornográfico, que a polícia intervém⁴⁹⁵.

Bocage acabou substituído por um papagaio melhor comportado, mas o que interessa em sua extensa lista de excessos é que, apesar da efusão com que Luís Edmundo a descreve, afirmando-as mais indecorosas que as próprias prostitutas, no seu entendimento há algo ainda mais escandaloso circulando pelo Rio de Janeiro:

Depois do Rio Nu e do Pimpão, que recebemos de Lisboa, jornalecos pornográficos que se vendem pelas ruas com o assentimento da polícia, nada há mais imoral em toda esta cidade.⁴⁹⁶

O autor referiu-se a dois representantes do que ficaria conhecido como *jornais alegres*, gênero muito popular no Brasil do final do século XIX até a segunda década do século XX⁴⁹⁷: o *Pimpão*, e o *Rio-Nu*. O primeiro era publicado em Lisboa, circulou entre 1876 e 1918 e trazia o subtítulo: *órgão dos dissidentes de todos os partidos existentes*.

⁴⁹⁴ EDMUNDO, Luís. *Op. Cit.*, p. 331.

⁴⁹⁵ *Ibidem*, p. 332

⁴⁹⁶ *Idem*.

⁴⁹⁷ O marco desse nicho no Brasil teria sido o *Ba-ta-clan*, que apesar de publicado no Rio de Janeiro, era redigido em francês. O nome do jornal, assim como a epígrafe utilizada – *chinoiserie franco-brésilienne* –

Já o *Rio Nu* foi provavelmente o mais ilustre e longevo representante do “gênero alegre” no Brasil, como ficaram conhecidos os jornais que exploravam a sátira de cunho sexual, com piadas de duplo sentido⁴⁹⁸. Lançado em 1989, esse jornal circulou até 1916 e, embora fosse editado na capital, poderia ser adquirido pelos leitores de outros estados via remessa postal⁴⁹⁹. Nas ruas do Rio de Janeiro, era encontrado em engraxates e barbearias, “lugares de frequência predominantemente masculina”⁵⁰⁰, ou a partir de seus vendedores ambulantes. Cristiana Pereira aponta entre seus colaboradores circunstanciais, nomes como Arthur Azevedo, Olavo Bilac e Alfredo Boucher Filho⁵⁰¹.

Além de gravuras e, mais tarde, fotografias de mulheres nuas, *O Rio Nu* veiculava anedotas, promovia concursos, mantinha atualizadas as notícias sobre o mundo da prostituição carioca e abordava a sexualidade de forma satírica nas suas diversas colunas. Além disso, desde 1904, pelo menos, o jornal mantinha sua própria *Biblioteca*, na qual oferecia livros e álbuns de fotografia, muitos dos quais possivelmente editados pelo próprio periódico. Em um anúncio publicado em 1909, o jornal anunciava 25 títulos:

Leitura boa, empolgante, que proporciona ao leitor momentos de verdadeiro prazer e delícia... fazendo desaparecer a tristeza e renascer a alegria ao mais macambuzio mortal.

A leitura da **Biblioteca d’O Rio Nu** faz rir às bandeiras despregadas, porque é de fato cheia de hilariante humorismo além de ser maliciosa

foram retirados de uma opereta de Jacques Offenbach, compositor que havia inspirado também a criação da casa de espetáculos *Alcazar Lírico*, em 1860, no centro do Rio de Janeiro. A casa trazia shows e artistas franceses e foi considerada um antro de perdição pelos segmentos conservadores da sociedade. Esse dado sinaliza não apenas a influência das publicações francesas na nossa imprensa e familiaridade de nossos homens de letras com elas, mas também o caráter elitista desse tipo de entretenimento, que certamente se tornava ainda menos acessível quando divulgado em uma língua estrangeira. O *Ba-ta-clan*, entre charges, pequenas crônicas que alegadamente narravam a vida de mulheres *públicas* ou casais adúlteros, ditados lascivos e conselhos para as gerações futuras, se ocupava também dos bastidores do *Alcazar* e de suas artistas. MENEZES, Lená Medeiros de. *(Re)inventando a noite: O Alcazar Lyrique e a cocote comédiénne no Rio de Janeiro oitocentista*. In: **Revista Rio de Janeiro**, nº 20-21, 2007, p.74, 78; JUNIOR, Gonçalo. *A Guerra dos Gibis 2: Maria Erótica e o clamor do sexo: imprensa, pornografia, comunismo e censura na ditadura militar – 1964-1985*. São Paulo: Editoractiva Produções Artísticas, 2010, p.82.

⁴⁹⁸ Também o próprio periódico foi compreendido como pornográfico, razão pela qual em 1910 esteve no centro de uma disputa contra o então diretor-geral dos Correios, Inácio Tosta. No capítulo seguinte vamos conhecer os detalhes da contenda.

⁴⁹⁹ Em 1910 o *Rio Nu* protagonizou, ao lado de outro *jornal alegre* chamado *Sans-Dessous*, uma contenda judicial com o então diretor-geral dos Correios, Ignácio Tosta, que lançou uma circular proibindo que as folhas circulassem pelas dependências da repartição, sob o argumento de que eram obscenas. A medida gerou polêmica e dividiu opiniões, uma vez que Tosta presidia uma agremiação católica que, nessa época, encontrava-se muito empenhada no combate à pornografia no Brasil. Veremos os detalhes dessa contenda no capítulo seguinte.

⁵⁰⁰ PEREIRA, Cristiana Schettini. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1997, p. 56.

⁵⁰¹ *Ibidem*, p. 51.

e... picante, o que quer dizer que a **Biblioteca d'O Rio Nu** pode ser chamada por excelência a **Biblioteca do Solteirão**, por serem as suas obras o que melhor tem aparecido no gênero malicioso, e próprias, portanto, para a leitura reservada, ou seja, a **Leitura só para homens...**⁵⁰²

É notável neste anúncio, tanto quanto nas pequenas descrições que costumavam acompanhar os títulos, o propósito de orientar o leitor para o tipo de narrativa que lhe era oferecida. Os volumes eram vendidos por preços que variavam de 1\$500 a 6\$000, podendo ser adquiridos, assim como o próprio jornal, na sua redação, em jornaleiros, barbeiros e engraxates, ou remetidos pelos Correios. O mais dispendioso deles, intitulado *Esculhambações*, era descrito como um “monumental livro de versos” e a obra “mais completa” em circulação, na qual as coisas seriam ditas “com todos os *ff* e *rr* tal qual são”. O volume era ainda “ornado de gravuras da mais *sugestiva realidade*... tiradas ao natural, representando cenas de *verdadeira orgia e delírio amoroso*... capazes de transformar o gelo em fogo... e de levantar até um defunto...”⁵⁰³.

De acordo com Cristiana Pereira, a edição de brochuras resultou de uma estratégia, que visava incrementar os lucros do jornal. Não era raro que histórias publicadas em formato folhetim fossem disponibilizadas mais tarde em pequenas encadernações⁵⁰⁴. Além de permitir testar previamente o gosto do público, tal expediente apresentava a oportunidade de experimentar “maiores ‘liberdades’ na linguagem”, uma vez que os livros circulavam de forma um pouco mais restrita⁵⁰⁵, tornando possível aumentar e apimentar os folhetins. Em 1915, ao anunciar mais uma reedição do livro *Culto de Vênus*, por exemplo, o jornal alardeou que se tratava do “romance de maior sucesso publicado em rodapé no Rio Nu”. Dizia o reclame que após esgotarem-se várias edições, a nova tiragem havia sido feita “a capricho”, com “deliciosas gravuras a ilustrarem o texto”, “uma capa maravilhosamente impressa a três cores” e, “além disso”, o texto teria sido “cuidadosamente revisto pelo próprio autor”⁵⁰⁶.

Outros, no entanto podem ter publicados diretamente em forma de livro. Parece ser este o caso de 69, anunciado como um “romance sensual” que seria “o melhor

⁵⁰² *Biblioteca d'O Rio Nu. O Rio Nu*, 27/02/1909, p. 8. Grifos originais.

⁵⁰³ *Idem*. Grifos originais.

⁵⁰⁴ PEREIRA, Cristiana Schettini. *Um gênero alegre: Imprensa pornográfica no Rio de Janeiro (1898-1916)*. Campinas, SP [s.n.], 1997. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, p.185.

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p.186.

⁵⁰⁶ *O Rio Nu*, 14/08/1915, p. 4.

estimulante para os leitores que chegam à idade que deveras se aprecia e se dá o justo valor àquilo que faz as delícias da mocidade...”. O reclame prometia ainda que o livro diferia completamente de tudo que o jornal vinha editando, e chegava para “aumentar a Biblioteca d’O Rio Nu, que, como é sabido, se compõe do que de melhor existe no gênero realista!”⁵⁰⁷.

Cristiana Pereira defende, no entanto, que embora esta tenha sido uma prática sistemática de *O Rio Nu*, a coleção *Contos Rápidos* teria excedido qualquer licença de linguagem empregada nos outros volumes oferecidos pelo jornal, uma vez que eles apresentavam de forma explícita, e com o auxílio de gírias e palavrões, o que seria até então apenas insinuado nas páginas do periódico⁵⁰⁸. Como já foi dito, lamentavelmente restam poucos exemplares dos inúmeros títulos oferecidos pelos jornais ao longo do período analisado, e o mesmo se pode dizer dos que compunham a *Biblioteca* de *O Rio Nu*, mas entre os remanescentes do que foi anunciado pela folha é possível encontrar os que competem com os *Contos* no quesito “ousadia descritiva”.

Chama a atenção nessas narrativas o linguajar sem rodeios empregado e a forma explícita com que a atividade sexual é descrita, o que as aproximam bastante da concepção contemporânea da pornografia. No entanto, eles não eram os únicos títulos disponíveis na *Biblioteca do Rio Nu* a desenvolver o enredo desse modo. As *Rimas Picantes* ou *As Variações do Amor*, por exemplo, também creditados à Casa Editorial Cupido e Comp., embora não fizessem parte da coleção, seguiam a mesma tendência estética. Este último, inclusive, consistia também numa reunião de três contos, cada um acompanhado por uma gravura. De toda forma, quando comparados com outras narrativas também havidas como pornográficas neste mesmo período, essas histórias se destacam pela ousadia explícita das descrições e palavras empregadas.

4.2 Os Contos Rápidos

Já na estreia da coleção, foram disponibilizados cinco títulos, que poderiam ser adquiridos por 300 réis no escritório do jornal, com vendedores e mascates, ou enviados para outras localidades por 500 réis, quantia modesta para a época⁵⁰⁹. Como de costume

⁵⁰⁷ Cf. *O Rio Nu*, 25/12/1914, p. 2.

⁵⁰⁸ *Idem*.

⁵⁰⁹ Fora a coleção *Contos Curtos*, os outros títulos anunciados na Biblioteca em 1914 custavam 500 réis no escritório ou 800, se enviados.

em alguns anúncios deste período, os títulos eram seguidos por uma breve descrição do enredo. Dessa forma, *O Tio Empata*, primeiro da lista, foi apresentado como um “engraçadíssimo conto, escrito em linguagem livre, em que o autor se vê barrado pelo tio na ocasião em que ia gozar as carícias dos *cachorrinhos* de duas primas donzelas”⁵¹⁰. Já *A Mulher de Fogo* narrava a “história de uma mulher ferosa que casou com um inglês”⁵¹¹. *D. Engracia* prometia ao leitor deleitar-se com as “aventuras de um rapaz em casa da madrinha”. Já o *Faz Tudo* reunia as “impressões de um tabaréu sobre uma mulher da rua do Senado”, enquanto o quinto e último título apresentado na estreia da coleção foi *A Viúva Alegre*, que contava a “história de uma viuvinha que começa a alegrar-se durante o velório do marido”.

Até 30 de dezembro de 1916 a coleção contaria com o total de vinte números⁵¹², dentre os quais, pelo que pude apurar, sobreviveram seis originais⁵¹³. *O Menino do Gouveia* acompanha a trajetória do jovem homossexual Bembem, desde o despertar da sua libido até a primeira incursão sexual⁵¹⁴. *A Pulga* narra as peripécias de D. Zizi para seduzir o novo empregado da casa, o jovem Ambrósio Minhoca⁵¹⁵. Em seguida, foi publicado *Na Zona...*, história na qual acompanhamos um dia bastante agitado na vida de Don Felício, enquanto ele percorre as zonas de meretrício do Rio de Janeiro⁵¹⁶. *O Brinquedo* narra como Guedes descobriu o “amante” de sua noiva Chiquinha⁵¹⁷. *O Cachorro* se concentra na noite em que Zé Teso contratou os serviços de Bianca⁵¹⁸ e, por fim, temos *O Marchante* que narra a dramática relação entre Homem de Ferro e Claudina⁵¹⁹. Nas páginas seguintes, veremos como esses contos se apresentavam graficamente e quais elementos que os compunham.

⁵¹⁰ *O Rio Nu*. 03/01/1914, p. 4. Grifos originais.

⁵¹¹ *Idem*.

⁵¹² Foram acrescidos, nesta ordem: *O Menino do Gouveia*, *A Pulga*, *O Correio do Amor*, *Dolores*, *Família Moderna*, *Na Zona...*, *O Brinquedo*, *O Cachorro*, *Roçando...*, *O Consolador*, *A Telefonista*, *A Costureira*, *O Marchante*, *Por Traz...* e *O Vassoura*.

⁵¹³ Eles estão disponíveis para consulta na *Fundação Biblioteca Nacional*, na Divisão de Obras Raras. *O Menino do Gouveia* ganhou uma reedição em 2017, pela editora O Sexo da Palavra. A respeito dos demais, a salvo pelos anúncios de *O Rio Nu*, não consegui localizar nenhuma referência. Incluí nos Anexos, ao final deste trabalho, a transcrição de cada um deles.

⁵¹⁴ MALUCO, Capadócio. *O Menino do Gouveia*. Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 19--. 6º vol. da coleção.

⁵¹⁵ D'AMOUR, Lúcio. *A pulga*. Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 19--. 7º vol. da coleção.

⁵¹⁶ FELÍCIO, Don. *Na Zona...* Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 19--. 11º vol. da coleção.

⁵¹⁷ FIDELIS, Zé. *O brinquedo*. Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 19--. 12º vol. da coleção.

⁵¹⁸ TESO, Zé. *O Cachorro*. Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 19--. 13º vol. da coleção.

⁵¹⁹ FERRO, Homem de. *O Marchante*. Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 19--. 18º vol. da coleção.

4.2.1 Como se apresentavam

Os *Contos* tinham 15 ou 16 páginas, e eram impressos no formato $\frac{1}{4}$ de ofício, em papel simples. Entre os remanescentes da *Coleção*, constam duas variações de capa (Fig. 10). É possível perceber que não se diferenciam muito. Com exceção da data, elas trazem as informações básicas: título, nome do autor e, na parte inferior, editora e local de edição⁵²⁰. São edições bem simples, como se pode notar, e não exploram os potenciais informativos do gênero. Não há nos volumes, por exemplo, a indicação de que eles são ilustrados.

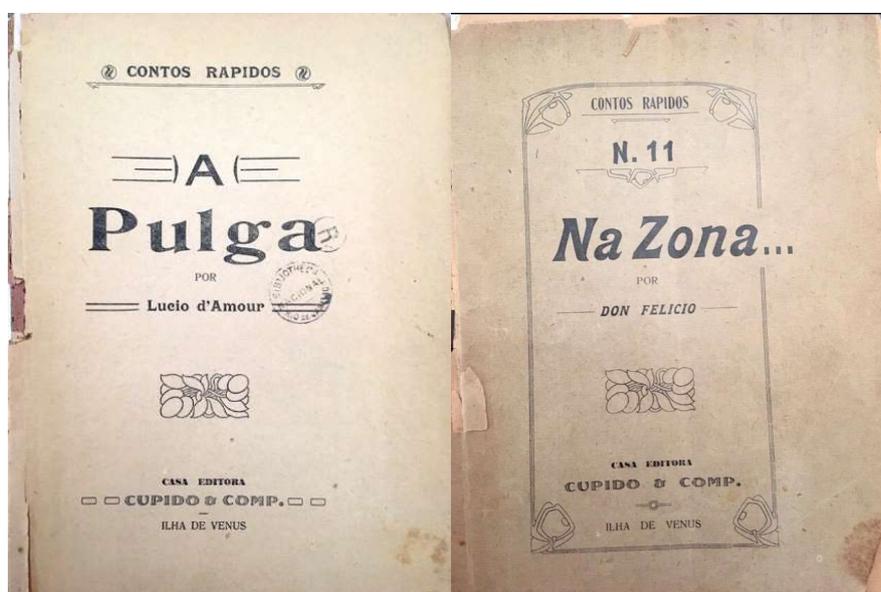


Figura 10: *A Pulga* e *Na Zona...* - FBN/Divisão de Obras Raras

Na imagem seguinte (Fig. 11), nós vemos a capa de *Variações do Amor*, outro título oferecido pelo jornal *O Rio Nu* que, mesmo contando com a mesma qualidade gráfica, traz indicações mais detalhadas de seu conteúdo e do público que pretende alcançar, informando do que se trata: *estimulantes contos com gravuras ao natural*.

⁵²⁰ GOULEMOT, Jean-Marie. *Op. Cit.* P. 117.

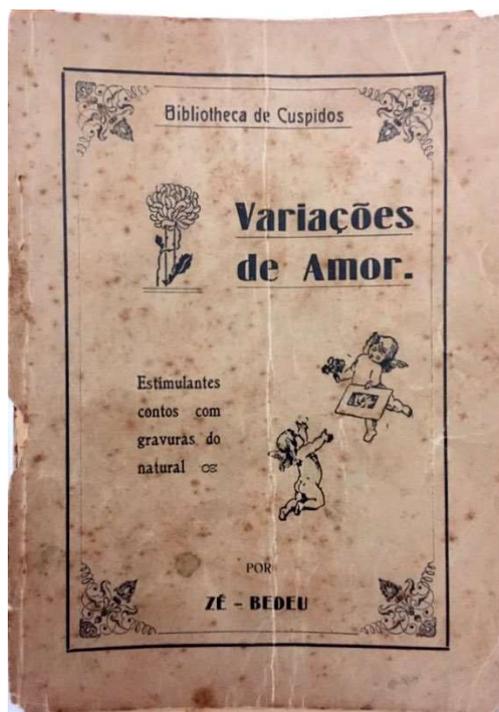


Figura 11: Capa de *Variações de Amor* – Divisão de Obras Raras/FBN

A simplicidade desses livrinhos endossa a ideia, amplamente difundida, de que a literatura havida como pornográfica prosperou exclusivamente a partir de edições baratas e mal-acabadas. Esse pressuposto não deve, contudo, ser admitido de maneira precipitada. O poeta Luiz Edmundo, lembrando certos hábitos de adolescência em um bilhete enviado à João do Rio, recordou as leituras que fazia “à socapa pelos dormitórios e recreios” na época do internato. Entre os autores e obras que cita, e que segundo ele eram “os livros em voga nos colégios urbanos daquela época”, estão

Júlio Verne, Hugo, Boisgobey, Eça e Balzac, num caos profundo de onde a literatura picaresca, às vezes, surgia numa brochura de Rabelais ou num opúsculo de versos pornográficos, sempre de autor desconhecido⁵²¹.

Como o poeta nasceu em 1878, podemos supor que sua incursão juvenil à literatura tenha ocorrido mais ou menos em meados da década de 1890, e sua fala sugere que essa era uma iniciação comum à essa geração:

⁵²¹ EDMUNDO, Luiz *apud* RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Garnier, 1908(?), p.99

Isso apenas prova o meu início incolor e apagado como o de quase toda gente, que vem desde o padre que ensina os clássicos e prega moral até o livrinho obscuro de literatura de alcova, que a gente põe nos forros e cavas da manga, na ânsia importante de escondê-los aos bedéis⁵²².

Trata-se de um registro interessante, pois testemunha que o “livrinho obscuro de literatura de alcova” e o “opúsculo de versos pornográficos” integravam o mesmo universo de práticas de leitura que os clássicos e os romances em voga. Essa é uma questão que merece ser destacada, uma vez que, historicamente, as coisas havidas como pornográficas são associadas a ideias de *mau gosto*, *decadência moral*, *vulgaridade*. Como vimos no primeiro capítulo, no Brasil, assim como ocorreu em outras partes do mundo, o argumento pornográfico operava como um insulto, expressando um julgamento de valor em relação àquilo que designava. Disso resultou que as noções de pornografia e literatura (ou arte) são frequentemente interpretadas como incompatíveis e construiu-se um imaginário no qual o consumo pornográfico não é um hábito de indivíduos distintos.

Aquilo que se convencionou chamar pornografia, entretanto, se desenvolveu e prosperou no seio de tradições literárias europeias, em um longo processo, que acompanha a própria ideia de Modernidade⁵²³. E nada indica que não compunham as leituras de um número bastante variado de pessoas. Entre as publicações oferecidas por *O Rio Nu* em uma edição de 1915, por exemplo, é possível constatar que os preços variavam bastante. Enquanto os *Contos Rápidos* eram oferecidos por valores entre 300 ou 500 réis, a depender da forma como seriam adquiridos, *Sandwich*, *Casta Suzanna*, *Madame Minet*, *Noite de noivado* e *Amores de um frade* custavam entre 500 e 800 réis. *Cenas de alcova* e o primeiro volume de *Dois contra uma* eram vendidos a 1\$500 ou 2 mil-réis.

Já *A cabeça do Carvalho* (Fig. 12), descrito como o “piramidal trabalho do bestunto do incomparável Vagabundo”, custava entre 2\$000 e 2\$500. Na *Fundação Biblioteca Nacional* consta um exemplar dessa obra, também atribuída à Casa Editora Cupido & Companhia, que apresenta elementos gráficos mais rebuscados, como vemos a seguir (Fig. 12). O volume contém uma capa dura, externa, sem identificação, que uma

⁵²² *Idem*.

⁵²³ Embora este seja um ponto pacífico entre estudiosos da pornografia, é Lynn Hunt quem melhor resume o processo. HUNT, Lynn. *Op. Cit.*.

vez aberta revela outra capa, muito semelhante às dos *Contos*, impressa em papel verde. A lombada, além de apresentar o título da obra, é adornada com flores de lis douradas e a inscrição R. N., que pode indicar uma sigla ou as iniciais de um nome⁵²⁴.

A *Cabeça do Carvalho* é uma novela de 148 páginas e, como veremos a seguir, trazia ilustrações mais explícitas que as que acompanhavam os contos. Essas peculiaridades seguramente influenciaram no preço e no status que ela teria junto ao público consumidor. No entanto cabe ressaltar que era atribuída à mesma editora que a coleção de contos e ambas partilhavam ainda do mesmo acabamento gráfico interno.

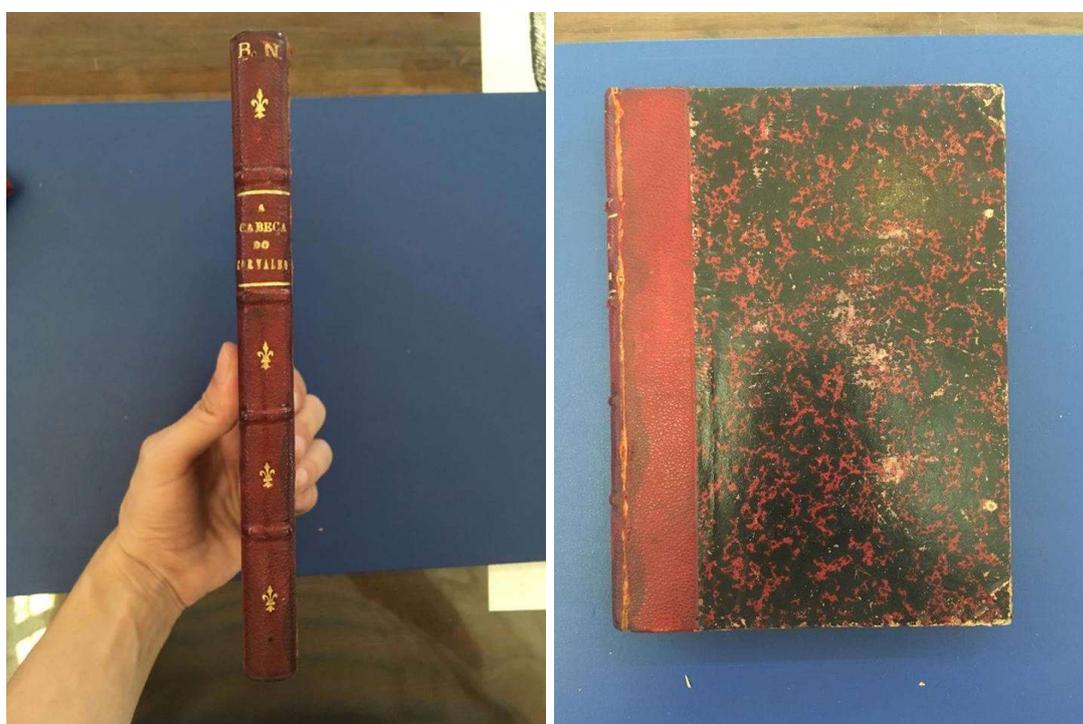


Figura 12: *A cabeça do carvalho* - Divisão de Obras Raras/FBN

A *Cabeça do Carvalho* era assinada por Vagabundo, um pseudônimo velho conhecido dos leitores de *O Rio Nu*. Essa mesma estratégia foi utilizada nos *Contos*. Entre

⁵²⁴ Não foi possível averiguar se a capa, com sua lombada ornamentada, foi acrescida ao volume posteriormente, pelo antigo proprietário ou por alguma instituição. As letras misteriosas, inscritas em dourado, podem ser um indício dessa hipótese. No entanto, dado o preço pelo qual o título era oferecido, valor quase 7 vezes mais alto que o requerido por cada *Conto*, não seria absurdo supor que o acabamento seja original. E ainda que não seja este o caso, não deixa de ser interessante que um volume desta natureza tenha recebido tamanho cuidado subsequentemente, uma vez que são raros os livros havidos como pornográficos que chegaram a ser sequer conservados.

seus autores estão Capadócio *Maluco*, responsável pela coluna *Capadoçagens* desde 1905⁵²⁵, Zé Fidelis que assinava o resultado do jogo do bicho e Lúcio D'Amour, personagem de outro romance, *Casta Suzanna*, também disponível na *Biblioteca* do jornal⁵²⁶.

O caso de Homem de Ferro é ainda mais exemplar. Esse era o pseudônimo que assinava, desde 1915, a coluna *Pelos Teatros*, na qual eram divulgadas intrigas do universo artístico carioca⁵²⁷. Ele também é o autor/narrador de *O Marchante*, história em que relata seu conturbado caso de amor e sexo com a corista Claudina, que conhece no Teatro São José. Na introdução ele explica ao leitor que é um frequentador assíduo dos teatros cariocas:

Gabirú atrevido, há muito tempo que frequento sem cerimônia as caixas teatrais. Dentro delas sou tão íntimo como na rua com os amigos ou em casa com a família, e, sem exagero, posso dizer que é isso que mais me prende a elas.

Por dentro o teatro é mil vezes mais curioso do que por fora, e, uma vez obtida a familiaridade do palco, as amizades ali adquiridas nunca mais consentem que dele nos afastemos.

Comigo, pelo menos, dá-se isto. Estou tão preso ao hábito de ir todas as noites palestrar nas caixas de teatro, que muito sentiria se me dissessem renunciar a tal costume,

São coisas!...⁵²⁸

Essa estratégia, além de transmitir uma sensação de familiaridade com o leitor que presumivelmente consumia o jornal, confere às histórias um ar de verossimilhança. Veremos que uma característica comumente observada nas narrativas havidas como pornográficas é a sensação de proximidade que procura estabelecer com o público leitor, a partir de enredos que o remetam à ambientes e situações que possam lhe parecer familiares. Além disso, atribuir as histórias a nomes que o leitor provavelmente associava às leituras picantes e jocosas de *O Rio Nu* poderia funcionar como uma insígnia do conteúdo, que o tornava presumível aos que estivessem habituados com a atuação desses personagens no jornal.

⁵²⁵ Pelo que pude apurar, a coluna estreou em 21/11/1905 e esteve ativa até o ano seguinte. Em 1910 ela retornaria, sendo publicada até 1913.

⁵²⁶ O próprio título da *Coleção* já havia sido uma coluna do jornal, durante um breve período, em 1903.

⁵²⁷ A coluna é mais antiga, mas até 17/04/1915 era assinada por João Ratão.

⁵²⁸ FERRO, Homem de. *Op. Cit.*, p. 3.

Também a editora e o local de publicação eram fictícios. Na capa e folha de rosto, constava que as obras haviam sido editadas pela Casa Editora Cupido & Comp., localizada na Ilha de Vênus. Trata-se de um recurso também bastante recorrente em narrativas dessa natureza. Inclusive as alusões ao universo do amor, da sensualidade ou do exotismo, presentes nas indicações *Cupido* e *Vênus*, por exemplo, são técnicas que operam como distintivos do conteúdo⁵²⁹. É pressuposto que uma obra anônima e com ares clandestinos veicule temas proibidos, seja pela religião, pela política ou pelos pudores morais. Ao atribuir-lhe referências relacionadas à luxúria, pode-se deduzir a qual dessas esferas determinado título pertence. É interessante perceber, inclusive, que alguns anúncios de *O Rio Nu* – entre os quais fulgura o dos *Contos* – não eram reclames de livreiros, mas do próprio jornal. Eles poderiam ser adquiridos com mais discrição, por remessa postal, mas eram encontrados também no escritório do jornal e, possivelmente, em jornaleiros, barbeiros, livrarias e nas mãos dos mascates, como o eram demais *livrinhos de putaria* da época. O anonimato e o ar clandestino inscrito nessas obras, no entanto, operava como insígnias do conteúdo. Nesse sentido, sua origem era rastreável, diferentemente das obras da França pré-revolucionária, analisadas por Robert Darnton e Jean-Marie Goulemot⁵³⁰.

Nesse sentido, as faltas indicações e o anonimato apontam também para uma falsa clandestinidade, que podemos supor ter o objetivo de indicar a natureza pouco ortodoxa das narrativas. Tais elementos são indícios que corroboram a tese de que os próprios responsáveis pela *Coleção*, seus autores e editores, partilhavam a percepção de que se tratavam de obras pornográficas. Como apontou Dominique Maingueneau, embora existam textos elaborados com propósitos diversos que acabam consumidos ou condenados como pornográficos, há também outros, nos quais este objetivo pode ser facilmente detectado. De acordo com o autor, estes últimos seriam produzidos “no interior de um circuito especializado” e o anonimato, a impressão clandestina e a difusão dissimulada os vinculariam a uma “intenção pornográfica”⁵³¹.

Quanto aos títulos, por mais que possam parecer pouco suspeitos do conteúdo que veiculam ao leitor contemporâneo, alguns evocavam termos ao que tudo indica facilmente

⁵²⁹ GOULEMOT, Jean-Marie. *Op. Cit.*, p.119.

⁵³⁰ Cf. DARNTON, Robert. *Os best-sellers...* *Op. Cit.*; DARNTON, Robert. *O diabo...* *Op. Cit.*; GOULEMOT, Jean-Marie. *Op. Cit.*

⁵³¹ MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit.*, p. 16. Tais elementos, contudo, não são estanques, de forma não cabem generalizações. A visibilidade da pornografia, mesmo daquilo que se apresenta como pornográfico, pode variar bastante em casa época ou lugar.

associáveis às práticas sexuais no início no século XX. O termo *marchante* designava o sujeito que sustentava a prostituta. De maneira semelhante, a palavra *zona* ainda hoje alude ao estabelecimento ou área da cidade em que se pratica a prostituição. Mesmo *cachorro*, pelo que diz o próprio narrador do conto que leva esse nome, era uma gíria para as nádegas femininas. *Gouveia* também era um jargão comum no cotidiano carioca para designar homens mais velhos que se interessavam por garotos jovens⁵³².

O próprio *O Rio Nu* já havia feito desta figura tema de um dos seus concursos, em 1906. Na ocasião os leitores foram convidados a enviar glosas inspiradas no mote “Se o Gouveia te segura/ Perdes a fala, menino”. Os oito poemas vencedores, publicados pelo periódico, apresentavam a estampa de um sujeito “doente”, a quem todos temiam e cujo “mal” não teria “cura”. Gouveia estaria sempre à espreita de meninos, sobretudo se formosos, razão pela qual estes deveriam permanecer em estado de atenção contínua, caso não quisessem acabar nas suas garras. “Perto dessa criatura” seria fundamental ser “ladino” e fazer-se “fino” para não acabar “picado”. Foram numerosos os trocadinhos envolvendo o “olho” que Gouveia objetivaria “furar” e o resultado da ação operada por ele seria tão marcante que emudeceria os rapazes: “ficas maluco! sem tino!”.

Tratava-se, portanto, de uma figura perigosa, furtiva e ameaçadora, que caçava jovens desatentos com o dom quase sobrenatural de aparecer onde menos era esperado, agindo rapidamente contra suas presas. As qualidades físicas dos meninos ameaçados foram também muito ressaltadas: seriam “muito formosos”, “lindas figuras”, com “muita gordura”, o que “apetece a muito tino”⁵³³.

Os versinhos publicados pelo jornal em 1906, contudo, seguiam a linha adotada pelos redatores, valendo-se das expressões de duplo sentido, das reticências e do humor malicioso para rodear o assunto. É perfeitamente plausível supor que os leitores estivessem instrumentalizados para compreender sobre o que falavam os autores, mas tudo era dito de forma dúbia e indireta. Já no conto do qual é tema, como veremos, o mitológico Gouveia tomava corpo, aparência, e suas ações eram descritas de forma inequívoca. Quanto ao “menino”, na narrativa personificado na figura de Bembem, não se mostrou amedrontado com a perspectiva de um encontro furtivo com Gouveia. Ao

⁵³² GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 70.

⁵³³ *Mote a concurso: Torneio de julho*. *O Rio Nu*, 21/017/1906, p.3. Os versinhos são assinados por pseudônimos: A. Ribeiro, Dr. Gouveia, B. Ato, Féra Braz, Dr. Pinguinho, Franchó, Onirehoéz e Gyrassol.

contrário, foi o jovem quem, contrariando as glosas alarmantes, saiu à caça de um “fanchono” com obstinação bastante resoluta.

Então é possível que se os livrinhos estivessem em uma loja, chamassem a atenção dos interessados, uma vez que os títulos presumivelmente aludiam ao vocabulário sexual.

4.2.2 Gravuras da mais sugestiva realidade

Os *Contos* traziam, como prometido no anúncio, uma gravura em papel *couché*. É interessante notar, a respeito destas imagens, que se localizavam mais ou menos no meio da brochura, não eram contadas nem numeradas e não havia texto no verso da página, o que permitia que fossem destacadas. É o que parece ter acontecido com os volumes de dois dos contos analisados, nos quais não constam as gravuras prometidas: *O cachorro* e *O brinquedo*.

As imagens que ilustram *Na Zona...* e *A Pulga* são reproduções fotográficas. Em ambos os casos, como podemos observar, é evidente que relacionar texto e imagem não era uma preocupação dos editores. Isso é especialmente evidente no caso de *Na Zona...* (Fig. 14). A cena representada se passa com Mathilde, que na narrativa é uma mulher negra. Além disso, a imagem representa o momento em que Felício verifica os estragos causados pelo sexo anal no corpo da parceira. Na trama, esse episódio ocorre quando ambos estão nus em uma cama, prestes a começarem o “69”, devidamente posicionados, cada qual com os lábios na altura do sexo do outro. A fotografia, no entanto, traz uma mulher branca, vestindo camisas, acocorada sobre um homem que se encontra deitado no chão.

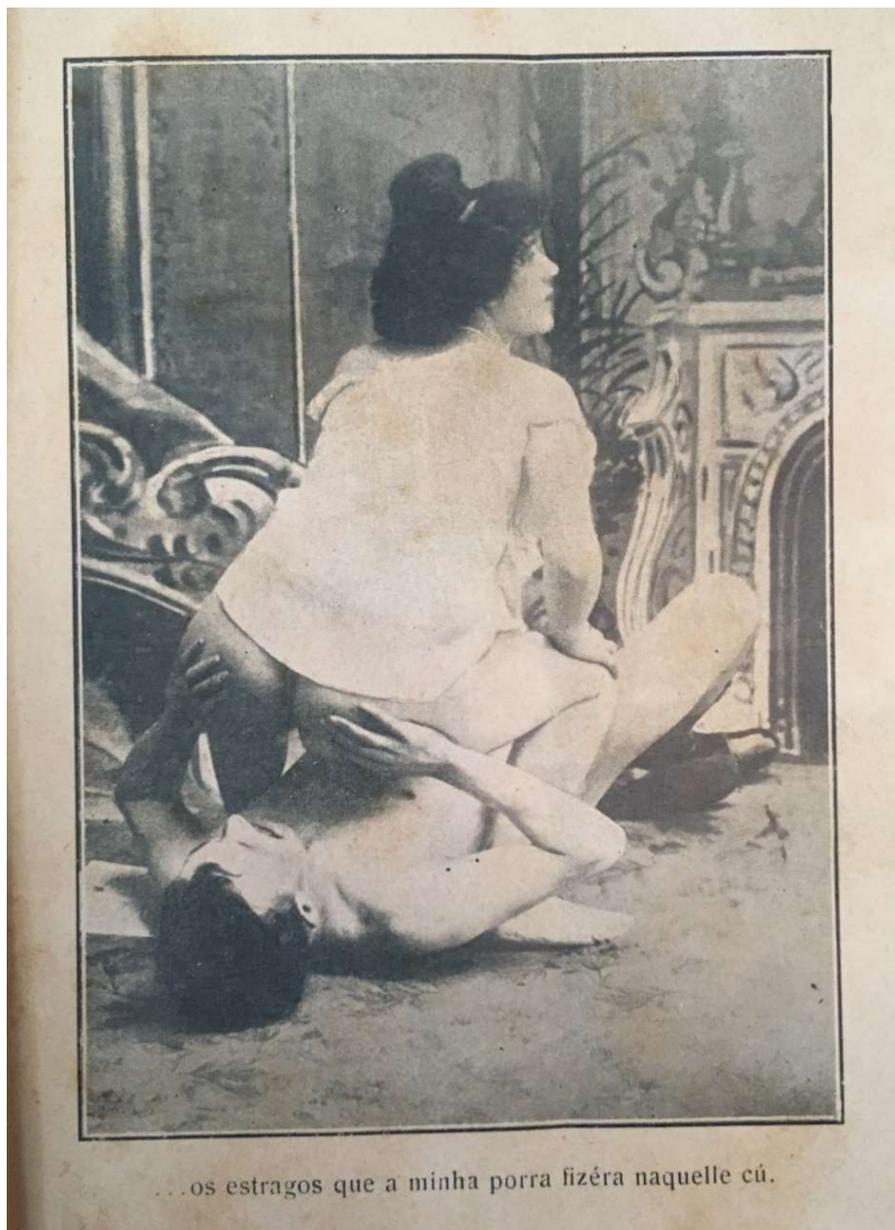


Figura 13: Imagem de Na Zona... - Divisão de Obras Raras/FBN

Ambrósio Minhoca, personagem de *A Pulga* (Fig. 14), também não é branco. No início da narrativa ele é descrito como um homem “de faces vermelhas, beijos grossos e um formidável nariz”⁵³⁴. Em determinado momento da história, entretanto, D. Zizi se refere a ele como “meu negro”⁵³⁵. No que diz respeito à caracterização da cena, entretanto, esta imagem reproduz com mais fidelidade o que é narrado: trata-se do momento em que

⁵³⁴ D’AMOUR, Lucio. *Op. Cit.*, p. 3.

⁵³⁵ *Ibidem.*, p. 15.

D. Zizi, deitada de bruços, ordena que Ambrósio de ajoelhe na cama e suspenda sua saia para procurar a pulga no seu ânus.

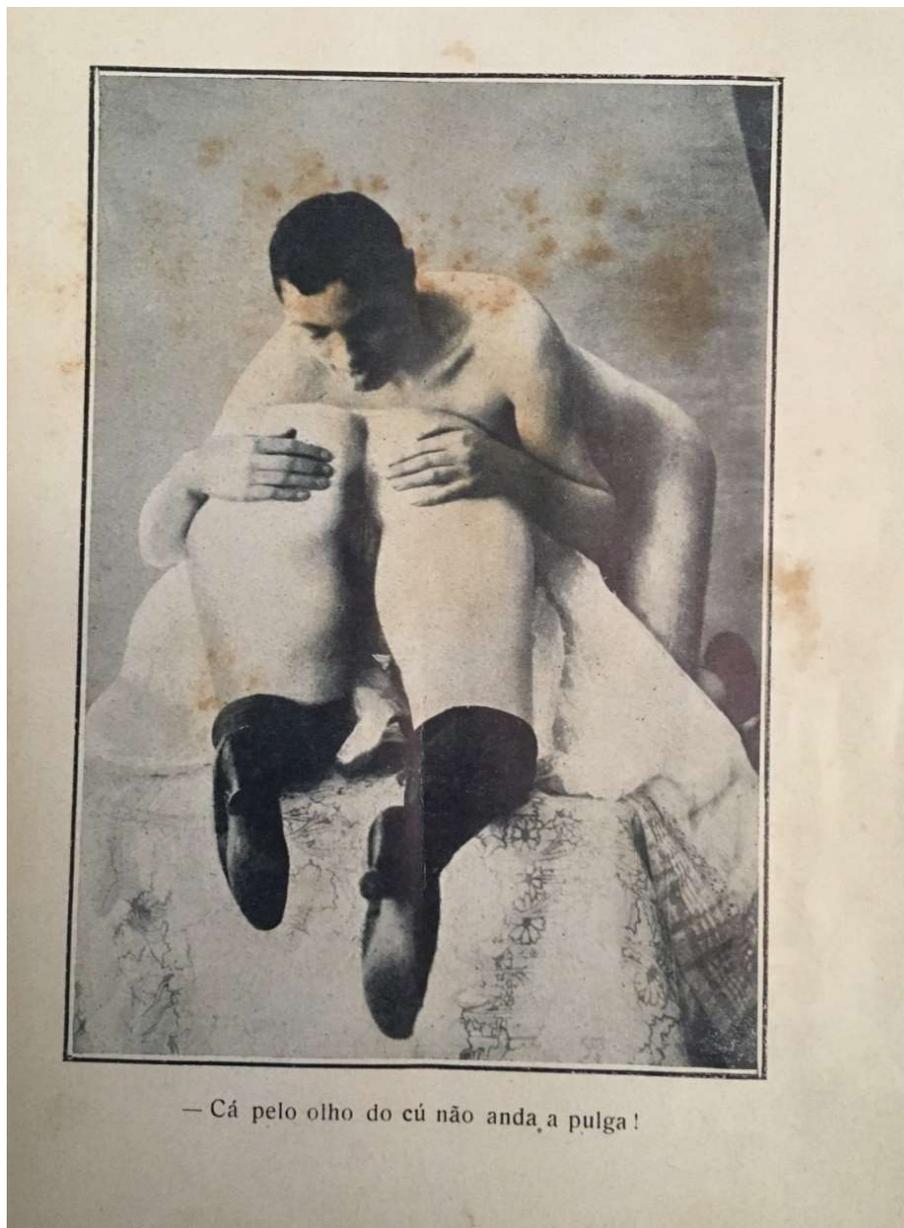


Figura 14: Imagem de *A Pulga* - Divisão de Obras Raras/FBN

Na *Biblioteca de O Rio Nu* eram oferecidos álbuns de fotografias e coleções de postais. Algumas dessas imagens passaram a ornar as páginas no próprio jornal, mas nesse caso eram mais discretas: perfis de nus femininos, quando muito exibindo as nádegas, de costas. Nos livros, entretanto, era possível veicular cenas mais reveladoras. As imagens a seguir pertencem ao livro *A Cabeça do Carvalho*, que como já foi mencionado, também

era editado pela misteriosa Cupido & Comp., e custava quase 7 vezes mais que um dos *Contos Rápidos*. Podemos perceber que, além de um acabamento melhor elaborado, esse livro trazia fotografias mais explícitas que as que ilustravam os *Contos*, pois representavam casais em interação com os órgãos sexuais de seus parceiros.

Nas imagens seguintes, vemos um casal praticando o “69” e é possível observar nitidamente o pênis na boca da mulher (Fig. 16), duas cenas em que homens estão praticando sexo oral em mulheres (Fig. 17 e 18), uma penetração vaginal (Fig. 19) e, por fim, uma mulher masturbando outra (Fig. 20).

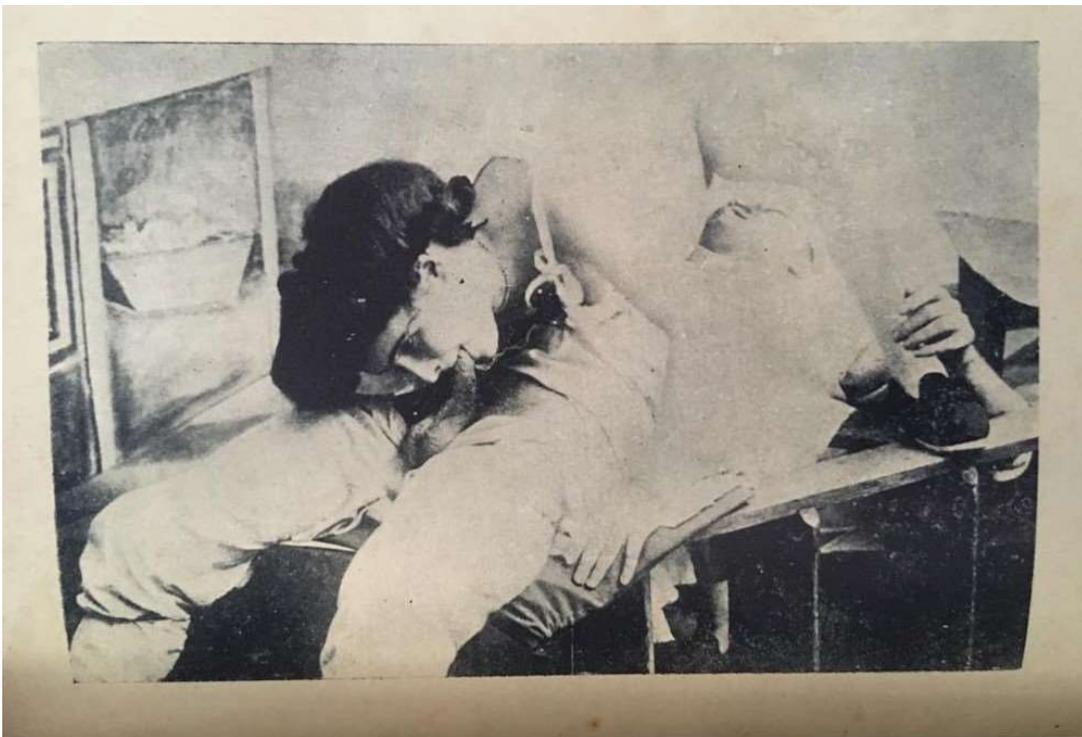
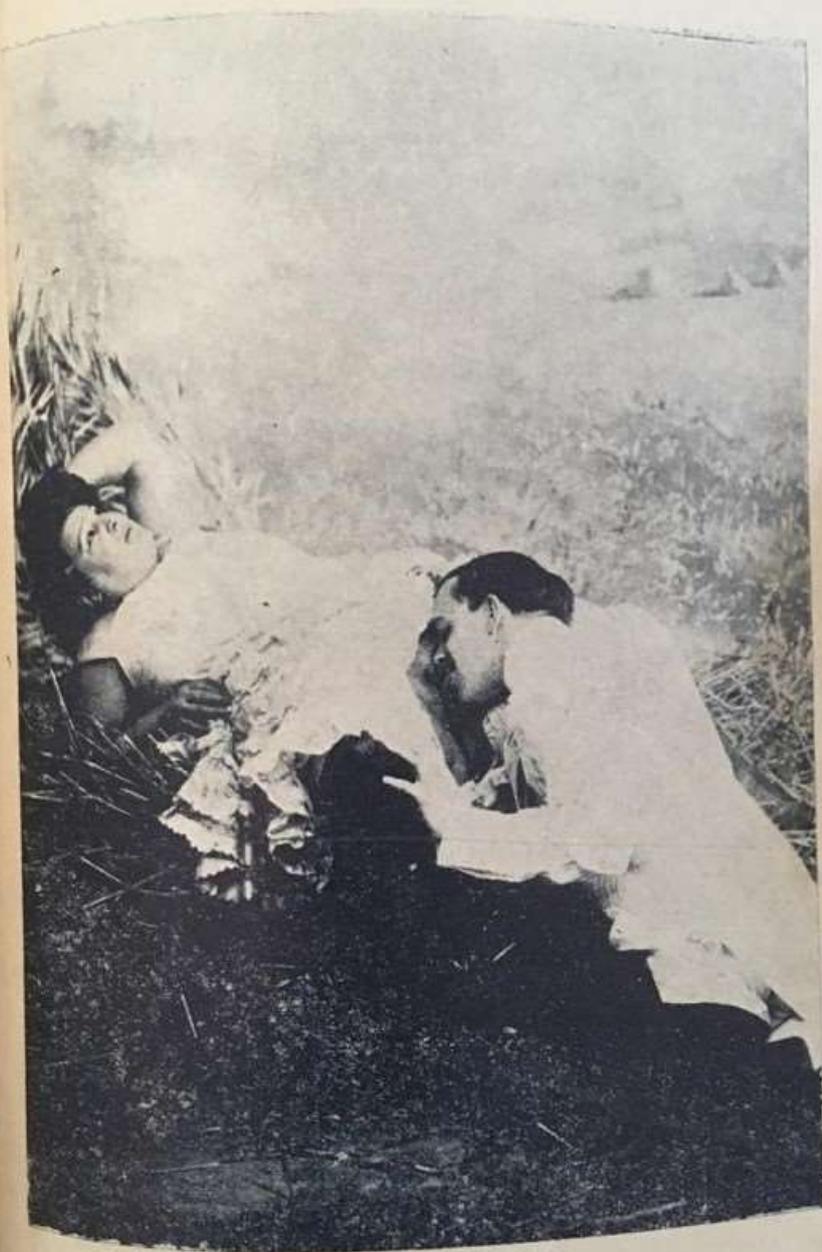


Figura 15: A Cabeça do Carvalho



Beijou-a no ventre bem conformado... Depois... depois...

Figura 16: A Cabeça do Carvalho



Ella apertava a cabeça d'elle, entre as lindas pernas, electrisada...

Figura 17: A Cabeça do Carvalho

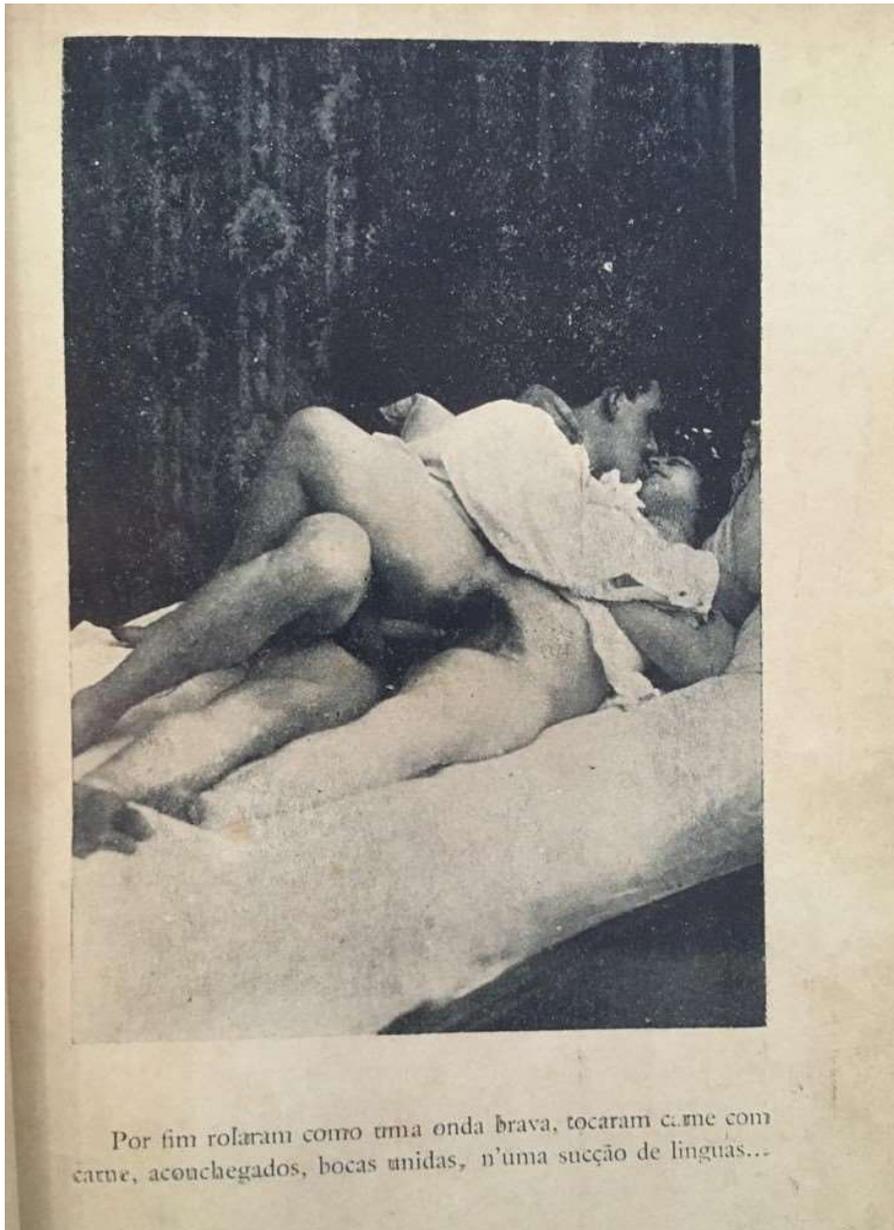


Figura 18: A Cabeça do Carvalho



Flora subia a mundos novos, delirava, vibrava no ultimo estertor de uma luxuria exuberante...

Figura 19: A Cabeça do Carvalho

Como podemos observar, são gravuras que ilustram *O Marchante* (Fig. 21) e *O menino do Gouveia* (Fig. 22), o que não me parece fortuito. Dada a natureza das cenas representadas, é possível que fotografias “ao natural” soassem demasiadamente ousadas ou, ao contrário, que a intenção fosse justamente arrojarse nestes números, e não houvesse no banco de imagens nada tão atrevido.

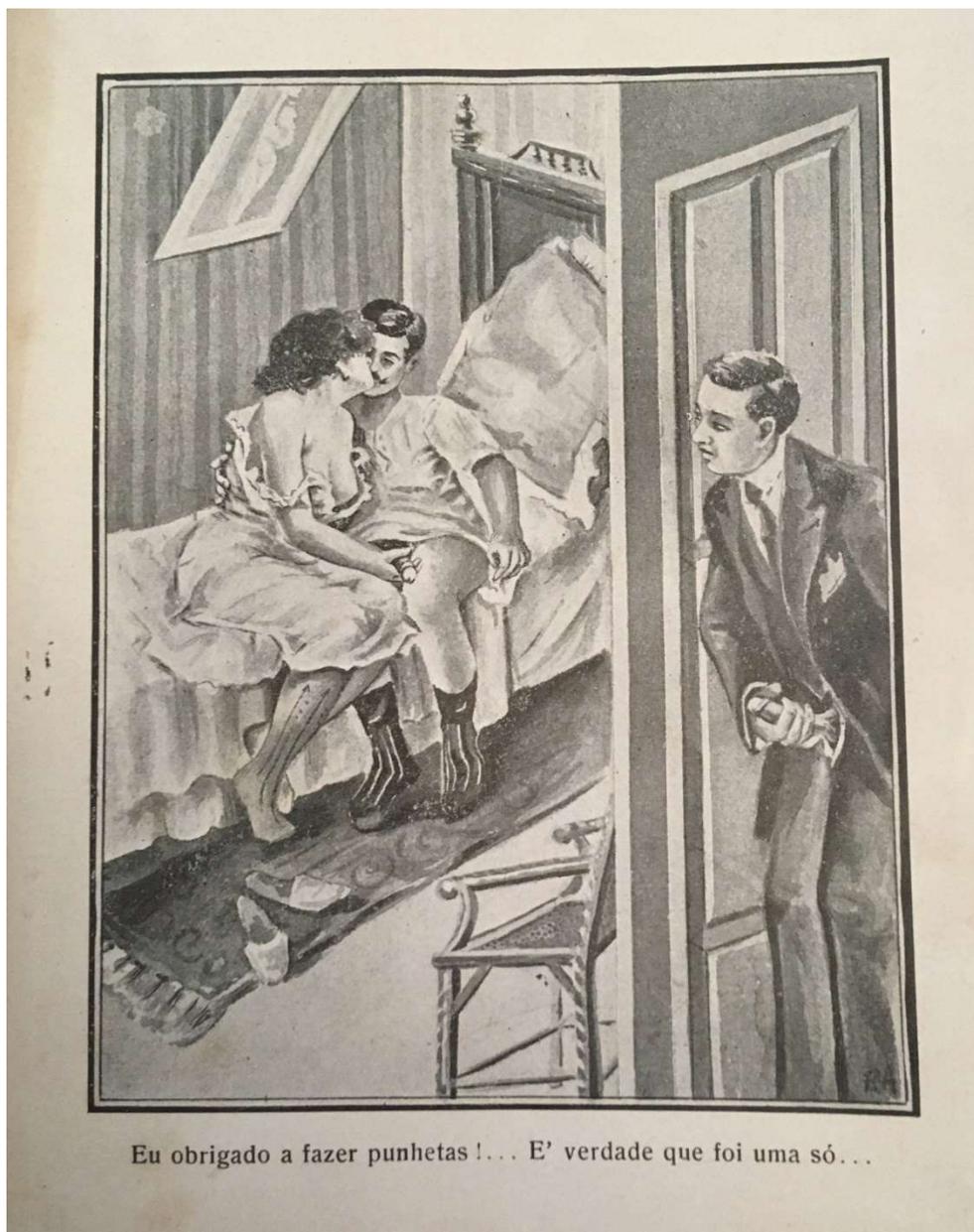


Figura 20: Imagem de *O Marchante* - Divisão de Obras Raras/FBN



Figura 21: Imagem de *O Menino do Gouveia* - Divisão de Obras Raras/FBN

As gravuras, no entanto, têm muito em comum com as fotografias. Além de representarem interações sexuais entre pelo menos duas pessoas, a disposição dos corpos em todas essas imagens segue um padrão. Nesse sentido, a análise que Jean-Marie Goulemot elabora a respeito das ilustrações pornográficas do século XVIII é muito interessante para pensarmos o caso dos *Contos*⁵³⁶. Como esse autor sugere, a relação da imagem com o texto é complexa nesse tipo de narrativa. Ela pode representar uma cena específica da trama, como ocorre nas gravuras de *O Menino do Gouveia*, *O Marchante* e, em alguma medida, *A Pulga*, ou pode ser apenas uma imagem aleatória, como ocorre em *Na Zona*.... Porém, ainda que a imagem não tenha conexão com o texto, esse elemento não interfere na produção de sentidos da narrativa pornográfica. A imagem importa menos por sua originalidade e mais por pertencer ao gênero⁵³⁷. Dessa forma, a

⁵³⁶ Não faz parte dos objetivos aos quais me proponho aqui investigar detalhadamente essas imagens, embora tenha certeza que elas mereçam. Cabe pontuar, contudo, que dos muitos imperativos que Jean-Marie Goulemot estabeleceu para determinar a “pureza” da narrativa pornográfica, os critérios que ele aponta a respeito das ilustrações são os que podem ser observados de maneira mais sistemática. Exceto pelo fato de que o autor observa não haver penetração, propriamente dita, nas imagens que analisa. Mas isso pode ser uma peculiaridade do conjunto de fontes com o qual ele trabalhou, que, ademais, estão circunscritas no século XVIII.

⁵³⁷ GOULEMOT, Jean-Marie. *Op. Cit.*, p. 167.

funcionalidade da imagem pornográfica, sua contribuição ao texto, não perpassa necessariamente sua coesão.

Novamente, não creio que seja prudente generalizarmos esse pressuposto, mas é interessante observá-lo, sobretudo por que se trata de um dos imperativos apontados por Goulemot que se revelam mais recorrentes. O padrão ao qual está submetida boa parte das representações pictóricas do ato sexual demanda certa disposição dos corpos que os privilegia em relação ao observador externo, ou seja, o leitor. Tanto a cena representada quanto a acomodação dos corpos devem chamar o olhar desse espectador.

Nas imagens que acompanham os *Contos*, tanto quanto as que ilustram *A Cabeça do Carvalho*, é notável por exemplo que ao menos um dos personagens retratados esteja de olhos fixos no parceiro, ou no objeto de seu desejo, no caso do voyeur. Além disso, nessas imagens os corpos são posicionados de forma a valorizá-los diante de um olhar oculto. Eles estão “oferecidos”, nos termos de Goulemot, que chama a atenção para o fato de que algumas dessas poses, se submetidas a uma observação acurada, revelam-se inclusive muito pouco práticas ou até mesmo impraticáveis para o sexo. No entanto isso é eventualmente essencial para que a anatomia sexual seja oferecida ao leitor⁵³⁸.

Nos anos 1910, quando os *Contos* foram publicados, a fotografia se vulgarizava nas folhas diárias – entre elas, o próprio *O Rio Nu* – e se tornava um bem e consumo. De acordo com Nelson Schapochnik, quando se popularizam os cartões-postais no Brasil, entre as últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, eles foram muito rapidamente incorporados pela indústria do prazer. Como aponta esse autor, tais objetos favoreceram a “vulgarização e a contemplação de imagens da intimidade”, operando assim como “um estímulo erótico”⁵³⁹. Jorge Leite Júnior localiza o uso de nus femininos em cartões-postais a partir de 1870⁵⁴⁰.

O fotógrafo brasileiro Guilherme Santos (1871-1966)⁵⁴¹ ao que tudo indica foi um dos entusiastas desse comércio. Em seu acervo consta uma pequena coleção de fotografias

⁵³⁸ Ibidem, p. 169.

⁵³⁹ SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cartões-postais, álbuns de família e ícones de intimidade*. In: NOVAES, Fernando (Org.). **História da vida privada no Brasil 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 433.

⁵⁴⁰ LEITE JÚNIOR, Jorge. *Op. cit.*, p.68.

⁵⁴¹ Agradeço imensamente à amiga Maria Isabela Mendonça dos Santos, cuja pesquisa analisa a trajetória de Santos, pela dica preciosa.

de mulheres nuas (Fig. 15), aparentemente registradas no início do Século XX, na França⁵⁴².



Figura 22: Coleção Guilherme Santos/ Instituto Moreira Sales

São recorrentes, sobretudo a partir dos primeiros anos do século XX, as referências a esse tipo de imagens. Veremos no capítulo seguinte que boa parte das apreensões realizadas – ou planejadas – pelas autoridades policiais consistia em fotografias havidas como pornográficas importadas da Europa.

4.2.3 Modos de falar

Quatro dos seis contos analisados são narrados em primeira pessoa. Essa característica costuma ser apontada como uma marca recorrente das obras havidas como pornográficas, que seriam, além disso, frequentemente confessionais⁵⁴³. Essa é, como se sabe, uma característica do gênero romanescos, muito próximo do qual a pornografia se desenvolveu, confundindo-se muitas vezes, inclusive. De acordo como Goulemot, uma tendência do romance entre os séculos XVIII e XIX era a de dissimular seu caráter ficcional, apresentando-se como a transcrição de algo que realmente aconteceu, numa estratégia de credibilidade. Essa tática seria amplamente utilizada em narrativas

⁵⁴² Parte do acervo, incluindo as ditas fotografias, está disponível da página do Instituto Moreira Sales. Na referência constam apenas o país de origem e a data como “primeira metade do século XX”. Disponível em: <https://ims.com.br/titular-colecao/guilherme-santos/> - consultado em 30/12/2017.

⁵⁴³ MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit.*, p. 19.

pornográficas. São inúmeras as obras literárias dessa natureza que aplicaram o relato em primeira pessoa, apresentando-se como memória ou confissão. Para o autor, essa escolha não resultaria do acaso, mas da “adequação entre uma forma e um projeto”⁵⁴⁴.

Entre os contos narrados em primeira pessoa, *O Menino do Gouveia* é uma confissão, os demais são memórias. Uma primeira demanda que a narrativa em primeira pessoa atenderia nos discursos pornográficos é a da credibilidade. É possível transmitir, dessa forma, a sensação de que a história contada foi realmente vivida. Tomando *O Menino do Gouveia* como exemplo, percebemos que há uma narrativa dentro da narrativa. É Capadócio quem começa a história, relatando a cena imediatamente anterior ao momento em que Bembem toma a voz para transmitir suas lembranças. Capadócio só a retoma no final da narrativa, quando Bembem chega ao momento de sua trajetória em que foi finalmente penetrado pela primeira vez.

As vozes intercaladas, de forma a manter a narração em primeira pessoa, fazem parte das estratégias apontadas por Goulemot como inerentes ao romance pornográfico, assim como a eventual transcrição de diálogos com outros personagens. Desse modo, enquanto Bembem partilhava suas lembranças com Capadócio – que é quem, na verdade, começava por nos relatar a história do menino – ocasionalmente ouvimos também as vozes do tio ou de Gouveia. Além de “acentuar o efeito de realidade”, o método permite que o passado se inscreva no presente de modo que tudo possa ser lido “sob o modo da atualização imediata do presente”⁵⁴⁵.

É interessante notar, a respeito dos *Contos*, que os únicos exemplares nos quais o narrador não é o protagonista são aqueles em que os heróis apresentam as características menos lisonjeiras. Em *O brinquedo*, Guedes é possuidor de um pênis considerado pequeno, além de ter gozado precocemente no primeiro contato sexual com Chiquinha. Ambrósio Minhoca, de *A pulga*, por sua vez, não obstante apresente qualificações inversamente proporcionais às falhas de Guedes, é um homem bruto, animalizado.

Cristiana Pereira sugere que os personagens masculinos dos *Contos* partilham características comuns, que os tornam figuras prescritas da ordem social imposta pela *belle époque*. Para essa autora, “o narrador-conquistador é, antes de mais nada, definido pela sua exclusão social”⁵⁴⁶. Ela aponta que o linguajar explícito de que fazem uso, para

⁵⁴⁴ GOULEMOT, Jean-Marie. *Op. Cit.*, p. 154.

⁵⁴⁵ GOULEMOT, Jean-Marie. *Op. Cit.*, p. 155.

⁵⁴⁶ PEREIRA, Cristiana Schettini. *Op. Cit.*, p. 188.

além de inscrever a narrativa no universo francamente pornográfico, poderia ser também sinalizar “lógicas atribuídas a pessoas que, de alguma forma, se acham socialmente excluídas” seja “por suas opções sexuais ‘exóticas’”, seja “pela instável inserção social e econômica”⁵⁴⁷. No entanto, acredito que mesmo no interior desse universo seja possível detectar marcadores de diferenças, ainda que sutis. Felício, Zé Teso e Capadócio podem não ser elementos integrados à elite ou aos padrões de civilidade mais amplamente difundidos na época, mas no meio do “povo” eram safos, inteligentes, articulados e, o mais importante, amantes habilidosos. O mesmo não se pode dizer de Ambrósio e Guedes.

Quanto ao linguajar utilizado pelos personagens, ele também corrobora o argumento de que os *Contos* se propunham a serem pornográficos, como sugeriu Pereira. À primeira vista, o atributo mais marcante destes livretos é riqueza de detalhes com que descrevem as práticas sexuais e a linguagem inequivocamente explícita com que se dedicam a isso. Sabemos, que esse tipo de licença não é suficiente para que haja consenso em relação ao caráter pornográfico de algo e, além disso, a impressão que causam as palavras depende da sensibilidade do interlocutor. Não há, entretanto, subterfúgios nestas narrativas. Os personagens se referem às práticas, fluídos e órgãos sexuais de maneira bastante direta.

Lembremos que no anúncio que fazia de sua Biblioteca em 1909, O Rio Nu ressaltava que o romance *Esculhambações* se destacava, entre outras coisas, por que no seu enredo as coisas seriam ditas “com todos os *ff* e *rr* tal qual são”⁵⁴⁸. O mesmo poderia ser dito dos *Contos Rápidos*. Ao comentar o retorno do marido de D. Zizi ao lar, por exemplo, o narrador de *A Pulga* nos informa que ele “vinha sempre com uma fome formidável, uma tesão de jumento e dava-lhe fudas sobre fudas, enchendo-lhe o papudo cono de leitadas avantajadas”⁵⁴⁹. Em *Na Zona...* Don Felício descreve os momentos que antecederam a penetração anal em Mathilde nesses termos: “Insalivei o caralho todo e meti-me entre as coxas da mulata que já se havia deitado de bruços. Abri-lhe com toda a delicadeza as nádegas e aponteí a cabeça da porra, que estava em brasa naturalmente pelo cheirinho de cu que sentia”⁵⁵⁰.

⁵⁴⁷ *Idem*.

⁵⁴⁸ *Biblioteca d'O Rio Nu. O Rio Nu*, 27/02/1909, p. 8. Grifos originais.

⁵⁴⁹ D'AMOUR, Lúcio. *Op. Cit.*, p. 4.

⁵⁵⁰ FELÍCIO, Don. *Op. Cit.*, p. 9.

Em todos os *Contos*, a narrativa está repleta de *cus, marzapos, caralhos, piças, picas, conos e bocetas*. Os personagens fodem, cascam, metem, chupam, gozam jatos de esperma, têm as pregas do cu arrebetadas. Para Maingueneau é imperativo que o vocabulário dito pornográfico se aproprie de termos os mais explícitos e socialmente chulos disponíveis no momento histórico. Para esse autor, “bastaria substituir termos como ‘buceta’. ‘cacete’, ‘caralho’, ‘bater punheta’... por termos médicos para que se desvanecesse boa parte dos afetos suscitados pelos textos pornográficos”⁵⁵¹. Isso faria parte do processo de naturalização das práticas ali descritas, segundo o autor. Seria necessário, desse modo, expressar um mundo em que declaração de que se vai “comer um cu”, nesses termos, consista numa sentença tão razoável quanto “vou beber chá”, por exemplo⁵⁵².

Outro elemento importante na narrativa, apontado por Maingueneau, diz respeito ao acesso do leitor aos “afetos eufóricos” de ao menos um dos personagens. Um dos interditos da narrativa pornográfica seria justamente a insatisfação sexual dos envolvidos⁵⁵³. Entre os *Contos*, há um único personagem fisicamente incapaz de gozar, que é o marchante de Claudina, cuja função na narrativa é justamente essa. Ele é o sujeito que soluciona o problema material da heroína, mas por questões fisiológicas, não consegue atingir a euforia sexual plena. O que não significa, contudo, que não desfrute de alguma, uma vez que se submete aos beijos e carícias dela, patrocina-os, inclusive, declara amá-la e sentir-se feliz que ela consiga resolver o problema de sua própria euforia com outro homem.

Também a prostituta francesa contratada por Don Felício em *Na Zona...* estabelece com o narrador, como bem observou Cristiana Pereira, uma relação estritamente comercial. Não é evidenciado na trama qualquer prazer que eventualmente ela tenha obtido com o intercuro sexual. Outros personagens, como Bianca, de *O Cachorro*, ou mesmo Bembem, em *O Menino do Gouveia*, têm sua satisfação submetida a algumas condições: a italiana precisa ser estimulada com sexo oral antes da penetração e o jovem não sente prazer fálico, apenas anal. Todos são, no entanto, envolvidos no júbilo sexual do narrador e atingem o seu próprio, cada um ao seu modo, mas esses são exemplos

⁵⁵¹ MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit.*, p. 84.

⁵⁵² *Ibidem*, p. 85.

⁵⁵³ *Ibidem.*, p. 69.

interessantes dos limites de um dos pressupostos de Goulemot, para quem a aptidão inexorável para o prazer é uma prerrogativa do herói pornográfico⁵⁵⁴.

Uma das funções do narrador, também é operar como uma “consciência focalizadora”. Ele demanda o olhar para a cena, escolhendo onde o leitor vai se concentrar e que práticas vai presenciar com mais ou menos apuro⁵⁵⁵. Assim, quando Bembem bisbilhotou a intimidade conjugal dos tios, descreveu ao leitor os seios rijos da mulher e o enorme pênis do homem, convidando-o a participar do que vivenciava. Do mesmo modo, enquanto a prostituta francesa de Felício subia as escadas, sua posição imediatamente atrás dela permitiu que ele enxergasse sua bunda “gelatinosa”, de modo que o leitor se tornou capaz de alcançá-la também, tanto quanto o movimento que ela fazia subindo as escadas. Desse modo, o leitor testemunha e participa de tudo que é vivido na cena⁵⁵⁶.

Além disso, os personagens galgam etapas de prazer. Dona Zizi, por exemplo, pôs-se a imaginar a anatomia íntima de Ambrósio e presumir os prazeres que poderia lhe proporcionar no momento em que bateu os olhos nele. A indiferença do jovem, entretanto, no lugar de refrear seu desejo, fez com que ele se acentuasse. Assim o leitor pôde acompanhar suas investidas cada vez mais ousadas e desesperadas, que incluíam conferências com o encarregado no interior do próprio quarto, quando se apresentava com “as pernas nuas quase do joelho para baixo”⁵⁵⁷. Até que, não se contendo em si, Dona Zizi decidiu espiar o sono de Ambrósio, segundo ela para “verificar” se sua indiferença não era resultado de alguma anomalia física que o incapacitava para o sexo⁵⁵⁸. O deslumbramento da jovem diante do “monumental caralho” com o qual se deparou foi de tal intensidade que Zizi foi obrigada a correr de volta para o quarto, onde passou a noite em claro, “se punhetando sofregamente”⁵⁵⁹, enquanto arquitetava seu infalível plano.

Percebe-se aí, portanto, que o desejo de Dona Zizi cresceu paulatinamente até atingir as raias do desespero. Por mais que ela se masturbasse, o sexo com Ambrósio tornava-se – para ela e para a trama – uma condição imprescindível para sua satisfação. Conforme vão sendo descritas as atitudes sugestivas da personagem, suas lindas canelas

⁵⁵⁴ GOULEMOT, Jean-Marie. *Op. Cit.*, p. 110.

⁵⁵⁵ MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit.* p. 53.

⁵⁵⁶ *Ibidem*, p. 69.

⁵⁵⁷ D'AMOUR, Lúcio. *Op. Cit.*, p. 6.

⁵⁵⁸ *Idem*.

⁵⁵⁹ *Ibidem*, p. 7.

desnudas, a masturbação frenética, o frenesi causado pela “deslumbrante pica” de Ambrósio, é presumível que também o desejo do próprio leitor acompanhe o ritmo da narrativa, até se tornar também insuportável. Assim, os empecilhos que eventualmente se interponham entre o ser desejante e o desejado, na narrativa pornográfica podem cumprir essa função mais ou menos dramática⁵⁶⁰, a partir da qual o leitor acompanha a crescente tensão sexual do herói ou heroína, até que o imperativo da satisfação plena e espetacular se satisfaça.

4.3 Dimensão social: as histórias e seu tempo

Um dos elementos que tornam os *Contos Rápidos* uma fonte preciosa é o fato de terem sido ambientados no Rio de Janeiro, o que pode ser percebido pelas menções, ainda que corriqueiras, a pontos icônicos da cidade. Nesse sentido, chama a atenção a geografia percorrida ou mencionada pelos personagens dessas histórias. Vemos, por exemplo, espaços que podem ser considerados símbolos das reformas empreendidas durante a primeira década do século XX, em meio ao afã modernizador do ex-prefeito Pereira Passos. Desse modo, em *A Pulga*, quando Dona Zizi quer ficar a sós em casa com Ambrósio Minhoca, envia a cozinheira ao “Mercado Novo”, como era conhecido o Mercado Municipal da Praça XV⁵⁶¹. Em *O Brinquedo*, Guedes leva Chiquinha e sua família para passearem na Avenida Central, hoje nomeada Avenida Rio Branco. Isso contribuiu para que as narrativas tenham ares verossímeis, uma vez que aludem a espaços conhecidos de uma enorme parcela de seus leitores.

Trata-se de mais uma estratégia bastante recorrente em narrativas havidas como pornográficas. Maingueneau aponta, a esse respeito, que uma das possibilidades apresentadas pela leitura pornográfica é a de recriar o mundo cotidiano, no qual o leitor se frustra no seu dia-a-dia, apresentando-os de maneira alternativas⁵⁶².

Já em relação aos personagens, como observou Cristiana Pereira, os estereótipos explorados pelos *Contos* são os mesmos que se viam nas páginas de *O Rio Nu* e demais *jornais alegres* do período: esposas adúlteras, prostitutas, mulheres “fáceis”, homens

⁵⁶⁰ MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit.*, p. 63.

⁵⁶¹ Inaugurado em 1908, após cinco anos de construção, o prédio tinha mais de 20 mil metros quadrados e estrutura de ferro pré-modelada importada da França. Fora concebido para substituir o antigo mercado, que funcionava de maneira improvisada em um casarão que Pereira Passos havia mandado demolir durante as obras de remodelação urbana que orquestrou durante sua gestão.

⁵⁶² MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit.*, p. 58.

“efeminados...”⁵⁶³. Estas figuras são bastante corriqueiras em narrativas dessa natureza, mas é interessante observar que os heróis nos permitem pensar sobre aspectos relacionados à ambiência moral do período. Embora não seja prudente tomarmos suas existências como reais, pode ser uma experiência interessante pensá-los a luz de algumas questões que se faziam presentes na sociedade brasileira dos anos 1910, especialmente a carioca.

Por exemplo, a homossexualidade masculina. Dos seis contos analisados, três a abordam. Este é o mote central de *O menino do Gouveia*, mas o tema está presente de maneira secundária também em *Na zona...* e *O cachorro*. É importante assinalar que *O menino do Gouveia* é constantemente apontado como a mais antiga narrativa de natureza pornográfica a representar o sexo entre homens no Brasil⁵⁶⁴. A forma explícita com que o autor deste conto descreveu as peripécias sexuais dos personagens, a linguagem direta e pouco casta que foi empregada, assim como a ausência de subterfúgios outros, que justificassem científica ou artisticamente o tema abordado, são elementos que inscrevem *O Menino do Gouveia* no universo de coisas, ainda hoje, comumente percebidas como pornográficas. Temos visto, contudo, que esta percepção ao longo do período analisado se revelava mais ampla. Não era necessário esse extremo de detalhamento, tampouco evidências tão inquestionáveis de que a finalidade era exclusivamente recreativa, para que determinadas narrativas fossem percebidas como tal.

Nesse sentido, é importante lembrar que, como vimos no capítulo anterior, na avaliação de alguns críticos o livro *Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha, excedia “tudo quanto se possa imaginar de mais grosseiramente imundo” já em 1895. Por abordar a relação sexual e afetiva entre dois homens, o crítico afirmava se tratar de “um livro ascoroso, porque explora – primeiro a fazê-lo, que eu saiba – um ramo de pornografia até hoje inédito por inabordável, por antinatural, por ignóbil”. Muito embora o argumento pornográfico não tenha sido unânime em relação à obra de Caminha, creio que não possa também ser ignorado. O fato de que certas leituras o tenham compreendido como naturalista não anula o fato de que, quando foi publicado, determinados leitores o tenham percebido como pornográfico.

⁵⁶³ PEREIRA, Cristiana Schettini. *Op. Cit.*, p.187.

⁵⁶⁴ Cf. GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 68.

Um aspecto que chama a atenção nos *Contos* em que há personagens homossexuais é reiteração de certo imaginário social a respeito dos *putos* e *fanchonos*. De acordo com James Green, estas expressões eram utilizadas para indicar a homossexualidade masculina e distinguir o papel que cada um alegadamente desempenhava no intercuro sexual. Desse modo, o termo *puto*, assim como *fresco*, também bastante utilizado na época, apontava para os trejeitos femininos do sujeito, denotando ainda seu papel alegadamente passivo no intercuro sexual. Ainda de acordo com Green, era comum nesse período o estereótipo que associava prostituição e homossexualidade masculina, em especial se esta última fosse identificada a partir de um comportamento considerado efeminado⁵⁶⁵, razão pela qual certos homossexuais estariam classificados como *putos*.

Já o termo *fanchono* era utilizado para designar o homossexual que, ao contrário dos outros, apresentava-se publicamente de maneira considerada “viril” e alegadamente exercia o papel de “ativo” no sexo. É possível perceber, portanto, que as expressões *puto*, *fresco* e *fanchono*, no vocabulário popular do Rio de Janeiro no início do século XX, não apenas denotavam a homossexualidade masculina, como serviam também para estabelecer e distinguir papéis de gênero. Isso se traduz de maneira exemplar nos *Contos*.

Em *O menino do Gouveia*, Capadócio se referia a Bembem como um “puto matriculado”⁵⁶⁶, adjetivo reiterado ao longo da história pelo tio do garoto e por Gouveia, seu primeiro amante. De igual maneira, os atributos femininos de Bembem são exaustivamente ressaltados pelo próprio personagem. Quando Gouveia suga seus mamilos, por exemplo, o jovem tem uma espécie de epifania, afirmando que “a natureza”, com o objetivo provar que ele havia nascido “para tomar na bunda”, contemplou-o com uma “qualidade feminina”: quando estimulados, seus seios se punham “eretos, empinadinhos” como se ele “fosse mulher”. Do mesmo modo Don Felício, narrador de *Na Zona...*, se referiu ao “rapazote de calcinhas justas, paletó mostra bunda e todo rescendendo a um perfume esquisito”, cujo rebolado lhe chamou atenção, como um “puto velho e matriculado”⁵⁶⁷.

⁵⁶⁵ A conexão persistiria até a segunda metade do século XX. GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 63.

⁵⁶⁶ MALUCO, Capadócio. *Op. Cit.*, p. 3.

⁵⁶⁷ FELÍCIO, Don. *Op. Cit.*, p. 7.

Ambos os personagens, portanto, são caracterizados com atributos, trejeitos e físico associados ao comportamento e corpo femininos. De igual maneira, é suposto nos contos que os *putos* desejem exclusivamente *fanchonos*, e vice-versa. Bembem, rememorando sua peregrinação pelas ruas do Rio à procura de um amante, diz ter vagado o dia todo “na doce esperança de encontrar um fanchono em quem minhas formas roliças e afeminadas despertassem o apetite e provocassem uma cantata”⁵⁶⁸.

Ainda de acordo com Green, o comportamento público “ másculo” do *fanchono* garantia a ele certa invisibilidade social⁵⁶⁹. Em *O cachorro* é dado a entender as garantias advindas desse status permitiam aos *fanchonos* inclusive hostilizar os *putos* e *frescos*, com maledicências, por exemplo. Relatando o episódio em que um conhecido assumiu a homossexualidade, Zé Teso afirmou que, embora todos soubessem do seu “vício”, o caso se deu quando “os fanchonos indiscretos o apontaram como puto”⁵⁷⁰. O *fanchono* é uma figura que pertence, portanto, à “subcultura homossexual”, apesar da sua condição de sujeito que penetra sem ser penetrado, tanto quanto seu comportamento público viril, serem elementos capazes de propiciar uma invisibilidade social maior, no sentido de que ele pode ser lido socialmente como heterossexual⁵⁷¹. O risco da exposição por um *fanchono* traiçoeiro é um dos motivos que leva Zé Teso a recomendar o sexo com cães de estimação aos *putos*. De acordo com o autor, embora a prática estivesse mais em voga entre mulheres, fossem elas “putas de alto bordo” ou “moças de família”, havia “certos homens”⁵⁷² entre os entusiastas. A opinião de Zé Teso sobre o assunto era a de que a discríção do animal poderia ser um elemento vantajoso a ser considerado nesse caso:

Isso, afinal, é questão de gosto: levar pelo cu a dentro um lustroso pau de lacre de um inconsciente Terra Nova, ou o caralho mais ou menos grosso de outro homem – com isso ninguém tem que ver. Além disso, ser enrabado por um cão, este nunca apontará na rua o puto, dizendo:

- Aquele sujeito toma no cu!

A não ser que algum indiscreto veja o *ato*, o indivíduo enrabado por um cachorro pode alegar sempre (desde que não seja preciso provar) que tem as pregas intactas e o cu virgem de pica.⁵⁷³

⁵⁶⁸ MALUCO, Capadócio. *Op. Cit.*, p. 9.

⁵⁶⁹ GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 61.

⁵⁷⁰ TESO, Zé. *Op. Cit.*, p. 5.

⁵⁷¹ GREEN, James. *Op. Cit.*, p.71.

⁵⁷² *Ibidem*, p.3;5.

⁵⁷³ *Ibidem*, p. 5, 6.

É importante destacar, contudo que o termo *fanchono* remetia ao sujeito que supostamente performava masculinidade e podia ser lido socialmente como heterossexual, mas “sua opção como objeto sexual é alguém que, embora feminilizado e jovem, não é uma mulher”⁵⁷⁴. O fanchono se distingue, portanto do sujeito identificado como heterossexual que eventualmente, por indisponibilidade de mulheres cisgênero, satisfazia-se com outros homens. Esse parece ser o caso de Don Felício, protagonista de *Na zona....* Sua epopeia já se inicia com uma punheta sendo executada por um rapazinho, seu colega de trabalho, aventura que resulta na sua demissão:

Por causa duma merda, uma coisa sem importância que até custa a acreditar, o casca do meu patrão fez-me contas, deu-me os 38\$500 que eu tinha a haver e pôs-me no olho da rua.

E tudo isso porque? Simplesmente porque me encontrou atrás de da máquina grande comendo o Bacalhau numa gostosa punheta.

Ainda hoje eu pergunto que diabo tinha o patrão com a minha pica, que tanto o tivesse danado ver o rapazinho tocar-me a bronha.

Seja lá como for, o caso é que me vi desempregado, com uns magros cobres no bolso e uma formidável tesão recolhida porque o raio do patrão fora um empata-punhetas e não deixara o rapaz ir até ao fim.

Saí furioso e depois de andar várias ruas sempre com a ideia de foder e com a porra a meio pau, fui dar com o costado na zona das marrequinhas.⁵⁷⁵

Vejam os que o personagem não se sentiu envergonhado pelo flagra, mas indignado com a reação do patrão, que além de inconveniente, julga exagerada. Mais tarde no Passeio Público, quando outro rapazinho atravessa seu caminho, ele fica novamente excitado. Mas embora tenha se sentido motivado pelo caminhar reboativo do jovem, cujo corte do casaco deixava em evidência a bunda, a satisfação do seu desejo só seria possível naquele momento na companhia de uma mulher:

A minha porra deu um salto e eu acompanhei-o com uma palmada na testa.

- Eureka! A única coisa que me podia abrandar a tesão era um rabo!

⁵⁷⁴ *Idem.*

⁵⁷⁵ FELÍCIO, Don. *Op. Cit.*, p. 3,4.

Um rabo não de um puto velho e matriculado, mas sim um cu de mulher que me fizesse esquecer a bunda gelatinosa da francesa chupadeira.⁵⁷⁶

É interessante perceber, nesse sentido, que Felício não se furtava a desfrutar da companhia de rapazes, poderia inclusive sentir-se eventualmente inspirado por eles, mas sua preferência incidia sobre mulheres.

Aos *putos*, *fanchonos* e *flexíveis*, opunham-se os homens exclusivamente heterossexuais. Contrariando a premissa de Jean-Marie Goulemot, para quem a narrativa pornográfica exige necessariamente a entrega dos personagens a todo prazer possível⁵⁷⁷, os *Contos* apresentam personagens resistentes. É o caso do tio de Bembem, por exemplo.

O estafermo de meu tio, entretanto, não era homem para compreender esses mistérios do amor. Não sabia o mundo de gozos que há numa bunda masculina quando ainda tem a prega mestra.
Pegou-me pela orelha, escancarou a porta, e, pespegando-me um valente pontapé no cu, gritou:
- Safa! Que puto me saiu o rapaz!⁵⁷⁸

Felício, portanto, não se mostrava tão resistente à ideia como o tio de Bembem, mas também não se revelava um fanchono, cujo interesse se dirigiria de maneira específica a outros homens, mais jovens que ele.

Outro aspecto importante dessas histórias, diz respeito a certa geografia do prazer carioca. Já foi dito que em quase todos os *Contos*, algum ponto da cidade do Rio de Janeiro é mencionado, ainda que não tenha importância para a trama em si. Mas há também histórias nas quais a geografia da cidade desempenha um papel importante. Em *O menino do Gouveia*, Bembem finalmente encontra seu parceiro no Largo do Rocio. O Largo, nome popular da Praça Tiradentes, era um dos locais da cidade associados às práticas homossexuais masculinas⁵⁷⁹. Na região encontravam-se os terminais dos bondes que ligavam o centro à zona norte, uma enorme quantidade de teatros, cafés-concerto, cinematógrafos, bares e cabarés, além de bordéis e pensões, onde atendiam as

⁵⁷⁶ *Ibidem.*, p. 7

⁵⁷⁷ GOULEMOT, Jean-Marie. *Op. Cit.*, p. 103.

⁵⁷⁸ MALUCO, Capadócio. *Op. Cit.*, p. 8.

⁵⁷⁹ Antiga Praça da Constituição, havia sido rebatizada como Praça Tiradentes logo após a proclamação da República. No dia a dia da cidade, contudo, continuou sendo Largo do Rossio. GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 59.

prostitutas⁵⁸⁰. Na trama, Bembem chegou ao Largo do Rocio após intensa peregrinação pelos banheiros públicos da cidade, locais também visitados por homens que pretendiam um encontro sexual fortuito com outros homens. Na obra são mapeadas, portanto, “a territorialidade e as opções sociosexuais disponíveis para a maioria dos putos, frescos e fanchonos no Rio de Janeiro da virada do século”⁵⁸¹.

Em meio a esse ambiente de intensa atividade boêmia e sexual, ocorriam também encontros entre homens, o que era facilitado, de acordo com James Green, pela disposição de bancos e arbustos que compunham o Largo⁵⁸². É famosa a descrição que o poeta Luiz Edmundo fez dos rapazes que frequentavam o lugar no limiar do século XX: “Depois de oito horas da noite, moços de ares feminis, que falam em falsete, mordem lencinhos de cambraia, e põem olhos acarneirados na figura varonil e guapa do Senhor D. Pedro I, em estátua”⁵⁸³

Outras figuras bastante presentes no cenário da *belle époque* carioca, que também aparecem nos *Contos* são as prostitutas. Em *Na Zona...*, Don Felício faz uma breve peregrinação pelas zonas de meretrício da cidade. A primeira prostituta que ele contrata é uma francesa, que encontra na “zona das marrequinhas”. A Rua das Marrecas, localizada no centro do Rio de Janeiro, muito próxima ao Largo do Rocio, era um conhecido ponto de prostituição. Em 1911 a coluna *Rio à Noite*, publicada em *O Rio Nu*, explicava a origem das “marrequinhas”, nome pelo qual eram designadas as prostitutas que lá atuavam. Dizia-se que após a polícia expulsar da Senador Dantas o “madamismo alegre”, impelindo a atividade para as ruas das Marrecas, Joaquim Silva e adjacências da Lapa, “esse pessoal, que tomou o nome genérico de *marrequinhas*”, passara a fazer a “ronda da luxúria” pelas bandas da Avenida Central⁵⁸⁴.

A origem francesa da mulher é atestada ao leitor pelo sotaque:

Quase ao chegar ao meio da rua, ouvi uns psius e estas palavras:
- Mossiú, venhe cá, entre.⁵⁸⁵

⁵⁸⁰ GREEN, James. *Op. Cit.*, p. 59-60.

⁵⁸¹ EDMUNDO, Luiz. *Op. Cit.*, p. 89.

⁵⁸² GREEN, James. *Op. Cit.* p. 56 e 61.

⁵⁸³ O trecho é citado por Green. *Ibidem.*, p. 61.

⁵⁸⁴ NOTÍVAGO. *Rio à Noite. O Rio Nu*, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1911, p. 2.

⁵⁸⁵ MALUCO, Capadócio. *Op. Cit.*, p. 3.

A presença de prostitutas estrangeiras no Brasil, entre os séculos XIX e XX, foi tema de inúmeros trabalhos historiográficos. A “prostituição pública” era então praticada por três grupos de mulheres: as francesas, polacas e brasileiras. Integrava o primeiro grupo não necessariamente francesas, de maneira exclusiva, mas mulheres brancas oriundas da Europa “ocidental”, frequentemente, ou mulheres esteticamente próximas a esse modelo. As polacas eram majoritariamente mulheres brancas do leste europeu e judias, enquanto o grupo das brasileiras era composto por nacionais, sobretudo negras e mulatas, de origem pobre. Dessa forma, sabemos que o fato de Felício ter sido atendido por uma francesa não seria excepcional.

Como havia se interessado pela “bunda gelatinosa” da francesa, Felício tentou negociar com ela:

No quarto, enquanto nos despíamos, dei-lhe uns apertões, dizendo:

- Ô madame, vamos ver isso?
- Non, mossiú. Eu non tome ne bunda.
- Então que faz você ?
- No antiga, mossiú.
- Pois não serve, madame. Vou-me embora.
- Tem também especialidade, mossiú.
- Qual é?
- Bouchet! Mim chupe muito bene.
- Bom! Vá lá, vamos a essa clarinetada.⁵⁸⁶

O estereótipo da francesa especialista em sexo oral era bem arraigado no imaginário popular, embora nos depoimentos colhidos por Paulo Sérgio do Carmo para o livro *Entre a luxúria e o pudor: história do sexo no Brasil*, a prática seja apontada mais como uma recusa das prostitutas brasileiras do que exatamente um distintivo francês em si⁵⁸⁷. O exotismo atribuído à sexualidade das estrangeiras foi visto também em *O Cachorro*. Zé Teso disserta nessa história sobre uma prática que, segundo ele, se tornava comum no Rio de Janeiro: mulheres que adestravam seus cães de estimação para que fizessem sexo oral nelas. O autor pondera, então, que o hábito seria especialmente apreciado pelas “fêmeas francesas”. Segundo ele seria de conhecimento público que as mulheres nascidas na França apreciavam unicamente “minetes” e por isso treinavam os

⁵⁸⁶ *Ibidem*, p. 4.

⁵⁸⁷ CARMO, Paulo Sérgio. *Op. Cit.*, 206-297.

ções para “chupar a crica”⁵⁸⁸. Vejamos, portanto, que o imaginário em torno dos hábitos sexuais das mulheres francesas, muito disseminado pela prostituição estrangeira no país, inspirou diversas experimentações no repertório pornografia.

No entanto a francesa de Felício não corresponde ao ideal de prostituta francesa mais amplamente difundido no imaginário da época. Pereira chama a atenção, por exemplo, para o fato de que, embora a “marrequinha” tenha impressionado Felício com sua habilidade, ela é quase mecânica. Trata-se de uma performance técnica, por mais bem-sucedida que seja, e é interrompida bruscamente para que fosse negociado o valor. Predomina, como aponta Pereira, “uma relação sem nenhum encanto” e “distante de qualquer refinamento”⁵⁸⁹.

Outros elementos compõem o diagnóstico de que a francesa de Felício, ainda que fosse originária da França, não compunha a categoria de prostitutas genericamente designadas como “francesas” no Rio de Janeiro da *belle époque*. A zona das marrequinhas, onde ela atendia, não constituía um endereço exatamente nobre do circuito do prazer carioca. De maneira semelhante, os valores informados por ela a Felício – 5\$ para cuspir e 10\$ para engolir⁵⁹⁰ – localizam seus serviços em um meio termo. De acordo com Pereira, as prostitutas mais acessíveis cobravam entre 2\$ e 3\$, enquanto as “francesas” de alto bordo não atuavam por menos de 20\$⁵⁹¹.

Quanto a Bianca, a protagonista de *O cachorro*, muito embora fosse italiana, seguramente pertencia ao patamar hierárquico das “francesas”. Pelo próprio Zé Teso, narrador dessa história, somos informados do alto preço dos seus serviços, mas além disso ela poderia ser encontrada na Praia do Russell, na Glória, uma das regiões que abrigavam algumas das mais glamourosas “pensões de artistas”⁵⁹², da *belle époque* carioca. Também a noite com Bianca, que incluiu um jantar e um passeio de automóvel, por exemplo, parece ter sido um divertimento comum na época, para as prostitutas de alta classe.

Na história de Bianca, contudo, está presente certo imaginário que associa prostituição e doença. A jovem explicou a Zé Teso em algum momento que seu apeço pelo dinheiro era, antes de tudo, precaução. Compreendia que na condição de prostituta

⁵⁸⁸ TESO, Zé. *Op. Cit.*, p. 3.

⁵⁸⁹ PEREIRA, Cristiana Schettini. *Op. Cit.* p.190.

⁵⁹⁰ TESO, Zé. *Op. Cit.*, p. 6.

⁵⁹¹ *Idem.*

⁵⁹² Nome pelo qual as “casas de foda” mencionadas pelo autor eram também conhecidas.

era necessário que garantisse seu futuro, pois a profissão não permitia muitos anos de atividade. A reflexão de Bianca, entretanto, não perpassava questões relacionadas ao culto à juventude ou à beleza, premissas comumente associadas ao ofício. Sua preocupação era com a saúde, que ela presumia estar fatalmente condenada graças à sua atividade como prostituta.

Outra personagem carregada de estereótipos é Mathilde, a prostituta brasileira e mulata de *Na Zona...*. Quanto ao seu lugar social, ele é demarcado por dois elementos bastante nítidos na narrativa, a começar pelo endereço em que ela atua, na Rua Gomes Freire. Contrariamente à Bianca, que trabalhava em uma das áreas nobres do circuito do prazer, Mathilde foi encontrada em uma rua conhecida pelas pensões baratas, nas quais atendiam “brasileiras” e “polacas”⁵⁹³. Além disso, enquanto as falas da francesa destacavam seu sotaque estrangeiro, as de Mathilde, cheias de erros gramaticais e vícios de linguagem, sinalizavam sua baixa instrução. Quando recriminada por Felício, que julgara erroneamente que ela planejava chupá-lo, por exemplo, a reação de Mathilde foi reproduzida pelo autor literalmente: “Também eu não sou da estranja para chupá pica de home. Era o que fartava! Beije a tua porra porque gostei da bicha. Vamo cascá”⁵⁹⁴. É interessante ressaltar, nessa passagem, o quanto a transcrição da fala de Mathilde ressalta sua posição social subalterna, uma vez que sua inaptidão com a gramática é reforçada.

Tais questões, no entanto, encontram eco nos registros da época. Seria natural, naquela conjuntura, que uma prostituta brasileira e mulata pertencesse às camadas populares e tivesse baixa ou nenhuma escolaridade, numa sociedade extremamente marcada pelo preconceito racial, recém-saída da escravidão e na qual, além disso, o darwinismo social inspirava políticas e práticas de branqueamento da população, justificando cientificamente o extremo racismo. Natália Peçanha, analisando o papel pedagógico de *O Rio Nu* na confirmação de valores viris próprios do começo do século XX no Brasil, chamou a atenção para a forma notadamente pejorativa com quem homens e mulheres negros eram representados nas páginas desse jornal. Mesmo a figura da criada, um clichê bastante explorado pelas narrativas de natureza sexual, era representada de acordo com o padrão de branquitude europeu, ainda que, como aponta essa autora, no

⁵⁹³ A respeito da geografia do meretrício carioca no período, Cf. Luiz Carlos Soares (1992) e Lená Medeiros de Menezes (1992).

⁵⁹⁴ FELÍCIO, Don. *Op. Cit.*, p. 9.

início do século a quantidade de empregados domésticos brancos não chegasse à metade do número de negros, mulatos e caboclos⁵⁹⁵.

No Brasil, os tabus relacionados à sexualidade das pessoas negras remontam ao período colonial, mas foram intensificados ao longo do século XIX⁵⁹⁶. Nesse contexto, marcado pelo afã de modernidade inspirada nos moldes europeus e pelos discursos médicos higienistas que condenavam a miscigenação, marca indelével de nossa sociedade, como seu pior mal, a hierarquia dos desejos celebrava a mulher branca, jovem e magra. De forma ainda mais obstinada, condenava veementemente o seu avesso: a mulher negra “feia” e “maltratada”⁵⁹⁷.

A perspectiva interseccional, que desde o final dos anos 1980 vem se afirmando como uma alternativa crítica às formulações tradicionais de gênero, se apresenta como uma ferramenta teórico-metodológica extremamente importante nesse sentido. Essa interpretação propõem a análise articulada e relacionada de múltiplas diferenças, tais como raça, cor, classe e sexo. De acordo com tal perspectiva, essas categorias se relacionam de forma íntima, recíproca e muitas vezes contraditória, e apreciá-las de maneira articulada – e não sobreposta – nos permite um vislumbre mais amplo e complexo das relações entre os sujeitos, suas agências e estratégias de poder. Nesse sentido, por mais irreal que fosse a imagem de uma jovem branca, com traços europeus, na condição de serviçal, era esse o desejo legitimado, permitido e aplaudido em uma sociedade profundamente tensionada pelo peso das tradições e o desejo de modernidade. Definia-se o belo e o saudável nesses termos e o desejo sexual era assim modelado e reproduzido.

Na interpretação de Pereira, Mathilde teria supero a francesa em encantos, Felício ateria elevado em relação à estrangeira branca⁵⁹⁸, que ele descreve como uma mulher “alta loura, bem pintadinha, cheiazinha de corpo sem, entretanto, ser gorda, peitos regularmente duros ainda, e tinha uma linda pele claro-rósea”⁵⁹⁹. Vejamos que são

⁵⁹⁵ PEÇANHA, Natália. *Uma pedagogia para homens: O Rio Nu e sua função disciplinadora do homem civilizado*. In: **XV Encontro Regional de História Ofício do Historiador: Ensino & Pesquisa**, 2012, Rio de Janeiro. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RJ, 2012, p.6-7.

⁵⁹⁶ CARMO, Paulo Sérgio. *Entre a luxúria e o pudor: história do sexo no Brasil*. São Paulo: Octavo: 2011, 165.

⁵⁹⁷ PEÇANHA, Natália. *Op. Cit.*, p. 6-7.

⁵⁹⁸ PEREIRA, Cristiana Schettini. *Op. Cit.*, 191.

⁵⁹⁹ FELÍCIO, Don. *Op. Cit.*, p. 4.

ressaltadas as características que reafirmam sua branquitude. Quando à sua bunda, cuja lembrança perseguiria Felício por boa parte do conto, ele afirma que:

Enquanto caminhávamos para o quarto, reparei que ela possuía uma esplêndida bunda, de sofríveis dimensões, bem talhada e sobretudo gelatinosa.

E eu disse com os botões das ceroulas: “Sim, senhor! Bom cu, excelente enrabação!”.⁶⁰⁰

Já Mathilde, foi inicialmente descrita como “um mulatão correto e apetitoso, todo dengosa, de olhar lânguido e voz harmoniosa”. Uma vez nus no quarto, Felício teve a oportunidade de avaliar melhor seus méritos:

Era um tipo bonita de mestiça nacional; os seios pequenos e bastante rijos não pareciam ser de puta; tinha as coxas grossas e com as pernas bem tornadas; a boca, de lábios carnudos e sensuais, era naturalmente vermelha e pequena; o ventre arredondado encimava a pentelheira basta e negra donde emergia o cono papudo e certamente quente. Quanto à bunda, só lhes posso dizer que era um cuzão de três assobios.⁶⁰¹

Trata-se de uma descrição mais entusiasmada e detalhada, seguramente, mas acredito que tenha sido a própria Mathilde a se distinguir positivamente em relação às “estranjas” quando declarou não se dignar a “chupá pica de home”, como supostamente elas faziam⁶⁰². Mais tarde, Mathilde viria a mudar de ideia, dedicando-se a um “69” com o parceiro.

Outros estereótipos foram explorados nessa história. Quando Felício se dirige à Gomes Freire, está obstinado a praticar sexo anal motivado pela certeza – que ele exprime ao leitor – de que nesse quesito não havia profissional do sexo que se equiparasse à nacional⁶⁰³. Algumas fontes da época, no entanto, revelam que essa prática era comumente rechaçada pelas brasileiras, tanto quanto o sexo oral, que Mathilde à princípio efetivamente recusa⁶⁰⁴. Gilberto Freyre, no que provavelmente é dos textos mais

⁶⁰⁰ *Idem*.

⁶⁰¹ *Ibidem*, p. 9.

⁶⁰² *Ibidem*, p. 8.

⁶⁰³ *Ibidem*, p. 7.

⁶⁰⁴ CARMO, Paulo Sérgio do. *Op. Cit.*, p. 207.

exemplares da intersecção de preconceitos de gênero e cor em reflexões pretensamente acadêmicas, afirmou que “por algum tempo foi a bunda o chamariz, da parte das mulheres da vida, do tipo chamado polaco”. Segundo ele, essas mulheres “anunciavam deixarem-se enrabar ou a praticar sexo oral”. O autor assinala ainda “ter havido não pouca repulsa da parte de mulatas mais castiçamente brasileiras, a homens que lhes propuseram facilitar-lhes tais substitutos de coitos convencionais. Que fossem se acanalhar com as polacas!”⁶⁰⁵.

Mas a história de Mathilde pertence ao reino das fantasias pornográficas, de forma que transferir esse alegado desejo para um cenário fictício em que ele é satisfeito com tamanha eficácia pode ter sido um recurso fantástico interessante à época, se considerarmos os relatos que apresentam essa tensão, entre vontade masculina e resistência das mulheres. Como aponta Maingueneau, uma das características comumente observadas em narrativas dessa natureza é que ela encena relações que presumivelmente não seriam possíveis no mundo cotidiano: aquele onde o leitor se frustra⁶⁰⁶.

O personagem de Ambrósio Minhoca, por sua vez, reforça alguns dos estereótipos atribuídos ao longo desse período aos homens negros, muitos dos quais ainda persistem nos dias de hoje e são frequentemente explorados pelo imaginário pornográfico, a começar pelas dimensões de seu pênis. No início da história, ele é descrito como “alto como um varapau, musculoso e forte como um touro”, com “as faces vermelhas, beiços grossos e um formidável nariz”, características que o tornavam “prometedor de um picão desses que alcançam, consolam e atocham qualquer mulher por mais puta que seja”⁶⁰⁷. Nas cenas finais, entretanto, enquanto orienta Ambrósio no sexo anal, Dona Zizi se refere a ele como “meu *negro*”⁶⁰⁸.

Com exceção do pênis, suas demais características físicas não foram reiteradas na trama:

Quando a cálida mulher do capitão entreabriu a porta e olhou para o interior do aposento teve um deslumbramento.

⁶⁰⁵ FREIRE, Gilberto. *Uma paixão nacional*. Playboy nº.113, de dezembro/1984, p. 108.

⁶⁰⁶ MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit.*, p. 59 ;60 ;62.

⁶⁰⁷ D’AMOUR, Lucio. *Op. Cit.*, p.3.

⁶⁰⁸ *Ibidem.*, p. 15. Grifos meus.

Inteiramente nu, a dormir sobre um velho colchão, de papo para o ar, o Ambrósio sonhava naquele momento um sonho de prazer sensual. Da basta e negra pentelhada emergia um monumental caralho, grosso como o de um touro, rijo como um ferro, vermelho, encimado por uma enorme cabeça, arroxeadada pela tesão que o tomava então.

(...)

Encostou-se, pois, ao portal e ficou a olhar os estremeções, que, mesmo dormindo, agitavam o corpo jovem e robusto do tabaréu, até que num movimento convulsivo do orifício daquele picão saltou um forte jato de esperma.⁶⁰⁹

A potência da sexualidade de Ambrósio é, em diversas ocasiões, comparada a de um animal. Quando ele finalmente a penetra, o faz “semelhante ao touro que se solta sobre a novilha”, pois “de uma só investida fez sumir a enormíssima porra no cono da moça, que soltou um grito de dor”⁶¹⁰. Mas, além disso, Ambrósio era “burro” e “tímido”. Lembremos que a despeito de Dona Zizi ter acertadamente previsto que o físico do rapaz era “prometedor de um picão”, sua alegada indigência intelectual, aliada ao acanhamento, fizeram toda a diferença na escolha da jovem: “ele era acanhado como uma donzela e burro como uma besta”⁶¹¹.

Outro estereótipo reforçado pela trama pode ser visto em *O Marchante*. Temos nessa história a personagem Claudina, por quem Homem de Ferro se atrai sem maiores expectativas a princípio, mas acaba se apaixonando. A jovem é uma corista, que o narrador conhece em um espetáculo no teatro São José. Homem de Ferro fornece ao leitor sua opinião sobre as atrizes e coristas logo nos primeiros parágrafos de sua história:

Uma rapariga de teatro, sendo livre, não se recusa nunca a ir ceiar com um homem que a convide – quer moço e galante, quer velho e baboso; - e, como todas as mulheres de teatro, da mesma forma livres, não se esquiva tão pouco ao convite para uma noite de amor, seja por dinheiro, por amor ou, simplesmente, por simpatia.

Quase sempre essas mulheres fodem única e exclusivamente por dinheiro – são roxas por *arame* as desgraçadas!⁶¹²

⁶⁰⁹ *Ibidem*, p. 6 e 7.

⁶¹⁰ *Ibidem*, p. 13.

⁶¹¹ *Ibidem*, p. 3.

⁶¹² FERRO, Homem de. *Op. Cit.*, p.3.

No desenrolar da trama, estando os dois desassistidos financeiramente, Claudina vê necessidade de encontrar um homem que a sustente, um marchante. Não obstante o sujeito em questão seja impotente, o acordo entre os dois envolve favores sexuais. Claudina não exerce a prostituição pública “tradicional”, como é o caso das personagens de *Na Zona...* e *O Cachorro* que, como veremos, se disponibilizam de maneira contínua aos clientes. Ela negocia favores sexuais com um homem em específico, em troca de proteção econômica.

4.4 O Imaginário pornográfico

Os *Contos* apresentam assim uma boa oportunidade para pensarmos certo imaginário pornográfico. Já foi dito que nem todos os personagens dessas histórias apresentam a predisposição sexual que Goulemot observa na literatura pornográfica da França pré-revolucionária. Em contrapartida, há algumas histórias nas quais chama a atenção a ideia de que essa predisposição seria uma espécie de predestinação, de dom. Em *O Menino do Gouveia* isso fica especialmente evidente. O jovem começa a contar sua trajetória anunciando, a respeito do seu interesse por homens, que:

Eu tomo dentro por vocação; nasci para isso como outros nascem para músicos, militares, portas ou até políticos. Parece que quando me estavam fazendo, minha mãe, no momento da estocada final, peidou-se, de modo que teve todos os gostos no cu e eu herdei também o fato de sentir todos os meus prazeres na bunda.⁶¹³

Desse modo, logo na primeira experiência sexual Bembem dá mostras de uma aptidão natural. Adiante, quando estava com Gouveia, foi “instintivamente” que Bembem meteu a mão no interior das ceroulas do amante. Além disso, ao ter os mamilos sugados pelo parceiro e reparando que as carícias os deixavam “eretos”, “empinadinhos”, tal como seriam os de uma mulher, na sua percepção, Bembem sentiu que o fenômeno confirmava a sua predestinação. O jovem constatou que “a natureza”, provando que ele havia nascido “para tomar na bunda”, havia dotado seus seios de uma “qualidade feminina”⁶¹⁴.

⁶¹³ MALUCO, Capadócio. *Op. Cit.*, p. 3.

⁶¹⁴ *Ibidem.*, p. 10.

A ideia de que Bembem seria um predestinado é compartilhada por seus parceiros. Gouveia, por exemplo, o elogiava dizendo: “Que vocação! Este foi feito para isso!”⁶¹⁵. O próprio despertar de sua sexualidade foi descrito como um fenômeno involuntário e incognoscível. Com cerca de treze anos, enquanto outros meninos desejavam mais do que tudo ver uma mulher nua, Bembem espreitava os criados e o tio na esperança de vê-los urinando para contemplar “o espetáculo de um caralho de homem”. Mas o menino não compreendia a razão de sua curiosidade: “Não sei por que era, eu sentia uma atração enorme para o instrumento de meus prazeres futuros”.

Além disso, algumas histórias nos revelam certos temas que, por mais curiosos que possam parecer ao leitor contemporâneo, pelo que pude apurar, faziam parte do repertório pornográfico da época. Um aspecto singular da história de D. Zizi e Ambrósio, por exemplo, consiste no expediente derradeiro empregado pela jovem senhora: para conseguir ficar nua diante de um Ambrósio também nu, ela fingiu estar sendo atormentada por uma pulga e solicitou seu auxílio para caçá-la. Evidentemente, não podemos tomar esse artifício como corriqueiro, apenas por que ele consta numa história pornográfica que, além disso, tem um viés cômico. No entanto, é curioso notar que as pulgas não parecem ter sido personagens extraordinários nas narrativas pornográficas brasileiras daquele período.

Em 1911 foi publicada em *O Rio Nu* uma história bastante parecida, sob o sugestivo título *Um Velho Ardil*. Nela, a personagem Lizinha recebia com muito entusiasmo um hóspede de seu esposo que, tal como Ambrósio, foi descrito como um jovem do interior, com ares de desligado. Negligenciada pelo marido, que passava as noites a jogar poker no clube, Lizinha tentou seduzir o rapaz, mas foi igualmente confrontada com o fato de que “o hóspede não se resolvia a lhe *faltar com o respeito*”. Lizinha então “lançou mão de um *truc* muito conhecido”⁶¹⁶, que consistia em solicitar ajuda para ciscar uma pulga.

Mesmo caças despreziosas e a princípio solitárias apimentaram algumas narrativas do período. Em *O Menino do Gouveia*, quando Bembem se pôs a espiar a intimidade dos parentes, a tia “em mangas de camisa” dava início a “uma temível caçada a algumas pulgas teimosas”. O jovem chegou mesmo a considerar que, caso “gostasse de

⁶¹⁵ *Ibidem.*, p. 12.

⁶¹⁶ DANILO. *Um velho ardil*. **O Rio Nu**. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1911, p. 7. Grifos originais.

mulher”, teria se “deliciado” vendo “os seios da moça, que eram alvíssimos, de bicos vermelhos, redondos e rijos como se ela ainda fosse cabaçuda” e tal visão era proporcionada pelos “movimentos bruscos da caçada”⁶¹⁷.

O espetáculo proporcionado por uma perseguição obstinada às pulgas foi também capa de uma edição de *O Rio Nu*, publicada em julho de 1911 (Fig. 23). Nela, o poema *Pulga Feliz...* acompanhava a fotografia de uma mulher nua que, apoiada em um móvel, segurava com a mão livre uma das nádegas, parecendo observar o próprio corpo. O texto nos informava que a pose inusitada da mulher se devia ao fato dela estar “a cata de uma pulga” que após picá-la “muito ladina”, havia se escondido “prontamente”. A vítima teria sido, portanto, obrigada a se posicionar daquela forma para encontrar “mais facilmente” a ardilosa pulga e esmaga-la “entre os dedos”. Por fim o autor do poema lamentava o destino fatídico do pequeno inseto, ao mesmo tempo em que suspirava sua sorte: “Ser a pulga, ai, quem me dera/ Só para dar-lhe uma picada!...”⁶¹⁸.

⁶¹⁷ MALUCO, Capadócio. *Op. Cit.*, p. 5.

⁶¹⁸ 12 de julho de 1911, capa.

ANNO XIV RIO DE JANEIRO, 12 DE JULHO DE 1911  NUM. 1.354

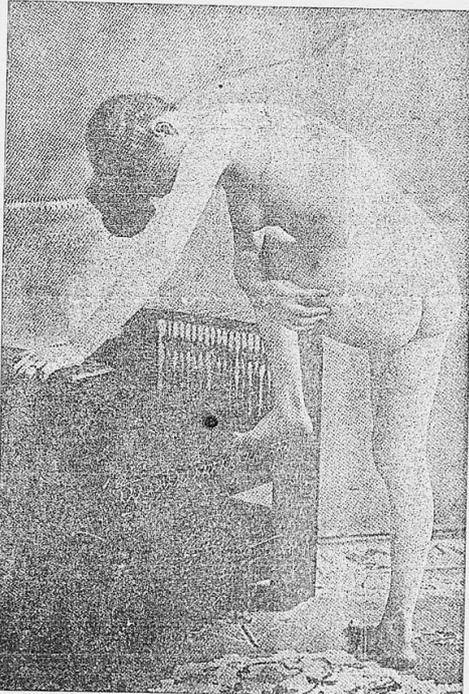
O Rio Nu
 Periodico humoristico
 Illustrado bi-semanal

Redação e escriptorio
 53—RUA DA CARIOCA—53
 Telephone 3.515

Boro Boracica
 Pomada milagrosa para darthros
 eczemas, empingens, etc.

Ternos sob medida, de casemira ou chevios, preto, azul ou cores modernas, na
 Alfabetaria Cruzeiro, Rua Luiz de Camões, 36.

50\$000



(Da revista franceza *L'Etude Anatomique*)

PULGA FELIZ...

Por certo o leitor não julga
 Nem calcula que a *menina*
 Steja a cata de uma pulga
 Que a picou muito ladina...

Promptamente se escondendo
 Depois de a diva picar...
 E, p'lo modo que estão vendo,
 A obrigou a assim ficar

Para, então, mais facilmente
 Poder de prompto enconral-a,
 E entre os dedos promptamente
 Sem dó nenhum esmagal-a.

Mão grado a sorte que a espera
 De ser ali liquidada,
 Ser a pulga, ai, quem me dera!
 Só p'ra dar-lhe uma picada!...

TOSTINHA.

Chamamos a atenção dos leitores para o nosso Concurso das Zonas. Coupon na 2ª pagina.

Elixir de Nogueira
 Do pharmaceutico e chimico **João da Silva Silveira**
 (PELOTAS—RIO GRANDE DO SUL)
 Grande depurativo do sangue. **Unico que cura a Syphilis.**
 Casa Matriz—Pelotas, Rio Grande do Sul. Caixa, 66.—Casa Filial e Deposito Geral: RUA CONSELHEIRO SARAIWA, 14 E 16.—Caixa, 148—Rio de Janeiro
 VENDE-SE EM TODAS AS FARMACIAS E DROGARIAS

Figura 23: *O Rio Nu*, 02/07/1911

A inveja do inseto pode ser atribuída justamente à liberdade que um bichinho de proporções tão reduzidas tem para percorrer os recônditos mais profundos da anatomia humana. É também de *O Rio Nu* duas charges intituladas *Caçada Noturna*. Na primeira, publicada em 1907, vemos também uma jovem às voltas com uma pulga sorrateira que, após lhe picar os seios e o umbigo, havia descido um pouco mais (Fig. 24).



Figura 24: *Caçada Noturna* - *O Rio Nu*, 02/03/1907, p. 3

Na segunda charge, vemos um casal de costas um para o outro, ambos aparentando estarem em processo de vestir ou tirar as roupas (Fig. 25). A mulher se queixava de ter apanhado uma pulga e convidava o parceiro a adivinhar onde o bicho a estava “chupando”, ao que ele respondeu aconselhando-a a matar a “malvada”. A vítima, contudo, mostrava-se resistente, acusando o parceiro de estar com ciúmes, uma vez que era ele quem costumava chupá-la naquele lugar.



Figura 25: *Caçada Noturna (2)* - *O Rio Nu*, 15/01/1910, p. 5

É possível perceber, portanto, que o estratagema de Dona Zizi não parece tão singular nesse tipo de narrativa. Fosse um “ardil” para atrair parceiros hesitantes ao jogo da excitação ou um modo de despir personagens desatentos diante dos olhos vorazes do voyeur, as pulgas poderiam ser providenciais. Ainda que a recorrência do tema não possa ser tomada como um sinal de que as pessoas efetivamente lançavam mão deste recurso em suas interações sexuais, é interessante notar que ele integrava o repertório de peripécias sexuais.

Outro estratagema explorado em um *Conto* refere-se à prática de adestrar cães de estimação para propósitos sexuais. Em *O Cachorro*, Zé Teso começa a narrativa afirmando que estes hábitos estavam popularizados no Rio de Janeiro, “não apenas entre putas de alto bordo”, mas também entre “moças de família”. Para ilustrar sua hipótese, o narrador relatou o caso alegadamente ocorrido com “certa mocinha da rua Haddock Lobo”, que devido a “um vício desses”, teria se aventurado a “experimentar o *amor* de um grande cão São Bernardo”. A experiência não havia sido bem-sucedida e a jovem acabou acidentalmente “atracada” ao cão, situação na qual foi encontrada por familiares no banheiro de casa⁶¹⁹. Na charge abaixo, publicada por *O Rio Nu*, vemos uma brincadeira com a prática, que tanto escandalizou Felício (Fig. 26).



Figura 26: *Cão de luxo* - *Rio Nu*, 03/09/1904, p. 5

Goulemot acredita que o humor é uma interferência aos efeitos que, presumivelmente, a narrativa de natureza sexual deseja produzir⁶²⁰. Essa pode ser uma premissa para os romances pornográficos franceses do século XVIII, mas certamente não

⁶¹⁹ TESO, Zé. *Op. Cit.*, p. 4.

⁶²⁰ GOULEMOT, Jean-Marie. *Op. Cit.*, p. 107.

é uma regra para a pornografia produzida no Brasil. O caráter burlesco de *A Pulga*, por exemplo, me parece muito evidente e intencional. Do mesmo modo, boa parte dos jornais alegres brasileiros no início do século XX, entre os quais o próprio *O Rio Nu*, apresentavam-se como satíricos, humorísticos, e exploravam esses recursos nas coleções que ofereciam aos seus leitores.

4.5 Escapando aos interditos

Já tivemos a oportunidade de analisar alguns aspectos dos contos que escapam ao estatuto da narrativa pornográfica proposto por Jean-Marie Goulemot. Nas próximas páginas, gostaria de me ater a um deles em especial, que diz respeito à distinção que o autor estabelece entre as narrativas libertinas e pornográficas. De acordo com Goulemot, as primeiras conservam um propósito pedagógico, qualidade que faz com que o livro libertino seja por excelência dialético, destinado à arte de seduzir e convencer, enquanto o pornográfico “nunca encena uma resistência ao ato amoroso”⁶²¹.

É interessante perceber, no entanto, que nos *Contos* é muito frequente a ideia de que o sexo pode ser bem ou mal executado. São inúmeras as passagens em que técnicas, posições e estímulos são detalhados de maneira bastante instrutiva e, portanto, pedagógica. Bembem, por exemplo, não se limitou a elogiar a performance de Gouveia, explicando também ao leitor, em diversas passagens, como o parceiro lhe proporcionava prazer. Assim, Gouveia foi descrito como “um hábil fanchono”, que dominava a “arte de um amator de cus” e o despiu com “meiguice e cuidado”. Beijaram-se longamente e trocaram chupões, para imenso prazer de Bembem,

Fazia-me festas com uma das mãos na cabeça e com a outra animava-me as nádegas, passando sobre elas muito levemente, com uma verdadeira ternura e indo às vezes com o dedo adestradamente coçar-me, também muito superficialmente, sem introduzi-lo, as pregas da minha bunda.⁶²²

As carícias excitaram muitíssimo Bembem e ele partiu para o sexo oral com tamanha aptidão que Gouveia exaltou sua “vocação”, exclamando: “Este foi feito para

⁶²¹ GOULEMOT, Jean-Marie. *Op. Cit.*, p. 73.

⁶²² MALUCO, Capadócio. *Op. Cit.*, p. p. 12.

isso”⁶²³. A essa altura é importante destacar o nível de didatismo da narrativa. Em todos os episódios sexuais, mas especialmente durante o encontro entre Bembem e Gouveia, as ações dos amantes são descritas com riqueza de detalhes. Assim o leitor é informado, por exemplo, que quando o jovem faz menção de tirar a boca do pênis do amante, este mantém sua cabeça a postos com uma das mãos, enquanto orientava Bembem a respeito do que fazer com a boca: “continua assim, depois lambe e... depois... chupa”⁶²⁴.

De maneira semelhante, Don Felício descreveu o que a prostituta francesa fez com ele:

Fiquei inteiramente nu e espichei-me na cama. A madama, também em pelo, com a bunda gelatinosa a fazer treme-treme e as maminhas a oscilarem levemente, chegou-se a mim e, depois de meter-me a ponta da língua rapidamente duas ou três vezes no buraco das orelhas, fez-me deitar de bruços, apesar de já estar eu nessa ocasião com a porra capaz de varar uma tábua.

Colocado nessa posição principiou ela a passar-me com toda a rapidez a ponta da língua por toda a extensão da espinha, desde a nuca até ao princípio da regada do cu.

Cada vez que o raio da mulherzinha chegava-me às vizinhanças da bunda, parecia-me que eu ia me esporrar. Eu tremia, tinha cuspo grosso na boca e gozava como jamais o havia feito.

Quando pareceu à francesa que o meu caralho estava no ponto, meteu a cara entre as minhas pernas e cascou-me uma lambidela mãe, acompanhada dum chupão fortíssimo, mesmo no olho do cu.

Quase que lhe despejo um tanque na boca; entretanto, com um movimento brusco voltei-me, pois já não podia aguentar a tesão que me fazia doer até o pente.

Ia gritar à putaça que chupasse logo de uma vez porém nesse momento já a cabeça rubra do meu caralho desaparecia dentro de sua boca amestrada e ela entrava a mamar-me a pica, a sugar o tutano da porra.

Putá, merda! Que tipa sabida para chupar mangalhos!⁶²⁵

Em seu último encontro com Mathilde, Felício descreveu ainda os pormenores de um “69” bem executado. Uma vez instalados no quarto,

Seguindo as regras da arte de foder, comecei a lamber o pedacinho que fica entre o cu e o cono. Mathilde correspondeu fazendo o mesmo entre o meu ânus e os colhões.

Depois passei a beijar e lamber ligeiramente as bordas da boceta, e a mulata, mostrando perícia igual a minha, fazia o mesmo movimento na minha colhoada e pica, sem entretanto chegar-me à cabeça do caralho.

⁶²³ *Ibidem.*, p. 11.

⁶²⁴ *Ibidem.*, p. 12.

⁶²⁵ FELÍCIO, Don. *Op. Cit.*, p. 5-6.

Já então nós tínhamos tremuras pelas pernas, estremeções pelo corpo e a saliva grossa a encher-nos a boca.

Fui aumentando as lambidelas, depois meti duas ou três vezes a língua pelo cono da Mathilde, o qual parecia de fogo e latejava enormemente. A mulata, a tremer, a soluçar, embocou-me duas a três vezes a cabeça da pica.

Era chegado o momento do supremo gozo.⁶²⁶

Essas passagens cumprem, é certo, o papel de inserir o leitor no prazer gradual que os personagens vão galgando e integram, assim, estratégias já mencionadas. Mas o caráter didático de algumas narrativas é inegável. De acordo com Felício, para seguir “as regras da arte de foder”, seria necessário, primeiramente, “lamber o pedacinho que fica entre o cu e o cono”, referindo-se, portando, ao períneo. Depois seria preciso “beijar e lamber ligeiramente as bordas da boceta” e, de forma gradual, ir “aumentando as lambidelas”. Quando estivesse se aproximando o “momento supremo do gozo”, tomava-se na boca “o capitãozinho do cono”, ou seja, o clitóris. De acordo com Felício, nisso consistia “chupar com maestria”⁶²⁷.

Felício também informa o leitor quanto aos procedimentos segundo ele necessários para a prática bem-sucedida do sexo anal:

Insalivei o caralho todo e meti-me entre as coxas da mulata que já se havia deitado de bruços. Abri-lhe com toda a delicadeza as nádegas e apontei a cabeça da porra, que estava em brasa naturalmente pelo cheirinho de cu que sentia.

Devo confessar que logo ao primeiro contato me pareceu que aquela bunda não havia sido fodida, ou então só o fora por picinhas dessas que qualquer formiga leva para o seu buraco.

Quando empurrei a primeira parte da cabeça da porra no ânus da nêgara, ela gemeu:

- Devagar, meu amô, devagar... que porra grossa!

Se eu procedesse conforme a tesão que tinha, seguraria a mulata pelos quadris e chamava-a aos peitos mesmo que ela se cagasse toda. Eu, porém, sempre fui mestre na arte de foder e por isso tratei de prolongar o prazer enquanto pudesse.

Pouco a pouco fui, no movimento de vai-vem da enrabação, introduzindo a pica pelo cu da mulata enquanto com a mão habilmente brincava-lhe com os bicos rubro-escuros dos peitos e dava-lhe beijos demorados na nuca.

Ela começou a suspirar, a tremer, a rebolar a bunda, o que ia auxiliando a penetração naquele cu quase cabeçudo.

⁶²⁶ *Ibidem*, p. 14, 15.

⁶²⁷ *Idem*.

Quando eu senti que se aproximava a esportadela, que eu não podia reter mais, deixei as maminhas da mulata e fui com a mão agilmente tocar-lhe a parte superior da cona.

O efeito foi prodigioso. A mulata, num estremeção terrível, ergueu a bunda, recebendo todo o meu picão pelo cu a dentro. Soltou então um grito de dor, porém já nessa ocasião a minha forte leitada refrescava-lhe o cagueiro, enquanto a sua cona inundava-se com o líquido do prazer.⁶²⁸

Dona Zizi e Ambrósio Minhoca também praticaram sexo anal em *A Pulga*. Embora a descrição do processo em si tenha sido menos detalhada, na tentativa de convencer a parceira a se aventurar na novidade, Ambrósio recitou o dito segundo o qual “com um bocadinho de cuspe e jeito, vai-se ao cu de qualquer sujeito”⁶²⁹. A conveniência da lubrificação foi também lembrada por Felício, que usou saliva, e por Gouveia, que “untou o nabo com vaselina” antes de penetrar Bembem⁶³⁰.

Os *Contos* também são instrutivos quanto às possíveis consequências da penetração anal. Após consumir o ato com Dona Zizi, por exemplo, Ambrósio Minhoca pôs-se a limpar no pênis com uma toalha, “os laivos de merda lhe enfeitavam a cabeça”⁶³¹, com muita naturalidade e sem indício de qualquer tipo de repulsa. Don Felício, de forma semelhante, diante do consentimento de Mathilde confessa que, “se procedesse conforme a tesão que tinha, segurava a mulata pelos quadris e chamava-os aos peitos, mesmo que ela se cagasse toda”⁶³².

Estes são apenas alguns exemplos do quão didáticas podem ser as narrativas pornográficas, por mais simplórias que elas a princípio pareçam. Nos *Contos*, a descrição do ato sexual é permeada de lições sobre o que seus personagens consideram uma arte. É presumível, portanto, que seus leitores retirem dali algum aprendizado. Não por acaso os “livrinhos de putaria” que circulavam pelo Colégio Pedro II nos primeiros anos do século XX foram designados como “a parte teórica do aprendizado luxurioso”, que seria praticado mais tarde pelos colegas, “nas ruas da zona de meretrício”⁶³³.

Outra peculiaridade que faz com os *Contos* escapem ao estatuto proposto por autores como Goulemot e Maingueneau diz respeito à complexidade emocional de alguns

⁶²⁸ *Ibidem*, p. 9, 10.

⁶²⁹ D’AMOUR, Lúcio. *Op. Cit.*, p. 14.

⁶³⁰ MALUCO, Capadócio. *Op. Cit.*, p. 14.

⁶³¹ D’AMOUR, Lúcio. *Op. Cit.*, p. 15.

⁶³² FELÍCIO, Don. *Op. Cit.*, p. 9.

⁶³³ CARMO, Paulo Sérgio do. *Op. Cit.*, p. 226.

personagens. Este último, por exemplo, aponta como um interdito que existam afetos além dos sexuais⁶³⁴. Ainda que não possamos afirmar que as historinhas aqui analisadas sejam exatamente lacrimosas e por mais que o protagonismo do sexo e do gozo sejam de uma evidência inquestionável, acredito que em alguns deles haja espaço para outros sentimentos que não o desejo sexual. Vejamos que Homem de Ferro sofre e confessa seu sofrimento com a separação. Relatando seus primeiros dias longe de Claudina, ele diz que:

Durante os primeiros dias, passei os momentos mais horríveis que imaginar se pode. Pensava a todo instante nela... Ocasões havia em que sentia desejos de mandar de presente ao diabo todas as exigências do amor próprio e, arrependido, correr para ela... cair nos seus braços... voltar a ser dela... gozá-la... gozá-la muito... deixando que a fodessem todos, desde que a fodesse também... Mas não! Continha-me! Imperava em mim o maldito orgulho, que é a desgraça de todos nós.⁶³⁵

Suas lamúrias tomam grande parte da história:

Mas tinha jurado uma coisa: ser-lhe fiel sempre, porque a tinha amado. Nenhuma outra mulher eu foderia... Mesmo porque nenhuma outra me daria, com certeza, o inefável prazer que ela me dera...

E então, para não ter, às vezes, qualquer tentação, todas as noites, quando me deitava, pegava no retrato de Claudina, beijava-o, punha-o sobre a mesinha de cabeceira e, sentando-me na cama, olhando para ele, fazia uma punheta.

Não era próprio de um homem, bem compreendia, mas não me importava com isso, uma vez que eu gozava extraordinariamente com tal sistema e tinha, ainda por cima, a certeza de ser fiel àquela que amara tanto.⁶³⁶

Quando Homem de Ferro vê Claudina acompanhada por outro, ele sofre horrivelmente:

Tive a sensação de que cruéis punhaladas me feriam o coração; perdi o sangue; fiquei lívido; foi tão tremendo o choque, que estive a ponto de cair com uma síncope.

Estava perdido! Ela tinha outro... Estava tudo acabado!...

⁶³⁴ *Ibidem*, p. 76.

⁶³⁵ FERRO, Homem de. *Op. Cit.*, p. 9.

⁶³⁶ *Idem*.

Durante duas horas, seguramente, andei alucinado, andei trocando pernas pelas ruas da cidade... Depois, sem mesmo saber porque, instintivamente, dirigi-me para casa da rapariga.⁶³⁷

E quando tem a oportunidade de estar com ela a sós, dá um verdadeiro escândalo, dizendo desaforos à mulher amada:

- és uma puta! – disse. – És como todas, afinal! Só pensas em dinheiro e só queres os homens para foder! O teu amor por mim – esse amor intenso e belo que tantas vezes me juravas em que eu, infelizmente, cheguei a acreditar, nunca o sentiste! Era tudo uma cantiga, uma pura invenção para me conservares junto a ti, porque eu, moço, agradava-te e querias-me para que te fodesse! És uma infame! Para ti somente a piça e o dinheiro têm valor! Odeio-te! És uma ordinária!...⁶³⁸

Uma interferência dessa natureza, inconcebível para Goulemot, se estende por algumas páginas de uma narrativa que, não obstante, reunia características suficientes para serem percebidos – oferecidos, por seus próprios autores – como pornográficos.

Mas para Goulemot e Maingueneau, os personagens pornográficos se limitariam a seres desejantes, independentemente de quem sejam e a quem desejam⁶³⁹, o que se expressaria na troca permanente de parceiros que tradicionalmente caracterizaria essas tramas⁶⁴⁰. Esse elemento é observável nas narrativas pornográficas e é evidente que os personagens são movidos pelo desejo e se apresentam incondicionalmente disponíveis para alcançar o gozo da melhor forma possível, em boa parte das narrativas presumivelmente elaboradas com esse propósito. Porém, não necessariamente a partir de regras tão restritas. E além disso, não podemos nos esquecer que há narrativas alegadamente elaboradas com outros objetivos e que, não obstante, são percebidas como pornográficas.

Além disso, podemos observar que mesmo as narrativas curtas, como são os *Contos*, em geral concentrados em apenas uma interação sexual, podem apresentar diversas possibilidades de gatilho para o desejo. Vejamos o caso de Bembem, por exemplo. O jovem é homossexual, se interessa exclusivamente por homens e o conto que

⁶³⁷ *Ibidem*, p. 11.

⁶³⁸ *Idem*.

⁶³⁹ MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit.*, p. 62.

⁶⁴⁰ *Ibidem*, p. 64.

protagoniza, desde o título, evidencia que é em torno desse universo que a narrativa se desenvolve. Isso não impediu o autor, contudo, de incluir nela cenas orquestradas por personagens heterossexuais. O que se fez possível graças à espionagem de Bembem. Na fatídica noite, a tia pôs-se a caçar pulgas em mangas de camisa, o que reiterava no jovem as convicções a respeito de sua orientação sexual:

Se eu gostasse de mulher, teria me deliciado vendo, nos movimentos bruscos da caçada, os seios da moça, que eram alvíssimos, de bicos vermelhos, redondos e rijos como se ela ainda fosse cabaçuda; porém todo o meu prazer, toda a minha curiosidade, estavam entre as pernas do tio, no seu caralho, cuja lembrança me punha comichões na bunda⁶⁴¹.

Portanto, ainda que essa seja uma narrativa que privilegia a atração entre homens, Bembem dedica alguns momentos a descrever as qualidades da moça. É interessante perceber que, mesmo assinalando que o corpo da tia não lhe chamava a atenção, ele convida o leitor a admirá-lo. Até esse ponto, a narrativa oferecia uma fantasia alternativa que envolvia o corpo da mulher e as oportunidades sexuais que ele apresenta, mesmo sendo este um conto focado na experiência sexual entre homens. Trata-se de um recurso muito comum nas narrativas pornográficas, que se explore o sexo em todas as suas possibilidades. Nesse sentido, e considerando que no período em questão esse tipo de leitura era ao menos idealizado para o consumo masculino, soa comercialmente interessante que a descrição do corpo feminino ou do sexo praticado com a mulher conste na narrativa. Assim, contemplava-se uma gama maior de fantasias.

Um risco bastante comum na análise de fontes havidas como pornográficas resulta da tentação de supormos que, por abordarem o sexo e a sexualidade de forma mais ou menos explícita, estas narrativas estariam necessariamente transgredindo normas e tabus de natureza sexual. Evidentemente, não seria prudente atribuir às descrições dessas narrativas a qualidade de registro fiel da realidade social.

Vimos, ao longo desse capítulo, alguns expoentes da literatura francamente pornográfica que circulava pelo Brasil nos anos 1910. Além da função presumível de

⁶⁴¹ MALUCO, Capadócio. *Op. Cit.*, p. 5.

excitar sexualmente, vimos que eles carregam também lições sobre o bom sexo, são didáticos nesse sentido. Mas o aspecto para o qual eu gostaria de chamar a atenção nesse capítulo, diz respeito à outra dimensão didática da pornografia, ressaltada por Robert Darnton. Esse autor defende que “o sexo não é apenas um tema, mas também um instrumento para rasgar o véu que cobre as coisas e explorar seu funcionamento interno”⁶⁴².

A forma como a sociedade brasileira pensava a sexualidade tem sido analisada a partir de discursos autorizados: médicos, policiais, padres, juízes. Embora essa breve exposição não tenha pretensão de esgotar o tema, espero ter conseguido, amparada por ela, demonstrar que as narrativas pornográficas apresentam uma excelente alternativa a tais discursos. Nos *Contos* é possível analisar toda uma variedade de hábitos, práticas, desejos e mitologias sexuais que, mesmo inscritas em universo ficcional, podem ser interpretadas como indícios de um imaginário nem sempre apreendido ou expresso – ao menos não com tanto desembaraço, por aqueles que pretendiam policiar as fantasias sexuais.

⁶⁴² DARNTON, Robert. *Sexo dá o que pensar*. In: NOVAES, Adalto (Org.). **Libertinos libertários**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 21.

Capítulo 5: Moralizar para modernizar: a cruzada anti-pornográfica

*E lá se foi também o bugre brasileiro, quase nu,
conspirar para vestir os outros.*

O Rio Nu

Retomai, em seguida, à utilidade da moral: dai-lhes quanto a esse grande objeto muito mais exemplos que lições, muito mais provas que livros e deles fareis bons cidadãos; fareis deles bons guerreiros, bons pais, bons esposos; fareis deles homens tanto mais ligados à liberdade de seus país que nenhuma ideia de servidão poderá apresentar-se de novo a seu espírito, que nenhum terror religioso virá perturbar seu gênio. Assim o verdadeiro patriotismo eclodirá em todas as almas; nelas reinará com toda a sua força e toda a sua pureza, porque se tornará o único sentimento dominante, e porque nenhuma ideia estranha enfraquecerá sua energia.

Marquês de Sade - Discursos Ímpios

Em uma de suas colunas na *Gazeta de Notícias*, publicada em 1911, João do Rio ponderou sobre os afãs moralizadores daqueles que pretendiam purificar as ruas da Capital Federal, o que considerava uma hipocrisia:

De repente, há uma crise de susceptibilidade moral no Rio – como há, aliás, em todas as cidades grandes. Os meteorologistas têm uma frase admirável para exprimir o aumento súbito da temperatura. Chamam o aumento: uma vaga de calor. As cidades têm vagas de pudor. E o pudor é como todas as coisas delicadas, por consequência medido para não ser ridículo.⁶⁴³

⁶⁴³ RIO, João do. *A moral das ruas*. *Gazeta de Notícias*, 11/10/1911, capa.

Embora os primeiros anos da República tenham sido marcados por considerável otimismo por boa parte da intelectualidade brasileira, principalmente, bastaram alguns anos para que certas projeções resultassem em desencanto: “o regime culminou republicano na forma, mas oligárquico no conteúdo, e a sociedade tornou-se liberal no vestuário, mas profundamente conservadora na realidade”⁶⁴⁴. Quando a crônica de João do Rio foi publicada, por um lado, os ideais republicanos impeliam à separação entre Igreja e Estado⁶⁴⁵, ao mesmo tempo em que o processo de romanização⁶⁴⁶ da Igreja se acelerava no país e os intelectuais católicos continuavam a influenciar nos rumos políticos da nação, no que concerne aos preceitos morais⁶⁴⁷.

O objetivo deste capítulo é refletir sobre o processo de regulamentação da pornografia no Brasil que, como veremos, se deu de forma articulada à experiência internacional, sobretudo europeia. Além disso, seus desdobramentos foram sinuosos, eventualmente polêmicos e nos discursos a partir dos quais podemos resgatá-los, fica evidente a dificuldade encontrada pelos envolvidos diante de algumas questões. É notável, por exemplo, que o debate tenha frequentemente se concentrado no tema da liberdade de imprensa. Compreendia-se que determinadas licenças seriam toleradas em nome dessa garantia, o que seria admissível para alguns interlocutores, enquanto para outros, não. Ambos os posicionamentos, no entanto, perpassavam projetos de Nação, concepções de modernidade e civilização que, como vimos, jamais estiveram ausentes do debate em torno da pornografia no Brasil, mas ganhavam a partir desse momento contornos institucionais.

⁶⁴⁴ SALIBA, Elias Thomé. *Op. Cit.*, p. 241.

⁶⁴⁵ O que se deu em alguns aspectos. O ministério da Justiça, antes mesmo da Constituinte, estabeleceu a separação entre as instâncias, secularizou os cemitérios e tornou obrigatório o casamento e o registro civil, por exemplo. MATTOS, Hebe. *Op. Cit.*, p. 88.

⁶⁴⁶ Ficou conhecido como romanização da Igreja o processo que buscou organizar a religiosidade e suas expressões em torno das autoridades eclesiásticas. Até então tais expressões tinham seu ponto alto no culto aos santos, especialmente em festas organizadas em seu louvor, por confrarias e irmandades que agiam de forma autônoma, sem necessidade sequer de um vigário. Com a proclamação da República e a separação oficial entre Igreja e Estado, o vínculo entre a Igreja Católica e Roma se consolidou de forma mais efetiva, centrando a espiritualidade na prática dos sacramentos, na hierarquia eclesial e na doutrinação. Nesse período surgem, no Brasil, as Universidades Católicas, preocupadas com a formação de uma intelectualidade religiosa.

⁶⁴⁷ Um exemplo emblemático é o projeto para o Código Civil, redigido por Clóvis Beviláqua, que previa importantes inovações nesse sentido, como a igualdade civil entre homens e mulheres e o reconhecimento do divórcio, mas tais propostas ficaram de fora do Código de 1916. MATTOS, Hebe. *Op. Cit.*, p. 115.

5.1 A obscenidade nas frestas da Lei

As chamadas “leituras perniciosas” haviam sido um foco de preocupação na mira dos censores eclesiásticos no Brasil desde o século XVIII, pelo menos⁶⁴⁸. Mesmo com a centralização e secularização das atividades censórias por Marques de Pombal, entre 1768 e 1794⁶⁴⁹, constavam entre as obras interditas os livros filosóficos “destes últimos tempos” e os obscenos⁶⁵⁰. De acordo com Martino e Sapaterra, após a transferência da corte para o Rio de Janeiro, em 1808, tornou-se comum encontrar entre os veredictos dos censores palavras como “ímpia”, “blasfema”, “obscena” e “imoral” para classificar obras que consideravam inaceitáveis⁶⁵¹.

Até o século XIX, no entanto, não havia uma fronteira tão nítida entre aquilo que se convencionou chamar pornografia e outras formas de sedição⁶⁵². Lembremos que o conceito não havia ainda sido definido e especialmente na França pré-revolucionária, onde a temática sexual se desenvolveu de forma aparentemente mais prolífica, todos os temas sediciosos, dos tratados antimonárquicos aos anticlericais, incluindo aquilo que seria considerado mais tarde pornografia, estavam reunidos sob a mesma égide: *livros filosóficos*. Os livros submetidos à restrição legal geralmente o eram por atacar a autoridade do rei, a Igreja ou ferir a moralidade convencional⁶⁵³. De acordo com Robert Darnton, a inexistência do conceito de pornografia naquele momento não é suficiente para relativizarmos o caráter eminentemente pornográfico de tais obras, pois embora os livros proibidos por atentarem contra a moral pudessem fazê-lo de muitas formas, na prática só eram confiscadas as obras francamente obscenas⁶⁵⁴.

A impressão causada pela Revolução Francesa certamente influenciou na tomada de decisão quanto a abolição formal da censura prévia no Brasil e em Portugal. Na Europa, a partir de 1789 havia se disseminado a ideia de “liberdade de expressão” entre os cidadãos comuns e a figura do censor se tornou alvo de críticas mais acentuadas e

⁶⁴⁸ MARTINO, Agnaldo e SAPATERRA, Ana Paula. *A censura no Brasil do século XVI ao século XIX*. In: *Estudos Linguísticos* XXXV, 2006, p.236.

⁶⁴⁹ Até 1768 as atividades da censura eram divididas entre o Santo Ofício, o Ordinário e o Desembargo do Paço. Em 1794, após a queda de Pombal, D. Maria I restituiu essa divisão.

⁶⁵⁰ MARTINO, Agnaldo e SAPATERRA, Ana Paula. *Op. cit.*, p. 237.

⁶⁵¹ *Ibidem*, p.238-239.

⁶⁵² De acordo com Lynn Hunt, entre os séculos XVI e XVIII a pornografia “emergiu lentamente como categoria distinta” e ao mesmo tempo em que as representações sexuais explícitas estimulavam sensações físicas em seus leitores, era também e “mais frequentemente um veículo que usava o sexo para chocar e criticar as autoridades políticas e religiosas”. HUNT, Lynn. *Op. cit.*, p.10.

⁶⁵³ DARTON, Robert. *Op. cit. Os best-sellers....* p.20.

⁶⁵⁴ *Ibidem*, p.104.

frequentes⁶⁵⁵. E, desse modo, em 1821 a Coroa aboliu a censura prévia da imprensa limitando-se a estipular multas e penalidades para “abusos” cometidos⁶⁵⁶. No entanto, no Código Penal de 1830 as publicações obscenas se enquadravam nos tais “abusos” passíveis de punição. Entre os “crimes contra a segurança da honra”, constava no Art. 279 o ato de “ofender evidentemente moral pública, em papeis impressos, litografados ou gravados, ou em estampas ou pinturas que se distribuïrem por mais de quinze pessoas, e bem assim a respeito destas que estejam expostas publicamente à venda”⁶⁵⁷. É possível notar que apesar de ser bem precisa quanto à forma física pela qual a moral poderia ser ofendida, não ficava evidente o que deveria conter nessas publicações para que se configurasse a ofensa. O Art. 280 lançava um pouco mais de luz sobre o assunto ao informar que também atentava contra a segurança da honra “praticar qualquer ação, que na opinião pública seja considerada como evidentemente ofensiva da moral e dos bons costumes, sendo em lugar público”⁶⁵⁸. Embora continuasse não definindo coisa alguma, sinalizava que “qualquer ação” estaria sujeita a ofender a moralidade se a “opinião pública” assim o compreendesse. O Estado delegava à comunidade, portanto, os critérios de avaliação.

São prescrições muito interessantes e curiosas, na medida em que sintetizam de maneira exemplar o conflito e o incômodo causado pelo que mais tarde viria a ser compreendido como pornografia. Nota-se, por exemplo, que aos olhos da lei possuir, produzir ou mesmo vender coisas ofensivas à moralidade não constituía um problema em si. O que ofendia era torna-las públicas. Ainda assim, se essa publicidade se mantivesse restrita a determinado círculo, que nesse caso poderia chegar a quinze pessoas, não haveria objeção legal. Do mesmo modo, determinadas ações não seriam ofensivas se perpetradas em ambientes privados.

Isso nos permite refletir sobre algumas questões. Em primeiro lugar, as publicações obscenas existiam e não eram um problema em si mesmas. Teoricamente, pelo menos, a lei permitia que indivíduos as possuíssem, vendessem e fizessem circular dentro de um pequeno grupo. O problema residia na sua visibilidade, pois o que ofendia

⁶⁵⁵ DARNTON, Robert. *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p.36-37.

⁶⁵⁶ *Idem*.

⁶⁵⁷ Código Criminal do Império do Brasil. Art. 279. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em 02/01/2019.

⁶⁵⁸ Código Criminal do Império do Brasil. Art. 280. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em 02/01/2019.

a moral era expô-las ou espalha-las publicamente, ou seja, democratizá-las. Lembremos que as sociedades europeias viveram uma experiência semelhante, até o século XVIII. Como o alto preço dos livros e o grande número de analfabetos mantinha fora do seu circuito boa parte das pessoas, essas obras não eram um problema tão grave⁶⁵⁹. O cenário seria outro no século seguinte, com a chamada “revolução industrial do livro”⁶⁶⁰, uma vez que, como aponta Martyn Lyons, “os novos leitores do século XIX eram uma boa fonte de lucro, mas também provocavam ansiedade e inquietação entre as elites sociais”⁶⁶¹

Em fins do século XIX, quando foi proclamada a República, a questão da publicidade se tornaria ainda mais latente. Como vimos, as intensas transformações pelas quais o país passava incluíam a emergência de um espaço público ocupado por diferentes estratos sociais. Nesse sentido, o Código Penal de 1890 também se preocupou com o “ultraje público ao pudor”. Estava prevista a “prisão celular por um a seis meses” para quem cometesse esse crime, que de acordo com o artigo 282 do Capítulo V consistia em:

Ofender os bons costumes com exhibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios ao pudor, praticados em lugar público ou frequentado pelo público, e que, sem ofensa à honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalizam a sociedade.⁶⁶²

De acordo com Armando Zenon da Silveira, o Artigo 282 do Código Republicano procurou sintetizar os Artigos 279 e 280 vigentes no Imperial, com “feições mais liberais”. Para esse autor, a supressão dos “papeis impressos, litografados ou gravados ou em estampas ou pinturas” poderia dar a falsa sensação de que estes materiais não

⁶⁵⁹ É importante destacar que a premissa de que as classes populares pobres viveram completamente ao largo das práticas letradas tem sido, cada vez mais, refutada pela historiografia. Diversas pesquisas demonstram a inserção dessas camadas no circuito letrado do Império, por exemplo. Cf. RIBEIRO, Gladys Sabina; SECRETO, Verônica; VENANCIO, Giselle. *Cartografias da cidade (in)visível: setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2017.

⁶⁶⁰ KENDRICK, Walter. *Op. Cit.*, p. 36-37.

⁶⁶¹ LYONS, Martyn. *Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários*. In: CAVALLO, Guglielmo, CHARTIER, Roger. **História da Leitura no Mundo Ocidental 2**. São Paulo: Editora Ática, 1999, p. 164-202.

⁶⁶² Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890: Promulga o Código Penal. Capítulo V: Do ultraje público ao pudor; Art. 282. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 13/10/2018.

ofenderiam a moralidade pública para os legisladores republicanos, mas segundo ele não há como interpretar as “exibições impudicas” sem abranger tais papéis⁶⁶³.

O Artigo 282 seria, como veremos, efetivamente invocado com muita frequência pelos sujeitos empenhados em combater a pornografia. Eles defendiam que a divulgação e comércio de publicações pornográficas configuravam ultraje público ao pudor, uma vez que consistiam em impudências perpetradas em público, para escândalo da sociedade. Ocorre que a natureza vaga e imprecisa dos termos centrais do Artigo, tais como “ofensa”, “impudências”, “obscenidade”, “bons costumes”, “honestidade”, “ultraje” e “escândalo”, permitia interpretações muito variadas. Eram percebidos por alguns em determinado lugar, mas não por outros, como tivemos a oportunidade de ver nos capítulos anteriores.

Desse modo, ainda no século XIX as legislações imperial e republicana preocuparam-se em proteger a moralidade social da exposição pública de indecências, entre as quais, para alguns observadores, as publicações obscenas seriam notadamente chocantes. No entanto não ficava muito evidente o teor da ofensa. O Código de 1830 ainda citou nominalmente os impressos, mas não deliberou sobre seu conteúdo, delegando à opinião pública a tarefa de decidir o que ofendia seus pudores. Não obstante essa atitude diante do assunto seja ironicamente vanguardista, uma vez que é pornográfico o que a sociedade diz que é, ela dá margem a variadas interpretações, pois o corpo social não é homogêneo. O Código Republicano, por sua vez, é ainda mais sucinto e suscetível a interpretações variadas.

Na já mencionada crítica aos “aos livros” sujos elaborada pela *Revista Ilustrada*, o jornalista se dizia indignado com a parcimônia policial diante das publicações obscenas que “brotavam como cogumelos”, se Joanna, “a preta desbocada”, havia sido tão prontamente recolhida à delegacia:

O livro indecente é ainda mais perigoso do que a preta desbocada; a preta vai-se, o livro fica; as obscenidades de Joanna voam, esquecem-se, as obscenidades do livro ficam escritas⁶⁶⁴.

⁶⁶³ SILVEIRA, Armando Zenon da. *O “pudor” perante as contravenções penais*. In: **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**. Belo Horizonte, v. 25, n° 18, maio de 1977, p. 287.

⁶⁶⁴ *Revista Ilustrada*, 20/10/1883, p.3.

Nota-se que as autoridades policiais a enquadraram por proferir indecências em público, muito provavelmente no Artigo 282. Para o inconformado jornalista, no entanto, a verborragia obscena de Joanna não se compararia em ultraje com a pornografia impressa que se ostentava pelas ruas do Rio de Janeiro. Vemos aí, portanto, que a opinião pública divergia quanto à gravidade das ofensas.

Como vimos nos capítulos anteriores, mesmo os livros francamente pornográficos circulavam ostensivamente desde as últimas décadas do século XIX. Eles eram anunciados em reclames chamativos nos jornais de ampla circulação e, pelo depoimento dos sujeitos escandalizados com a sua profusão, eram expostos em vitrines e oferecidos aos berros pelos mascates nos bondes e ruas movimentadas na cidade. Sendo assim é possível notar que, não obstante o Código de 1830 estivesse em vigor, o Artigo 279 era solenemente ignorado pelos editores e livreiros.

A profusão de críticas ao que eventualmente se entendia como pornografia nos jornais do período revelam que essas publicações eram certamente perseguidas por alguns segmentos da sociedade. Bradava-se, como temos visto, contra a sua existência. No entanto as queixas eram motivadas pela sensação de que elas estavam invadindo o país, brotando “como cogumelos”, como constatou o jornalista da *Revista Ilustrada* em 1883⁶⁶⁵, sem que as autoridades tomassem providências. Desse modo, se parte da sociedade perseguia e boicotava as publicações, outra parte as consumia e alimentava seu comércio.

Até o final da primeira década do século XX, as iniciativas para deter o avanço pornográfico parecem ter sido direcionadas no sentido de exigir providências das autoridades. Mesmo o assassinato de Apulcho de Castro, que seguramente configurou uma perseguição de consequências extremas, foi interpretado pelos contemporâneos justamente como falta de controle por parte do Império. O escândalo envolvendo a própria existência do *Corsário*, como vimos, se expressava pela compreensão de que o pasquim deveria ser censurado pelas autoridades, mas não era. De igual maneira, quando Apulcho foi executado e surgiram as suspeitas de envolvimento da Coroa no crime, a crítica ao expediente alegadamente empregado pelo governo se construiu a partir do argumento de que bastaria fazer valer a lei e interditar a circulação da folha pornográfica.

⁶⁶⁵ *Idem.*

A suposta falta de energia das autoridades no combate à pornografia, especialmente até a década de 1910, sobretudo, pode ser interpretada de muitas formas. As intensas transformações de ordem política, social e econômica pelas quais o país passava durante a virada do século certamente contribuíram para que, aos olhos das autoridades, esse problema fosse secundário. E além disso, a imprecisão das leis, como vimos, abria margem para interpretações variadas. Mas o problema não era uma peculiaridade da legislação daquele período.

Vimos também que ainda hoje os manuais léxicos recorrem a boa parte dessas noções abstratas para construir uma definição de pornografia. A indefinição é uma de suas peculiaridades, das poucas que podem ser encontradas no gênero desde o seu surgimento. Mas nos interessa sobre essa questão, para os objetivos deste capítulo, perceber que embora não houvesse, durante o período analisado, uma legislação inequívoca destinada a regulamentar as publicações obscenas de maneira específica, determinados segmentos da sociedade – e eventualmente algumas autoridades – viram no Artigo 282 do Código Penal argumento suficiente para coibir ou exigir que fosse coibido o que entendiam como uma onda pornográfica.

Como a onda só fizesse crescer, no entanto, surgiu no Brasil uma movimentação organizada no sentido de pressionar o Governo à criação de leis mais severas enquanto as autoridades policiais eram coagidas a assumir uma postura mais enérgica, amparadas pelas já existentes. Essa foi, a meu ver, uma inflexão crucial no processo de regulamentação da pornografia no Brasil. Embora os sujeitos escandalizados com a sua popularização já estivessem elaborando discursos públicos contra ela desde 1880, como vimos nos capítulos anteriores, por mais numerosas que tenham sido essas falas, elas foram isoladas e pouco efetivas. No final da década de 1900, contudo, a campanha se organizou e, ainda que de forma esporádica, logrou algumas vitórias. Além disso, a movimentação promovida, sobretudo entre os anos de 1908 e 1912, lançaria as bases para a promulgação da primeira lei republicana na qual as publicações obscenas eram citadas de maneira específica.

Veremos a seguir que esse momento se inscreve em um contexto internacional mais amplo, que inclusive o caracteriza. O processo nos permite vislumbrar a importância política que as coisas havidas como pornográficas atingiram no início do século XX em todo o chamado mundo ocidental.

5.2 As ligas anti-pornográficas na Europa

Na Europa a circulação de materiais percebidos como obscenos vinha mobilizando determinados segmentos sociais desde meados do século XIX. No primeiro volume de sua coletânea dedicada à experiência burguesa na Europa, Peter Gay deu exemplos de algumas providências tomadas pelas autoridades policiais no sentido de coibir o comércio de publicações pornográficas em países como Inglaterra e França. Para o autor, entretanto, apesar do júbilo com que os responsáveis contabilizavam os confiscos, a pornografia prosseguia cada vez mais disponível e os processos contra as obras havidas como obscenas serviam mais para fazer propaganda do que para suprimi-las⁶⁶⁶.

Como vimos, o desenvolvimento de tecnologias que barateavam a impressão e a tornava mais atraente, como por exemplo a fotografia, fez com que esse tipo de material ficasse acessível a uma gama mais variada de pessoas no decorrer do século XIX, fenômeno que se acentuou vertiginosamente no limiar do século XX. Sendo assim, a despeito de eventuais investidas policiais a pornografia convertia-se, cada vez mais, em “um negócio altamente lucrativo”⁶⁶⁷. Segundo Peter Gay teria sido “nessa atmosfera de desalento e de desesperada busca por remédios”, que caracterizava o ânimo dos moralistas europeus no final do século XIX, que “associações privadas criadas para combater tais males sedutores começaram a brotar por toda parte”⁶⁶⁸.

De acordo com Annie Stora-Lamarre, o movimento anti-pornográfico foi iniciado por grupos de orientação protestante na Suíça e na França, que faziam campanha contra a “literatura imunda”⁶⁶⁹. Em 1883 havia sido fundada em Genebra a *Associação Suíça Contra a Literatura Imoral*⁶⁷⁰ e em Paris a *Liga Pela Recuperação da Moralidade Pública*⁶⁷¹. A partir de então, difundiram-se por toda a Europa associações dessa natureza, sendo especialmente forte o intercâmbio entre Suíça e França que, segundo Stora-

⁶⁶⁶ GAY, Peter. *Op. Cit.*, p. 258-259.

⁶⁶⁷ *Ibidem*, p. 259.

⁶⁶⁸ Segundo Peter Gay, as ligas teriam sido “financiadas e patrocinadas por proeminentes figuras da sociedade” e teriam como líderes “fanáticos e veementes propagandistas”. *Ibidem*, p. 260.

⁶⁶⁹ De acordo com Stora-Lamarre, Genebra seria uma espécie de modelo para os moralistas franceses STORA-LAMARRE, Annie. *Le livre em question: La censure au Congrès international contre la pornographie (Paris, 1908)*. In: Mil neuf cent. *Revue d'histoire intellectuelle*, n°7, 1989, p.89.

⁶⁷⁰ *Association Suisse Contre la Littérature Immorale*. *Ibidem*, p.90.

⁶⁷¹ *Ligue pour le revèlement de la moralité publique*. NAOUR, Jean-Yves Le. *Un mouvement antipornographique : la Ligue pour le relèvement de la moralité publique (1883-1946)*. In : **Histoire, économie & société**, n° 3, 2003, p. 386.

Lamarre, era facilitado pelas boas relações entre a Igreja Protestante de Genebra e a Luterana de Paris, profundamente envolvidas na causa⁶⁷². Entre as ações empreendidas por tais grupos, estariam a luta por leis mais rigorosas, o boicote aos estabelecimentos que ofereciam publicações obscenas e uma forte pressão para que os editores excluíssem de seus catálogos as obras havidas como pornográficas⁶⁷³. Peter Gay aponta ainda que em fins do século XIX, dentre os principais impulsos para a criação de bibliotecas públicas em países como França, Estados Unidos e Alemanha, esteve a preocupação em “propiciar alternativas à pornografia barata a que os jovens de todas as camadas sociais se encontravam expostos no mundo da rotativa e da fotogravura”⁶⁷⁴.

Não tardou para que as agremiações começassem a promover encontros com o objetivo de discutir medidas mais eficazes contra a imoralidade na imprensa⁶⁷⁵, dentre os quais tornou-se especialmente notável o que foi realizado na capital francesa em 1908⁶⁷⁶. Batizado de *Congresso Internacional contra a Pornografia*, o evento foi uma iniciativa da *Sociedade de Protesto contra a Licença das Ruas*, agremiação fundada em 1894 pelo senador francês René Bérenger⁶⁷⁷, juntamente com a *Associação Suíça Contra a Literatura Imoral*⁶⁷⁸. Na ocasião reuniram-se sob a liderança de Bérenger oitenta e seis entidades civis anti-pornográficas, das quais quarenta e seis eram estrangeiras, oriundas de nove países europeus, com o objetivo de discutir a questão⁶⁷⁹.

Um aspecto interessante do processo de mobilização anti-pornográfica naquele momento diz respeito à sensação, partilhada por seus entusiastas, de que era necessário internacionalizar o debate, o que vinha sendo discutido desde o final do século XIX. Em 1893 o historiador suíço Eugène de Budé fundou o *Bureau Internacional de Informações*

⁶⁷² STORA-LAMARRE, Annie. *Op. Cit.*, p.90.

⁶⁷³ GAY, Peter. *Op. Cit.*, p. 260.

⁶⁷⁴ *Idem.*

⁶⁷⁵ É possível que o primeiro deles tenha ocorrido ainda em 1897, na cidade de Berne (STORA-LAMARRE, *Op. Cit.*, p. 89). Peter Gay (*Op. Cit.*, p. 260) aponta ainda outro, que teria sido organizado em Paris, em 1905.

⁶⁷⁶ *Congrès international contre la pornographie*. O evento foi realizado no *Musée Social* nos dias 21 e 22 de maio de 1908. STORA-LAMARRE, *Op. Cit.*, p. 87.

⁶⁷⁷ O senador francês teria um importante papel nessa cruzada. Além de lutar pela moralização das ruas e da imprensa, ele esteve muito ativo também no combate ao “tráfico de brancas” e nos movimentos pela “regeneração das famílias” na França. *Ibidem.*, p.92. É interessante notar que, de forma muito semelhante ao que ocorria no Brasil, os sujeitos preocupados com o que entendiam ser uma dissolução dos costumes viam sua ameaça em muitas frentes, entre as quais a pornografia.

⁶⁷⁸ *Ibidem.*, p. 89.

⁶⁷⁹ BÉRENGER, René. *Op. Cit.*, p. 100. Os países representados nessa ocasião foram Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Hungria, Itália, Noruega, Suíça e França. STORA-LAMARRE, Annie. *Op. cit.*, p.91-92.

*contra a Literatura Imoral*⁶⁸⁰, que propunha a unificação dos povos diante da ameaça pornográfica⁶⁸¹. Para ele, era importante que as associações de combate às publicações obscenas se multiplicassem pelo mundo afora e se mantivessem articuladas. No manifesto inicial, Budé afirmava que os Estados Nacionais deveriam se preocupar com “o flagelo devastador das almas” tanto quanto se preocupavam com os surtos de cólera e de peste bovina, comparando a disseminação pornográfica às epidemias de toda sorte⁶⁸².

De acordo com essa perspectiva, o que então se entendia como pornografia havia deixado de ser um problema doméstico, circunscrito às fronteiras nacionais, uma vez que a circulação de impressos obscenos se tornara mundial. Compreendia-se, portanto, que tanto quanto os demais bens de consumo, a pornografia era exportada e importada mundo afora, em um cenário de franca expansão do capitalismo industrial.

Outro aspecto que merece destaque é que a mobilização contrária à livre circulação de pornografia foi uma iniciativa privada, empreendida por segmentos civis organizados. Não obstante Bérenger ocupasse um cargo público, o encontro convocado em 1908 reunia agremiações sociais, ainda que caracterizadas pela orientação religiosa. Ali seria deliberada a necessidade de justamente pressionar as autoridades para que fossem criadas ou reforçadas legislações coercitivas contra esse tipo de comércio, que até então vinha sendo um empreendimento sobretudo privado. Então é interessante perceber que a demanda não partiu originalmente do Estado, mas de determinadas parcelas da sociedade que ansiavam por medidas censoras.

Nos relatórios das delegações presentes no encontro de 1908, a pornografia foi inequivocamente relacionada à obscenidade de natureza sexual, referindo-se sempre à atividade venérea e ao desejo. Além disso, o perigo não se apresentava unicamente no âmbito das moralidades, ameaçando também os interesses mais fundamentais das nações⁶⁸³. Reforçava-se, nessas falas, a ideia de que uma alegada decadência moral seria decorrente “da enorme propagação de imagens e publicações ‘obscenas’”⁶⁸⁴. O perigo maior, contudo, não consistia na coisa em si, mas no seu alcance e visibilidade.

⁶⁸⁰ *Bureau International Contre la Littérature Immorale*. STORA-LAMARRE, Annie. *Op. Cit.*, p.90.

⁶⁸¹ De acordo com Bérenger, as primeiras tentativas de internacionalizar o debate feitas pelo Bureau não teriam empolgado as agremiações. Em 1906, no entanto, o senador teria se aproximado e da comunicação entre ambos surgiu a ideia do encontro de 1908. BÉRENGER, René. *Op. Cit.*, p. 99.

⁶⁸² De acordo com Stora-Lamarre, a *Agencia* se tornaria um importante centro internacional de informação disponível para as associações dos mais diferentes países interessados em combater a pornografia. STORA-LAMARRE, Annie. *Op. Cit.*, p.90.

⁶⁸³ *Ibidem*, p. 94.

⁶⁸⁴ No original: « à l'énore propagation d'images et de publications 'obscènes' ». *Ibidem*, p. 93.

Ponderava-se, por exemplo, que o artista profissional poderia não se escandalizar com determinadas imagens, mas seria necessário proteger a população leiga. A ofensa consistiria assim na difusão das imagens e narrativas, ou seja, na sua democratização⁶⁸⁵.

Além dos livros, jornais, ilustrações e fotografias que entendiam como francamente pornográficos, os delegados chamaram a atenção para os que seriam publicados, segundo eles, sob falsos pretextos científicos, higiênicos ou artísticos. Como o inimigo fosse capcioso e se valesse de tais estratagemas, um pingo “de intenção artística” seria “suficiente para proteger contra a lei o lixo mais grosseiro”⁶⁸⁶. Urgia, portanto, que se criassem leis e mecanismos de controle mais efetivos e o próximo passo dos cruzados morais deveria se dar.

A proposta de Bérenger se construiu no sentido de articular as legislações de cada país que se comprometesse no combate à pornografia. No último dia de encontro, os congressistas elaboraram então relatórios nos quais descreviam quais eram as condições do comércio pornográfico e da legislação coercitiva em seus respectivos países de origem. A conclusão unânime, segundo Bérenger, foi a de que 1) a realidade dos fatos era óbvia; 2) a maioria das legislações mostrava-se ineficaz diante deles; 3) era preciso pressionar os governos para que adotassem leis severas, que punissem também a produção e comércio de pornografia, ainda que não pública; 3) era preciso articular as legislações nacionais para internacionalizar a ofensiva⁶⁸⁷. Ficou decidido, portanto, que seria necessário bolar “medidas internacionais” para “reprimir a manufatura, a oferta e até a venda clandestina de escritos, desenhos ou objetos ofensivos à moral”⁶⁸⁸.

Deliberou-se ainda a convocação de um novo encontro, dessa vez oficial, no qual os governos assentariam as medidas necessárias para a elaboração de uma legislação voltada para o combate à pornografia no âmbito internacional⁶⁸⁹. O governo Francês se prontificou a convocar imediatamente os participantes e, em 1910, reuniram-se em Paris, além da anfitriã, Alemanha, Áustria, Bélgica, Brasil, Dinamarca, Espanha, Grã-Bretanha, Hungria, Itália, México, Países Baixos, Rússia, Suécia e Suíça para *Conferência*

⁶⁸⁵ *Ibidem*, p. 94.

⁶⁸⁶ No original: « une once d'intention artistique suffit à protéger contre la loi les plus grossières ordures ». *Ibidem*, p. 93.

⁶⁸⁷ BÉRENGER, René. *Op. Cit.*, p. 100.

⁶⁸⁸ No original: « Y a-t-il lieu de réprimer par des mesures internationales, la fabrication, l'offre et la vente même clandestine des écrits, dessins ou objets outrageant les mœurs? ». STORA-LAMARRE, Annie. *Op. Cit.*, p. 96.

⁶⁸⁹ *Idem*.

Diplomática Internacional. Nesse evento seriam lançadas as bases das legislações destinadas a coibir a produção e circulação de publicações obscenas nos países signatários.

5.3 A Conferência Diplomática Internacional de 1910.

O objetivo deste encontro foi, de acordo com Bérenger, “estabelecer um dique contra a invasão nefasta do comércio da obscenidade”⁶⁹⁰. Nessa ocasião o debate adquiriu contornos políticos e institucionais muito evidentes, uma vez que contava com a presença não unicamente de entidades civis, mas de representantes de Estado, que respondiam pelos seus governantes. As resoluções propostas no encontro previam a regulamentação da pornografia nos países signatários a partir de leis que puniriam a produção, o comércio e a divulgação de obscenidades em seus territórios. Ali foram lançadas as bases que fundamentariam a regulamentação da pornografia em diversos países a partir de então, incluindo o Brasil.

Em um longo artigo publicado por Bérenger a propósito da *Conferência* de 1910, é possível identificar as angústias que motivavam o senador e seus aliados: a sensação de que jamais a pornografia havia sido tão ostensiva e a de que ela consistiria em um mal dos mais terríveis. Sua influência nefasta tornava-se especialmente grave, segundo o senador, por que fugia do controle. Até bem pouco tempo antes, segundo ele, sua produção havia se mantido restrita, mal chegava à fronteira, sendo “local e sedentária”, além se ostentar publicamente, o que facilitaria a identificação e coerção de seus focos. Naquele momento, entretanto, além de configurar um comércio internacional, de acordo com Bérenger sua circulação estaria sendo promovida por meios escusos e velados, dificultando a ação das autoridades⁶⁹¹.

É muito interessante perceber, portanto, a mudança de postura em relação à pornografia por parte daqueles que pretendiam combatê-la. Em seus primórdios, antes que fosse chamada de pornografia, o ideal era que se mantivesse circunscrita a um pequeno número de pessoas. Não mais do que quinze, de acordo com o *Código Imperial*

⁶⁹⁰ É importante destacar que nessa ocasião foi também discutido o chamado “tráfico de brancas”. Em 1902 o incansável Bérenger havia reunido um Congresso sobre esse tema e, oito anos mais tarde, aproveitava a oportunidade para atualizá-lo. Nota-se, assim que pornografia e prostituição caminharam um longo tempo juntas, ao menos no imaginário daqueles que viam nelas um problema social da mais alta importância. BÉRENGER, René. *Op. Cit.*, p. 76.

⁶⁹¹ *Ibidem*, p. 97.

brasileiro, por exemplo. Diante do impacto da revolução científica-tecnológica, é natural que o problema da visibilidade tenha se tornado mais pungente. De acordo com Bernard Arcand, embora o século XIX seja comumente descrito como o período mais glorioso do puritanismo burguês, permeado pela censura e moralidade vitorianas, os meios empregados no sentido de fazer desviar a pornografia de seu curso não lograram sucesso. O autor atribui define a disseminação da pornografia no oitocentos como uma “tremenda explosão de consumo massivo e verdadeiramente universal”⁶⁹².

Em 1910, entretanto, a maioria das leis nacionais, de acordo com o preocupado senador, afetava apenas o que fosse vendido ou oferecido à venda publicamente, o que tornava impossível acusar os responsáveis. Para ele, parecia natural que em sociedades que haviam se tornado tão numerosas nas últimas décadas, aumentasse a intensidade do mal. A solução, portanto, seria adaptar a leis às novas realidades sociais, uma vez que elas se mostravam impotentes diante da novidade⁶⁹³.

Seus malefícios não se restringiam à saúde física e mental daqueles que com ela se deleitavam, mas extrapolavam-nos, envenenando o próprio corpo social. Tratava-se, portanto, de um “perigo público” que precisava urgentemente ser combatido⁶⁹⁴, ainda que o próprio senador admitisse a impossibilidade de delimitar no que, precisamente, ele consistiria. Inquirindo-se a respeito do ponto a partir do qual algo começaria a ser pornográfico ou, ao contrário, deixaria de ser, Bérenger afirmou sem melindres que não existia uma definição para o termo. Tal como as palavras “verdade”, “consciência” e “virtude”, a pornografia expressaria uma noção tão clara que qualquer definição seria “supérflua”⁶⁹⁵.

Tais aspectos nos ajudam a compreender como a pornografia se tornou uma ameaça social, mas resta inquirir o porquê. Bérenger, e muitas outras vezes que se engajaram contra ela nos últimos cento e cinquenta anos, procuraram elencar seus malefícios, frequentemente de forma muito convincente: o contato com a pornografia provocaria *o aviltamento do caráter, a degradação moral e a decadência física*. Mas a pergunta persiste: por que?

Para Bérenger, ela se manifestava:

⁶⁹² ARCAND, Bernard. *Op. Cit.*, p. 144.

⁶⁹³ BÉRENGER, René. *Op. Cit.*, p. 99

⁶⁹⁴ *Ibidem*, p. 93.

⁶⁹⁵ *Idem*.

na excitação sexual, no apelo brutal à satisfação dos sentidos que a visão da imagem lasciva ou a leitura de um escrito obsceno produz sobre os baixos instintos da fraqueza humana. (...). E a consequência de tudo isso é, para todos aqueles que o terrível veneno atingiu, o desgosto do trabalho, a busca desenfreada do prazer, o aviltamento do caráter, a degradação moral, a decadência física.⁶⁹⁶

Para os homens adultos, dizia Bérenger, mesmo entre os mais fortes, a pornografia poderia ser tão tentadora que conduziria aos primeiros passos na “desordem moral”. Mas as figuras mais suscetíveis eram as pessoas jovens e mulheres, especialmente se oriundas do “povo”. Desse modo, a delinquência juvenil seria uma de suas consequências nefastas⁶⁹⁷. Para as crianças e adolescentes que viviam aos “cuidados da família” sua influência já seria “fatal”, mas pior ainda seria o destino do “filho do pobre” cujos pais “abandonavam tão frequentemente às tentações da rua” para trabalhar⁶⁹⁸.

O senador transcrevia outro conhecido moralista francês, Ferdinand Buisson, para quem não seria “impunemente” que a sociedade entregava os filhos dos pobres “à influência da perversão”. Seria impossível para essas crianças resistir “à atração maléfica de tantas ilustrações pornográficas” que a ensinavam “mais rápido do que deveria ser”. Como consequência, segundo Buisson:

Esses milhares de crianças - pois elas ainda são crianças, em sua maior parte - que se tornarão, alguns, bandidos e cafetões; as outras, prostitutas precoces, como eles são depravados? Pois eles não eram, mais do que os outros, predestinados ao mal. Em vez de subjugar-los com seu desprezo, pergunte-se como eles foram treinados nesse aprendizado abjeto do vício, talvez do crime. E será difícil para você negar que a excitação pornográfica foi para muitos sua iniciação e os preparou, rindo das piores decadências, talvez.⁶⁹⁹

⁶⁹⁶ No original: “Il réside dans la surexcitation sexuelle, dans l’appel brutal à la satisfaction des sens que produit, sur les bas instincts de la faiblesse humaine, la vue de l’image lascive ou la lecture de l’écrit obscène. (...). Et la conséquence de tout cela est, pour tous ceux que le terrible poison a atteints, le dégoût du travail, la poursuite effrénée du plaisir, l’avilissement du caractère, la dégradation morale, la déchéance physique.” BÉRENGER, René. *Op. Cit.*, p. 93.

⁶⁹⁷ Para os quais competiam também a educação pública, segundo o senador. *Idem.*

⁶⁹⁸ *Ibidem.*, p. 95.

⁶⁹⁹ *Ibidem.*, p. 95

Para as mulheres, notadamente a “menina pobre”, à qual “a dureza do trabalho diário” e “a insuficiência frequentemente real dos salários”, condenavam “a uma vida de privação e sofrimento”, a pornografia seria “o ensinamento prejudicial que a galantaria oferece”, “com suas seduções de prazer, luxo e os lucros mais abundantes e mais fáceis”⁷⁰⁰. Ou seja, a pornografia levaria à prostituição das mulheres pobres. Mas Bérenger falava também da “mulher honesta”, a quem o contato com leituras pornográficas não levaria ao mau caminho, mas causaria “dor”, ultrajaria “seus sentimentos mais íntimos de consciência e modéstia”, a fariam “desviar os olhos na rua”, “fechar o livro começado” e “tremor incessantemente pela pureza dos filhos”. A mulher honesta e francesa, em especial, lidaria ainda com o “detestável efeito” da difusão das “mais estranhas calúnias” a seu respeito no exterior, graças aos estereótipos criados nos romances e jornais obscenos⁷⁰¹.

O problema residiria no fato de que os livros e folhas ilustradas exploravam “as pinturas da paixão livre, da revolta contra a lei moral e o adultério”:

Alguns deles, e estes são os que mais se espalham pelo exterior, não são exclusivamente devotados à glorificação do amor desenfreado, a vida do prazer, da devassidão? Da primeira à última linha, histórias, anedotas, fatos, anúncios, desenhos, tudo respira sensualidade. Toda mulher é fácil, pronta para amar, perversa. Assim os estrangeiros, inclinados a julgar nossas maneiras por essas pinturas degradantes que são apenas a paródia caluniosa e detestável, clamam à depravação francesa e se orgulham de sua pretensa superioridade moral, ao passo que, segundo a justa expressão de Jules Simon, a contribuição de seus vícios muitas vezes é o principal elemento de nossa aparente corrupção.⁷⁰²

É interessante perceber que, nesse ponto, Bérenger aponta o vício dos estrangeiros como a causa de uma “aparente corrupção” francesa. De acordo com a sua perspectiva, portanto, com exceção dos jovens pobres que estariam à própria mercê se educando pelas ruas de Paris, não obstante eles representassem “milhares”, a sociedade francesa de uma maneira geral não seria tão corrupta quanto a dos países que importavam a pornografia lá produzida. Os consumidores de pornografia dos outros países seriam ainda responsáveis

⁷⁰⁰ *Ibidem*, p. 93.

⁷⁰¹ *Ibidem*, p.96

⁷⁰² *Idem*.

pelo desprestígio no qual acreditavam se encontrar os escritores franceses autodeclarados “sérios”, como se queixara George Lcomte, presidente da *Société des Gens de Lettres*, também citado por Bérenger. De acordo com ele, os estrangeiros deviam justiça aos franceses, como os franceses deviam a verdade aos estrangeiros⁷⁰³.

Bérenger, no entanto, ponderava que esses fatos, ao invés de levar as nações amigas a uma contenda, deveria ao contrário uni-las contra o inimigo comum. Deliberou-se assim uma série de medidas com as quais os países participantes do encontro deveriam se comprometer para implementar em suas respectivas legislações. Nesse sentido, seria inicialmente “crucial” punir quem “fabrica ou detém, para fins de venda ou distribuição, escritos, desenhos, imagens ou objetos obscenos”, o que constava no Art. 1º das resoluções. De acordo com Bérenger, naquele momento somente a legislação alemã visava diretamente o “fabricante de obscenidades”, o que seria “sem dúvida”, a “principal razão para a persistência do comércio ignóbil”. Seria inócuo reprimir o vendedor, facilmente substituível, destruindo meia dúzia de produtos encontrados em sua posse, se a fonte continuaria a jorrar novos ao mercado diariamente⁷⁰⁴.

O Art. 2º previa a punição para importações, exportações e transporte de pornografia, o que incluía qualquer forma de fazê-la circular. Essa seria a grande novidade da proposta. Naquele momento, poucos eram os países que exerciam o direito de interceptar a pornografia na Alfândega e, segundo o próprio Bérenger, aqueles que o faziam provavelmente utilizavam de meios escusos e ilegais. Dada a calamidade da internacionalização pornográfica, no entanto, urgia uma revisão nas leis alfandegárias. O senador dizia que graças à “inovação ousada” que propunham, os Estados não apenas teriam que reter “esses produtos ignóbeis” na fronteira, “mas também atacar seu transporte”, mesmo que ele estivesse no interior das bagagens⁷⁰⁵. Deveria ser punida, enfim, toda a forma de comércio pornográfico, não importasse o quão camuflado ele fosse, o que implicava também na proibição de qualquer reclame, ainda que eles, em si, não fossem obscenos. O problema não residia mais na publicidade, de acordo com os Art. 3º e 4º.

Até que as resoluções se transformassem em novas leis, Bérenger sugeria que fossem procuradas formas de combate paliativas nas entrelinhas das existentes. Veremos

⁷⁰³ *Ibidem*, p. 97

⁷⁰⁴ *Ibidem*, p. 101-102

⁷⁰⁵ Veremos que no Brasil tal recomendação foi aproveitada.

que no Brasil houve quem se empenhasse de maneira bastante obstinada nessa resolução. Com as novas legislações, internacionalmente articuladas, no entanto, Bérenger tinha esperança de lograr sucessos inauditos na cruzada anti-pornográfica. Ele acreditava que “o miserável fabricante, editor ou fornecedor”, figuras de que acordo com a sua teoria se encontravam “à espreita”, “com seus produtos impuros” em países longínquos; os que se valiam de “truques clandestinos” para desfaçar o envio de encomendas; os que importavam e exportavam pornografia; os que a anunciavam “mesmo com palavras cobertas e fora do seu país”, todos eles, poderiam finalmente ser procurados e encontrados com as novas leis. Acreditava que “o tráfico infame” receberia “um golpe severo” com todas essas medidas.⁷⁰⁶

Bérenger faleceu em 1915, de forma que não teve a oportunidade ver suas esmeradas resoluções converterem-se em legislação em diversos países, o que só ocorreu a partir de 1923. A fatalidade no, entanto, lhe poupou de constatar que elas não seriam suficientes para impor o tão sonhado “dique” contra o comércio pornográfico. De toda forma, como veremos nas páginas seguintes, o senador seria uma poderosa fonte de inspiração para os moralizadores brasileiros, que desde o *Congresso* de 1908 se apresentaram às trincheiras dessa batalha.

5.4 A vaga de pudor carioca

Não obstante os reclames que, como vimos, eram constantemente feitos contra todas as formas de pornografia desde 1880, pelo menos, no Brasil a mobilização civil em torno da questão parece ter se organizado somente no final da década de 1900, inspirada pela movimentação europeia. Mas as iniciativas das primeiras *Ligas* de além-mar foram eventualmente comentadas pela imprensa brasileira. Em 1893, por exemplo, a *Gazeta de Notícias* informava sobre “um curioso congresso” que havia sido realizado na Suíça contra a literatura imoral.

O desejo de suprimir a circulação de impressos obscenos foi compreendido como razoável pelo jornalista, mas ele ironizava as ideias apresentadas para concretizá-lo. Confrontados com a impossibilidade legal de punir os autores, os congressistas teriam sugerido, de acordo com a *Gazeta*, “formar uma espécie de caixa de seguros contra a

⁷⁰⁶ BÉRENGER, René. *Op. Cit.*, p. 103

pornografia, para comprar as edições imorais, logo que aparecessem, e queimá-las em fornos incandescentes”. Teriam se lembrado a tempo, no entanto, de que “assim constituíam uma espécie de prêmio incomparável para os editores e autores de obras licenciosas”, que “surgiriam aos milhares”, tornando necessário “para consumi-las” incontáveis “baterias de fornos” e “usinas”, cujo investimento terminaria por “consumir também os recursos do caixa”. A deliberação do congresso, segundo a *Gazeta*, acabou sendo a de “não fazer coisa alguma”⁷⁰⁷.

Quinze anos depois, as notícias a respeito do *Congresso* de 1908 realizado em Paris foram recebidas no Brasil com mais entusiasmo por determinados segmentos sociais que viviam alarmados com o que supunham ser uma “onda de imoralidade”. Durante o *Segundo Congresso Católico*, que ocorreu nesse mesmo ano no Rio de Janeiro, foi decidido enviar a Bérenger uma “moção de aplausos” pela iniciativa. Deliberou-se ainda a fundação de uma *Liga Anti-pornográfica* brasileira, com sede na capital. Seus objetivos iniciais incluíam a nomeação de uma comissão para apreciar a suficiência da legislação nacional referente à matéria e, caso a conclusão não fosse satisfatória, o Congresso seria pressionado no sentido de decretar leis mais eficazes. Paralelamente, previa-se uma representação ao governo, “no sentido de obter maior solicitude e energia das autoridades na repressão da pornografia, dos teatros escandalosos e de tudo enquanto consista em afronta ao pudor público”⁷⁰⁸.

Os planos de fundação de uma *Liga* brasileira só seriam concretizados em 1912, quase dois anos após a participação do Brasil na *Conferência Diplomática Internacional*, mas nesse interim os interessados na causa tomaram algumas iniciativas no sentido de pressionar as autoridades. Chama a atenção nesse processo o protagonismo das agremiações católicas, que atuaram em muitos flancos. Em 1910, por exemplo, ocorreu, um *Congresso dos Jornalistas Católicos*, grupo responsável pelo grêmio da *Boa Imprensa*, que foi ironizada pelo jornal *O Século* como “aquela que não publica coisa alguma cabeluda”⁷⁰⁹.

Um episódio ocorrido durante este evento dá provas de que, apesar do propósito comum que os unia, os indivíduos mobilizados nesta causa nem sempre percebiam pornografia na mesma coisa. Na ocasião um representante de Campinas teria sugerido

⁷⁰⁷ *A literatura imoral. Gazeta de Notícias*, 31/10/1893, capa.

⁷⁰⁸ *Segundo Congresso Católico. O País*, 31/07/1908, p. 4.

⁷⁰⁹ *O Século*, 05/04/1910, p.3.

excluir o *Jornal do Brasil da Boa Imprensa* e desaconselhar sua leitura aos católicos em virtude dos “anúncios um tanto sibilinos” que estariam sendo veiculados na folha. Compreendendo que o conteúdo dos reclames não seria “propriamente pornográfico”, seus colegas julgaram demasiada a proposta e ela não foi acolhida.⁷¹⁰

Pouco a pouco essas iniciativas começaram a ter contornos institucionais, o que, como vimos, era então uma tendência encorajada pelo exemplo das *Ligas* europeias. Em novembro de 1909 reuniram-se na sede do *Círculo Católico* representantes de diversas associações do Rio de Janeiro. Quem presidia o *Círculo* nessa ocasião era Joaquim Ignácio Tosta que, como veremos, se converteria no decorrer dos meses seguintes em uma espécie de Bérenger brasileiro. Na reunião foi redigida e assinada uma representação “contra a perniciosa ação” que “a publicação e exibição da pornografia” estaria exercendo sobre costumes do povo brasileiro. Em fevereiro do ano seguinte uma pequena comitiva do *Círculo* apresentou o documento em uma reunião com o então presidente da república, Nilo Peçanha.

Na carta, os signatários procuraram elucidar de maneira bastante insistente que, muito embora a iniciativa estivesse de acordo com seus deveres enquanto católicos, não era o puritanismo religioso que os movia, mas o sentimento patriótico. Falavam, segundo eles, pela “causa da moral e do pudor público, liames estes que mais fortemente robustecem as nações e sem os quais inevitável se torna o seu desmembramento e ruína”. Entendiam que era “de pública notoriedade” o “incremento” da imoralidade no Brasil e especialmente no Rio de Janeiro, o que estaria se manifestando “nas exibições teatrais e outras congêneres”, mas também “na imprensa despejadamente licenciosa, quer no livro, quer ainda com maior perigo nem semanários e jornais”⁷¹¹:

Tudo quanto a lascívia e o impudor podem excogitar de mais desvalado e cínico, cotidianamente se exhibe em folhas apregoadas e vendidas sob as vistas da autoridade, em peças imoralíssimas, que com toda razão têm sido proscritas dos teatros, em países zelosos dos seus bons costumes, e ainda em fitas cinematográficas, que com viva realidade deparam sensualíssimas torpezas.⁷¹²

⁷¹⁰ *Idem.*

⁷¹¹ *Propaganda Moralizadora. O País*, 06/02/1910, p. 4.

⁷¹² *Idem.*

Dada a alegada inoperância das autoridades diante destes abusos, a “única satisfação aos brios do povo” seriam os anúncios de que nos espetáculos imorais não era permitida a entrada e permanência de menores e senhoritas. Para os signatários, no entanto, a medida cautelar teria o problema de inculcar que o mal surtia efeito apenas em pessoas jovens:

entra, porém, nestes antros de perdição o adolescente, em cujo organismo refervem paixões violentas e que assim tristemente se desvairam e viciam; entra o homem do povo, que lá desaprende a pureza do lar doméstico e por malsãos apetites é atirado aos gozos ilícitos; entra finalmente o estrangeiro, curioso dos nossos costumes e que lá fora irá dizer que no Brasil às escancaras se pratica o que em outras cidades só por abuso e escondidamente se perpetra”.⁷¹³

Argumentando que seus preceitos religiosos não deslegitimavam a iniciativa, uma vez que o problema não competiria apenas aos católicos, apelavam para as leis terrenas. Insistiam que “em todas as sociedades bem constituídas” havia “leis e regulamentos” zelando “os bons costumes” e “justas penas” para castigar os infratores, de forma que no Brasil não poderia ser diferente. Invocavam então o Artigo 282 do Código Penal de 1890, afirmando que “na sua brevidade e concisão ele tudo abrange no tocante às imoralidades”. Foram citados ainda leis e regulamentos aduaneiros e postais, que mandavam inutilizar nas alfândegas e nos Correios “as mercadorias, cartões e impressos evidentemente obscenos e imorais”. Portanto, o que se reclamava, segundo eles, não seriam “rigores extralegais ou medidas de exceção”, mas “o uso de uma disposição constitucional e dentro das leis do país”⁷¹⁴.

Acreditavam assim que a legislação deixava evidente a existência de um ideal de “pudor público”, partilhado inclusive pelas demais “nações cultas”, e aqueles que o desconheciam ou menosprezavam seriam apenas os “amorais relativistas, para quem nada existe de fixo, nem pela religião nem pelas tradições, nem mesmo pelos ditames da razão, ainda quando infelizmente desamparada pela fé”. Apontavam ainda os possíveis responsáveis pela situação considerada alarmante no Brasil: o “industrialismo” que ameaçava o pudor público seria “em parte movido por mãos estrangeiras”, que estariam

⁷¹³ *Idem.*

⁷¹⁴ *Idem.*

“armando em nossas cidades prostíbulos e jogatinas ou corrompendo-nos com exibições desonestas”. Aos brasileiros, de maneira geral, seria uma “afronta” saberem-se os “excetuados na face da terra” no que diz respeito ao ideal de pudor público⁷¹⁵.

A solicitação do *Círculo* nesse momento era que fossem cumpridas as leis que, segundo seus membros, seriam suficientes para aplacar a sangria que identificavam na moralidade pública. De maneira semelhante a Bérenger, culpavam os estrangeiros pela calamidade que percebiam na situação, mas no caso do Brasil, eles seriam os responsáveis por introduzir o mal no país.

Dias depois da divulgação deste documento *O Rio Nu*, permitindo-se sair de sua “habitual e costumada linha trocista”, publicou um artigo no qual se propunha discutir “a sério” a representação encaminhada pelo *Círculo Católico* ao Presidente da República. De acordo com o redator, de bom grado o jornal apoiaria a iniciativa não fossem “as razões expostas naquele documento”. Questionava-se, então, por que a “imprensa presumidamente licenciosa” era o alvo, e não “os lupanares e casas de tolerância” que estariam se “alastrando” pelo Rio de Janeiro “com o beneplácito da Polícia”. De acordo com o jornalista, em tais ambientes estariam sendo praticados “os maiores escândalos”, “sem que para isso tenha concorrido a ‘licenciosidade dos livros e da imprensa’”. Em seguida, o jornal listava detalhadamente os tais excessos alegadamente cometidos em locais:

Onde a honra de muitos maridos é atassalhada vergonhosamente; onde muitas senhoras honestas, com ciência, às vezes, dos próprios maridos, vão rojar pela lama da devassidão os títulos de virtuosas e exemplares esposas que a sociedade lhes tributa; onde, ainda, são levadas pelas próprias mães, pobres raparigas destinadas a servirem de pasto libidinoso a um endinheirado qualquer, conseguindo assim, com o negociar infame da carne de sua própria carne, uma subsistência relativamente pouco trabalhosa; e onde, finalmente, costumam ser encontradas em flagrante delito de adultério, mas... ‘no exercício da sua profissão’... senhoras portadoras de pergaminhos e nomes respeitáveis.⁷¹⁶

É impossível deixar de notar que os escândalos perpetrados nos “lupanares” descritos pelo jornalista são todos, invariavelmente, cometidos por mulheres. De acordo

⁷¹⁵ *Idem.*

⁷¹⁶ *A sério. O Rio Nu*, 19/02/1910, p.2.

com essa perspectiva, seria a frequência delas em tais ambientes que sujaria a honra dos maridos, o nome das famílias, a reputação das filhas e delas próprias. Nada foi dito, nesse sentido, a respeito de seus clientes ou eventuais patrões. Contudo, para os nossos objetivos neste capítulo, importa assinalar que nesse trecho são apontados os verdadeiros problemas morais que, segundo redatores do jornal, deveriam ser combatidos. Ademais, operava-se um movimento de desvinculação: os escândalos perpetrados naqueles espaços não tinham nada em comum com a licença literária e jornalística que, como sabemos, era um dos destaques de *O Rio Nu*.

O Rio Nu desautorizava, portanto, a sugestão de que o jornal seria imoral o bastante para merecer a atenção das autoridades. O documento elaborado pelo *Círculo Católico* não mencionava diretamente o jornal, mas isso parece intuído ou as desavenças já se faziam notar nos espaços públicos, por que nessa mesma nota ficava evidente que os redatores se sentiram frontalmente ameaçados pela menção aos regulamentos postais.

Se ‘existem leis e regulamentos aduaneiros e postais mandando inutilizar nas alfândegas e correios, mas mercadorias, cartões e impressos evidentemente obscenos e imorais’, porque razão o digno Diretor Geral dos nossos Correios e não menos digno presidente do ‘Círculo Católico’, não ordena que seja posta em prática essa medida, consentindo antes no livre trânsito, por aquela repartição, do sem número de jornais, livros e revistas francesas bastante licenciosos... com que se abarrota o nosso mercado, onde encontram uma venda extraordinária?

Se do estrangeiro nos podem vir esses impressos, cuja leitura não pode ser facultada a uma menina donzela, não será demais que aqui se façam jornais humorísticos, maliciosos mesmo, mas que, não constituindo gênero de primeira necessidade, são apenas adquiridos por quem os quer, como em toda a parte, e não tão somente no Brasil, como se infere da ‘Representação’ do ‘Círculo Católico’.⁷¹⁷

Se reproduzo integralmente esse trecho é por que ele engloba de maneira exemplar muitas questões que se faziam latentes no começo dos anos 1910. Em primeiro lugar, *O Rio Nu* ofereceu mais um testemunho da afluência de publicações pornográficas no Brasil naquele momento, acentuando que o número de obras francesas seria especialmente grande e sua venda, “extraordinária”. Essa indicação acaba por confirmar, portanto, as

⁷¹⁷ *Idem.*

angústias das *Ligas anti-pornográficas* que se organizavam mundo afora, para as quais a internacionalização da obscenidade atingia proporções alarmantes.

A sugestão para que Ignácio Tosta se dedicasse primeiramente a aplicar tais leis e regulamentos nas publicações estrangeiras pode indicar a percepção por parte dos redatores de que, no que diz respeito à justiça, não seria possível aplicar dois pesos e duas medidas. Mas também pode indicar, o que me parece mais provável, que *O Rio Nu* se compreendesse em um lugar menos pornográfico que tais publicações. Ademais, se as publicações estrangeiras eram permitidas sendo mais pornográficas, seria inadmissível que se interditassem as nacionais, ainda que fossem “maliciosas”.

Mas é interessante perceber, sobretudo, o posicionamento do jornal quanto à legalidade de tais publicações, fossem elas mais ou menos pornográficas. Nesse sentido, a sugestão de que fossem perseguidas as obras estrangeiras foi em seguida reduzida a uma provocação retórica, visando chamar a atenção para a falta de cabimento da perseguição alegadamente sofrida. Foi elaborado assim um raciocínio segundo o qual a pornografia não era uma necessidade, de forma que ninguém seria obrigado a consumi-la. As publicações obscenas seriam desse modo adquiridas por quem as queriam, cabendo aos que não as apreciavam reservarem-se também ao direito de simplesmente não as comprar. Assinalava-se, ainda, no sentido de corrigir o *Círculo*, que os brasileiros não seriam os “excetuados na face da terra” nesse quesito, uma vez que assim ocorria no mundo inteiro. Desse modo, de acordo com o jornal consumir ou não pornografia configurava um direito, o qual não parecia interessante ou razoável converter-se em obrigação.

Poucos dias depois, em 21 de março de 1910, as animosidades entre Ignácio Tosta e *O Rio Nu* atingiriam um novo patamar, com a publicação da circular proibindo o trânsito do jornal pelas dependências dos Correios.

5.5 “O nu não pode circular pelos Correios”

A circular proibia, como já foi dito, a distribuição e expedição por parte dos funcionários “das correspondências que contenham desenhos ou publicações obscenas”. O documento citava de maneira específica os periódicos cariocas *O Rio Nu* e *Sans Dessous*, representantes do chamado *gênero alegre*. Informava ainda que, se “por descuido ou negligência” de algum funcionário as publicações chegassem a transitar pelas

repartições postais, deveriam, assim que apreendidas, “ser imediatamente inutilizadas”, sob pena de suspensão ao empregado que descumprisse a regra⁷¹⁸.

Tosta argumentava que a medida visava respeitar o regimento interno dos Correios, de acordo com o qual não seriam expedidos nem distribuídos “artefatos, desenhos e publicações obscenas”, assim como “objetos com endereço ou dizeres injuriosos, ameaçadores ou indecentes”⁷¹⁹. Mas, como sabemos, ele presidia a associação religiosa denominada *Círculo Católico*, um dos principais expoentes da cruzada anti-pornográfica que se mobilizava no Brasil. Em virtude disso, sua medida foi amplamente questionada na imprensa, sob a suspeita de que excedia os poderes atribuídos ao cargo de diretor-geral dos Correios e correspondia, na verdade, aos seus anseios morigeradores de presidente do grêmio religioso.

É interessante notar, contudo, que das falas contrárias à circular de Tosta não emergiu necessariamente uma defesa dos jornais citados ou das publicações obscenas, de uma maneira geral. Nesse sentido, criticou-se de maneira mais incisiva a legalidade da ação, não a legitimidade da intenção.

Alguns dias depois de publicada a circular, *O Rio Nu* questionou em suas páginas a licitude da ação de Inácio Tosta. Defendia-se ali que ao aceitar o cargo público, Tosta “sabia perfeitamente que tinha que sobrepor a Constituição às Horas Marianas e não fazer justamente o contrário”, uma vez que “os cerca de três contos de réis” recebidos mensalmente “do Governo da República” não seriam pagos para que ele servisse “aos caprichos da Igreja de Roma”. Classificava-se a resolução como “odiosa”, sob o argumento de que diretor não havia agido como funcionário público, “mas simplesmente como membro do *Círculo Católico*”⁷²⁰.

A compreensão de que os motivos de Tosta eram escusos e incompatíveis com seu cargo público foi reforçada pelo exemplo de seus antecessores, dos quais se dizia que, mesmo não sendo “menos moralizados” que ele, não haviam tido “o desprazer de atentar contra a liberdade de um jornal que a polícia não julga imoral e que concorre com impostos para o erário público”⁷²¹. Ironizava-se, inclusive, que acaso fosse esse o papel

⁷¹⁸ *Apud.* Rio Nu, 30/03/1910, p. 2.

⁷¹⁹ Decreto nº 2.230, de 10 de fevereiro de 1896; Art. 5º e 6º. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2230-10-fevereiro-1896-518912-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20/10/2018.

⁷²⁰ *O Rio Nu*, 30/03/1910, p. 2.

⁷²¹ *Idem.*

do diretor-geral dos Correios, Tosta o teria executado pessimamente, pois estava há quase um ano ocupando o cargo e só então havia se lembrado “de baixar o *ukase* ridículo” que a justiça – acreditavam os redatores – haveria de “fazer desaparecer, por ilegal e contraproducente”⁷²².

Nessa mesma edição o jornal compilou ainda o que se dizia sobre o caso em outros veículos da imprensa, selecionando, evidentemente, as que apontavam o caráter arbitrário da medida. Pelo *Correio da Manhã*, Tosta foi acusado de agir “sob a inspiração de um círculo ou coisa que o valha”, o que deixaria nebuloso o limite entre “seus deveres administrativos” e “seus doces encargos moralizadores”. Para a *Gazeta de Notícias*, ele teria “o feitio combativo de um inquisidor” e seu “catolicismo militante” seria “excessivo”. Para estes jornais, no entanto, algum papel salutar ainda cabia à função de Inácio Tosta, como explicava o jornalista do *Correio da Manhã*:

Compreende-se que o diretor dos Correios, no legítimo exercício de suas funções, vede o livre curso de estampas ostensivamente porcas ou mesmo de qualquer espécie de correspondência aberta onde lobriguem dizeres indecentes. Daí, porém, não se segue que uma simples medida de prevenção contra certos abusos possa ser com facilidade transformada em rigorosa praxe administrativa.⁷²³

Seria considerado razoável que fossem confiscadas “fotografias, estampas e cartões abertos com figuras ou dizeres obscenos”, o que configuraria, de acordo com esse jornalista, “pornografia ostensiva”⁷²⁴. Contudo, suspeitava-se que Tosta não pretendia impedir simplesmente a circulação de “correspondência abertamente imoral”, mas empreender uma “generalização singular e astuciosa” que atentaria contra “uma série de coisas que ele engloba sob a denominação de *publicações obscenas*”⁷²⁵. De forma semelhante, a *Gazeta* defendia que se a proibição se destinasse às “publicações **aparentemente, visivelmente, exteriormente obscenas**”, seria legítima. Indo além, entretanto, estaria “errada” e configuraria “uma ameaça para a liberdade de imprensa”, coisa “que não se admitiria em país algum”⁷²⁶.

⁷²² *Idem.*

⁷²³ *Idem.*

⁷²⁴ *Idem.*

⁷²⁵ *Idem.* Grifos originais.

⁷²⁶ *Idem.* Grifos originais.

Tosta era assim acusado de fazer, sob os auspícios do círculo da *Boa Imprensa*, uma campanha “insidiosa” e “má” que não era empreendida por “meios livres”, mas a partir do “trabalhinho inquisitorial do oficialismo pudico”⁷²⁷. Compreendia-se que cabia à Polícia o dever e a prerrogativa de deliberar sobre os limites da moralidade pública, de modo que se o chefe de polícia não havia ainda proibido o trânsito dos jornais citados por Tosta, eles não eram imorais ou não havia na legislação vigente cláusula que permitisse suprimi-los⁷²⁸. No *Século* protestava-se ainda contra o precedente ruim que a medida criava. Sendo o governo um só, não seria possível que cada um dos órgãos lidasse com a obscenidade de uma maneira diferente, tampouco que um tomasse para si responsabilidades que caberiam ao outro:

Num departamento da administração, que se chama “Alfândega”, passam fitas cinematográficas de gênero livre, isto é, de franca pornografia; num outro departamento, que se chama “Polícia”, permite-se a jogatina desenfreada por toda a cidade, o livre curso, pelas ruas, de jornais e revistas obscenas, e a exibição, nos cinematógrafos “livres”, das fitas que a Alfândega deixara entrar. Chega-se, porém, ao departamento que se chama “Correio”, e ouve-se de lá de dentro a voz do diretor: “Alto lá” Aqui fia mais fino: só entram publicações que não ofendam à moral!”⁷²⁹.

Essa fala criticava os excessos de Tosta, mas também denunciava a negligência com que alegadamente o Estado lidava com a pornografia considerada “ostensiva”. Desse modo, a medida seria além de “inexequível”, “ridícula”, pois faria “um contraste terrível com a imoralidade dominante em todos os ramos da administração”. No entanto, vê-se aí também compartilhada a sensação de que a Polícia era ineficiente. Reiterava-se assim que o problema não consistia na cruzada anti-pornográfica, mas na origem e motivação de seus soldados. Vê-se, portanto, a necessidade de separar as instâncias. A moralidade prosseguia sendo um problema, mas não devia ser um problema da Igreja, e sim do Estado. Os objetivos de Tosta eram compartilhados por boa parte da imprensa, mas suas motivações e, sobretudo, seus meios, não eram aceitáveis.

Para outros interlocutores, a medida era somente inútil. Certo redator identificado apenas pelas letras F.V. noticiou ironicamente no jornal *O País* que “o venerável diretor

⁷²⁷ *Idem.*

⁷²⁸ *Idem.*

⁷²⁹ *Idem.*

do correio” não queria “que as suas malas puras e expurgadas de pecado” fossem “tão peçonhamente maculadas, ao contato dessas publicações obscenas” que andavam “por aí”. Dizia ele que “o diabo, com suas tentações” não teria absolutamente o direito “de merecer carinhos e solitudes dos carteiros”. Sugeriu-se ainda que as publicações interditas não entravam abertas no correio, de modo que apenas “a bisbilhotice” poderia conhecer seu conteúdo. Em seguida o jornalista assumiu um tom mais sério e convidava o leitor a refletir sobre quem tinha razão no embate:

ninguém negará que seja ótimo e excelente opor barreiras à pornografia. Em França, Bérenger é um apóstolo incansável dessa cruzada moralizadora. É preciso escolher, porém, sensatamente, os meios de fazê-lo. Não é, bem se vê, proibindo que essas ou aquelas publicações obscenas penetrem nas malas do correio e recebam seu carimbo límpido e evangélico que se terá dado combate a essa moléstia.⁷³⁰

Percebe-se aí que a atuação do senador francês era admirada no Brasil mesmo por aqueles que tão descaradamente ironizavam as providências de Tosta. O curioso, no entanto, é que a inspiração dos movimentos anti-pornográficos brasileiros emanava em muitos aspectos do próprio Bérenger, que como titular de um cargo público também o utilizava para promover a moralização não apenas da sociedade em que vivia, mas em escala mundial. Evidentemente, devemos considerar que Bérenger era senador e, portanto, o cargo lhe conferia competência para legislar. Mas suas falas frequentemente evocavam a necessidade justamente de mobilização dos sujeitos que, nos mais diferentes países, compartilhavam do seu pânico moral, no sentido de usarem o que houvesse na manga para conter o avanço pornográfico. Precisamente o que Tosta fazia naquele momento.

O jornalista prosseguia com as reflexões elaborando uma analogia entre pornografia e ervas daninhas. Segundo ele, quando inspirados pelo propósito de combater o mal, não bastava apenas “aparar os galhos”. Eram necessárias medidas mais enérgicas: “Pega-se em um machado, rachasse-lhe o tronco, e põe-se abaixo. Cava-se o solo e arranca-lhe as raízes”⁷³¹. Comparou as publicações obscenas também com as armas de fogo, os venenos, as bebidas alcóolicas, “mil coisas” que, segundo ele, proibidas ou não

⁷³⁰ *O País*, 09/04/1910, p. 2

⁷³¹ *Idem*.

por lei e por piores que fossem, transitavam livremente causando intermináveis estragos na sociedade brasileira.

Além disso, a medida lhe parecia quase amadora:

De que vale estas e aquelas publicações obscenas não poderem circular pelo correio, se elas penetrarão, de mil maneiras, quase em toda a parte, se elas andam pelas esquinas, pelas portas, livremente expostas aos olhares e aos tostões do respeitável público?

(...)

Meu deus! Pois se há publicações obscenas que não podem transitar pelo correio, essas publicações não devem ser, de modo algum, mantidas.⁷³²

Nesse discurso, portanto, vemos que o desejo de ver a imoralidade completamente banida parece tão forte quanto o dos membros do *Círculo Católico*. Não era sequer a legitimidade da circular de Tosta que esse jornalista criticava, mas sobretudo a sua ineficiência e ingenuidade. Seria inútil proibir a remessa postal de publicações obscenas se elas continuariam circulando de outras formas. Podemos intuir, portanto, que esse interlocutor acreditava serem necessárias leis mais rígidas no sentido de coibir a pornografia em todas as suas expressões.

O que podemos perceber em comum entre todos esses discursos é a percepção segundo a qual o Estado e as autoridades policiais por ele designadas para garantir a manutenção da moralidade pública não estavam cumprindo adequadamente a sua função. Para uns, que o diretor-geral dos Correios tomasse a dianteira na cruzada moral soava ilegal e abusivo, enquanto para outros parecia uma coragem inaudita diante da inércia policial. Mas ao que parece *O Rio Nu* foi um dos poucos veículos – senão o único – a defender que a pornografia em si permanecesse como um direito. Ao afirmar que o consumo de publicações obscenas não era obrigatório, trazia ao debate a questão das liberdades individuais, a partir das quais um indivíduo poderia decidir se entreter com tais leituras ou não. Essa reflexão não os impedia, contudo, de reprimir severamente outro tipo de entretenimento, que era a frequência nos bordeis, mesmo que não tenham citado em nenhum momento os homens que presumivelmente faziam o público de tais estabelecimentos.

⁷³² *Idem.*

É interessante notar, portanto, que nesse discurso está presente a boa e velha hierarquização do sexo. Os jornalistas se defendiam da alegada acusação de pornográficos sobretudo apontando a pornografia que percebiam nos outros. Outro aspecto que merece atenção nos discursos veiculados na imprensa acerca da contenda entre *O Rio Nu* e Ignácio Tosta diz respeito à percepção de que não eram apenas os pressupostos legais que tornavam os responsáveis pela apreensão de publicações obscenas inaptos à tarefa: faltava-lhes sensibilidade também. Às dúvidas quanto à capacidade de julgamento estético de Tosta e seus funcionários somava-se ainda o receio de que a privacidade das correspondências fosse violada.

Para o *Correio da Manhã*, por exemplo, parecia chocante que Tosta se arrogasse o papel de avaliar a obscenidade dos impressos. Não estaria sob sua alçada “conhecer até que ponto uma publicação é obscena ou deixa de ser” e com a medida ficariam ao seu cargo “as distinções a serem feitas”. O jornalista compreendia que “esse critério” não podia ter o diretor, “investido das funções administrativas que lhe pesam sobre os ombros”. Mas, para ele, “o mais custoso” seria estabelecer “o critério dos funcionários encarregados da devassa planejada”, aos quais faltaria “capacidade administrativa” para julgar aquilo para o que estavam sendo convocados a “meter o bedelho”⁷³³.

No jornal *O Século* dizia-se que a medida era “inexequível”, pois faltaria aos empregados “instruções para o julgamento das publicações entregues à via postal”. Ao prever penas para os funcionários que deixassem passar as publicações, Tosta estaria impelindo a “abusos extraordinários por parte do pessoal”, que condenaria inescrupulosamente “um grande número de publicações”, ou à “aplicação constante de penalidades” aos que as julgassem transitáveis⁷³⁴.

À *Gazeta de Notícias* parecia especialmente preocupante que coubesse aos funcionários a tarefa de decidir o limite da obscenidade: “É preciso saber se agora cada carteiro vai ser um censor, um árbitro da moralidade ou imoralidade da correspondência que se lhe entregar”⁷³⁵. Não parecia apropriado ao jornalista que assim se desse, uma vez que tais questões seriam de difícil resolução. Ele usava como exemplo uma célebre peça de teatro que havia sido executada sem grandes problemas na França, Alemanha e Estados Unidos, mas fora vetada em Londres por alegadamente atentar contra a moral pública. Se

⁷³³ *Apud.* Rio Nu, 30/03/1910, p. 2.

⁷³⁴ *O Rio Nu*, 30/03/1910, p. 2.

⁷³⁵ *Aqui...* **Gazeta de Notícias**, 23/05/1910, p.1.

“as autoridades das capitais das maiores nações do mundo” encontravam dificuldade em acordar o assunto, seria perigosíssimo “entregar a apreciação da moralidade das publicações postas no correio aos empregados dessa repartição”.

Sustentava a opinião desse jornalista um forte preconceito de classe, uma vez que lhe parecia pouco possível que um carteiro tivesse meios de enxergar “a grande diferença” que ele entendia existir “entre o que é obsceno e o que pode ser considerado imoral”:

Um cartão postal com a reprodução da Vênus de Milo é imoral? A imensa maioria responderá prontamente que não, alegando que se trata de uma obra de arte. Mas é bom não esquecer que, por sua vez, a imensa maioria dos carteiros não conhecem a história dessa estátua. Para um homem simples do povo que lhe vir o retrato, será pura e simplesmente uma estátua de mulher nua.⁷³⁶

Em carta enviada por certo Alfredo Carvalho à *Gazeta de Notícias* foi levantada ainda outra possibilidade terrível envolvendo os carteiros. Dizia o remetente que no afã de evitar que se pervertesse “a alma do ‘Zé Povinho’”, Tosta estaria arriscando corromper “as alminhas de seus agentes e empregados”, que uma vez “acastelados na autorização” iriam se regalar “com a leitura dos tais jornais mundanos e daqueles que não o são”. E fariam isso “sem pagar vintém”, ferindo assim “a renda do correio” e praticando “a roubalheira”, já que qualquer carteiro poderia “subtrair à vontade” as publicações que bem quisesse, “alegando depois a sua imoralidade”. Dessa forma, Ignácio Tosta pretendia “combater o pecado de ser ver coisas feias” fazendo “propaganda do roubo”, o que seria ainda pior e mais grave, pois além de “pecado”, a subtração era “crime previsto nos códigos”⁷³⁷.

Desse modo, vemos que para boa parte da dita imprensa “graúda” o problema não consistia exatamente em coibir a circulação de obscenidades, mas no método e nos critérios adotados para isso. Embora aparentemente não tenham sido registradas defesas públicas da pornografia, com a exceção do próprio *O Rio Nu*, foram muitas as vezes que desautorizavam Tosta. Entre elas, se destacam vários argumentos: o diretor estaria agindo sob os auspícios do *Círculo Católico*, o que seria incompatível com os valores republicanos; seu cargo não comportaria tal atribuição, que seria uma prerrogativa da

⁷³⁶ *Idem.*

⁷³⁷ *O Rio Nu*, 30/03/1910, p. 2.

Polícia; ele não teria tempo ou capacidade de que decidir o que era ou não obsceno; e, por fim, incumbir os carteiros de tal apreciação seria perigoso, não apenas por que lhes faltava senso estético para a triagem, mas também por que ela demandaria uma verdadeira devassa nas encomendas postais e, quiçá, desvios e roubos.

Mas não só de críticas e deboches viveu o diretor-geral dos Correios nesse momento. Muito embora os elogios efusivos tenham partido sobretudo de outras agremiações católicas, eles existiram e foram veiculados na imprensa. A *União Popular de São João Del Rei*, de Minas Gerais, por exemplo, aplaudiu a medida, fazendo questão de enumerar as razões pelos quais ela seria urgente. Segundo a agremiação, a pornografia seria “um dos maiores males que arruínam a moralidade de um povo”, “uma vergonha para a Nação Brasileira” e ofenderia “os mais íntimos sentimentos da religião de nossas famílias”. Referindo-se especialmente à “imprensa sem moral”, dizia que ela “exalta o vício, desenfrea as paixões, avilta a pureza das donzelas e a virtude das pessoas”. Por fim, a pornografia seria contrária à “verdadeira civilização”, por sua capacidade de “enervar e afeminar o caráter dos cidadãos”⁷³⁸.

Frequentemente o próprio Tosta tornou públicos os aplausos recebidos, o que lhe proporcionava a oportunidade de se manifestar. Ao agradecer o apoio declarado pela *Associação Cristã de Moços*, por exemplo, aproveitou a ocasião para divulgar seu desejo de criar uma brigada anti-pornográfica não confessional, o que permitiria a participação “de qualquer homem moralizado, independente da crença”⁷³⁹. Como dizia isso a um grêmio justamente de moços cristãos, é possível intuir que essa informação visava o público em geral, com o objetivo de angariar reforços de outras frentes.

Agradecendo aos protestos de apoio em um texto publicado pelo jornal *O País*, Ignácio Tosta dizia que eram “mais significativos e confortantes” do que “ferinos foram os ataques irônicos, insultuosos e pornográficos” dirigidos a ele. Reforçava ainda o caráter legal de sua iniciativa, afirmando que a “lei, o direito e a moral” seriam “os escudos resistentes” que o amparavam “contra os golpes da injúria pornográfica”. Transcreveu ainda algumas palavras atribuídas a René Bérenger, que lhe serviam de inspiração: “façamos a greve das pessoas honestas contra os empresários de lubricidade.

⁷³⁸ *O país*, 24/05/1910, p. 5.

⁷³⁹ *Jornal do Comércio*, 28/04/1910, p.3.

É o interesse que os guia, tomemo-los pelo interesse: o livro que não se vende, o espetáculo que não dá receita, desaparecem por si mesmos”⁷⁴⁰.

É interessante notar que Tosta, assim como havia ocorrido com o documento dirigido pelo *Círculo Católico* a Nilo Peçanha meses antes, insistia veementemente em imbuir seu discurso de valores republicanos, como havia se tornado comum à essa altura. Vimos que nas duas últimas décadas do século XIX *O Apóstolo*, jornal católico constantemente indignado com a “onda de imoralidade” que percebia estar assolando o país, embora lamentasse a inércia das autoridades terrenas, costumava invocar os valores religiosos para defender ou justificar a necessidade de que fosse defendida a moral pública. Seus redatores identificavam no que chamavam de “guerra contra a religião” as causas da degradação moral e consequentemente social que acreditavam estar vivendo. É possível perceber, portanto uma mudança na estratégia dos grupos católicos. Embora o lugar que a religião ocupava em suas vidas fosse reafirmado com frequência, o discurso tendia a atribuir-lhe um papel quase coadjuvante, como se a fé fosse um distintivo digno de menção, mas não a razão de suas ações naquele sentido. Era alegadamente em nome da lei e da ordem social que os discursos se construía, insistindo que o que defendiam era pura e simplesmente as leis terrenas.

Já a fala de Bérenger transcrita por Tosta indicava a consciência de que lutavam também contra uma lógica de mercado. De acordo com essa perspectiva, como a pornografia consistia única e exclusivamente num comércio que, além de tudo, caracterizava-se por ser torpe, não seriam as inspirações artísticas de seus autores a motivação de sua produção, mas o lucro. Secando a fonte, cessaria o problema. Trata-se de um detalhe sutil, mas muito importante, pois remete ao espaço marginal tradicionalmente ocupado pela pornografia moderna. Soava inconcebível, nesse raciocínio, que o universo pornográfico envolvesse qualquer sentimento além de imoralidade e ganância. Isso por que a pornografia se opunha essencialmente ao belo.

Tosta continuava a sua defesa torcendo para que “os tíbios, os medrosos, os que suportam o vício e a imoralidade porque receiam os ataques ousados dos homens viciosos e imorais, e os indiferentes às devastações da corrupção social por comodidade” despertassem “da criminosa apatia” em que viviam e seguissem seu próprio exemplo. Por

⁷⁴⁰ *Idem.*

fim, o diretor dos Correios sintetizava a sua opinião sobre a pornografia e seus efeitos nefastos:

A livre circulação e a exibição de desenhos, gravuras, pinturas, impressos, emblemas ou imagens obscenas nas ruas, nas lojas e em lugares públicos constituem uma verdadeira calamidade social; e um povo que não se comove e não se indigna diante da obscenidade insolente afrontando cnicamente os costumes públicos, invadindo o lar das famílias e enlameando a pureza das crianças, é um povo grangrenado, condenado a perecer de morte asquerosa⁷⁴¹

O juiz federal Raul Martins anulou a circular de Tosta em favor do *Rio Nu*, desde que o remetente ocultasse o conteúdo do envio. No entender do juiz, o que a lei proibia era o trânsito de objetos francamente obscenos que estivessem expostos, mas desde que devidamente lacrados, não havia impedimento⁷⁴². Vê-se que o problema para alguns homens da lei prosseguia sendo a visibilidade pública. A decisão repercutiu mal em alguns veículos de imprensa, como o *Jornal do Comércio*, onde se dissertou longamente sobre como os ingleses lidavam com o assunto, não permitindo o trânsito postal de obscenidades. De acordo com o jornalista, o enorme “abismo” existente entre Brasil e Inglaterra dizia respeito ao comprometimento do Estado no combate à pornografia. Enquanto lá os poderes se harmonizavam, de acordo com ele no Brasil as autoridades quedavam-se “apáticas, indiferentes”, chegando a prestar apoio e solidariedade “aos criminosos solapadores da moralidade pública”. Dizia ele que no parlamento brasileiro não havia uma só voz que se fizesse ouvir “contra a pornografia” e por essa razão “os jornalecos” estariam pululando “impune e audaciosamente, nos lugares mais públicos da capital”⁷⁴³.

Mas a sensação de que o Estado e sobretudo a Polícia estariam sendo condescendentes com a circulação de pornografia no Brasil era partilhada também por aqueles que se posicionaram contra a circular de Tosta, de uma maneira geral. O que não lhes parecia admissível, entretanto, era que o diretor-geral dos Correios, diante disso, fizesse justiça com as próprias mãos. Pesava, ainda, sua militância religiosa. Concorria para a desconfiança de seus detratores o fato de que o regulamento no qual ele havia se

⁷⁴¹ *As publicações obscenas. O país*, 23/06/1910, p. 5.

⁷⁴² *Jornal do Comércio*, 04/09/1916, p.4.

⁷⁴³ *Idem*.

baseado estava em vigor desde 1896 e *O Rio Nu* circulava desde 1898. Além disso, como lembrava *O Rio Nu*, Tosta dirigia os Correios há quase um ano e só então havia atinado para essa providência.

A circular, no entanto, se inscreve na paulatina mobilização de grêmios católicos que vinha sendo gestada desde 1908, pelo menos. É possível que Tosta soubesse, quando assumiu o cargo, que resgatar dos recônditos sombrios de um regulamento interno uma medida jamais invocada naquelas proporções poderia suscitar polêmica. A decisão, portanto, foi provavelmente resultado de cálculo junto aos seus colegas do *Círculo* e da *União Católica Brasileira*, que se mantinham antenados com as mobilizações em curso também na Europa. Inclusive, a *Conferência Diplomática Internacional* sediada em Paris e da qual o Brasil participou, ocorreria pouco menos de um mês após a circular de Tosta. Veremos que as investidas dos grupos comprometidos com o combate à pornografia, no entanto, tenderiam a se intensificar nos anos seguintes.

5.6 Pio-Cutelo contra a imoralidade carioca

Nesse sentido, o ano de 1912 foi bastante agitado para os defensores da moralidade pública, em grande parte devido à obstinada atuação de um jovem chamado Pio Ottoni. Tal como Ignácio Tosta, ele conciliava um cargo público com a militância religiosa, mas elevou essas atribuições a um nível que Tosta não havia se aproximado. Lembremos que em 1910, quando o Diretor-Geral dos Correios se incumbiu da tarefa de interditar o trânsito das publicações obscenas, boa parte da crítica à sua iniciativa se concentrou no fato de que a prerrogativa de vigiar a moralidade pública cabia à Polícia e não aos serviços postais. Jamais saberemos se ao longo dos dois anos que separaram Tosta e Ottoni as agremiações católicas assimilaram a crítica e trabalharam estratégias para que num futuro próximo ela pudesse ser evitada ou se o simples acaso operou nesses domínios, mas o fato é que em janeiro de 1912 Pio Ottoni presidia a *União Católica Brasileira*⁷⁴⁴ e ocupava o cargo de Delegado Suplente.

Em 5 de fevereiro desse mesmo ano foi finalmente fundada no Rio de Janeiro a *Liga Anti-pornográfica*, por iniciativa da *União Católica Brasileira*, o que significa que coube ao jovem Ottoni colocar em prática os planos que foram gestados pelas

⁷⁴⁴ Em 1910 ele já havia sido eleito 1º secretário, o que sinaliza que, apesar da juventude constantemente mencionada nos jornais, ele era bastante ativo na agremiação. *O País*, 06/05/1910, p.8.

agregações católicas desde 1908. Em uma carta enviada aos órgãos de imprensa por ocasião de sua criação, os membros do diretório⁷⁴⁵ resumiram o propósito da entidade: “combater a pornografia em todos os aspectos e com todos os meios lícitos ao seu alcance”. Diziam ainda esperar a

cooperação de todas as famílias que sentem repugnância pela onda da imoralidade que vem inundando o nosso país, pervertendo-lhes os jovens, tirando-os da influência da família e da virtude, para introduzi-los no caminho do vício e conseqüentemente do crime.⁷⁴⁶

Ocorre que em fevereiro, quando a *Liga* foi fundada, Pio Ottoni já se encontrava em plena atividade, exercendo sob a chancela do então Chefe de Polícia da capital, Belisário Távora, a função de censor teatral. Seu desempenho foi de tal maneira surpreendente que o jovem Delegado ocupava quase diariamente um espaço nos jornais. Um dos sujeitos mais escandalizados com sua atuação foi o responsável pela crítica teatral do jornal *O País*. Em janeiro, por exemplo, ele já dava provas do desacordo que determinadas percepções da pornografia poderiam gerar. Pio Ottoni havia cortado quadros de uma peça chamada *Sem rei nem roque* que, na opinião do jornalista, não constituíam imoralidades. Ele reconhecia que existiam “trocadilhos engraçados”, mas não eram capazes de perverter ninguém: “quem inocente for, ouvindo-os, inocente fica”⁷⁴⁷.

Além disso, o crítico se queixava que a partir dos cortes operados por Ottoni uma peça havia ficado incompreensível e que, em outra ocasião, teria passado

sobre a fantástica, estupenda e quixotesca resolução do Sr. Pio Ottoni de fazer eliminar dos quadros da revista *Agulha no Palheiro*, com tanto sucesso levada à cena do Recreio, só porque no cenário desse quadro havia pintadas umas figuras de frades e padres!⁷⁴⁸

⁷⁴⁵ Assinavam a carta, identificando-se como “o diretório da Liga”, o médico Álvaro Duval Leal, Rodrigo Lamare Leite, Lauro W. Pacheco e Fernand V. de Miranda, estudantes de Medicina, Direito e Engenharia, respectivamente. *Liga Anti-pornográfica do Rio de Janeiro*. In: **A Cruz: Órgão da ‘Liga Social Católica Brasileira’ de Mato Grosso**, 09/06/1912, capa.

⁷⁴⁶ *Liga Anti-pornográfica do Rio de Janeiro*. In: **A Cruz: Órgão da ‘Liga Social Católica Brasileira’ de Mato Grosso**, 09/06/1912, capa.

⁷⁴⁷ *O País*, 13/01/1912, p. 5.

⁷⁴⁸ *Idem*.

O argumento de Ottoni, segundo o jornal, era o de que os tais quadros consistiam em ofensa à religião, diante do que perguntava o jornalista: “Mas qual religião? A do Estado? Só assim se compreenderia a intervenção da polícia... se no Brasil a igreja não estivesse separada do Estado...”⁷⁴⁹.

Em um comentadíssimo despacho, Ottoni chegou a expressar seu entendimento a respeito da laicidade do Estado, afirmando ser inconstitucional ferir a fé católica, “sob cujos auspícios nasceu nossa nacionalidade” e que um Estado laico não era a mesma coisa que um Estado ateu⁷⁵⁰. Esse comportamento alarmava os jornalistas, que se perguntavam se seria “crível” que “a liberdade constitucional, as garantias das leis e regulamentos” se vissem suspensas, “porque um funcionário novato e bisonho” queria se impor “à beatice do seu chefe”⁷⁵¹. A intempestividade censora de Pio Ottoni, apelidado a certa altura de Pio-Cutelo, era assim compreendida como uma espécie de fundamentalismo religioso.

Vê-se atualizada, portanto, a questão acerca da legitimidade de determinados sujeitos que conciliavam cargos públicos com militância católica. Para *O País*, por exemplo, além de Ottoni constituir uma “espécie de patologia experimental” e ser “incompetente” no exercício da função, legalmente ela não poderia ser atribuída a um suplente de Delegado⁷⁵². Para a *Gazeta de Notícias*, o “moço” havia se formado bacharel “por uma imensa ironia de sorte”, uma vez que parecia não conhecer as leis ou a Constituição Federal⁷⁵³. Além disso, dizia-se que cargo de sensor teatral não existia e havia sido inventado exclusivamente para colocar Ottoni na Polícia, graças aos seus “poderosos pistolões fradescos e cardinalícios”⁷⁵⁴.

Mas assim como os detratores de Ignácio Tosta, os jornalistas partilhavam a percepção de que existiam coisas verdadeiramente pornográficas e que nada seria mais justo que fazer pesar sobre elas a lei, apenas discordavam que os critérios de Pio Ottoni seriam apropriados:

Somos partidários da censura teatral, porque, na verdade, aparecem às vezes peças irrepresentáveis pelo abuso que peças se faz das situações verdadeiramente pornográficas; mas somos partidários da censura

⁷⁴⁹ *Idem*.

⁷⁵⁰ *Gazeta de Notícias*, 30/03/1912.

⁷⁵¹ *O País*, 05/04/1912, capa.

⁷⁵² *O País*, 28/03/1912, p. 5

⁷⁵³ *Gazeta de Notícias*, 30/03/1912.

⁷⁵⁴ *O País*, 30/03/1912, p.4

prudente, criteriosa e praticada por pessoa competente, que perceba de coisas de teatro, que antes de fazer *cortes* veja se é possível efetuar apenas *modificações* ou *substituições*.⁷⁵⁵

Na *Gazeta de Notícias*, chegou-se mesmo a considerar que não seria justo criticar Pio em si, mas a função que lhe fora delegada, essa sim ilegal. Reconhecia-se que “as peças teatrais representadas nos nossos palcos, muitas delas, são francamente imorais”:

A dissolução de costumes, a desorganização moral da sociedade moderna, explodem licenciosamente nos teatros, onde o público degenerado e sem fibra excita os nervos e se contorce de gozo ante as exibições impudicas da carne tentadora e prostituída.⁷⁵⁶

Para o jornalista, quando a peça não continha pornografia, os atores incluíam “piadas grossas”. Especialmente as companhias portuguesas, segundo ele, investiam em coisa “porca, pesada, violentamente canalha”, e as exibições seriam “indecentes, os gestos desenvoltos, os esgares de uma torpeza baixa, de lupanar...”. Ele denunciava ainda que a Polícia, tradicionalmente incumbida de enviar um representante às salas para garantir a dos espetáculos, “nunca cuidou dessas coisas”:

Os mocinhos de botão dourado ao peito e volúpia nos olhares que geralmente presidem os espetáculos, não cogitam jamais de opor à sabugem de pornografia que na peça sobrenada um dique moralizador e recebem, com um sorriso alvar e inconsciente, toda a sujidade que os atores atiram à plateia⁷⁵⁷

Esse jornalista fez uma defesa do controle e da fiscalização, “para que não se alastre a onda de lama nauseabunda que desce abertamente do tablado...”. Nessa tarefa, ele julgava que o espírito do jovem Delegado viria a calhar. O problema, para ele, residia na censura prévia, que atentaria contra o Art. 72 da Constituição Federal, garantidor da livre manifestação de pensamento. A censura prévia ao teatro era ainda muito associada ao Império, que contava com o *Conservatório Dramático*, uma instituição destinada a

⁷⁵⁵ *O País*, 13/01/1912, p. 5.

⁷⁵⁶ *Gazeta de Notícias*, 12/04/1912, p.4.

⁷⁵⁷ *Gazeta de Notícias*, 12/04/1912, p.4.

esse fim e que se manteve durante os primeiros anos da República. Desde a sua extinção, em 1897, cabia à Polícia intervir nos espetáculos que perturbassem a ordem pública, mas isso era feito no momento em que a peça entrava em cartaz e as autoridades não detinham direitos sobre os originais de livros, jornais ou peças. Para o jornalista, portanto, “qualquer censura prévia”, atingisse ela “ao teatro, ao livro ou ao jornal” não teria “a menor razão de ser” no regime republicano e ofenderia “violentamente as garantias constitucionais”⁷⁵⁸.

Mas a ilegalidade de suas práticas, segundo *O País*, “não iria ferir senão as boas normas da administração, senão revelasse a imbecilidade mais completa, a cretinice no seu apogeu”. Ottoni estaria “sofrendo da mania de ressuscitar a Santa Inquisição, e se tão grave enfermidade não merecesse a maior compaixão, seria caso de remendar aos comediógrafos o seu tipo bisonho e as suas monumentais estultices, que seriam de grande efeito teatral”⁷⁵⁹. Ottoni poderia, de acordo com alguns de seus críticos “muito servir para cura de aldeia”, mas não tinha talento “para examinar obras de arte”⁷⁶⁰. No seu “zelo inquisitorial” ele estaria cortando “todas as peças teatrais que lhe caem nas unhas”, sem se importar “que os seus cortes ineptos deturpem as obras artísticas cujo sentido ele não logra compreender”. A conclusão de alguns interlocutores era a de que Ottoni não passava de “um energúmeno”⁷⁶¹.

Estas falas são interessantes porque, na sua revolta, nos fornecem alguma ideia do descompasso entre parte da intelectualidade brasileira e os sujeitos como Tosta ou Ottoni, que investidos de autoridade, se punham a moralizar a sociedade sob auspícios supostamente religiosos. O crítico de *O País* se pergunta, por exemplo,

Quem, no perfeito equilíbrio cerebral, se lembraria de declarar de gênero livre o drama profundamente emocionante de Strindberg – ‘Pai’?

Peça que se desenvolve, em moldes impecáveis, elementos de teoria antifeminista, quem acharia no ‘Pai’ as ambiguidades frescas de que certas revistas andam por aí recheadas?

Só mesmo o pobre doente a quem inadvertida e ilegalmente a polícia confiou uma parcela da autoridade conferida ao 2º delegado auxiliar.⁷⁶²

⁷⁵⁸ *Idem.*

⁷⁵⁹ *O País*, 28/03/1912, p. 5.

⁷⁶⁰ *O País*, 30/03/1912, p.4.

⁷⁶¹ *Idem.*

⁷⁶² *O País*, 28/03/1912, p. 5.

Esse episódio, no qual Pio Ottoni classificou *O Pai* como gênero livre, causou imensa comoção na imprensa. Em uma matéria publicada sob o título *O Sr. Pio proibiu o 'judeu errante': um censor fora de época*, a *Gazeta de Notícias* manifestou preocupação com as consequências que poderiam resultar das intrépidas tesouradas do jovem Delegado, caso ninguém intercedesse: “parece um caso pilhérico e, no entanto, é um caso sério. Esse moço está cometendo uma série de asneiras que no fundo só podem depor contra o nosso renome lá fora”⁷⁶³.

Segundo o jornalista, apesar de sua “falta de critério no grau máximo”, Pio começara discretamente, suprimindo aqui e ali alguma coisa, geralmente de natureza religiosa, “com um *sans façon* de menino que principia a carreira”, o que causava simplesmente o riso. Rapidamente, no entanto, “a cousa mudou de aspecto”. O marco teria sido a famigerada censura à peça *O Pai* “uma tragédia pungente, dolorosa, cheia de verdade e de vida palpitante” que havia sido “classificada pelo Sr. Pio, com um descaro inaudito, de gênero livre”. “Deus dos céus!”, exclamava horrorizado o jornalista, antes de continuar informando que “não pararam por aí as sandices do nosso censor teatral”. Logo depois ele censurou também *O judeu errante*, de Eugenio Sue, o que seria “sem dúvida”, a suprema tolice do bizarro censor. Ou então o bacharel não tem o mioleira em ordem. Das duas, uma”⁷⁶⁴.

Em dado momento *O País* mudou de estratégia e solicitou publicamente que Belisário Távora “aproveitasse a louvável vocação” de Pio Ottoni “para guarda dos bons costumes” e o designasse para uma “função mais profícua que a de cortar excrescências de quanta causa lhe vai ter as mãos e arrumar contos de pâmpanos nas cenas de revistinhas baratas”. Seguindo a estratégia de apontar a pornografia no outro, chamou a atenção do Chefe de Polícia para impudências mais graves, contra as quais só a potência moralizadora de Ottoni, segundo ele, poderia surtir efeito:

Por mais respeitáveis que sejam aqueles citados costumes, não resta dúvida de que os degenerados que assistem às agressões feitas aos sobreditos, vão lá por inteira e consciente vontade; enquanto que o cidadão que vai pela rua, só ou com a cara metade e os filhos, e ouve as coisas ásperas que são pronunciadas sem o menor embaraço por vagabundos de todas as classe, tem muito mais o direito de reclamar uns renovos de vida para aquilo... E o fato é que quem anda pelas ruas

⁷⁶³ *Gazeta de Notícias*, 30/03/1912.

⁷⁶⁴ *Idem*.

do Rio ouve e vê coisas que estão a pedir a intervenção moralizadora do Sr. Pio!⁷⁶⁵

Falavam do jovem Delegado, segundo o jornalista, porque viam que na Polícia ele seria o único a levar a sério “isso de moralidade pública” e estaria, portanto, perdendo tempo ao fazer “emendas retrospectivas” em “velhos dramas” enquanto na rua havia “abusos” precisando ser emendados. Aconselhava que o Delegado visitasse São Cristóvão para testemunhar a linguagem dos bandos que andavam “às cabritas” pedindo intervenção da polícia: “Vamos, Sr. Távora, um movimento acertado – faça o Dr. Pio Ottoni inspetor geral dos bons costumes e da honesta linguagem no Rio de Janeiro... era uma sorte!”⁷⁶⁶

De acordo com os jornais, no entanto, um desentendimento dentro da própria instituição policial teria afastado o Delegado de sua cruzada. A impetuosidade de Pio Ottoni com o teatro havia chegado ao nível denominado “cúmulo” quando ele apareceu no Teatro São José durante a exibição da revista *Zé Pereira* e “fez um discurso ao público, convidando as famílias a retirarem-se, porque a revista era imoral, etc”⁷⁶⁷. Esse excesso teria motivado o pedido de exoneração do 2º Delegado Auxiliar, Hugo Braga, que havia liberado a exibição da peça⁷⁶⁸.

O curioso é que, um mês depois do seu sumiço, um jornalista reclamava na imprensa da licença de uma peça, chamada *O Pauzinho*. Dizia ele que os responsáveis pareciam ter feito de propósito, “saudosos de seus cortes”. Mostrando indignação, dizia:

aquilo é impróprio de ser dado a público sem o rótulo de gênero livre. A pornografia salta, a cada momento, em catadupas, rebentando os ouvidos do público, com o maior estrondo, obrigando-o a baixar os olhos envergonhado e a evocar mentalmente o antigo Catão policial⁷⁶⁹

⁷⁶⁵ *O País*, 04/04/1912, capa.

⁷⁶⁶ *Idem*.

⁷⁶⁷ *O País*, 30/03/1912, p.4

⁷⁶⁸ *O País*, 30/03/1912, p.4

⁷⁶⁹ *O Século*, 07/05/1912, p. 3.

É possível que o afastamento de Ottoni das funções censoras tenha gerado uma animosidade momentânea entre ele e Belisário Távora. Pelos registros na imprensa, é possível afirmar que ele deixou o cargo em abril de 1912, após três meses de intensa e polêmica atividade. Em julho daquele mesmo ano, *A Liga Anti-pornográfica* enviou uma carta a Távora, desculpando-se pelo atraso na iniciativa, afinal, como vimos, ela havia sido fundada em fevereiro. Agradeciam em nome da *Liga* e da *União Católica Brasileira*, presidida por Ottoni, “todo o auxílio prestado” por ele à “obra de regeneração social” à qual se propunham e o felicitavam pelo “empenho” empregado no combate ao lenocínio, nas apreensões de “publicações obscenas” e em realizar a censura teatral. Lamentavam, contudo, que esta última se encontrasse “paralisada” naquele momento e, por fim, colocavam-se à disposição “para auxiliar” Távora “na campanha contra a imoralidade pública”⁷⁷⁰.

Tanto a crítica velada à suspensão da censura teatral quanto o fato de não ter sido a direção, mas a secretaria a assinar a carta, podem ser interpretados como indícios de que naquele momento o apreço dos membros da *Liga* por Belisário Távora se encontrava um pouco abalado. Poucos dias depois, em 8 de agosto, foi enviada uma segunda correspondência em tom um pouco mais enérgico, investindo de maneira específica contra os cinematógrafos. Diziam os membros – mais uma vez representados pelo secretário – não ser possível continuar por mais tempo “indiferente diante de fatos que ferem profundamente a moral de nossas famílias”. Pediam, “em nome dos simples sentimentos naturais”, que Belisário Távora procedesse “na medida das forças” de que dispusesse, “contra a onda cada vez mais volumosa da imoralidade” que estaria sendo atirada “sobre a sociedade carioca”, de forma que “essa torrente impetuossíssima” encontrasse “uma forte barreira” naqueles que estariam “encarregados de salvaguardar a pureza e impedir a corrupção de uma população inteira”⁷⁷¹.

Em seguida, diziam compreender que o Chefe de Polícia da capital tivesse “múltiplos trabalhos” a lhe consumir o tempo e que, além disso, “os meios para agir” pudessem ser “tão exíguos” a ponto de desanimar a empreitada, mas seria urgente “estudar o assunto, antes que o mal assumia proporções maiores”. Por isso convidavam Távora a considerar “os terríveis efeitos dessas projeções” para ver “claramente” como seria necessário “exercer uma censura mais rigorosa sobre essas pretensas exhibições

⁷⁷⁰ Acervo do Arquivo Nacional. 6C, 366.

⁷⁷¹ *Idem*.

artísticas”. Lamentavam que cinematógrafo, um “divertimento originalmente simples, instrutivo, alegre e ao alcance de todas as posses”, tivesse se convertido na “fonte mais abundante de imoralidade e de envenenamento social”. A situação seria tão mais desesperadora por que a depravação teria se generalizado depois que as famílias já se encontravam conquistadas pelo novo entretenimento⁷⁷².

A *Liga* então apresentava uma curiosa solução, segundo eles adotada pelos Estados Unidos, país onde – como faziam questão de lembrar – existia censura prévia aos filmes. Dizia a carta que lá a polícia obrigava os cinematógrafos a fazerem uso de uma “luz verde”, ao invés de deixar as salas “literalmente às escuras”. Garantia-se que essa iluminação não prejudicaria a nitidez das projeções, por não ser “muito intensa”, mas “colocaria o salão de exibições numa penumbra suficiente para evitar fatos que possam desagradar aos que vão a essas casas de diversão em busca de momentos e alegria”. Seria assim importante que a polícia os garantisse esse “direito” agindo “contra quaisquer cenas menos sérias, quer projetadas no pano branco, quer passadas sob a escuridão da sala”. Terminavam se desculpando pela “franqueza”, mas justificando-a pela compreensão de que eram tantos os encargos do Chefe de Polícia, que poderiam impedi-lo de “conhecer a verdade inteira sobre o assunto”, muito embora fosse ele “um dos mais puros exemplos” e “devotado defensor” da moralidade pública, em nome da qual clamava a *Liga*⁷⁷³.

É possível que essa carta não tenha gerado a repercussão desejada, pois cerca de vinte dias depois, em 27 de agosto, a *Liga* formalizou uma queixa na Secretaria de Polícia, pedindo atenção para “a imoralidade que diariamente se exhibe nessa capital por meio de filmes cinematográficos”. Insistiam na ideia da luz verde como um paliativo muito razoável, invocando novamente a experiência estadunidense com a medida. As diversas anotações e rubricas nesse documento demonstram o dissenso que a medida da moralidade – ou da falta dela – poderia gerar entre as forças policiais.

O primeiro a emitir um parecer limitou-se a ponderar que seria bom ouvir outro colega a respeito do assunto. O 2º Delegado Auxiliar foi categórico ao afirmar que a reclamação era “improcedente sob todos os pontos de vista”, alegando não poder a polícia “intervir sobre a cor das luzes” de um estabelecimento. Acrescentou que não era praticado “nenhum ato contra a moral durante a exibição das fitas”, uma vez que havia policiamento

⁷⁷² *Idem.*

⁷⁷³ *Idem.*

e “o povo brasileiro” teria “a precisa moralidade, igual a de outros povos onde os filmes se exibem da mesma forma que nesta capital”. Dizia ele que “quanto aos filmes imorais”, a polícia sempre os proibia, pois seria essa sua função, desempenhada diligentemente. Mais dois delegados, no entanto, sugeriram que fosse averiguada a denúncia e solicitada a atenção do Chefe de Polícia, que por fim ordenou que se arquivasse momentaneamente o assunto até que novas informações fossem colhidas⁷⁷⁴.

Poucos dias depois Pio Ottoni, então 1º suplente do 17º Distrito Policial, retornava à cena, desta vez destacado para combater a pornografia na capital. Dizia o documento que o incumbia que sua tarefa era a de “fazer o serviço de repressão à pornografia relativamente a toda a sorte de publicações imorais e contra os bons costumes, podendo fazer apreensões de tudo o mais que julgar necessário para essa repressão, em todo o Distrito Federal”. Era ainda recomendado aos demais delegados e comissários que lhe prestassem “todo o apoio e auxílio” que Ottoni necessitasse e pedisse⁷⁷⁵.

É interessante notar que caberia única e exclusivamente ao Delegado decidir o que era pornográfico e, como vimos, em um passado muito recente ele havia dado provas de ter critérios bastante controversos. Como fiscalizador de impressos pornográficos, no entanto, Ottoni não ganhou muitas manchetes. Uma das exceções nessa sua nova fase informava que ele havia apreendido fotografias pornográficas. Dizia o jornalista que Ottoni, “que recordação saudosa deixou ao ser retirado da fiscalização dos teatros”, continuava “a merecer subida estima da polícia”. Diante da denúncia “de que havia grande quantidade de fotografias imorais a venda em várias casas de comércio e importadas do estrangeiro”, o Chefe de Polícia, visando “impedir essa importação clandestina”, havia oficiado o inspetor da alfândega “e confiou ao dr Pio Ottoni as diligencias necessárias para a apreensão dessas fotografias ofensivas à moral e à religião”. Cumprindo as ordens, o imparável Pio logrou “apreender mais de mil exemplares dessas asquerosas fotografias”. O dono da casa em que foram encontradas as fotografias fugiu.⁷⁷⁶

Pelas correspondências com Belisário Távora, entretanto, é possível perceber que nos últimos meses de 1912, pelo menos, Ottoni trabalhou incansavelmente na repressão às publicações obscenas. Em setembro, por exemplo, ele teve “a honra de comunicar” em uma carta enviada ao Chefe de Polícia que por ordem sua um guarda havia intimado certo

⁷⁷⁴ Acervo do Arquivo Nacional. Gifi 6C, 368.

⁷⁷⁵ *Idem*.

⁷⁷⁶ *A imprensa*, 06/10/1912 p.2

Sr. Moura, “proprietário de uma agencia de jornais e revistas” da Rua da Quitanda, a “retirar da vitrine diversos folhetos com estampas imorais na capa”. Dizia ele ter feito isso “por constituir este fato crime previsto no art. 282 do Código Penal”. O relato informava ainda a disponibilidade do Sr. Moura, que após solicitar ao guarda a presença do Delegado, “prontificou-se a obedecer”, disponibilizando a Ottoni “toda a coleção de folhetos” e solicitando que ele “indicasse quais poderiam figurar na vitrine”. Contente, informava ao chefe: “Fiz a seleção que me pareceu justa, só permitindo a exposição que não era inconveniente, e agradei em nome de Vossa Excelência a atenção e acatamento com que então fui recebido”⁷⁷⁷.

Seus feitos no Departamento policial eram diligentemente comunicados aos membros da sua agremiação. Em uma reunião da *Liga Anti-Pornográfica* ocorrida em outubro, por exemplo, além do anúncio de que em breve seriam lançados 10.000 exemplares “de um artigo contra a pornografia”, os membros foram brindados com a informação de Pio Ottoni de que, “a pedido da Liga”, o Chefe de Polícia havia notificado o Diretor-Geral dos Correios e o Inspetor da Alfândega, “pedindo, nos termos da Lei”, para que não permitissem “o trânsito de objetos e impressos contra a moral”⁷⁷⁸. Desse modo, a circular de Tosta foi também ressuscitada em 1912, em todas as linhas.

Ao Inspetor da Alfândega, Belisário Távora solicitou atenção “para a invasão sempre crescente de folhetos pornográficos” na cidade. Dizia ele estar informado “de que a grande maioria dessas publicações” seriam “editadas no estrangeiro”, passando assim pela alfândega. Sendo o Inspetor um “zeloso funcionário e defensor da moralidade administrativa”, lhe era solicitado que tomasse “as devidas providências para, em ação conjunta com a Polícia, salvaguardar os interesses da sociedade e da família”⁷⁷⁹.

O Chefe de Polícia dava ainda conselhos práticos sobre onde procurar pela pornografia. Dizia ele que “tais publicações” ora vinham “despachadas como impressos e livros diversos, ora fazendo parte da bagagem particular de agentes” que, “com receio da alfândega”, viajavam “expressamente por conta das empresas editoras e livreiros”. Era necessário, portanto, “nas medidas da lei”, “verificar bem as bagagens dos indivíduos suspeitos de tal comércio particular”⁷⁸⁰.

⁷⁷⁷ Acervo do Arquivo Nacional. Gifi 6C, 368.

⁷⁷⁸ *Jornal do Comércio*, 22/09/1912, p.9.

⁷⁷⁹ Acervo do Arquivo Nacional. Gifi 6C, 368.

⁷⁸⁰ *Idem*.

Távora chamava a atenção do Inspetor para a legislação alfandegária, em cujo capítulo destinado aos “gêneros proibidos” as determinações sobre o assunto estariam evidentes. Por via das dúvidas, no entanto, ele transcrevia os artigos referentes e também o Art. 282 do Código Penal de 1890. Por fim, lembrava ao Inspetor que a cooperação das autoridades alfandegárias seria valiosa, uma vez que se derramavam pelo mercado publicações cuja apreensão depois se tornava difícil⁷⁸¹.

É interessante perceber na atuação da *Liga Anti-pornográfica* e – especialmente nas ações empreendidas por Pio Ottoni – e, ainda que de forma um pouco menos dramática, por Belisário Távora, certa mudança de postura, já prenunciada por Ignácio Tosta. Vejamos que no Código Imperial havia bastante transparência quanto ao fato de que a ofensa ao pudor demandava, necessariamente, visibilidade pública. Embora o Código de 1890 fosse um pouco mais sintético e não insistisse nesse ponto, também ele previa a existência de um “lugar público” ou “frequentado pelo público” para que ocorresse ultraje público ao pudor. Apesar disso, no entanto, era sugerido pelo próprio Chefe de Polícia que o Diretor-Geral dos Correios interceptasse correspondências, ainda que há dois anos a circular já tivesse sido julgada improcedente por um juiz de direito, e solicitava ainda ao Inspetor da Alfândega que revistasse cuidadosamente a bagagem dos indivíduos suspeitos de estarem transportando obscenidades.

Nesse sentido, a movimentação de entidades como *Círculo Católico* e a *União Católica Brasileira* que se faz notar no país desde 1908, assim como a fundação de uma *Liga Anti-pornográfica*, se inscrevem em um contexto mais amplo, transnacional. No entanto, mais do que testemunhar o alinhamento de parte da sociedade brasileira com o que vinha sendo discutido e feito a respeito da matéria na Europa, a *Conferência* de 1910 nos apresenta uma excelente oportunidade de pensar a conformação da pornografia como uma preocupação pública em escala mundial.

5.7 No caminho da lei

Com a deflagração da I Guerra Mundial a movimentação anti-pornográfica europeia foi momentaneamente suspensa, sobretudo a nível internacional, uma vez que os encontros e a colaboração entre os países beligerantes se encontravam, naturalmente,

⁷⁸¹ *Idem.*

complicados. É possível, portanto, que a Guerra tenha atrasado os planos dos países envolvidos na causa. Jean-Yves Le Naour chama a atenção, no entanto, para o fato de que as nações inimigas aproveitaram a ocasião também para se acusarem mutuamente de depravação⁷⁸². Além disso, diante do horror da guerra e da sensação de que a civilização europeia havia se aproximado da ruína, se reanimaram antigas teorias segundo as quais a imoralidade seria uma das causas da decadência civilizacional⁷⁸³.

No Brasil, entretanto, em 1917 o jornal católico *A União* atualizava seus leitores a respeito da cruzada que dizia ainda em curso na Europa. Segundo constava no artigo, os esforços empreendidos pelas ligas anti-pornográficas eram imensos e louváveis, mas a imoralidade continuava a prosperar formidavelmente. Dessa forma, embora a “ação privada” merecesse elogios por seu combate, era obrigada “a confessar-se impotente não só em reprimir, mas ainda somente em diminuir a difusão progressiva do mal”. Dizia-se que os “jornais pornográficos” haviam sido criados em 1880, e que à princípio foram fortemente reprimidos, mas em 40 anos “o mal se espalhou com progresso tão rápido e funesto” graças à fortuna que seus editores acumularam. O poder e a “liberdade de imprensa” os teriam animado a serem afrontosos perante a lei.

De acordo com essa perspectiva, a dissolução da família era o principal efeito nefasto da pornografia, à qual creditavam o amor livre, o adultério, o divórcio, a delinquência juvenil e “principalmente” os abortos e a esterilidade voluntária. Os números apresentados apontavam a impressionante cifra de 50.000 abortos anuais na França e invocava-se, a respeito disso, a fala preocupada de Adolphe Marie Messimy, que havia sido Ministro da Guerra e alardeava que em 20 anos o país teria cinco corpos militares a menos⁷⁸⁴. De acordo com os dados, alegadamente fornecidos pela *Federação Francesa das Ligas Anti-pornográficas*, chegaria a 1 milhão o número de “opúsculos obscenos” que circulavam por ano na França. E havia ainda “as outras formas de pornografia obscena e nojenta”, tais como as “projeções cinematográficas, mutoscópios automáticos, *music-halls*, *cabarés*, *cafés concertos*, quadros vivos, danças livres, museus anatômicos, fotografias, cartões ilustrados”.

⁷⁸² De acordo com o autor, isso teria sido especialmente marcante entre Alemanha e França. NAOUR, Jean-Yves Le. *Un mouvement antipornographique : la Ligue pour le relèvement de la moralité publique (1883-1946)*. In : *Histoire, économie & société*, n° 3, 2003, p. 387-388.

⁷⁸³ *Ibidem*, p. 388.

⁷⁸⁴ *A Igreja e a Reforma Moral. A União*, 02.12/1917, p 3.

A variedade de formatos pelos quais o mal se apresentava parecia especialmente preocupante quando permitia também seu acesso a preços módicos. Desse modo, o correspondente lamentava, dizendo que no passado “somente a gente rica podia perverter-se”, mas naquele momento “a obscenidade” estaria “ao alcance de todas as coisas”. Como resultado, os detratores da pornografia apontavam a corrupção dos moços e a prostituição das moças, fenômenos que contribuíam para que o vício aumentasse enquanto o pudor ia se tornando cada vez mais raro.

Isto da imprensa pornográfica difundida universalmente em todas as classes sociais, e tornada alimento comum da juventude, é causa imensamente fecunda de embrutecimento, assim como é um caráter tão próprio da idade presente: nenhum outro século, nem sequer nos tempos do paganismo, foi, sob este aspecto, mais degradado do que o nosso.⁷⁸⁵

No entender do jornalista, no passado a pornografia havia sido reprimida de maneira mais enérgica e, além disso, por um tempo seu consumo esteve restrito às pessoas ricas. O problema na sua maior visibilidade, portanto, seria a expansão do público. A crítica, como vimos, é recorrente e não se limita à experiência brasileira. A ideia de que os “vícios” encontravam terreno propício da constituição moral e física do indivíduo pobre, minando seu amor ao trabalho, foi costumeira.

Nesse mesmo ano, em 1917, a *União Católica Brasileira* decidiu reiniciar sua cruzada moral e a *Liga Anti-pornográfica* foi rebatizada, passando a se chamar *Liga pela Moralidade*⁷⁸⁶. Vimos que, a despeito das investidas operadas pela *União* entre 1910 e 1912, as publicações obscenas continuaram sendo um mercado próspero e relativamente público. A *Biblioteca do Rio Nu*, por exemplo, prosseguiu oferecendo seus títulos – entre eles a *Coleção Contos Rápidos* – até a extinção do jornal, em 1916. De maneira semelhante, as críticas nos jornais à profusão da “literatura imunda” continuavam recorrentes. A partir delas, somos informados de que esse comércio era feito à luz do dia, anunciado por mascates, exposto em livrarias populares e engraxates.

Como vimos, embora muitos cidadãos tenham reivindicado o Art. 282 e as autoridades tenham eventualmente se valido dele nas suas investidas, tratava-se de uma

⁷⁸⁵ *Idem.*

⁷⁸⁶ *A Noite*, 28/09/1917.

norma vaga, suscetível a interpretações diversas. A década de 1920 marcou assim os primeiros esforços republicanos no sentido de legislar sobre a pornografia de maneira mais específica. Não que as novas leis tenham se proposto a uma definição inequívoca do que, exatamente, estaria infringido os pudores públicos, mas se mostravam menos passíveis a enganos.

Desse modo, foi promulgado em 1920 o Decreto nº 14.529, destinado a regulamentar as casas de Diversões Públicas. Ele proibia expressamente “anúncios ofensivos à moral e aos bons costumes ou que se refiram a moléstias ou incômodos secretos ou repugnantes⁷⁸⁷” nas casas de espetáculo. De igual maneira, os café-concertos perderiam o direito de funcionar caso fossem verificados “focos de prostituição”⁷⁸⁸. Finalmente, estabelecia-se a censura prévia das Diversões Públicas. Dizia a letra da Lei que não seria apreciado o “valor artístico da obra”, que teria por fim, “exclusivamente impedir a ofensa à moral e aos bons costumes”⁷⁸⁹.

Três anos mais tarde seria promulgado o Decreto nº 4.743, que regulava a liberdade de imprensa. A partir dele tornava-se crime “vender, expor à venda ou, por algum modo, concorrer para que circule qualquer livro, folheto, periódico, ou jornal, gravura, desenho, estampa, pintura ou impresso de qualquer natureza desde que contenha ofensa à moral pública ou aos bons costumes”⁷⁹⁰. Quanto aos esforços empreendidos em 1910 pela internacionalização da cruzada anti-pornográfica, apenas em 31 de outubro de 1923 seria convocada em Genebra, a convite do governo francês e sob os auspícios da *Liga das Nações*, a *Convenção internacional para repressão da circulação e tráfico de publicações obscenas*. O documento referente ao pacto esteve aberto para assinaturas entre 12 de setembro de 1923 e 31 de março de 1924⁷⁹¹. No Brasil, ele se tornou lei a partir do Decreto nº 16.571, de 1924.

⁷⁸⁷ Cap. II, Art. 8º, § 5º. Decreto nº 14.529, de 9 de dezembro de 1920: Dá novo regulamento às casas de diversões e espetáculos públicos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14529-9-dezembro-1920-503076-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20/08/2018.

⁷⁸⁸ Cap. VIII; Art. 22. Decreto nº 14.529, de 9 de dezembro de 1920: Dá novo regulamento às casas de diversões e espetáculos públicos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14529-9-dezembro-1920-503076-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20/08/2018.

⁷⁸⁹ Cap. XIV; Art. 39º, § 5º. Decreto nº 14.529, de 9 de dezembro de 1920: Dá novo regulamento às casas de diversões e espetáculos públicos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14529-9-dezembro-1920-503076-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20/08/2018.

⁷⁹⁰ DECRETO Nº 4.743, DE 31 DE OUTUBRO DE 1923: Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4743-31-outubro-1923-567758-publicacaooriginal-91090-pl.html>. Acesso em: 20/08/2018.

⁷⁹¹ O documento referente ao evento contém as versões do texto em inglês e francês. Utilizei aqui a cópia em francês, iniciada na página 15. *International Convention for the Suppression of the Circulation of and*

Nota-se, portanto, que o processo de regulamentação da pornografia no Brasil foi profundamente marcado pela atuação de entidades religiosas que, inspiradas pelas congêneres europeias, procuraram intervir ativamente contra o que consideravam uma “onda de imoralidade”. Essa movimentação foi marcada por intensos debates, que dividiam a imprensa. Ao mesmo tempo em que a profusão de pornografia era compreendida como um signo do atraso, incompatível com os ideais republicanos, a intromissão de agremiações católicas no assunto não agradava a parte da sociedade. Por outro lado, a alegada inércia das autoridades diante de um problema percebido como de mais alta gravidade impeliu tais grupos a uma cruzada que, como vimos, em muitos aspectos se deu por dentro do próprio sistema. Disso resultaram percepções distintas da natureza da pornografia, mas sobretudo da legitimidade dos meios para combatê-la.

Sabemos que a criação de novas leis não resultou, como aparenta terem acreditado seus entusiastas, na erradicação das coisas havidas como obscenas. Isso revelou às autoridades brasileiras o dilema pelo que há algum tempo passavam os europeus: como controlar a circulação da imoralidade? Como estabelecer os limites morais? A quem cabe esta tarefa? Os questionamentos apresentavam, por sua vez, o desafio de combinar o afã modernizador, os auspícios republicanos, racionais, esclarecidos e laicos com a urgência de regular a moralidade pública sem os instrumentos e os argumentos do dogma religioso.

Espero ter conseguido demonstrar, portanto, que o caminho trilhado por aqueles que, de alguma forma, intencionalmente ou não, reconhecendo-se nesse papel ou não, protagonizaram episódios importantes no processo de transformação e adequação dos nossos costumes, especialmente aqueles relacionados à sexualidade, tendo como norte a ideia da moral como uma ocupação pública central ao longo desse período.

A História pelo buraco da fechadura: comentários finais

O que se quer saber é que diabos existe de crucial no pornô para que se confira a ele tamanho poder blasfematório. Basta mostrar uma buceta depilada comida por um pau enorme e muitos dos nossos contemporâneos retraem a bunda para não se comprometerem.

Virgine Despentes.

Entre o Decreto nº 4.743, que regulava as publicações obscenas internamente, e o de nº 16.571, no qual o Brasil assumia esse mesmo compromisso em âmbito internacional, foi publicado o livro *Melle. Cinema*, de Benjamim Costallat, lançado em 1923. De acordo com a imprensa da época, tratava-se de “um livro destinado ao escândalo e ao sucesso”. Nele era retratado “um tipo imoral feminino brasileiro” inspirado na personagem do romance francês *La garçonnette*⁷⁹², de Victor Marguerite, que havia feito enorme sucesso e causado polêmica também no Brasil⁷⁹³. A história girava em torno de Rosalina, “um tipo imoral de uma quase mulher, com 17 anos que, sem ser ainda mulher, é mais do que uma mundana”⁷⁹⁴. A jovem pertencia à elite carioca e encarnava a melindrosa dos anos 1920, com seus cabelos curtos e seus modos liberados.

O enorme sucesso de vendas do livro, que em dez meses teria esgotado 25 mil cópias⁷⁹⁵, foi acompanhado de grande escândalo, no qual a *Liga da Moralidade* também interviu. Apenas uma semana após a publicação, Costallat se defendia em artigo publicado no *Jornal do Brasil*. Dizia ele que o livro havia sido acusado de “escandaloso”, “imoral”, “quase pornográfico”, “um livro que se deveria suspender num barbante clandestino de engraxate!”. No seu entender, a polêmica resultava do fato de ter ele procurado “dizer a verdade”⁷⁹⁶. A despeito das acusações, no entanto, o livro vendia como água. No dia 29 de novembro, o *Jornal do Brasil* anunciava a segunda edição⁷⁹⁷ e uma terceira, ilustrada pelo conceituado artista Tarquino, seria anunciada em fevereiro de

⁷⁹² Romance de Victor Marguerite publicado pela primeira vez em 1922.

⁷⁹³ EL FAR, Alessandra. *Op. Cit.*, p. 291.

⁷⁹⁴ Correio da Manhã, 09/11/1923, p.5.

⁷⁹⁵ EL FAR, Alessandra. *Op. Cit.*, p. 273.

⁷⁹⁶ COSTALLAT, Benjamim. *Melle. Cinema*. *Jornal do Brasil*, 22/11/1923, p. 6.

⁷⁹⁷ *Jornal do Brasil*, 29/11/1923, p. 8.

1924. Àquela altura o livro já havia batizado um sorvete, uma marcha de carnaval, um penteado e uma gravata, o que levou a poetiza Gilka Machado, apontada como a precursora feminina da “poesia erótica” no país, a concluir que das duas, uma: o livro era “extraordinário” ou o público teria “acentuada tendência para a pornografia”⁷⁹⁸.

De acordo com Alessandra El Far, o Decreto nº 4.743, por ser mais específico que o Art. 282, teria inspirado mais ousadia nas investidas policíacas contra as publicações havidas como obscenas. A primeira movimentação nesse sentido teria sido contra *La garçonne*, de Marguerite, que foi absolvida da acusação de imoral⁷⁹⁹. Em seguida, após denúncia feita pela *Liga da Moralidade*⁸⁰⁰, uma batida policial na livraria Leite Ribeiro apreendeu também os exemplares disponíveis de *Melle. Cinema*. O promotor responsável pelo caso, no entanto, compreendeu que o destino trágico da personagem devassa, ao invés de incitar a imoralidade, servia de exemplo para o público⁸⁰¹.

El Far acredita que o enredo do livro seria possivelmente interpretado como inequivocamente pornográfico no século XIX, veredicto que gerou dissenso nos anos 1920. A autora conclui então que o desacordo em torno do caráter obsceno de *Melle. Cinema* é representativo dos “primeiros sinais de ruptura com as perspectivas defendidas no passado” e permite vislumbrar “sensibilidades e concepções nascentes”, a partir das quais a pornografia se conformaria como a representação ou descrição explícita do ato sexual⁸⁰². Muito embora essa seja uma premissa válida, uma vez que o século XX marcou o afunilamento dos usos e percepções da pornografia, atribuindo o rótulo à encenação sexual explícita, creio que há algumas questões a serem consideradas. Não me parece tão óbvio que os brasileiros do século XIX perceberiam esse livro como evidentemente pornográfico, tampouco que enredos menos explícitos o tenham deixado de ser a partir do século XX.

A percepção da pornografia, desde o século XIX, demanda também uma hierarquização baseada na ideia de *gosto*. No século XX, a discussão em torno dessa questão se deu sobretudo no âmbito da literatura. O escritor modernista inglês D. H. Lawrence, por exemplo, publicou seu ensaio *Pornografia e Obscenidade* em 1924, em meio a uma série de processos movidos com o intuito de suprimir a circulação de seu

⁷⁹⁸ Jornal do Brasil, 14/02/1924, p.6

⁷⁹⁹ EL FAR, Alessandra. *Op. Cit.*, p. 285.

⁸⁰⁰ *Ibidem.*, p. 286.

⁸⁰¹ *Ibidem.*, p. 297.

⁸⁰² *Ibidem.*, p. 298.

livro *O Amante de Lady Chatterley*, acusado de pornográfico. O autor iniciava a reflexão ponderando sobre a natureza subjetiva de termos como *pornografia* e *obscenidade*, afirmando terem eles sentidos muito diversos para cada pessoa. Adiante, contudo, Lawrence propõe sua própria distinção:

O que é pornografia? Não é o apelo sexual nem a excitação sexual na arte. Também não é a intenção deliberada de provocar ou excitar sensações sexuais. Nas sensações sexuais não há mal nenhum se forem francas, nada tiverem de sorrateiro nem dissimulado (...). Em contrapartida, posso censurar com severidade a verdadeira pornografia. Não é muito difícil. Para começar, a verdadeira pornografia anda quase sempre escondida, não aparece a rosto descoberto. Em segundo lugar, é reconhecível nos muitos insultos que faz, regra geral, ao sexo e ao espírito humano.⁸⁰³

O autor dava como exemplo dessa “verdadeira” e lamentável pornografia o “mais vulgar dos postais ilustrados vendidos à socapa nos submundos”, que na sua compreensão seriam insultos ao sexo, pois faziam “reles e feia a nudez do homem, feio e degradante o ato sexual, fazendo-o vulgar, mau e baixo”⁸⁰⁴. O julgamento de Lawrence tinha fundamentos estéticos evidentes e ele parecia extremante incomodado com o fato de que indivíduos equipados de uma capacidade de percepção que ele classificou como “reação-massa” confundissem sua obra com todo o “lixo ignóbil” que ele mal conseguia descrever, tamanho era o desgosto que sentia.

Foi mais ou menos nesse sentido que Havelock Ellis, famoso estudioso da sexualidade, elaborou uma efusiva defesa da obscenidade, a qual distingue da pornografia no seu artigo *The Revaluation of Obscenity*, publicado em 1931. Para Ellis o termo “obsceno” se originaria da palavra latina *scena* e seu significado literal seria “fora de cena”, remetendo assim ao que “não é abertamente apresentado no palco da vida”⁸⁰⁵. Nas duras críticas que dirigiu à censura que operava sob tais critérios, Ellis afirmava que a obscenidade seria um “elemento permanente na vida social” e “uma necessidade humana

⁸⁰³ LAWRENCE, D.H. *Pornografia e obscenidade*. Lisboa: Produção & etc – Publicações Culturais Engrenagem, Ltda, 1984, p. 29.

⁸⁰⁴ *Idem*.

⁸⁰⁵ ELLIS, Havelock. *More essays of love and virtue*. Londres: Constable & Company Limited, 1931, p.104. No original: « By the ‘obscene’ we may properly mean what is ‘off the scene’, and not openly show on the stage of life. ».

profunda”⁸⁰⁶, concluindo assim que “quando tudo é obsceno torna-se impossível dizer o que é obscenidade”⁸⁰⁷.

Apesar de não propor uma definição, Ellis reconhecia que a obscenidade é frequentemente identificada em duas coisas: na nudez verbal ou física, ou seja, na qualidade de desnudar em público o que habitualmente se encontra vestido ou velado; e na provocação sexual⁸⁰⁸. Embora tenha percebido naquilo que entendia como obscenidade características costumeiramente apontadas na pornografia⁸⁰⁹, o autor distinguia ambas a partir da premissa de que, ao contrário da primeira, que seria um elemento perfeitamente natural e ubíquo à própria vida, a pornografia seria “uma forma vulgar, nojenta e estúpida de obscenidade”, característica de manifestações artísticas e literárias que “não se fundam na Natureza, mas num segredo artificial” e, portanto, não passariam de grosseiras “substitutas do bordel”⁸¹⁰.

O escritor norte-americano Henry Miller (1891-1980) segue essa mesma trilha. Alguns de seus livros e especialmente a trilogia *Sexus*, *Plexus* e *Nexus* foram amplamente percebidos como pornográficos. Esse autor publicou em 1945 um artigo intitulado *Obscenity and the law of reflection*, no qual refletia sobre tais questões. Embora comparasse a dificuldade em definir o conceito de obscenidade às discussões sobre deus⁸¹¹, estabeleceu entre ele e a pornografia uma distinção muito clara. Tal como Ellis, Miller encarava a obscenidade como parte inerente à vida humana e social, afirmando que “todo o tecido da vida” seria obsceno⁸¹². Segundo ele, quando a obscenidade se manifestava na arte ou, mais particularmente, na literatura, operava como uma vantagem técnica e não como um dispositivo para excitação sexual, o que caracterizaria a pornografia⁸¹³.

Lawrence, Ellis e Miller, assim como outros autores do século XX, defendiam a liberdade artística – e científica, no caso de Ellis – para falar sobre o sexo, descrevê-lo,

⁸⁰⁶ *Ibidem*, p.103. No original: « obscenity is a permanente elemento of human social life and corresponds to a deep need of the human mind”.

⁸⁰⁷ *Ibidem*, p.108. No original: “when everything is obscene it becomes impossible to say what obscenity is”.

⁸⁰⁸ *Ibidem*, p.121.

⁸⁰⁹ HYDE, Montgomery H. *Op. cit.*, p.11.

⁸¹⁰ ELLIS, Havelock. *Op. cit.*, p.135. No original: “but the vulgar, disgusting, and stupid form of obscenity called pornography – the literature and art that are a substitute for the brothel and of the same coarse texture – has its foundation not on Nature but on an artificial secrecy. »

⁸¹¹ MILLER, Henry. *Obscenity and the law of reflection*. Kentucky Law Journal, vol. 51, 1963, p. 577.

⁸¹² *Ibidem*, p. 586-87. No original: “What is obscene then? The whole fabric of life as we know it today”.

⁸¹³ *Ibidem*, p. 587.

colocá-lo em cena. Eles próprios o haviam feito e em virtude disso suas obras foram censuradas sob a acusação de serem pornográficas. O que eles defendiam, no entanto, era a possibilidade de o sexo ser abordado de outras formas que não a pornografia, com a qual não identificavam seus trabalhos. Em seus ensaios, longe de defenderem o direito de ser pornográfico, eles reforçavam a necessidade de uma fronteira classificativa de ordem estética e moral entre os modos de falar sobre o sexo. A antítese que elegeram foi a “obscenidade”, mas a polarização mais arraigada no senso comum parece ser a que opõe “pornografia” e “erotismo”.

Ambos os conceitos têm em comum o fato de evocarem o sexo, mas alegadamente o fazem de formas distintas. Em termos etimológicos, a palavra *erotismo* deriva do termo *erótico*, este mais antigo e alusivo à divindade grega do amor, Eros⁸¹⁴. A palavra passou a ser mais amplamente utilizada em língua francesa do final do século XIX para designar o *impulso amoroso*⁸¹⁵. De origem mais nobre, portanto, no século XX o erotismo emerge como uma alternativa socialmente mais palatável de representação sexual, definindo-se assim como o contraste da pornografia, que encarnaria o inaceitável⁸¹⁶.

A distinção entre pornografia e erotismo é atravessada por uma série de oposições, tanto nos discursos espontâneos quanto nas argumentações elaboradas: direto/indireto; masculino/feminino; selvagem/civilizado; grosseiro/refinado; baixo/alto; vulgar/poético; quantidade/qualidade; cliché/criatividade; popular/elitizado; comercial/artístico; fácil/difícil; banal/original; unívoca/plurívoca; matéria/espírito, etc⁸¹⁷.

Para Maingueneau, a distância entre pornografia e erotismo seria inegável na medida em que este último consiste em um conjunto de representações da sexualidade até certo ponto compatíveis com os valores morais mais amplamente reivindicados pela sociedade, emergindo assim como uma solução para mediar as pulsões sensuais dos indivíduos e a sua repressão imposta pelo pacto social. A pornografia, ao contrário, não

⁸¹⁴ LEITE JÚNIOR, Jorge. Op. cit., p. 32.

⁸¹⁵ Trésor de la langue française informatisé. Disponível em: <http://stella.atilf.fr/Dendien/scripts/tlfiv5/visusel.exe?12;s=1570946880;r=1;nat=;sol=3;> (página consultada em 19/12/2017).

⁸¹⁶ O'TOLLE, Laurence. *Pornocopia: porn, sex, technology and desire*. London: 4 Blacstock Mews, 1999, p.6.

⁸¹⁷ MAINGUENEAU, Dominique. Op. cit., p. 26.

mascararia nada⁸¹⁸. Para Maria Teresa Cunha a definição antitética entre ambos os conceitos, além de balizada por um “apelo moral” variável no tempo e no espaço,

traz embutido um juízo e valor em que ‘belo e estético’ passam a ser atribuídos ao erotismo – aquele que mais sugere –, e ‘feio e vulgar’ ficam reservados para a pornografia – aquela que mostra mais explicitamente representações de atitudes/atos relacionados ao sexo⁸¹⁹.

A ideia de que o erotismo apenas insinua o que a pornografia escancara é bastante recorrente no debate. Nuno César Abreu, apesar de encarar como uma forma de sensatez a impossibilidade de traçar limites seguros entre ambos os conceitos, afirma que, caso exista essa fronteira, ela certamente se evidencia pelo excesso pornográfico, que destrói as metáforas⁸²⁰. Para Roland Barthes é justamente por não fazer do sexo um objeto central, por poder inclusive não o exibir, que a *fotografia erótica* supera a pornográfica em qualidade e eficiência, elevando o desejo para além do que ela deixa ver⁸²¹. Sarane Alexandrian, embora afirme que as tentativas de distinguir ambos os conceitos configuram uma nova forma de hipocrisia, define a pornografia como “a descrição pura e simples dos prazeres carnis” enquanto o erotismo seria “essa mesma descrição, revalorizada em função de uma ideia do amor ou da vida social”, concluindo que “tudo que é erótico é necessariamente pornográfico, com alguma coisa a mais”⁸²².

O importante a se destacar aqui, portanto, é que mesmo quando a dicotomia não se estabelece entre pornografia e erotismo, é recorrente a ideia de que existem pelo menos duas formas de representar o sexo, e além de distintas elas são antagônicas e hierarquizadas. Enquanto para Ellis e Miller, como já foi dito, a obscenidade é uma expressão natural e legítima da sexualidade e, portanto, superior à pornografia, para Alexandrian, que equipara esta última ao erotismo, ocorre algo inverso:

⁸¹⁸ *Ibidem*, p. 27.

⁸¹⁹ CUNHA, Maria Teresa Santos. *Do erotismo à pornografia: pílulas de conhecimento nos livros de bolso de Corín Tellado e Carlos Zéfiro*. In: ABREU, Márcia e BRAGANÇA, Aníbal (Orgs.). Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 586.

⁸²⁰ ABREU, Nuno César. *O olhar pornô: a apresentação do obsceno no cinema e no vídeo*. Campinas: Mercado das Letras, 1996, p.11;18.

⁸²¹ BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre fotografia*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1984, p.88-89.

⁸²² ALEXANDRIAN, Sarane. *História da literatura erótica*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, 8.

É muito mais importante estabelecer a diferença entre o erótico e o obsceno. Nesse caso, considera-se que o erotismo é tudo que torna a carne desejável, tudo que a mostra em seu brilho ou em seu desabrochar, tudo o que desperta uma impressão de saúde, de beleza, de jogo deleitável; enquanto a obscenidade rebaixa a carne, associa a ela sujeira, as doenças, as brincadeiras escatológicas, as palavras imundas.⁸²³

Para esse autor, pornografia e erotismo são conceitos muito próximos e categorias legítimas de representação do sexo e da sexualidade, mas entre ambos e a obscenidade existe uma enorme diferença, que evoca tanto questões formais quanto valorativas. Para Ellis e Miller, contudo, não obstante seja legítimo – e até mesmo necessário – que expressões artísticas tragam à luz o que se esconde nos recônditos mais sombrios do ser humano, inclusive no que diz respeito ao sexo, a pornografia é uma forma miserável de tentar fazer isso.

Fica evidente nesses argumentos a questão do *gosto*, que é um elemento chave nos debates a respeito da pornografia ainda hoje. Para o sociólogo Pierre Bourdieu, “a hierarquia socialmente reconhecida das artes – e, no interior de cada uma delas –, dos gêneros, escolas ou épocas, corresponde a hierarquia social dos consumidores”. Sendo *assim* o gosto, ao contrário do que pressupõe “a ideologia carismática” do senso comum, não é um “dom da natureza” do qual desfrutam alguns, mas produto de uma construção social e funciona, portanto, como “marcador privilegiado de ‘classe’”⁸²⁴. A reflexão de Bourdieu é extremamente útil ao debate, na medida em que mesmo em autores como Jean Baudrillard, que apresentam a pornografia e a obscenidade como formas igualmente *grosseiras* de *dar a ver*, fica subentendida uma alternativa menos indigesta à ambas:

É óbvio que *cena* e *obsceno* não têm a mesma etimologia, mas é grande a tentação de aproximá-los. Pois, a partir do momento em que há cena, há olhar e distância, jogo e alteridade. O espetáculo tem ligação com a cena. Em compensação, quando se está na obscenidade, não há mais cena, jogo, o distanciamento do olhar se extingue. Por exemplo, o pornográfico: é claro que aí temos o corpo por inteiro, *realizado*. Talvez a definição de obscenidade seria, pois, a de tornar real, absolutamente real, alguma coisa que até então era metafórica ou tinha uma dimensão metafórica. (...). Na obscenidade, os corpos, os órgãos sexuais, o ato sexual, não são mais “postos em cena”, e sim, grosseira e

⁸²³ *Idem.*

⁸²⁴ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p.9.

imediatamente, dados a ver, isto é, a devorar, são absorvidos e reabsorvidos no mesmo ato.⁸²⁵

De acordo com Daniel Ferreira, refletir sobre os usos do rótulo pornográfico ao longo de sua história evidencia, além da pluralidade de empregos e sentidos, as “disputas sobre os elementos positivos e negativos da sociedade e do homem na modernidade”⁸²⁶. Em grande parte dos discursos acerca da pornografia vemos a ideia de que, embora a obscenidade não seja necessariamente pornográfica⁸²⁷, a pornografia é por excelência obscena, na medida em que põe em cena o que não deveria estar e revela ao espaço público o que é de domínio privado e íntimo:

Operando na ambiguidade fora de cena/dentro de cena a pornografia talvez possa ser entendida como um discurso veiculador do obsceno: exhibe o que deveria estar oculto. Espaço do proibido, do interdito, daquilo que não deveria ser exposto. A sexualidade fora de lugar.⁸²⁸

Como o próprio termo *obscenidade*⁸²⁹ sugere, a pornografia põe em cena o que não deveria estar, o que se pretende oculto. E o grande dilema é, justamente, definir o que pode e o que não pode entrar em cena, sempre defesa da moral, dos bons costumes e do decoro público. Os elementos que definem tal limite, além de se transformarem ao longo do tempo e do espaço, numa relação dialética com as próprias transformações sociais e comportamentais, são muito fluídos e movediços no seio de uma mesma sociedade, pois se fundamentam em valores e percepções muito específicas, que costumam variar entre os diversos segmentos sociais.

Nesse sentido, a questão em torno de *Melle. Cinema* não se distancia muito do conflito deflagrado quase cem anos depois com a exposição *Queermuseu*. Em ambos os

⁸²⁵ BAUDRILLARD, Jean. *Senhas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001, p.29-30.

⁸²⁶ FERREIRA, Daniel Wanderson. *Pornografia: contornos sócio-históricos do vocábulo em língua portuguesa*. In: *Revista (In)visível*, edição zero, set. 2011, p.47.

⁸²⁷ HYDE, Montgomery H. *Op. cit.*, p.12 e ELLIS, *Havelock. Op. cit.*, p.104-105. Este último é provavelmente quem melhor elucida essa questão, apontando a diferença entre a obscenidade sexual e a escatológica.

⁸²⁸ ABREU, Nuno César. *Op. cit.*, p.19.

⁸²⁹ Jorge Leite Jr. (2006) reflete sobre a origem do termo e seu significado relacionado ao que as sociedades compreendem como imoral no âmbito sexual. Nesse sentido, obsceno significa aquilo que está em cena, mas não deveria estar. Ao referir-se a assuntos sexuais, indica a sexualidade que está à mostra e é demais, não deveria estar. Trata-se do exagero pornográfico.

casos – assim como em muitos outros, alguns dos quais tivemos a oportunidade de analisar ao longo desse trabalho – os usos e percepções da pornografia estiveram em debate. Como espero ter conseguido demonstrar, a representação do sexo, expressa mais do que sexo, porque o que encena está carregado de crenças, medos, desejos e pudores de seu tempo, cujas raízes e significados, estou certa disso, refletem em algo muito além da intimidade dos casais, a solidão dos consumidores ou a imaginação dos autores.

Além disso, poucos são os produtores de materiais que viriam a ser considerados pornográficos que reconheciam, admitiam ou defendiam o espectro pornográfico em suas obras. O rótulo vem de fora e tem a função de retirar das vistas públicas algo que representa, alegadamente, um perigo. Por essa razão eu procurei pensar tais vetores pornográficos como uma ocupação pública central, para entender como as pessoas do nosso passado recente pensavam o sexo, como elas o representavam, como isso se relacionava com a vida social e como o Estado interferia nisso.

Assim, o objetivo desse trabalho foi o de investigar os usos e percepções que a ideia de pornografia inspirou nos brasileiros, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX. O período, como vimos, abrange desde a popularização do termo e daquilo que ele viria a designar, até os primeiros esforços legais empreendidos no sentido de regulamentar a pornografia no Brasil. Ambos os processos ocorreram em sintonia com o que estava sendo discutido na Europa, de forma que as tensões e processos que caracterizaram a experiência brasileira se inscrevem em um movimento mais amplo. As tentativas de definir a pornografia atendem, desse modo, ao surgimento de um novo mercado e sua vertiginosa expansão e, por outro às investidas no sentido de regulamentá-lo.

Confesso que ao elaborar o projeto que deu origem a essa pesquisa, não fazia ideia dos desafios e surpresas que me aguardavam. Não que o tema me fosse estranho. Ainda na graduação, elaborei um trabalho sobre a obra de Carlos Zéfiro, lendário pornógrafo brasileiro de meados do século XX⁸³⁰. Sua trajetória me impressionou tanto que resolvi pesquisa-la durante o mestrado e essa experiência me habituou às alegrias e dificuldades de tomar a pornografia como objeto. Baseada no que havia lido e investigado nos anos anteriores, eu presumia que as fontes seriam escassas e seu conteúdo, mais ou menos

⁸³⁰ CARDOSO, Erika. *Carlos Zéfiro e os discursos morais no Brasil (1950-1970)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). 2014. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1838.pdf>.

uniforme: histórias de sexo, paus, cus e bocetas. Já sabia a essa altura que tais narrativas nos revelam muito mais que as aventuras de seus incansáveis heróis e heroínas, mas ainda assim, me surpreendi com o quanto.

E descobri, além disso, que a pornografia habitou muitos lugares insuspeitos. Nesse sentido, pode-se dizer que tive muita sorte: deparar-se com o inesperado é um ótimo acontecimento na vida do historiador, que por rigor do ofício deve manter viva a curiosidade, alimentá-la constantemente com o desconhecido. Mas isso implicou também em muitas renúncias. Desde o início do projeto, meu objetivo era o de compreender a própria ideia de pornografia, seus usos e percepções. Para isso, eu não poderia me ater a uma expressão pornográfica em específico, uma vez que meu objeto seria o próprio conceito, como ele foi pensado e difundido dentro de determinado recorte temporal.

Diante de fontes tão ricas, o primeiro desafio foi o de resistir à tentação de não as sobrepor ao objeto. Mas elas são, além disso, numerosas... É realmente impressionante o quão farto e variado foi o repertório pornográfico do período. E isso demandou escolhas: tive que deixar de lado muita coisa, não aprofundar outras. Ao final, espero ter conseguido apresentar um trabalho à altura do tema, que julgo pertinente e interessante, e ter contribuído de alguma forma para lançar luz a determinados aspectos do nosso passado que ainda se encontram em debate atualmente. Além disso, espero contribuir com novos prismas e possibilidades para refletirmos as relações entre Estado e sociedade. Afinal, um assunto tão íntimo e privado é, ao mesmo tempo, uma preocupação pública.

Jamais foi minha ambição, contudo, esgotar o assunto. Ao contrário, acredito que se o resultado puder suscitar novas dúvidas, questionamentos, incômodos e desassossegos, terei cumprido o principal dos meus objetivos: demonstrar que a pornografia é um objeto rico de possibilidades analíticas e extremamente instigante. Como já nos alertou Robert Darnton, “sexo dá o que pensar”⁸³¹. A história da pornografia – de muitas delas – ainda está por ser escrita.

⁸³¹ DARTON, Robert. *Sexo... Op. Cit.*, p. 21.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Márcia e GALVES, Charlotte. *A circulação clandestina de romances e o mistério do “anônimo brasileiro”*. In: **Remate de Males**, n° 21, v.1, 2007, p.109-125.
- _____. e MOLLIER, Jean-Ives. *Nota introdutória: circulação transatlântica dos impressos – A globalização da cultura no século XIX*. In: GRANJA, Lúcia e LUCA, Tânia Regina de (Org.). **Suportes e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.
- ABREU, Martha Campos. *“O império do divino”: Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1996.
- ABREU, Nuno César. *O olhar pornô: a apresentação do obsceno no cinema e no vídeo*. Campinas: Mercado das Letras, 1996b.
- ALEXANDRIAN, Sarane. *História da literatura erótica*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares. *Pasquins: submundo da imprensa na Corte Imperial (1880-1883)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ARCAND, Bernard. *El jaguar y el oso hormiguero: Antropología de la pornografía*. Buenos Aires: Edciones Nueva Visión, 1993.
- AZEVEDO, Natanael Duarte de. *Trajetórias pornográficas: O Riso pronto para o ataque: uma história dos jornais pornográficos brasileiros*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BAILYN, Bernard. *Atlantic History: Concept and Contours*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

- BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre fotografia*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1984.
- BAUDRILLARD, Jean. *Senhas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001.
- BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas – vol. 1: Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENTES, Ivana. *Portinari, Volpi, Lygia Clark viraram pornografia para MBL*. (10 de agosto de 2017). In. www.mifianinja.org. Fonte: <http://midianinja.org/ivanabentes/portinari-volpi-lygia-clark-viraram-pornografia-para-mbl/>. Visitado em 06/10/2017.
- BÉRENGER, René. *La traite des blanches et le commerce de l'obscenité*. In: **Revue des Deux Mondes**, tome 58, 1910.
- BOB. *Contos para Velhos*. 1897. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000049.pdf>
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- CARDOSO, Erika. *Carlos Zéfiro e os discursos morais no Brasil (1950-1970)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). 2014.
- CARNEIRO, Nelson. *A Lei nº 6.515: crítica e autocrítica*. In: **Revista de Informação Legislativa**, v. 21, nº 81, jan/mar. 1984, p. 45-54.
- CARTER, Angela. *The sadeian woman: na exercise in cultural history*. New York: Penguin Books, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Marina Vieira de. *A ficcionalização do desejo: o erotismo e a pornografia como objetos de consumo na modernização da cidade do Rio de Janeiro*. *Revista Transversos*. Dossiê: O Corpo na História e a História do Corpo, Rio de Janeiro, v. 5, nº. 5, p. 43-60, Ano 2. 2005.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. *Atentados ao Pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*. Rio de Janeiro: Editora Freitas Cardoso, 1934.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Editora UNESP, 1998a.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998b.

_____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

COELHO, Erico. *Pornografia contra pornografia: troco aos positivistas sobre a questão do divórcio*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1896.

COSTA, Milene Ribas da. *A implosão da ordem: a crise final do Império e o movimento republicano paulista*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2006.

CUNHA, Maria Teresa Santos. *Do erotismo à pornografia: pilulas de conhecimento nos livros de bolso de Corín Tellado e Carlos Zéfiro*. In: ABREU, Márcia e BRAGANÇA, Aníbal (Orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 585-598.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

D'AMOUR, Lúcio. *A pulga*. Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 1914 .

D'INCAO, Maria Ângela. *Mulher e família burguesa*. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 223-240.

DABHOIWALA, Faramerz. *As origens do sexo: uma história da primeira revolução sexual*. São Paulo: Globo, 2013.

DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo, Cia das Letras: 1997.

_____. *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ECO, Umberto. *História da Feiura*. 4º ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870 – 1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Crítica social e ideias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos “romances para homens” de finais do século XIX e início do XX*. Cadernos Pagu, n° 28. Campinas, jan/jun 2007.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100013

ELLIS, Havelock. *More essays of love and virtue*. Londres: Constable & Company Limited, 1931.

FELÍCIO, Don. *Na Zona....* Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 1914.

FERREIRA, Daniel Wanderson. *Pornografia: contornos sócio-históricos do vocábulo em língua portuguesa*. In: **Revista (In)visível**, edição zero, set. 2011. p. 47-56.

FERRO, Homem de. *O Marchante*. Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 19--.

_____. *Erotismo, libertinagem e pornografia: notas para um estudo genealógico das práticas relacionadas ao corpo na França moderna*. História da Historiografia, número 03. Ouro Preto: setembro 2009 págs.: 123-134.

FIDELIS, Zé. *O brinquedo*. Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 1914.

FINDLEN, Paula. *Humanismo, Política e Pornografia no Renascimento Italiano*. In: HUNT, Lynn. *A invenção da pornografia: Obscenidade e as Origens da Modernidade*. São Paulo: Hedra, 1999. pp. 49-114.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a paixão terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GEWIRTZ, Paul. *On "I Know It When I See It"*. **Yale Law Journal**, Vol. 105. n° 4, jan-1996. p. 1023-1047.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOULEMOT, Jean-Marie. *Esses livros que se leem com uma mão só: Leitura e leitores pornográficos no século XVIII*. São Paulo: Discurso Editorial, 2000.

GUÉDRON, Martial. *Le "beau réel" selon Etienne-Maurice Falconet: les idées esthétiques d'un sculpteur-philosophe. Dix-huitième siècle*, n° 38, p. 629-641, 2006.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua História*. 3° ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

HOLLOWAY, Thomas H. *The Defiant Life and Forgotten Death of Apulco de Castro: Race, Power, and Historical Memory*. **EIAL-Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, vol. 10, n° 1, 2008, pg. 81- 101.

HUNT, Lynn. *Obscenidade e as Origens da Modernidade, 1500-1800*. In. HUNT, Lynn (Org.). *A invenção da pornografia: Obscenidade e as Origens da Modernidade*. São Paulo : Hedra, 1999. p. 9-46.

HYDE, Montgomery H. *A history of pornography*. New York: Farrar, Straus and Giroux, Inc, 1996.

IACUB, Marcela. *Par le trou de la serrure: Une histoire de la pudeur publique – XIX – XXeme siècle*. Paris: Fayard, 2008.

JUNIOR, Cesar Augusto Cavazzola. *Santander Cultural promove pedofilia, pornografia e arte profana em Porto Alegre*. In: **Lócus**. Disponível em:

<https://www.locusonline.com.br/2017/09/06/santander-cultural-promove-pedofilia-pornografia-e-arte-profana-em-porto-alegre/>.

JUNIOR, Gonçalo. *A Guerra dos Gibis 2: Maria Erótica e o clamor do sexo: imprensa, pornografia, comunismo e censura na ditadura militar – 1964-1985*. São Paulo: Editoractiva Produções Artísticas, 2010.

KENDRICK, Walter. *El museo secreto: La pornografía en la cultura moderna*. Colombia: Tercer Mundo, 1995.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. *A reflexão conceitual na prática historiográfica*. In: **Textos de História**, vol. 15, nº 1/2, 2007,

KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

LEITE JÚNIOR, Jorge. *Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia “bizarra” como entretenimento*. São Paulo: Annablume, 2006.

LAWRENCE, D.H. *Pornografia e obscenidade*. Lisboa: Produção & etc – Publicações Culturais Engrenagem, Ltda, 1984.

LOBO, Judá Leão, PEREIRA, Luís Fernando. *A imprensa do Segundo Reinado no processo político constitucional: força moral e opinião pública*. Revista da Faculdade de Direito – UFPR, Curitiba, vol. 59, nº.1, p. 179-206, 2014.

LYONS, Martyn. *Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários*. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental 2**. São Paulo : Editora Ática, 1999, p. 165-197.

MAINGUENEAU, Dominique. *La littérature pornographique*. Paris: Armand Colin, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *O discurso pornográfico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MALUCO, Capadócio. *O Menino do Gouveia*. Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 19--.

MARTINO, Agnaldo e SAPATERRA, Ana Paula. *A censura no Brasil do século XVI ao século XIX*. In: **Estudos Linguísticos XXXV**, p. 234-243, 2006.

- MATTOS, Hebe. *A vida política*. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (Coord.). *História do Brasil Nação: 1808-2010: A abertura para o mundo (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- McCLINTOCK. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: Cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- MENDES, Leonardo. *Livros para homens: sucessos pornográficos no Brasil no final do século XIX*. Cadernos do IL, Porto Alegre, n° 53, janeiro de 2017. p. 173-191.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *(Re)inventando a noite: O Alcazar Lyrique e a cocote comédiénne no Rio de Janeiro oitocentista*. In: **Revista Rio de Janeiro**, n° 20-21, 2007, p.73-91.
- MILLER, Henry. *Obscenity and the law of reflection*. Kentucky Law Journal, vol. 51, 1963, p. 577-590.
- MORAES, Eliane Robert. *O efeito obsceno*. Cadernos Pagu, n° 20, 2003, p. 121-130.
- _____. *O que é pornografia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- NASCIMENTO, Evando. *A literatura à demanda do outro*. In: DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 7-41.
- NEVES, Flávio Rodrigues. *A voz e a pena a serviço da Igreja: A imprensa católica e a ampliação da esfera pública no Rio de Janeiro no final do século XIX*. Trabalho apresentado no GT de História da Mídia, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/a-voz-e-a-pena-a-servico-da-igreja-a-imprensa-catolica-e-a-ampliacao-da-esfera-publica-no-rio-de-janeiro-no-final-do-seculo-xix> .
- NOVAES, Fernando (Org.). **História da vida privada no Brasil 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- O'TOLLE, Laurence. *Pornocopia: porn, sex, technology and desire*. London: 4 Blacstock Mews, 1999.

PAULA, Sérgio Goes de (Org.). *Um monarca da fuzarca: três versões para um escândalo na Corte*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

PEREIRA, Cristiana Schettini. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

PEREIRA, Sônia Gomes. *A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Construção da Identidade Carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1992.

PIROLA, Antônio Luiz Rocha. *Queermuseu: possíveis complicações jurídicas*. In: Jusbrasil. Disponível em: <https://tompirola.jusbrasil.com.br/artigos/499921567/queermuseu-possiveis-complicacoes-juridicas>.

POMPEIA, Raul. As joias da Coroa. In: PAULA, Sérgio Goes de (Org.). *Um monarca da fuzarca: três versões para um escândalo na Corte*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p.35-106.

PRIORE, Mary Del. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2011.

_____ & AMANTINO, Marcia (Orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

QUIGNARD, Marie-Françoise. *Préliminaires*. In : L'Enfer de la bibliothèque : Éros au secret. Paros : BnF, 2007, p.25-27.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Garnier, 1908(?).

ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*. Biblioteca Carioca, 1995.

RODRIGUES, José Carlos. *O Tabu do Corpo*. Rio de Janeiro: Edições Achimé Ltda., 1975.

SALIBA, Elias Thomé. *Cultura*. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (Coord.). **História do Brasil Nação: 1808-2010: A abertura para o mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SANTOS, Cristian José Oliveira. *Padres, Beatas, Devotos: Figuras do Anticlericalismo na Literatura Naturalista Brasileira*. Tese de Literatura e Práticas Sociais, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literaturas, do Instituto de Letras, da universidade de Brasília. Brasília, 2010.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cartões-postais, álbuns de família e ícones de intimidade*. In: NOVAES, Fernando (Org.). **História da vida privada no Brasil 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 421-511.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. (Coord.). *História do Brasil Nação: 1808-2010: A abertura para o mundo (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. *Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões de progresso*. In: NOVAES, Fernando (Org.). **História da vida privada no Brasil 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SONTAG, Susan. *A imaginação pornográfica*. In: **A Vontade Radical – Estilos**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do outro: a pobreza mineira do século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1882.

TAVARES, Flávia; AMORIM, Daniele. *Como movimentos ultraconservadores conseguiram encerrar a exposição Queermuseu*. In: **Época**, 15/09/2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/09/como-movimentos-ultraconservadores-conseguiram-encerrar-exposicao-queermuseu.html>.

TESO, Zé. *O Cachorro*. Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 19--.

UBRAHMANYAM, Sanjay. *Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. Estudos Historicos*. Rio de Janeiro, v. 30, 2017.

VANCE, Carol. *A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico*. Physis, Rio de Janeiro, v.5., n.1, 1995, p. 7-31.

VELHO, Gilberto (Org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

_____. *O estudo do comportamento desviante: A contribuição da Antropologia Social*. In: VELHO, Gilberto (Org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

_____. *Estigma e comportamento desviante em Copacabana*. In: VELHO, Gilberto (Org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

VIGARELLO, Georges. *Le sentiment de soi: histoire de la perception du corps – XVI-XX siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 2016.

VILLA, Marco Antônio. *A História das Constituições Brasileiras*. Leya: Lisboa, 2012

WEILL, Rachel. *Às vezes, um Cetro é apenas um Cetro: Pornografia e Política na Restauração Inglesa*. In: HUNT, Lynn. *Obscenidade e as Origens da Modernidade, 1500-1800*. In: HUNT, Lynn (Org.). *A invenção da pornografia: Obscenidade e as Origens da Modernidade*. São Paulo: Hedra, 1999, p.131-165.

WILLIAMS, Linda. *Hard Core: power, pleasure, and the “Frenzy of the Visible”*. University of California Press, Berkeley and Los Angeles: 1999.

ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos. *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998

Fontes Consultadas

A inconfidência da Bahia em 1798: Devassas e Sequestros. In: Anais da Biblioteca Nacional, v. XLIII-IV, p. 152.

ATENEU. *Les quinze Livres des deipnosophistes d'Athénée, de la ville de Naucratre d'Egypte, Ecrivain d'une érudition confommée & presque le plus sçavnt des Grecs... traduit pour la première fois en François, sans l'avoir jamais esté em quelque langue vulgaire que ce foit sur le grec original après les versions latines de Natalis Comes de Padoue et de Jacques d'Alechamp, de Caen...* Tradutor: MAROLLES, Michel de. Gravador: NANTEUIL, Robert . Paris, 1680. Bibliothèque nationale de France, département Littérature et art, Z-2902.

ATENEU. *Banquet des savans , par Athénée, traduit, tant sur les textes imprimés que sur plusieurs manuscrits, par M. Lefebvre de Villebrune.* Tradutor: Lefebvre de Villebrune, Jean-Baptiste. Paris : Lamy, 1789-91. Bibliothèque nationale de France, département Littérature et art, Z-2908.

DUFOUR, Pierre. *Histoire de la prostitution chez tous les peuples du monde depuis l'antiquité la plus reculée jusqu'à nos jours* Tome 1. Seré : Paris, 1851-53. Bibliothèque nationale de France, département Philosophie, histoire, sciences de l'homme, 8-Z LE SENNE-3709 (1-2).

FALCONET, Etienne-Maurice. *Oeuvres complètes d'Etienne Falconnet: contenant la traduction des livres de Pline, concernant la peinture et la sculpture, avec des notes, des observations sur diverses opinions de cet auteur et différens ouvrages sur les arts dans l'antiquité et chez les peuples modernes.* Tome 1; précédées de la vie de Falconet, par P.-C. Levesque. 3e édition. Paris, 1808. Bibliothèque nationale de France, département Littérature et art, Z-28980.

RÉTIF, Nicolas-Maurice de la Bretonne. *Le pornographe, ou idées d'un honnête-homme sur un projet de règlement pour les prostituées propre à prévenir les malheurs qu'occasionne le "publicisme" des femmes, avec des notes historiques et justificatives.* Paris, 1769. Bibliothèque Nationale de France, Département Réserve des livres rares, RES-R-2164.

SOUTO-MAIOR, Caetano José da Silva. *Martinhada: poema épico-obsceno*. Rua das Bimbalhadas: Tipografia dos Amores, 1849.

WATELET, Claude-Henri e LEVESQUE, Pierre-Charles. *Encyclopédie méthodique ou par ordre de matieres. Beaux-arts. Tome 1*. Paris : Chez Panckoucke, libraire, 1788-1791. Bibliothèque nationale de France, département Littérature et art, Z-8476

Anexos

I: A Pulga

D'AMOUR, Lúcio. A pulga. Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 1914⁸³².

Alto como um varapau, musculoso e forte como um touro, dezoito anos de vida passada no clima sadio do sertão, faces vermelhas, beiços grossos e um formidável nariz, prometedor de um picão desses que alcançam, consolam e atocham qualquer mulher por mais puta que seja.

Eis em quatro penadas o retrato fiel do jovem Ambrósio Minhoca, que o marido de D. Zizi havia desencavado numa de suas viagens pelo Norte e que trouxeram para na casa na intenção de transformá-lo num valente cão de guarda durante as ausências constantes e longas que a sua profissão de capitão de navio obrigava a fazer.

Para completarmos a figura de Ambrósio, só nos resta dizer que ele era acanhado como uma donzela e burro como uma besta.

D. Zizi, a esposa do capitão, era um tipo magnífico de mulher aos 28 anos, quando a carne sadia, forte e moça pede imperiosa o contato da natureza viril de um homem forte que a traspasse com uma boa e rija porra, fazendo-a desmaiar nos paroxismos do gozo.

Quem reparasse nos seus lábios carnudos e coralinos, nos seus olhos negros ornados naturalmente de um círculo bistro, atestando a insônia das noites de paixão; no colo pequeno, porém empinado e palpitante, nas ancas largas e gelatinosas, nas coxas grossas e como que sempre agitadas, e, quem, enfim, cruzasse o olhar com o seu, lânguido voluptuoso, diria sem olhar que ali avia uma mulher nascida para os espasmos loucos do amor, para as vibrações doidas da lubricidade.

Quando o marido estava em terra, D. Zizi não sentia falta de pica, porque o capitão era *homem* e, como guardava fidelidade à bela esposa, vinha sempre com uma fome formidável, uma tesão de jumento e dava-lhe fudas sobre fudas, enchendo-lhe o papudo cono de leitadas avantajadas, pois que, embora não fosse muito picudo, era de dimensões regulares e jamais lhe faltara a potência.

⁸³² O livro contém 15 páginas e, pelo que pude apurar, foi anunciado pela primeira vez em 21/03/1014.

Infelizmente, cada oito dias que ele passava a consolar acara metade correspondiam a uma viagem de dois a três meses, durante os quais a pobre rapariga tinha que suspirar em seco ou ir fazendo algumas punhetas, que mais excitavam o seu temperamento fogoso.

Entretanto, apesar dessa temível situação, D. Zizi se conservara honesta, não aceitando a corte de um grande número de D. Juans que, farejando ali um bom petisco, a tinham assaltado. Resistira sempre e jamais tivera um amante.

Seria por honestidade?

Em parte, era, mas a causa principal fora o medo, o receio da gabolice e da falta de discrição do feliz escolhido que a comprometeria, como a outras havia acontecido.

Assim, quando, passados os naturais carinhos próprios da chegada, o marido lhe mostrou o criado que trouxera e a brincar lhe disse que o mesmo era burro como uma porta e acanhado como uma menina, pelo espírito da moça passou uma ideia que por certo não agradaria muito ao coitado do Capitão.

Este demorou-se dessa vez unicamente três dias, que D. Zizi aproveitou para examinar mais minuciosamente o Ambrósio Minhoca e chegar à conclusão de que ali estava o macho de que ela carecia.

Logo na manhã seguinte à partida do capitão, ela foi sentar-se à varanda lateral da casa, a qual dava para o jardim onde o lapuz andava a catar as ervas daninhas, e, tendo cruzado as pernas de modo a mostra-las impudicamente até o princípio das lindas coxas, chamou Ambrósio perguntando o que fazia.

O tabaréu ergue-se, tirou o chapéu, respondeu e voltou ao trabalho, impassível como se nada houvera visto, enquanto D. Zizi recolhia-se furiosa dizendo entre os dentes:

- Que burro!

Todo aquele dia, a tarde e a noite a capitã passou nervosa, neurastênica, maltratando todos na casa.

Depois que se deitaram as criadas ela, no amplo e fofo leito, virando-se constantemente, pensava naquele palerma, naquele pedaço de homem que não tivera um gesto, um simples estremecer, ao ver-lhe as pernas nuas, suas formosas pernas que ela bem sabia serem tentadoras, serem provocantes.

E, de tanto pensar, adormeceu na dúvida de ser o Ambrósio impotente e jurando verificar o fato no dia seguinte.

Com efeito, logo pela manhã esvaziou o jarro do quarto e chegou por ele para trazer-lhe mais água.

Quando o Ambrósio entrou no aposento, D. Zizi estava em saia branca e corpinho; a saia deixava ver-lhe as penas quase dos joelhos para baixo, além de desenhar-lhe, devido ao tecido ser fino, o resto primoroso das roliças coxas; o corpinho fartamente decotado mostrava-lhe os seios pequenos, alvos, redondos, eretos, de biquinhos sangrentos.

Ambrósio Minhoca entrou, apanhou o jarro, foi buscar a água, voltou, depositou a vasilha sobre o *toilette* e... saiu como se nada houvesse visto.

Ela então não pôde resistir a um terrível acesso de furor. Atirou com o jarro pela janela e estirou-se sobre o leito a murmurar com os dentes semi-cerrados:

- Puto! Sacana! Brocha! Besta!... besta!... besta!...

Nesse estado de desordem decorreram o dia e a noite até o relógio da sala de jantar bater as doze badaladas da meia-noite, hora em que D. Zizi, em fraldas de camisa, com um castiçal na mão, atravessou sutilmente toda a casa até o quarto de Ambrósio, onde ia verificar se aquele pastel, aquela azêmola, por acaso não tinha porra ou se faltavam-lhe os colhões.

Quando a cálida mulher do capitão entreabriu a porta e olhou para o interior do aposento teve um deslumbramento.

Inteira e nu, a dormir sobre um velho colchão, de papo para o ar, o Ambrósio sonhava naquele momento um sonho de prazer sensual. Da basta e negra pentelhada emergia um monumental caralho, grosso como o de um touro, rijo como um ferro, vermelho, encimado por uma enorme cabeça, arroxeadada pela tesão que o tomava então.

D. Zizi quis correr para o rapaz e atarraxar-se naquela deslumbrante pica, porém lembrou-se de que ele, burro como era, podia gritar e despertar as criadas.

Encostou-se, pois, ao portal e ficou a olhar os estremeções, que, mesmo dormindo, agitavam o corpo jovem e robusto do tabaréu, até que num movimento convulsivo do orifício daquele picão saltou um forte jato de esperma.

D. Zizi fugiu para o seu dormitório, onde, se punhetando sofregamente, arquitetou o plano de ser fodida pelo Ambrósio Minhoca.

Logo que os astro do dia surgiu majestoso no alto azul do firmamento, dona Zizi chamou ao quarto a velha cozinheira e, a pretexto de estar com um desejo louco de comer mão de vaca (o que talvez fosse verdade), despachou-a para o Mercado Novo, o que a afastaria umas duas horas seguidas.

Logo depois a mucama partia para buscar uns moldes de blusa em casa de uma amiga da capitoa que residia no outro extremo da cidade.

Depois de haver ela mesma fechado a porta da rua, calçou umas finas meias rendadas que com o contraste de sua cor negra mais realçavam as lindas coxas; um par de sapatos de salto alto que a tornavam mais elegante; uma finíssima saia bordada e uma decotadíssima camisa completavam a provocante *toilette* de D. Zizi.

Cerrou as venezianas do aposento de modo a deixar uma semi-claridade e depois chamou:

- Ambrósio! Ó Ambrósio! Venha cá depressa!

O lapuz julgou certamente que havia pegado fogo na casa, porque chegou num verdadeiro galope a pôr os bofes pela bora fora.

D. Zizi fê-lo entrar para o quarto, fechou a porta e perguntou-lhe:

- Ambrósio, você sabe apanhar pulgas?

- Lá isso sei, sim senhora.

- Então apanhe uma que eu tenho aqui nas costas.

- Lá isso é que não.

- Não?! Então porquê?

- É que para pegar a pulga eu tenho que pôr as mãos no corpo da patroa e o seu capitão deu-me ordem que eu suicidasse qualquer um que lhe pusesse as mãos e eu não quero assassinar-me.

- Tu és uma besta e o capitão é um asno! Já te disse! Apanha a pulga porque o capitão está longe e quem manda sou eu. Anda!

Talvez pela energia desta ordem ou à vista das formosas costas que D. Zizi, meio curvada, lhe mostrava, Ambrósio Minhoca resolveu apanhar a temível pulguinha.

Espiou com toda a atenção, correu a mão pela perfumada pele de D. Zizi que tremia suavemente àquele contato e disse:

- Cá não está, patroa!

- Ui! Cá está ela pela frente. Pega, Ambrósio!

Dizendo isso, D. Zizi deixara cair a camisa para a cintura, desnudando todo o busco primoroso aos olhos desmedidamente abertos do rapaz, que mostrava por sob a calça, na perna esquerda, toda a forma do avantajado caralho enrijado.

- Está aqui, debaixo deste seio... suspende-o um pouco... anda... chega mais o rosto.

E com um gesto brusco D. Zizi, que estava excitadíssima, apertou a cara do Ambrósio de encontro ao seio entumecido.

O desgraçado do tabaréu estava doido, vermelho, e ao contato do peito quente da patroa, soltou um profundo suspiro, e talvez mesmo pela ceroula tivesse deixado cair alguma coisa da cabeça da porra.

D. Zizi, agora certa da vitória, gozava aumentando o desejo que via claramente no Ambrósio.

- Está bem, disse com voz meiga, ela fugiu para baixo, mas nós havemos de matá-la. Olha, Ambrozinho: tira toda a sua roupa para que a pulga não pule em você e fuja.

- Tirar a roupa?!... Ficar nu!?

- Sim! Quem manda sou eu. Tens ordem do capitão de obedecer-me.

E o Ambrósio começou a despir-se murmurando entre dentes: Lá isso é verdade... o capitão disse que eu fizesse tudo que ela mandasse.

Quanto, inteiramente nu, o Ambrósio se voltou, D. Zizi estava de braços sobre a fofa cama e tinha uma das mãos nas costas, pouco abaixo da cintura.

- Vem, Ambrósio, disse ela, desta vez a maldita pulga não escapará. Tenho-a aqui em baixo do dedo. Suspende-me a saia e pega-a.

O lapuz caminhou para a cama procurando com as mãos tapar a enorme porra. Aí chegado, por ordem da patroa, ficou de joelhos sobre o leito e suspendeu-lhe a finíssima saia.

Pobre Ambrósio! Mal ele viu a bunda, a linda e alva bunda de Zizi, ficou a tremer e sem querer a língua saía-lhe da boca como que atraída por essa outra coisa que ele percebia ali perto e era o palpitante cono da moça. Ficou ali a olhar, a babar-se e e tremer.

- Então, interrogou Zizi, a pulga?

- Não a vejo.

- É que desceu. Abre-me um pouco com as mãos as nádegas. Ai! Lá está ela a fazer-me cócegas no cu. Anda, rapaz!

O Ambrósio, com as mãos trêmulas, afastou as bochechas da bunda de D. Zizi, espiou demoradamente e respondeu:

- Cá pelo olho do cu não anda a pulga!

- Não! Não está mais... passou para a frente. Salta para o tapete.

Ambrósio Minhoca saltou para o chão, porém mal se sustinha nas pernas tal a tremura em que estava. D. Zizi atravessou-se no leito de modo a ficar com o cono junto à beira e as pernas caídas.

- Ajoelha, Ambrozinho, e cara aqui entre os cabelos, no meio dos pentelhos.

Enquanto o rapaz, com a respiração ofegante e os dedos a tremer, percorria a sedosa pentelhada da capitoa, esta a brincar com os biquinhos rubros dos seios, antegozava as delícias das fodas que preparava levando o Ambrósio aos paroxismos da concupiscência.

- Ui! Ambrósio! A maldita entrou.

- Onde patroa?

- Dentro!... dentro do meu cono... Ai! Que comichão! Arreganha-o com os dedos e vê se a pegas...

- Mas patroa, eu só tenho duas mãos!

- Pois é isso: uma na borda direita, outra na esquerda e a pulga apanhas com a língua.

O nosso homem, que já estava maluco, principiou a fazer um bom *minette* em S. Zizi, que há muito tempo desejava tal prazer que vira descrito num romance do *Rio Nu*, e jamais se atrevera a pedi-lo ao marido.

Se o tabaréu estava no mais alto grau da luxúria, também a natureza ferosa de D. Zizi entrou a dominá-la de maneira a impedi-la de prolongar por mais tempo o antegozo como queria.

Ela balbuciou, com o corpo tomado de forte agitação:

- Para, Ambrósio... A pulga entrou mais para o fundo... trepa em cima de mim e... persegue-a com o teu avantajado picão...

Semelhante ao touro que se solta sobre a novilha, o Ambrósio Minhoca afastou mais a coxas de D. Zizi e de uma só investida fez sumir a enormíssima porra no cono da moça, que soltou um grito de dor.

O jato de esperma, porém, não se fez esperar, amenizando o sofrimento, e D. Zizi não teria absolutamente gozado se a natureza privilegiada do Ambrósio não o tivesse preparado para a segunda foda sem tirar fora, em que os dois desmaiaram no auge do prazer.

Quando o Ambrósio saía do aposento, D. Zizi entre beijos dizia:

- Safa! Você custou a entender que eu queria que me fodesse!

- Lá isso de fodê-la há muito que eu fazia, mas era em seco.

- Em seco?

- Sim! Então pensa que quando me mostrava as pernas e as maminhas, eu não lhe cascava algumas punhetas em intenção?!...

- Quanto esperma perdido à toa!... Se você não fosse tão burro, nós poderíamos ter começado as nossas fodengas há mais tempo e não havia necessidade de dar fazer irmã da canhota!

- Que quer a senhora? Se o capitão me trouxe para aqui para eu não deixar que a fodessem, como é que eu ia fodê-la se a senhora não me obrigasse a isso?

Tens razão, Ambrósio. Eu é que desde o princípio ter-te aberto as pernas, em vez de andar a provocar-te a tesão e obrigar-te a tocar punhetas em minha intenção.

O Ambrósio, que ainda se sentia com forças de dar mais algumas caralhadas, perguntou:

- E a pulga, patroa?...
- Com certeza foi tocada para os ovários pela tua formidável porra...
- Quem sabe se ela não tomou a direção do cuzinho da patroa?...
- E se assim sucedesse?
- Seria conveniente escorá-la na saída...
- Tenho receio de que teu caralho me arrebente as pregas...

Qual o quê, patroa!... Com um bocadinho de cuspo e jeito vai-se ao cu de qualquer sujeito...

- Enfim, experimentemos... Mas devagarzinho...

A mulher do capitão pôs-se de quatro pés e ofereceu o seu mimoso orifício anal ao avantajado caralho do Ambrósio.

O tabaréu, que já tinha a chéba em ponto de bala, untou-lhe a cabeça com uma cusparada mestra, arreganhou as pregas da patroa e encostou-o, latejante, no olho do cu.

A capitoa remexeu-se um pouco e, ao receber pela retaguarda a cabeça daquele monstrengo, estremeceu de medo e de prazer ao mesmo tempo.

- Então? – Indagou o Ambrósio – posso empurrar o resto?
- Sim... mas devagarinho... com jeito... Assim... Mais um bocadinho... Que bom!... Que bom!... Mete mais, meu negro, meu Ambrósio do coração! Mete tudo!...
- Mas já não há mais, patroa! Já está tudo dentro!...
- Que pena!... Casca!... Casca!... Casca com vontade, Ambrósio!...

O tabaréu, num agitado movimento de vai-vem, mergulhava o enorme caralho no cu da patroa e não tardou que chegasse o momento supremo da esporradela, que a moça recebeu com imenso prazer.

Quando o Ambrósio retirou a enorme porra daquele adorável cu, ainda ela se encontrava a *meio pau*...

Examinou-a minuciosamente, limpando com uma toalha os laivos de merda que lhe enfeitavam a cabeça e depois disse à capitoa:

- E a pulga não saiu, hein, patroa?...
- Não faz mal. Amanhã tornaremos a procura-la.

II: Na Zona...

FELÍCIO, Don. *Na Zona.... Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 1914.*⁸³³

Por causa duma merda, uma coisa sem importância que até custa a acreditar, o casca do meu patrão fez-me contas, deu-me os 38\$500 que eu tinha a haver e pôs-me no olho da rua.

E tudo isso porque? Simplesmente porque me encontrou atrás de da máquina grande comendo o Bacalhau numa gostosa punheta.

Ainda hoje eu pergunto que diabo tinha o patrão com a minha pica, que tanto o tivesse danado ver o rapazinho tocar-me a bronha.

Seja lá como for, o caso é que me vi desempregado, com uns magros cobres no bolso e uma formidável tesão recolhida porque o raio do patrão fora um empata-punhetas e não deixara o rapaz ir até ao fim.

Saí furioso e depois de andar várias ruas sempre com a ideia de foder e com a porra a meio pau, fui dar com o costado na zona das marrequinhas.

Quase ao chegar ao meio da rua, ouvi uns psius e estas palavras:

- Mossiú, venhe cá, entre.

Olhei para a suplicante. Era um mulherão: alta loura, bem pintadinha, cheiazinha de corpo sem entretanto ser gorda, peitos regularmente duros ainda, e tinha uma linda pele claro-rósea.

Não me pareceu má foda e como eu vinha de tesão recolhida, penetrei no *chateau* da marrequinha.

Enquanto caminhávamos para o quarto, reparei que ela possuía uma esplêndida bunda, de sofríveis dimensões, bem talhada e sobretudo gelatinosa.

E eu disse com os botões das ceroulas: “Sim, senhor! Bom cu, excelente enrabação!”.

No quarto, enquanto bis despíamos, dei-lhe uns apertões, dizendo:

⁸³³ O livro contém 16 páginas e, pelo que pude apurar, começou a ser divulgado em 06/06/1914.

- Ô madame, vamos ver isso?
- Non, mossiú. Eu non tome ne bunda.
- Então que faz você ?
- No antiga, mossiú.
- Pois não serve, madame. Vou-me embora.
- Tem também especialidade, mossiú.
- Qual é?
- Bouchet! Mim chupe muito bene.
- Bom! Vá lá, vamos a essa clarinetada.

Fiquei inteiramente nu e espichei-me na cama. A madama, também em pelo, com a bunda gelatinosa a fazer treme-treme e as maminhas a oscilarem levemente, chegou-se a mim e, depois de meter-me a ponta da língua rapidamente duas ou três vezes no buraco das orelhas, fez-me deitar de bruços, apesar de já estar eu nessa ocasião com a porra capaz de varar uma tábua.

Colocado nessa posição principiou ela a passar-me com toda a rapidez a ponta da língua por toda a extensão da espinha, desde a nuca até ao princípio da regada do cu.

Cada vez que o raio da mulherzinha chegava-me às vizinhanças da bunda, parecia-me que eu ia me esporrar. Eu tremia, tinha cuspo grosso na boca e gozava como jamais o havia feito.

Quando pareceu à francesa que o meu caralho estava no ponto, meteu a cara entre as minhas pernas e cascou-me uma lambidela mãe, acompanhada dum chupão fortíssimo, mesmo no olho do cu.

Quase que lhe despejo um tanque na boca; entretanto, com um movimento brusco voltei-me, pois já não podia aguentar a tesão que me fazia doer até o pente.

Ia gritar à putaça que chupasse logo de uma vez porém nesse momento já a cabeça rubra do meu caralho desaparecia dentro de sua boca amestrada e ela entrava a mamar-me a pica, a sugar o tutano da porra.

Putá, merda! Que tipa sabida para chupar mangalhos!

Eu tremia da cabeça aos pés, eu suspirava, babava, gania como se me estivesse a vir por todos os poros; era o gozo incrível, uma sensação estupenda!

Afinal a pica ainda mais se ingurgitou e o jato do esperma aproximou-se. A francesa, retirando um instante a boca, porém sem largar-me os colhões que ela vinha afagando delicadamente com as mãos macias desde o princípio do bouchet, perguntou-me:

- Quer que põe fóre ou engole?
- Que diferença faz isso, madama?
- Nós tem table. 5\$ põe fora e 410 engole.

Eu, que já estava quase-quase a despejar a meleca no carão da puta respondi:

- Engula, madama, engula para você amanhã cagar um queijo!

A boca magistral da francesa voltou a me chupar o caralho e logo depois eu despejava-lhe uma leitada avantajada num largo espasmo de gosto que me inteiriçava o corpo todo.

A putaça lá foi engolindo a esportadela toda até os últimos pinguinhos que coroavam a ponta da minha pica e que ela gulosamente lambeu dizendo:

- O senhorr tem muito leite, é muito grossa sua leite...

Quando saí da casa da marrequinha fui até ao Passeio Público, porém, ia com uns tremeliques nas pernas. O diabo da pica entretanto não amolecera completamente; continuava a meio pau e parecia não ter ligado à chupadela da francesa.

Fiquei por ali, num banco, bestando sobre a ciência da boucheteria e ainda estava a sentir a sensação do chupão que ela me dera no olho do cu, quando passou por mim um rapazote de calcinhas justas, paletó mostra bunda e todo rescendendo a um perfume esquisito.

A minha porra deu um salto e eu acompanhei-o com uma palmada na testa.

- Eureka! A única coisa que me podia abrandar a tesão era um rabo!

Um rabo não de um puto velho e matriculado, mas sim um cu de mulher que me fizesse esquecer a bunda gelatinosa da francesa chupadeira.

Levantei-me incontinente e marchei para a zona Gomes Freire, pois, para negócio de enrabação não há puta que chegue à brasileira. São todas especialíssimas.

Mal entrei na zona e logo um mulatão correto e apetitoso, todo dengosa, de olhar lânguido e voz harmoniosa, pegava-me pelo braço.

- Escuta uma coisa, meu bem.

Deixei-me levar pela rapariga e ao subirmos as escadas fiz uma rápida exploração pelo cagueiro. Achei-o em ótimas condições e ela não protestou.

Depois, quando já despídos, pude apreciar a mulata, fiquei satisfeito com a fazenda.

Era um tipo bonita de mestiça nacional; os seios pequenos e bastante rijos não pareciam ser de puta; tinha as coxas grossas e com as pernas bem tornadas; a boca, de lábios carnudos e sensuais, era naturalmente vermelha e pequena; o ventre arredondado encimava a pentelheira basta e negra donde emergia o cono papudo e certamente quente. Quanto à bunda, só lhes posso dizer que era um cuzão de três assobios.

Se eu examinara minuciosamente a rapariga, ela também o mesmo fizera à minha pessoa, especialmente ao meu enorme caralho que parecia tê-la fascinado.

Quando sentei na beira da cama, ela ajoelhou-se entre as minhas coxas, sondou-me a porra com todo o cuidado e acabou dando-lhe um beijo na cabeça.

Eu julguei que ela fosse chupadeira como a francesa e, não estando disposto a comer segundo bouchet, protestei:

- Deixa disso, mulata; eu não gosto de ser mamado. Não vou nisso.

- Também eu não sou da estranja para chupá pica de home. Era o que fartava! Beije a tua porra porque gostei da bicha. Vamo cascá.

Não era precisamente foder que eu queria, na expressão clássica de empurrar o Zé na boceta da suplicante. Eu queria era cu, era enrabar.

Fiz a voz melosa, passei de leve a mão pelas nádegas da cuja e perguntei:

- E... meu bem, aqui... não vai nada? Eu sou roxo por uma bundinha assim na hora. Você deixa?...

O mulatão esteve a olhar para o caralho, depois apalpou-o e respondeu:

- Não, meu amô, você tem a coisa muito grande. Vai me arrebentar as pregas todas.

- Bem, filhinha, eu ponho só a cabeça.

- Sério? Você jura?

- Juro, sim.

- Então sim, mas bota cuspo.

Insalivei o caralho todo e meti-me entre as coxas da mulata que já se havia deitado de bruços. Abri-lhe com toda a delicadeza as nádegas e apontei a cabeça da porra, que estava em brasa naturalmente pelo cheirinho de cu que sentia.

Devo confessar que logo ao primeiro contato me pareceu que aquela bunda não havia sido fodida, ou então só o fora por picinhas dessas que qualquer formiga leva para o seu buraco.

Quando empurrei a primeira parte da cabeça da porra no ânus da nêgara, ela gemeu:

- Devagar, meu amô, devagar... que porra grossa!

Se eu procedesse conforme a tesão que tinha, seguraria a mulata pelos quadris e chamava-a aos peitos mesmo que ela se cagasse toda. Eu, porém, sempre fui mestre na arte de foder e por isso tratei de prolongar o prazer enquanto pudesse.

Pouco a pouco fui, no movimento de vai-vem da enrabação, introduzindo a pica pelo cu da mulata enquanto com a mão habilmente brincava-lhe com os bicos rubro-escuros dos peitos e dava-lhe beijos demorados na nuca.

Ela começou a suspirar, a tremer, a rebolar a bunda, o que ia auxiliando a penetração naquele cu quase cabeçudo.

Quando eu senti que se aproximava a esporradela, que eu não podia reter mais, deixei as maminhas da mulata e fui com a mão agilmente tocar-lhe a parte superior da cona.

O efeito foi prodigioso. A mulata, num estremeção terrível, ergueu a bunda, recebendo todo o meu picão pelo cu a dentro. Soltou então um grito de dor, porém já nessa ocasião a minha forte leitada refrescava-lhe o cagueiro, enquanto a sua cona inundava-se com o líquido do prazer.

Estivemos ainda uns minutos naquela posição, isto é, eu por cima dela e a minha pica a latejar-lhe dentro da bunda que também tinha ligeiras contrações.

Quando afinal nos deitamos um ao lado do outro, na ampla cama, ela a limpar-me o Zé, entabulou esta conversa:

- Como te chamas?

- Felício. E você?

- Mathilde. Tu tens amiga?

- Tenho uma porra! Que diabo de amiga há de ter um cabra desempregado?!

O mulatão bateu palmas e atirou um dos coxões por cima de mim.

- Pois putinho, está tudo feito! Ficas sendo o meu home. Quanto tu ganhavas.

- 150\$000.

- Faço-te uma diária de dez, fora os extraordinários. Aceitas?

E lá veio a mão da mulata brincar com o caralho que com a quentura da coxa estava em meia ereção.

Ainda eu não respondera à proposta de me fazer caften nacional e já a Mathilde, de cócoras em cima de mim, principiava a receber-me a porra no cono, que não era dos piores, e a dizer:

- Sim, meu bem, está dito; você é o meu home! Não vê que eu perco assim um caralho tão bão e de... quali... da... de.

Não pôde quase concluir. Eu tive um arranco inesperado de prazer, puxei-a brutalmente pelas nádegas, metendo-lhe de um só ímpeto o mangalho pela boceta e fazendo com que rolássemos os dois num delíquio de gozo enquanto as nossas esporradelas se confundiam num só jato.

No dia seguinte, conforme combináramos, voltei à casa de Mathilde para receber a minha diária e dar-lhe a respectiva ração de pica.

Eu nem disse nem era preciso dizer, que eu aceitara de bom grado o novo emprego. Afinal de contas, que diabo tem de mal a gente levar o seu na transação? A *cuja* quer a nossa porra, lodo... marche com o bronze para manutenção da dita.

Quando Mathilde veio a mim de braços estendidos e beijos aflorados por um tentador beijo, reparei que ela andava de pernas abertas.

- Porra! dona. Que troço é este? Temos galiqueira?

- Safado! Você acha que eu ainda não tenho o cu em trapos? Com uma porra de jumento...

- Está bem, eu vou-me embora.

- Deixa de sacanagem; vamos pro quarto.

Quando ali chegamos, sentei a Mathilde nos joelhos e depois de muito beijo, muito chupão de língua e de beijos que a foram excitando danadamente, abri-lhe o roupão e comecei a mamar-lhe os peitos rijos. Ela tombou a cabeça no meu ombro para dizer-lhe ao ouvido:

- Meu bem, você gosta de chupar?

- Conforme. Onde?

- Aqui, respondeu ela levando minha mão até a altura do cono.

E eu respondi-lhe pondo a mão dela na minha pica.

- se você mamar aqui...

Ela apertou-me fortemente os braços em torno do pescoço, unimos os lábios num longuíssimo beijo, acompanhado por várias sugadelas de língua e assim estivemos a entesar-nos bastante tempo.

Depois rapidamente nos despojamos das roupas e nus, inteiramente nus, atiramo-nos sobre o leito.

Logo que ali nos instalamos, Mathilde pulou para cima de mim de modo a colocar o seu cono palpitante à altura dos meus lábios e da minha língua, ficando a minha porra exatamente à feição de sua boquinha apetitosa.

Nessa ocasião pude verificar os estragos que a minha porra fizera naquele cu! Tudo arreventado! Nem a prega mestra escapara à força da minha piça.

Por espírito de gratidão, dei-lhe um beijo mesmo na flor do cu; a mulata recebeu um choque e beijou logo a ponta da porra.

Estava iniciado o 69.

Seguindo as regras da arte de foder, comecei a lamber o pedacinho que fica entre o cu e o cono. Mathilde correspondeu fazendo o mesmo entre o meu ânus e os colhões.

Depois passei a beijar e lamber ligeiramente as bordas da boceta, e a mulata, mostrando perícia igual a minha, fazia o mesmo movimento na minha colhoada e pica, sem entretanto chegar-me à cabeça do caralho.

Já então nós tínhamos tremuras pelas pernas, estremeções pelo corpo e a saliva grossa a encher-nos a boca.

Fui aumentando as lambidelas, depois meti duas ou três vezes a língua pelo cono da Mathilde, o qual parecia de fogo e latejava enormemente.

A mulata, a tremer, a soluçar, embocou-me duas a três vezes a cabeça da pica.

Era chegado o momento do supremo gozo.

- Mathilde chupa... chupa... agora não pares....

- Sim. Fi... lhinho e tu também...

Tomei na boca o capitãozinho do cono da mulata, enquanto esta acomodava dentro da dela tanto quanto podia da minha porra a chupamo-nos com tal maestria que a minha porra lhe atirara à garganta.

E tombamos em delíquo um ao lado do outro.

Mathilde ficou espapaçada sobre a cama com as mamas achatadas de encontro aos lençóis e a bunda, aquela provocante e primorosa bunda, voltada para cima a tremer as gelatinosas carnes.

Eu principiei a afagar-lhe as nádegas carinhosamente lembrando que afinal quem descabara aquele cu fora eu que lhe arrombara a prega mestra.

Mathilde continuava quieta e silenciosa e a minha porra galhardamente se enrijara denovo.

Insalivei o caralho, afastei as coxas da rapariga e fui lhe metendo o piçalho pelo cagueiro.

A mulata suspirava brandamente e o marzapó entrou entrou todo sem a dificuldade da primeira vez.

Quando eu despejei na tripa grossa da Mathilde toda a avantajada esporradela, a mulata apertou as nádegas e vindo-se também disse a suspirar:

- Agora, sim, é bom e não dói.

Hoje, enquanto eu tiver tesão na porra não quero outro meio de vida... honesta.

III: O Brinquedo

FIDELIS, Zé. *O brinquedo*. Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 1914.

Ter quinze centímetros de piça, grossura proporcional e fica com ela caída por fora das calças enquanto a noiva se afasta a correr, depois de haver desfechado na cara do camarada esta pouco amável frase:

- Ora, seu Guedes! Quem tem um *bilrinho* destes pensa em casar?

É para um camarada pisar nos colhões ou dar um mergulho no meio da baía, ou calçar um bonde elétrico.

Pois isso que aí está aconteceu ao Guedes e à sua endiabrada noiva, numa soberba noite de luar em que ele, no fundo da chácara, numa apropriada sombra, julgou embasbacar a Chiquinha mostrando-lhe o *armamento*. Mas não precipitemos os acontecimentos e passemos a narrar os fatos tais quais se passaram.

Assim que o Guedes, pelo Carnaval, viu a Chiquinha, ficou esta pelo morenãõ que ela era. Os seus aveludados olhos negros, a pequenina boca de polpudos lábios rubros, s seios fartos, duros e palpitanes por baixo da seda fina da blusa, as coxas grossas e sobretudo um pedaço dum pernãõ ideal que ele bispara pela fenda da saia, o fascinaram de tal modo que ele, que era arara nessas coisas de amor, caiu como um patinho e no seguinte sãbado de Aleluia já vinha para a Avenida Central com a Chiquinha e a família na mui nobre qualidade de noivo da menina.

Como já dissemos, o Guedes não era trouxa e por isso, na noite em que começa este conto verídico, ele foi levando a pequena para o fundo da chácara, aproveitando a saída do futuro sogro e a enxaqueca da sogra.

Chegados a um rústico banco, metido na mais completa sombra, o nosso herói sentou-se e foi sem mais nem menos pondo a noiva no colo. Esta não se fez de rogada e quando o Guedes buscou-lhe a boca num lúbrico beijo já encontrou os lábios carnudos dela prontos a recebe-lo.

Esse beijo, o primeiro dado sem ser de fugida, foi longo e seguido de muitos outros ainda mais demorados e ainda mais excitantes.

Enquanto isso, a mão direita do Guedes não estava inativa. Primeiro tateava os peitos da Chiquinha por fora da roupa e, tendo-lhes encontrado os deliciosos biquinhos,

os afagara com tal perícia que os mesmos em breve estavam com a consistência do ferro. A menina começou a ter uns estremeções, umas sacudidelas, fortes pelo lindo corpo e seus lábios não se descolavam dos do rapaz.

Então ele foi-lhe sorratamente desabotoando o casaco até pôr-lhe a nu o colo farto, virgem, quente e de escultura impecável.

Nervoso, cheio de ânsia, louco de desejos, o Guedes cobriu aqueles seios virgíneos, eretos e tentadores, com um turbilhão de beijos de fogo. Se o grão de lubricidade atingido por ele era tal que ele mesmo não sabia o que fazia, em Chiquinha não era menor a excitação: ela estava com os olhos cerrados, o colo arfava-lhe desmedidamente, tinha a boca entreaberta e tremia violentamente, principalmente nas coxas que estavam eletrizadas.

O Guedes tirou para fora os seus quinze centímetros de peça e levou a mão da moça até tocar-lhe. Chiquinha prontamente pegou-lhe e começou a tocar-lhe magistralmente o vai-vem da punheta.

O rapaz, que pretendia retribuir-lhe o serviço, antes disso, quis sugar-lhe os biquinhos dos seios. Mal, porém, principiara a chupá-los, suas natureza explodiu aos carinhos da mão da rapariga e ele veio-se numa forte esporradela, quanto Chiquinha, apertando-o fortemente contra si, deixava perceber por seus suspiros que também atingira o alto grau do prazer.

Quando eles voltaram a si da luxúria deste espasmo o Guedes, retendo a mão da mocinha, disse entre suspiros:

- Calcula, meu amorzinho, o que será isso na noite do casamento!....

- Como, perguntou ela, na noite do casamento!...

- Sim, do nosso casório.

Chiquinha ergueu-se às gargalhadas e fugiu atirando-lhe a frase fatal:

- Ora, *seu* Guedes! Quem tem um *bilrinho* destes pensa em casar?!...

O nosso camarada não era, porém, dos que desanimam à primeira. Fez seus cálculos, suas deduções e concluiu que se a Chiquinha tinha experiência para dizer que ele não possuía porra para satisfazer uma mulher, é que conhecia outra ou outras e nesse

caso ele, conservando-se noivo, podia fazer jus a algumas pingoladas por conta. E depois Chiquinha não era fodão que se desprezasse. Assim estava deliberado: passava-lhe a piça umas vezes e depois abria o arco.

Continuando, pois, no seu papel de noivo, foi comendo algumas punhetas, mal-acabadas, por serem feitas na sacada, enquanto esperava que aparecesse uma oportunidade como aquela que descrevemos acima.

Entretanto, ele ia notando que em alguns dias, ou melhor diremos, em algumas tardes, a Chiquinha apresentava uma cara de quem havia passado a noite e o dia numa fodenga desabalada. Outras vezes a rapariga deixava-o em meio de uma bronha, ia para o interior da casa e quando voltava à sala vinha bamba, de grandes olheiras e olhar amortecido.

Isso tudo levou o Guedes a suspeitar que na própria casa a moça tinha quem lhe sovasse as cricas e labuzasse a boceta.

Com esta ideia encasquetada no miolo e danado pelas inúmeras tesões que fora obrigado a recolher, o nosso homenzinho delineou um plano para descobrir quem era o *ele* da sua *ela*.

Usando de muita lábia, empregando ainda mais manha e sobretudo perdendo amor a umas *pelegas* graúdas, ele conseguiu corromper a mucama da mocinha, de maneira a esta prometer-lhe escondê-lo no seu quarto, que era junto ao de Chiquinha e de onde ele podia apreciar “muitas coisas interessantes e ver o amante da menina”, segundo dizia a mulata a rir canalhamente.

Mesmo depois de obtida a promessa da trêfega mucama, não conseguiu o Guedes prontamente o seu intento porque ela andou uns quinze dias a explorá-lo no cobre, lançando mão de mil evasivas. Foi somente quando ele, percebendo que estava sendo comido por uma perna, declarou que desistia de ver a putaria noturna da rapariga, que logrou ser escondido no quarto da mucama, de onde, trepado numa cadeira, presenciaria à vontade o espetáculo.

Quando o nosso homem se aboletou no observatório, a moça ainda não estava no aposento vizinho. Pouco depois chegou, acompanhada pela infiel mulata. Não quis naquela noite que esta a despisse e dispensou-lhe os serviços.

A mucama veio para o seu quarto e sem mesmo parecer que sabia da presença do Guedes, pôs-se em fraldas de camisa e espichou-se na cama de papo para o ar, mostrando as pernas grossas e o colo nada a enjeitar. Em seguida, tirou o *Sandwich*, último livro da ‘Coleção Amorosa’ que o se vende por uns insignificantes 500 réis, e engolfou-se na picante leitura.

Seu Guedes, mesmo a contragosto, com o rabinho do olho, reparou na mulata e registrou-a para futuras coisas.

Do outro lado, isto é, no dormitório de Chiquinha, esta ia despindo-se mui vagorosamente. A saia de cima caíra, mostrando-lhe até acima dos joelhos as pernas divinamente esculpidas e desenhadas pela finíssima meia negra de fio d’Escócia. Depois, a blusa foi pouco a pouco saindo e desnudando-lhe o divino colo que o Guedes conhecia pelo tato, mas a que a sombra da noite velara os encantos.

Os biquinhos dos peitos, mostrando a volúpia da rapariga, estavam empinados brutalmente e pareciam verter sangue.

Seguidamente o corpinho de macias rendas e a leve saieta caíram, ficando Chiquinha unicamente em camisa. A essa altura o nosso Guedes já sentia mil tremuras pelas pernas, que eram agora três, porque o seu *bilrinho* bem podia ser considerado uma perninha de pau, tal a dureza que apresentava.

O nosso herói, porém, por mais que investigasse, por mais que sondasse o aposento, não via onde pudesse estar o preferido, o amante feliz daquele peixão por quem ele suspirava e lhe fugia por falta de porra.

Não podendo mais soffrear a curiosidade, chamou a mulata e fê-la subir na cadeira para interroga-la em segredo:

- Onde... está... el... le?

- Quem?

- O... aman... te.

- No guarda-vestidos, respondeu a mulata, descendo da cadeira, não sem passar a mão na peça do Guedes que quase cai do *poleiro* com a sensação que teve.

Voltando ao ponto de observação, o Guedes viu algo de novo. Chiquinha, sentada defronte do espelho, tinha a camisa erguida até aos sovacos e acariciava as primorosas e febricitantes coxas indo essas carícias morrer no emaranhado de sua pentelheira de azeviche.

- Não há dúvida, pensou o Guedes, a endiabrada pequena sabe que o amante tem por onde espiá-la e leva por maldade a provoca-lo. O bruto quando sair dali vem de tesão de bode.

De repente a atenção do Guedes redobrou. A moça dera um suspiro mais alto e encaminhava-se para o fatal guarda-vestidos, de onde devia sair o amante querido. Ia finalmente conhecer o eleito daquele *bijou*.

Chiquinha escancarou as portas e em lugar de tirar de lá algum rapagão que fizesse ciúmes ao nosso indiscreto observador, apanhou uma caixa de papelão comprida, trouxe-a para a mesinha de cabeceira, destapou-a e de dentro sacou um formidável caralho de borracha.

O Guedes deu um pinote colossal que quase o atirou da cadeira ao chão, se não fosse a mulata que por certo já esperava o sucesso e estava junto para ampará-lo.

- Que foi? – sussurrou ela.

- É de borracha, gaguejou o Guedes.

- Pois então? É o *brinquedo* de Chiquinha. Veja o resto que vale a pena.

E ele de novo se voltou para o ponto de observação, porém desta vez sem tesão, pois que a surpresa o tirara.

Chiquinha, que havia tirado de uma pequena estufa um frasco de leite morno, com ele enchera a grande porra de borracha e de pé, encostada à cama, defronte ao espelho, principiava a introduzir muito vagorosamente o enorme mangalho artificial na papuda boceta por entre suspiros, revirar de olhos e pequenos ais de gozo.

Quando o terrível marzapó desapareceu até aos colhões, a moça iniciou habilmente o exercício de vai-vem fodológico com tal maestria e prática que em poucos instantes, num delíquio de prazer, tombou sobre a cama com os olhos em branco e a cona inundada do leite morno que lhe ejaculou o pição artificial.

Seu Guedes nesse momento esportava-se nas mãos da mulata, que por caridade lhe fizera uma punheta para salvá-lo de alguma congestão na piça. Após essa grotesca cena, o nosso camarada quis abrir o chambre imediatamente, porém a mulata fez-lhe ver que o portão da chácara estava fechado e só demanhã, depois que o chacareiro o abrisse para ir aos jornais do patrão, é que ele poderia sair.

- Mas, rapariga, e eu onde fico?

- Aqui, comigo. Lá por você não ter um *paratilevas* como o *brinquedo* da menina, não faz mal. Eu me satisfaço com a picinha que me parece ser espertinha.

Dali a pouco o Guedes estava a cavalo na mucama e parece que ela se ajeitou tão bem com o *bilrinho* dele, que quando o chacareiro abriu o portão eles ainda estavam dando a última de mão numa soberba foda de apanha cavacos.

Saindo da casa da Chiquinha, o Guedes entrou a matutar na situação. Ele afinal de contas tinha uma paixão burra pela rapariga. É verdade que ela não era mais donzela, porém, a rigor, podia se dizer que se ela não era virgem de porra, o era de homem, pois que se fornicava com um caralho de borracha! E quantos por aí andavam que haviam sido embarrilados na noite do noivado?! Depois a tal porra de borracha era para ele uma segura garantia da fidelidade da esposa: quando ele não estivesse em casa ou não pudesse satisfazer a mulher, ela coçar-se-ia com o pição artificial e ele seria originalmente corneado por uma porra de caoutchouc.

Estava decidido: casava com a Chiquinha, apesar de tudo.

À noite, quando ele se apresentou na casa da noiva, uma agradável surpresa lhe estava reservada; os velhos haviam saído a visitar um parente rico que estava agonizante e Chiquinha ficara para recebe-lo sob a guarda severa da mucama.

É inútil dizer que mal seu Guedes chegou, a mulata foi para o portão de prevenção para despedir alguma visita importuna ou prevenir a chegada inesperada dos velhos.

Chiquinha vestia unicamente por sobre a camisa um arrendado peignoir de cor lilás claro, que a tornava provocantemente bela.

Recebeu o Guedes de braços abertos e lábios enflorados num beijo chupado e longo.

Após haverem estado bastante tempo assim unidos um ao outro e de bocas coladas, foram para o sofá, onde se sentaram enlaçados estreitamente.

O Guedes, que tratara logo de enfiar a mão nervosa entre as rendas do *peignoir* da menina para afagar-lhe os peitos mimosos, foi encetando a conversa e levando-a para o ponto desejado, isto é, o casamento.

- Enetão, Chiquinha, quando será o nosso dia?

- Que dia, eu Guedes?

- O grande, o do casório.

- Seu Guedes, eu gosto muito do senhor, tenho-lhe mesmo amizade, mas... o senhor não tem piça para mim. Talvez mesmo eu nunca me case...

- Mas, Chiquinha, se eu consentisse que você continuasse a fazer uso do *brinquedo*?

A moça soltou-se dos braços do rapaz e colérica gritou:

- Você sabe?

- Sei, sim. Vi tudo!

- Ah! Foi aquela puta da mucama que me traiu! Vou partir-lhe a cara.

E ia a sair como uma fúria quando o Guedes segurou-a fortemente. Chiquinha resistiu e estabeleceram uma luta durante a qual o *peignoir* da moça abriu-se por completo, patenteando-lhe os mil encantos.

O Guedes, ao ver perto de si aquele corpo admirável, ao sentir sob suas mãos aquela carne formosa, ficou louco, perdeu por completo a cabeça. Prendeu Chiquinha com um de seus braços robustos e atirou-se com ela no tapete da sala.

A rapariga percebeu o intento dele e entrou a debater-se brutalmente, a mordê-lo, a tentar entrelaçar as pernas para impossibilitá-lo de possuí-la, porém ele a esse tempo já se havia encaixado entre elas e impediu-lhe tal movimento de defesa.

Numa ocasião em que Chiquinha, esgotada pelo combate, diminuiu a resistência, o Guedes acertou-lhe a cabeça da piça na boceta e numa só investida mergulhou os seus quinze centímetros pelo cono da rapariga.

Esta teve um ligeiro estremelecimento e ficou-se sem fazer o mais ligeiro gesto, conservando os olhos fechados.

Ora, o Guedes, se não fora bem-dotado com piça pela Natureza, sabia entretanto todas as artes de foder e, como se sabe, não é por ser enorme uma porra que dá maior prazer à mulher.

O rapaz começou num moderado e largo movimento de vai-vem, puxando a piça quase até sair do cono da rapariga e depois metendo-a toda, até encostar pente com pente.

Apesar da indiferença que Chiquinha queria demonstrar, em sinal de desprezo pelo *bilrinho* do Guedes, seu formoso corpo era percorrido por uns esquisitos arrepios e mau grado seu as coxas entraram a ter uns ligeiros estremelecimentos.

Duas ou três vezes ela mordeu os lábios para abafar suspiros de gozo que a eles tinham vindo.

O Guedes, perito conhecedor da arte de fornicar, via os progressos que ia tendo e foi aumentando, isto é, apressando o vai-vem, porém conservando-o em todo o comprimento da piça.

Com essa modificação, Chiquinha não pôde ocultar a sensação que começava a sentir: o corpo tremia-lhe todo, especialmente as coxas, tinha rápidos estremeções, o colo erguia-se fortemente e suspiros de intenso prazer fugiam-lhe da rosada boca entreaberta.

Apesar disso, continuava teimosamente e por orgulho a ter os olhos fechados para não ver o Guedes que, percebendo o *truc*, sorria vitorioso.

Quando o rapaz percebeu que se aproximava o momento psicológico, mudou de tática. O movimento da piça tornou-se extremamente rápido e todo ele contra a parte superior do cono de Chiquinha. Esta recebeu então como que uma descarga elétrica. Vibrou toda dos pés a cabeça. Abriu os olhos esgazeados pelo gozo e murmurou:

- Gue... des... beija-me... na... boca...

Era exatamente o que o nosso homem esperava. Estendeu os lábios e principiou a sugar os beijos de Chiquinha.

Ela enlaçou-o doidamente e num delíquio tremendo de gozo completo inundou a boceta com o líquido do prazer, enquanto recebia no útero a esporradela do Guedes.

Sem mudarem de posição, isto é, o Gudes por cima da Chiquinha e com a peça dentro do cono desta, eles ficaram estarecidos uma porção de tempo até que a rapariga falou:

- Que gozo! que prazer!

- Que foda! Murmurou o Guedes.

- Parece incrível que tu, meu Guedezinho, com um *bilrinho* assim, faças tanto!

- Então, meu amor, já vês que podes casar comigo. Não é?

- Não sei ainda. Pode ser, tanto mais que tu foste o primeiro homem que eu conheci.

- Então casas?!

- Não sei... Tu serás sempre assim?

Para responder a essa pergunta, a peça do Guedes, que, parece, se dera admiravelmente com o coninho da rapariga, enrijou por completo e o rapaz, satisfeitíssimo dessa pronta resposta, recomeçou a fodanga.

Desta vez Chiquinha, que não se tinha mais razões para ocultar o que sentia, principiou a corresponder aos movimentos do Guedes.

Eram lânguidos beijos, intermináveis sugadelas na língua, chupões demoradíssimos nos beijos. As mãos do rapaz atritavam-lhe os biquinhos eretos dos peitos e as dela acariciavam o Guedes num movimento de gratidão amorosa.

Ora, a segunda foda é sempre mais demorada que a primeira, isso com referência ao homem já se vê; de maneira que o Guedes ainda estava a meio caminho e já a Chiquinha, enroscando-se nele vigorosamente, aljofrava de novo a bocetinha com outra esporradela.

O rapaz parou um pouco para dar tempo à moça de ter um gozo completo e depois recomeçou.

Ah! Então foi um horror. Chiquinha, tomada de indescritível lubricidade, tremia sob a peça do Guedes, tinha contrações terríveis, suspirava, gemia, beijava e chupava o seu fodedor em toda a parte que chegava ao alcance de seus lábios.

E soluçava:

-Mais... mais... Guedes... não pares... eu vou... morrer... ai! que... gozo.

Ao aproximar-se o prazer final, o Guedes redobrou de presteza no vai-vem e passou as duas mãos por baixo das ancas da rapariga.

Quando no doido frenesi da cópula Chiquinha pressentiu que novamente se vinha, cruzou nervosamente as pernas sobre as costas do Guedes que chamou-a a si pelas nádegas metendo rapidamente o dedo no orifício do reto ao lançar a leitada forte no útero.

- Mor... ro... Guedes...

- Ah! Chi... quinha.

E os dois tombaram extenuados um ao lado do outro.

Um mês depois o Guedes conduzia Chiquinha ao vigário para casá-los no mais honesto dos matrimônios.

Vivem completamente felizes.

Perguntará o leitor:

- E o brinquedo da Chiquinha?

Segundo diz a mucama, a quem Chiquinha perdoou e vive com o casal, quando o Guedes mostra sinais de fraqueza, ali pela terceira foda, Chiquinha empurra-lhe a porra de borracha no cu.

IV: O Cachorro

TESO, Zé. *O Cachorro*. Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 19--.

Cachorro... Pelo título deste folheto, aposto que julgais que vou falar de algum grande e gostoso cu de mulher.

Se assim julgais, estais redondamente enganado: não tratarei aqui do *cachorro* da mulher, mas da mulher do cachorro.

Como está estabelecido e provado, o cachorro é o amigo fiel do homem. Hoje em dia pode-se acrescentar que é também o amigo mais... e mais discreto da mulher.

De fato, não é raro ver-se hoje nas ruas da nossa capital já não apenas certa classe de putas de alto bordo, exibindo nos braços ou pousado no colo um mimoso totó, muito bem tratado e muito bem... amestrado, mas também moças de família.

Esses cachorrinhos, de que são apreciadoras as fêmeas francesas, que, como se sabe, só apreciam o minette, são ensinados a chupar a crica da dona e tão bem se portam, que suprem a falta de qualquer minetteiro profissional.

Ora, esses animaizinhos, animados pelas moças solteiras, que lhes dão um tratamento fidalgo, banhando-os com suas mãozinhas delicadas, perfumando-os e à noite metendo-os no leito virginal, afagando-os ao calor tépido da carne moça e estuante, esses animaizinhos – dizia eu – também são *gente*, quero dizer também têm instinto...

Quantos desses cães mimosos não terão comido de punheta suas inocentes donas? Sim... porque, no cuidado de trazê-los sempre limpos, elas naturalmente os ensaboam demoradamente por todo o corpo e esfregam, esfregam inocentemente...

É de supor que, ao suave contato das mãos ensaboadas, da delicada massagem no sítio em que o reside o atributo do seu sexo, o animal sinta o efeito dessas carícias e o seu bilrinho vermelho saia fora da capa num espasmo de gozo...

Depois o cão habitua-se, a sua jovem dona repara naquela esporradela que se confunde com a espuma de sabão, repara nos estremecimentos do bichinho, no seu movimento acelerado de vai-vem, a boca aerta, a língua de fora...

Agora, é o instinto da fêmea que faz o resto: as comichões que lhe assaltam o coninho virgem de pica podem muito bem ser acalmadas por aquele animalzinho, sem receio de indiscrição. E o totó aprende a lambar e a chupar cricas...

Foi talvez devido a um vício desses que certa mocinha da rua Haddock Lobo quis experimentar o amor de um grande cão de S. Bernardo, alto, corpulento, bem servido de pica... E um dia, no banheiro da casa, foi encontrada a pequena emendada com o cão. O seu membro enorme, naturalmente por ela ajeitado à bocetinha ferosa, deflorara-a, penetrando-lhe violentamente na vagina até o *nó*, que, de tamanho descomunal, prendera a mocinha ao como se fosse uma cadela.

Dizem que foi preciso cortar o membro do inconsciente S. Bernardo e depois extraí-lo da vagina da já ex-donzela.

O cachorro é, pois, um amigo fiel e discreto, um consolador mudo da mulher. E do homem também. Pelo menos, de certos homens...

Ainda há pouco, quando um conhecido homem de letras se apresentou candidato a um certo cargo os homens que iam elegê-lo receberam uma carta-circular anônima em que se acusava aquele candidato de ser fazer enrabar por um cachorro.

Está visto que ninguém levou em consideração a denúncia, tanto que elegeram o *acusado*.

Seria verdadeira ou mentirosa a denúncia?

Isso, afinal, é questão de gosto: levar pelo cu a dentro um lustroso pau de lacre de um inconsciente Terra Nova, ou o caralho mais ou menos grosso de outro homem – com isso ninguém tem que ver. Além disso, ser enrabado por um cão, este nunca apontará na rua o puto, dizendo:

- Aquele sujeito toma no cu!

A não ser que algum indiscreto veja o *ato*, o indivíduo enrabado por um cachorro pode alegar sempre (desde que não seja preciso provar) que tem as pregas intactas e o cu virgem de pica.

Esta ligeira divagação sobre a vantagem de se fazer enrabar por um cão – e de passagem a recomendo aos hemorroidários – trouxe-me à ideia o caso de conhecido sujeito que toma no cu como gente grande, por gosto, por prazer.

Todos que o conhecem sabem-lhe o vício e quando os fanchonos indiscretos o apontaram como puto, ele não quis negar, mas justificou-se dizendo:

- É verdade que gosto de me espetar num bom caralho. Que tem isso? Até sinto, quando me vejo de cu atochado por um marzapo avantajado, a deliciosa sensação de que estou cagando para dentro...

É descomunal, pois não é?

Mas deixemos esses putos, que apenas vieram à baila acidentalmente e entremos no assunto principal deste opúsculo, assunto de que nos desviamos desde as primeiras linhas.

Dizia eu que ia falar da mulher do cachorro, não é verdade?

Pois essa mulher, que era italiana e chamava-se Bianca, surgiu de repente nas altas rodas da putaria, apresentada por uma sua patricia que tem casa de fudas lá pela praia do Russell.

Havia quem dissesse conhece-la de S. Paulo, onde, depois de muito dofiar, perdera a cotação devido à chegada de *gado* novo para o mercado de amor; entretanto, a caftina afirmava que Bianca viera diretamente da Itália, onde abandonara o marido após pouco tempo de casada, porque tinha o um temperamento feroso e um gênio aventureiro: desejava correr mundo, gozar muito, foder muito, ganhar muito dinheiro, muitas joias...

Nos clubes que eu frequentavam já me tinham falado nessa mulher, mas todos diziam que era muito ambiciosa e que quem não apresentasse como cartão de visita uma pelega de dizentos, não conseguiria pôr-se nela.

Como as minhas finanças, dada a minha profissão de jogar, andavam sempre em alternativas, ora baixas, ora altas, jurei a mim mesmo que no dia em que matasse uma paca apresentar-me-ia candidato a cascar uma foda, ou duas, ou mais, conforme a tesão, na ardente italiana.

Esse dia, ou antes essa noite, chegou mais depressa do que eu esperava: aparecera no clube um tabaréu cheio de massa, que foi depenado em dois tempos numa banca de bacará.

Às onze horas da noite tinha eu ganho cerca de quatro contos.

Havia muito tempo não me vinha uma aragem assim.

- É hoje! – disse eu, afagando a *mala*.

E logo acrescentei:

- E imediatamente! Vamos a ver se a tal Bianca vale mesmo os duzentos paus.

Mandei chamar um automóvel de garage, um landaulet de luxo, e toquei para a casa de fodas da praia do Russel, disfarçada sob o título de pensão.

A caftina era minha conhecida velha e, ao ver-me saltar do luxuoso auto, recebeu-me amavelmente e segredou-me ao ouvido:

- Já sei que vem pela Bianca.

- Adivinhou... Admiro-lhe o faro de puta velha. Ela está livre?

- Está. Vou chama-la e fazer as apresentações.

Dali a pouco apareciam as duas. Bianca era de fato uma mulher tentadora.

Para inciar a conversação, mandei abrir champagne. Havia na sala mais três mulheres que não se fizeram rogadas ao convite para nos acompanharem no capitoso vinho. Olhavam com inveja para Bianca, não só porque até aquela hora não lhes aparecera nenhum freguês como também porque viram em mim um homem generoso.

Era obrigatório um passeio de automóvel. Convidei a italiana, que se vestiu num ápice, e lá fomos os dois muito juntinhos, muito agarradinhos, dentro landaulet percorrer a Avenida Atlântica.

Durou meia hora esse passeio. Pouco depois de meia noite apeávamos à porta da pensão, eu despedia o auto e dali a momentos, precedido de Bianca, entrava no quarto desta.

A casa já estava em silêncio. Apenas a abadessa velava ainda, à espera de algum freguês retardatário para as suas inquilinas.

O aposento da italiana era luxuoso e mobiliado com gosto.

Bianca começou a despir-se e eu imitei-a. Ela, porém, despojava-se das roupas com rapidez, tanto que eu havia apenas tirado o casaco, o colete, o colarinho e a gravata, e ela, já em camisa, sorridente, olhava para mim, passando voluptuosamente as mãos ao redor da cintura, alisando o vinco produzido pelo cordão das calças.

- Queres que eu fique nua, meu amor?

- Pois sim. Quero admirar em cheio os teus encantos.

A ténue camisa de cambraia voou-lhe pela cabeça e as suas formas estonteantes apareceram nítidas: os peitos, não muito pequenos, mas rijos, pediam que eu os sugasse; a deliciosa curva das nacas era continuada, como numa estátua, pelas nádegas que formavam a bunda mais bem feita que eu já tinha visto; as coxas, alvas, unidas, faziam ressaltar-lhe o monte de Vênus, coberto de pentelhos não muito espessos.

Eu deixara de me despir e estatelado babava diante daquele corpo que ia ser meu, que era meu já e que eu não tardaria a gozar.

Só dei acordo de mim quando senti o caralho latejar furiosamente querendo romper a prisão das calças, naturalmente para se meter naquele cono papudo que o atraía como o imã atrai o aço...

- Olha! – disse-lhe eu sentando numa cadeira e puxando para fora a porra dura como um pau. Se não te espetares já aqui, esporro-me sem proveito! Não posso mais!

- Não, meu amor, contém-te. Molha os pulsos ali naquela bacia, porque tens de esperar um pouco. Não fodo só por necessidade de ganhar dinheiro; fodo também por prazer e só sinto prazer na foda, só estremeço de gozo nos braços de um homem depois de um ligeiro minette...

- Oh! Mas eu não faço isso! – respondi escandalizado.

A tesão baixara-me durante o curto discurso da italiana.

- Nem é preciso que o faças – replicou ela, encaminhando-se para a cama, onde se estendeu a fio comprido e pernas abertas. Em seguida chamou:

- *Kaiser!*

Estupefato, vi surgir de uma espécie de berço que havia junto à cama um cachorro pequeno, branco, malhado de preto, com uma coleira tilintante de guizos. O animal, já ensinado, pulou para cima da cama e meteu o focinho entre as pernas da mulher. Dentro de dois minutos, esta dava estremeções, apertava entre as coxas a cabeça do cachorrinho, revirava os olhos, suspirava...

De repente gritou:

- Fora!

O obediente *kaiser* lambeu os beijos, pulou do leito e foi de novo aninhar-se no seu berço.

- Vem agora – disse-me ela. Estou no ponto.

Já me havia despido e estava também nu. O caralho latejava de novo, irritado. Plantei-me em cima de Bianca e enfié-lhe de um jato a porra no cono umedecido pelo minete do cão.

Com efeito, a mulherzinha sabia gozar: abraçou-se fortemente a mim, entregou-me a língua e rebolou tão furiosamente que em poucos segundos eu lhe despejava a primeira leitada.

- Acabaste?... Que pena!... – murmurou ela, com os olhos brilhantes de volúpia. Não dás outra sem tirar fora?

- Talvez... Isso depende de ti. Se conseguires que *ele* levante sem ser preciso vir cá fora refrescar...

- Experimentemos.

Pusemo-nos de lado e ela, muito unida a mim, mexia-se devagarinho, rebolava com cuidado, contraindo a vagina, para reavivar-me a tesão.

Enquanto isso, eu lhe chupava, ora os peitos, ora a língua; ora a beijava nos olhos, no pescoço, no colo, passando-lhe ao mesmo tempo a mão sobre as formas arredondadas da sua grandiosa bunda...

Não me prezo a fazer muitas áfricas com mulheres; mas naquela ocasião vi com prazer que meu caralho não era dos mais mofinos, pois não chegou a murchar de todo e não tardou a ficar pronto a funcionar de novo.

Essa segunda foda foi um delírio; custei muito a me expulsar e Bianca fez um verdadeiro escândalo: suspirou, gemeu, soltou gritinhos abafados, mordeu-me o pescoço e quando, enfim, dei sinais de que ia vomitar a esporradela, a italiana atingiu o paroxismo do gozo e, estremecendo violentamente, inteiriçou-se, estatelada, os braços caídos para os lados, o cono palpitando num mar de esperma...

A noite estava quente e por isso adormecemos assim mesmo nus; Bianca apenas lavou a boceta.

Pela manhã, eram já sete horas quando acordei; a italiana, sentindo que eu me mexia, despertou também.

- Estou com disposição para outra, mas dispenso a *lubrificação* pelo cachorro.

- Pois sim; ainda me sinto bem *lubrificada* e também disposta.

Com a porra já em riste, não esperei por mais.

Bianca era, de fato, uma mulher fogosa e sabia foder. Demos uma deliciosa foda, de que ainda guardo recordação. Não foi curta como a primeira, nem prolongada como a segunda: durou o tempo necessário para que a ardente rapariga desse expansão ao seu temperamento e subisse comigo aos páramos do gozo.

- Compreendes agora, porque me faço pagar tão bem? Muitas são as mulheres da nossa classe, das que vivem de vender amor, que fodem, ou antes, são fodidas sem gozar. Eu não; nasci para foder e hei de morrer fodendo. E isso, como sabes, estraga a saúde; eis a razão por que preciso fazer um pecúlio para os dias maus. A gente não é de ferro e lá vem um dia em que se vai para a cama, não para gozar as delícias da foda, mas para ingerir remédios, lutar contra a morte...

- Compreendo tudo isso; o que não compreendo é essa história do minette pelo cachorro...

- Ah! Isso é uma história muito comprida – disse ela a rir. Foi por causa do *Kaiser* que meu marido me expulsou de casa.

- Disseram-me que tu é que o tinhas abandonado.

- Faço constar isso para não ter de dizer a verdade.

- E qual é ela?

- Vens pela primeira vez ter comigo e já queres que te conte a minha vida?

- Deve ser um caso interessante, esse de teu marido ter ciúmes de um cachorro que te chupa a crica...

- Se fosse só isso?

Com habilidade e jeito, consegui arrancar a Bianca a sua história, que resumo aqui.

Desde menina, no internato, o seu temperamento, já de si escaldante, foi assanhado por uma colega que se fizera sua amiga e que lhe ensinou o roçadinho. Todas as noites, uma fugia para a cama da outra e ali se esfregavam os coninhos quase implumes, apenas cobertos de ligeira penugem. Era uma delícia! Assim foi dos treze até os dezoito anos, quando ambas deixaram o colégio para entrar na sociedade. Embora separadas, continuavam amigas e, de vez em quando, uma ia à casa da outra e encerradas no quarto, recordavam os bons tempos do internato.

Um dia a amiga de Bianca apareceu em casa desta com um cachorrinho felpudo e, fechando-se ambas num quarto a tal amiga sujeitou-a a um *minette* pelo cãozinho.

A princípio medrosa, receando que o animalzinho lhe ferasse uma dentada no grelo, já então completamente desenvolvido, Bianca recusou-se; mas de tanto a outra insistiu, convencendo-a de que não havia perigo, que ela consentiu...

Consentiu e gostou tanto, que comprou também um *maridinho*, como a amiga chamava ao cão. Adquiriu o *Kaiser* ainda pequeno e iniciou-o na *arte*...

Dali um ano casava e levava o discreto cachorrinho, já bem crescido.

O esposo que lhe deram era um brutamontes, que a deflorou violentamente na noite de núpcias, arrancando-lhe gritos horríveis. Era um monstro, tinha uma porra de jumento! Embora votasse ao marido uma certa antipatia, não podia deixar de gozar nos seus braços, dado o seu ardente temperamento; mas o seu gozo não era completo... O fiel *Kaiser* lambia-lhe a crica na ausência do marido, mas esse prazer também era incompleto. Ela desejava, logo após o *minette*, ser traspassada por um bom caralho...

Certa ocasião, o cãozinho acabava de a excitar horripelantemente com as suas lambidelas, quando lhe veio a ideia fazer com que o *Kaiser* fingisse de homem e a fodesse.

Ajeitou a coisa e dentro em pouco o caralhinho do animal lhe penetrava no cono já habituado ao caralho do esposo. Entretanto, ela chegou a gozar, isto é, a prolongar o gozo do *minette*... Foi infeliz, porque justamente nesse dia o marido entrou em casa sem ser esperado e foi espreita-la. Vendo-a com o cachorro entre as pernas, fodendo-a descarada e inconscientemente, vociferou:

- Cornear-me com um cão, sua cadela! Puxe daqui para fora! Vá para puta que a pariu!

E foi assim que ela adquiriu o vício de se fazer minettar pelo cachorrinho, antes de foder com qualquer homem...

Sobre a mesinha de cabeceira da italiana deixei três notas de cem mil réis, cinquenta por cento a mais do que ela exigia. Mas não voltei a procura-la. Podia ser que nos seus momentos de luxúria continuasse a se fazer foder pelo Kaiser à falta de homem e repugnava-me só a ideia de que me podia tocar a vez de ir na sopa de um cachorro.

Porra!

V: O Marchante

FERRO, Homem de. *O Marchante*. Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 19--.

Era grandiosamente bela e simplesmente deliciosa aquela travessa rapariga. Era corista. Trabalhava no teatro S. Pedro. Foi lá que a conheci.

Gabirú atrevido, há muito tempo que frequento sem cerimônia as caixas teatrais. Dentro delas sou tão íntimo como na rua com os amigos ou em casa com a família, e, sem exagero, posso dizer que é isso que mais me prende a elas.

Por dentro o teatro é mil vezes mais curioso do que por fora, e, uma vez obtida a familiaridade do palco, as amizades ali adquiridas nunca mais consentem que dele nos afastemos.

Comigo, pelo menos, dá-se isto. Estou tão preso ao hábito de ir todas as noites palestrar nas caixas de teatro, que muito sentiria se me dissessem renunciar a tal costume,

São coisas!...

E depois – deixem lá! – o teatro é ainda, e há de ser sempre, para o homem do amor (ou do gozo, como quiserem) o melhor campo para se levar a efeito as mais notáveis aventuras amorosas.

Tenho muitas, eu, que me prezo de ser um dos poucos e bons conquistadores que o céu cobre, mas nenhuma, de certo, tem tanto interesse como a que se passou com a Claudina, a extraordinária rapariga de que ora me ocupo.

Disse já que a conheci no teatro S. Pedro. Foi numa noite em que me deu na veneta ir para a plateia ver algumas cenas de uma revista vagabunda e pretenciosa que ali se representava.

Quando Claudina entrou no palco, com as outras, formando o coro – um coro de jacas, creio eu, que acompanhava em cortejo de despedida um personagem careca e de óculos, a quem chamavam Dudu – fiquei entusiasmado com a graça da pequena. Notei-lhe uma maneira especial de pisar em cena, um certo *chic* no cantar, e depois as formas primorosamente arredondadas, as coxas grossas, as pernas bem torneadas e o palminho de cara sedutor... inebriaram-me de tal modo que quase fiquei maluco!

Não pude deixar de afirmar a mim próprio que a pequena era uma boa foda e, desejoso, propus-me cortejá-la.

Assente o propósito, não tive com meias medidas: lancei mãos à obra naquela mesma noite.

Fui à caixa e, terminando o espetáculo, convidei-a gentilmente para cear.

Claudina aceitou o convite.

Uma rapariga de teatro, sendo livre, não se recusa nunca a ir cear com um homem que a convide – quer moço e galante, quer velho e baboso; - e, como todas as mulheres de teatro, da mesma forma livres, não se esquiva tão pouco ao convite para uma noite de amor, seja por dinheiro, por amor ou, simplesmente, por simpatia.

Quase sempre essas mulheres fodem única e exclusivamente por dinheiro – são roxas por *arame* as desgraçadas! – e Claudina não deveria constituir uma exceção à regra; comigo, porém, bem ela podia ver que não apanharia um vintém que fosse! Está visto! Se eu sou um pronto!... Mas mesmo que não fosse! Quer-me parecer que, ainda que tivesse uma bonita fortuna, o meu fraco seria não gastar dinheiro com putas.

Claudina conhecia-me. Via-me todas as noites na caixa do teatro e, sem dúvida, reparou em mim, achou-me bonito, elegante... eu sou tudo isso. Gostou do meu todo. E quando, por fim, eu notei a sua graça e a convidei para cearmos juntos, ela aceitou prontamente, porque já estava tanto como eu, desejosa, isto é, doidinha para foder comigo.

Estas foram as reflexões que eu fiz, enquanto no *restaurant* nos serviam a ceia; e considere mais que se eu lhe dissesse ali mesmo, sem mais nada, que queria ir dormir com ela, seria capaz de desistir do mastigo e pôr-se logo em ordem de marcha.

E, com efeito, fui.

Não lhe disse nada, mas acompanhei-a, no fim da ceia, ao quarto dela e... é sabido... não saí de lá senão no dia seguinte ao meio dia.

Ah! meus amigos! que noite!... Fodi como nunca na minha vida tinha fodido!...

E achava tão adorável aquela mulher, que nunca, para ela, a minha piça se afrouxava; quanto mais a fodia, mais vontade tinha de fodê-la!... Fui um valente naquela

noite!... Fodi... Fodi... Esvaziei o depósito do leite! Doía-me o cano da piça quando esporrava... Mas nem por isso me resolvi a desistir.... Fodi sempre!

Ah! que noite!...

Ainda hoje tenho saudades!...

Cem anos que eu viva nunca mais me hei de esquecer daquela deliciosa noite, de contínuo foder...

Claudina e eu tornamo-nos amantes...

Nem podia deixar de ser assim! Ela estava livre, precisava de um homem; era pois, natural desde que lhe desagrava, preferisse a foder com muitos, a tranquila situação de só foder comigo.

Propus-lhe a mancebia; foi prontamente aceita a minha proposta e desde então começou para nós ambos uma invejável vida de delícias.

Todas as noites tinha eu a ventura de apertar em meus braços o gracioso cortpinho daquela estonteante criatura, por quem já estava perdido de amores. E eram tão oas as nossas noites de gozo!...

Quase sempre dormíamos nus. O contato da carne é sempre agradável e excita mais a luxúria.

Claudinha deitava-se. Eu cobria-a de beijos desde os pés até a cabeça... e fodíamos depois.

Era um delírio!

Aquela rapariga tinha o orgulho de saber foder.

Ah! lembro-me bem dos estremecimentos de prazer que a acometiam sempre que, depois de a ter beijado toda, eu saltava para cima dela e começava a introduzir-lhe na cona a minha porra tesa! A diabinha gemia, suspirava, torcia-se, tinha convulsões... e, por fim, com o meu caralho todo atochado, esporrava-se, fazendo-me esporrar também...

Parávamos então, extenuados, soltando cada qual um doce e profundo suspiro de alívio...

A nossa vida era uma constante felicidade.

Vivemos assim durante um mês.

Efêmero prazo, não há dúvida, mas... foi o Destino quem tal determinou.

Havia pouco dinheiro. O ordenado que Claudina recebia no teatro era insignificante. Eu não lhe dava tostão, porque mesmo o quisesse dar não tinha. A vida, com a crise, tornava-se cara. Era necessário, portanto, achar uma solução conveniente.

Diante dessa situação penosa, Claudina disse-me que tinha necessidade de procurar um homem que lhe desse dinheiro.

Ah! – pobrezinha! – ela não me despedia! Pedia-me até que lhe não ralhasse, nem deixasse de dormir com ela todas as noites como até ali. Por necessidade é que ela se ia atrever a procurar um homem que lhe pagasse as fudas consumidas. Mas eu é que não quis me conformar com tal resolução e zanguei-me.

A pequena chorou, suplicou-me que a não abandonasse, jurou-me que era eu o único homem que ela amava e a quem amaria sempre; o meu amor próprio, porém, a nada quis atender; nem as lágrimas, nem as súplicas conseguiram me enternecer.

Deixei-a.

Durante os primeiros dias, passei os momentos mais horríveis que imaginar se pode. Pensava a todo instante nela... Ocasões havia em que sentia desejos de mandar de presente ao diabo todas as exigências do amor próprio e, arrependido, correr para ela... cair nos seus braços... voltar a ser dela... gozá-la... gozá-la muito... deixando que a fodessem todos, desde que a fodesse também... Mas não! Continha-me! Imperava em mim o maldito orgulho, que é a desgraça de todos nós.

Assim, ficava sempre em casa.

Mas tinha jurado uma coisa: ser-lhe fiel sempre, porque a tinha amado. Nenhuma outra mulher eu foderia... Mesmo porque nenhuma outra me daria, com certeza, o inefável prazer que ela me dera...

E então, para não ter, às vezes, qualquer tentação, todas as noites, quando me deitava, pegava no retrato de Claudina, beijava-o, punha-o sobre a mesinha de cabeceira e, sentando-me na cama, olhando para ele, fazia uma punheta.

Não era próprio de um homem, bem compreendia, mas não me importava com isso, uma vez que eu gozava extraordinariamente com tal sistema e tinha, ainda por cima, a certeza de ser fiel àquela que amara tanto.

E foi assim que, durante muitas noites, enchi de leite de piça os lençóis da minha cama, e as paredes do meu quarto me ouviram muitas murmurar por entre indescritíveis suspiros de prazer:

- Ai, Claudina... Clau... di... na... mi... nha.... nêga!

Passados vinte dias, saudoso, morto de desejos, não tive forças para resistir mais tempo. Fui procurar Claudina.

Estava resolvido a fazer as pazes com ela.

Desde que a tinha deixado, acreditava piamente que ela não teria procurado ninguém para me substituir; amava-me e, supunha eu, esperava por mim. Essa crença animava-me. Quando cheguei, porém, às proximidades da casa dela, tive uma horrível decepção! A fatalidade fez com que eu a avistasse em companhia de outro homem!...

Tive a sensação de que cruéis punhaladas me feriam o coração; perdi o sangue; fiquei lívido; foi tão tremendo o choque, que estive a ponto de cair com uma síncope.

Estava perdido! Ela tinha outro... Estava tudo acabado!...

Durante duas horas, seguramente, andei alucinado, andei trocando pernas pelas ruas da cidade... Depois, sem mesmo saber porque, instintivamente, dirigi-me para casa da rapariga.

Encontrei-a sozinha; e foi uma alegria para ela o ver-me ali naquele momento.

- Oh! meu amigo... voltaste? Tu voltaste?!... Ah! que felicidade!...

Ouvindo sua voz, dei acordo de mim, e só então reparei que estava em casa dela.

Sem fazer caso daquela alegria pela minha presença, aproveitei o momento para dirigir-lhes as minhas censuras.

- és uma puta! – disse. – És como todas, afinal! Só pensas em dinheiro e só queres os homens para foder! O teu amor por mim – esse amor intenso e belo que tantas vezes me juravas em que eu, infelizmente, cheguei a acreditar, nunca o sentiste! Era tudo uma cantiga, uma pura invenção para me conservares junto a ti, porque eu, moço, agradava-te

e querias-me para que te fodesse! És uma infame! Para ti somente a piça e o dinheiro têm valor! Odeio-te! És uma ordinária!...

Claudina ouviu-me de cabeça baixa e em seguida desatou a soluçar.

- Porque me dizes isso? – perguntou-me meigamente, - És injusto, meu amor!

- Vi-te com o teu novo amante!

Esta minha exclamação fez brilhar um clarão de esperança nos olhos da rapariga. Deixou de chorar, acercou-se de mim e, pedindo-me que a ouvisse, contou-me tudo o que se havia passado.

Não tinha um novo amante, tinha um homem... um *marchante*... um homem novo, é verdade, mas doente... fraco... um *brocha*... um homem que não a gozava, porque não podia foder, e que lhe dava todo o dinheiro de que ela necessitava.

Ouvi a narração mas, como é de prever, não pude acreditar naquilo.

- Como que então... – perguntei – dizes tu que esse homem não te fode?

- Não... meu amor, te juro!

- Não acredito!

Claudina esteve um momento em silêncio, e depois, como que iluminada por uma fugurante ideia súbita, disse-me:

- E se eu te provar que ele é um *frouxo*, tu novamente ficarás comigo?

- Ah! se me provares...

- Pois está bem! Logo, à noitinha, peço-te que venhas cá!

- O que queres fazer?

- Vem! Não te importes!

Deu-me um beijo... um grande beijo... acompanhou-me depois até a porta e ali, apertando-me a mão, segredou-me ainda, com receio, naturalmente:

- Vem! Não faltes, sim?...

E deixou que eu me afastasse.

Movido mais pela curiosidade que por outra coisa satisfiz o pedido de Claudina. À hora marcada estava em casa dela.

A diabinha esperava-me.

- Estou sozinha – disse-me, depois de ter-me beijado – mas o meu homem... o marchante... não deve tardar por aí. Vou levar-te para um quarto contíguo ao meu. Tem um buraco feito na porta por onde poderás apreciar a ridícula cena de amor que o *gajo* terá comigo. Verás! Vai ser impagável!

Sem dizer palavra deixei-me conduzir para o tal quarto. Claudina beijou-me novamente e retirou-se. E ali fiquei seguramente uns quinze minutos em completo silêncio, pacífico, tendo no cérebro uma confusão de mil ideias indistintas... até que um ruído de vozes no quarto de Claudina veio, fazer-me entrar na realidade das coisas. Era, com certeza, o *marchante* que chegava.

Procurei logo o buraco da porta e, encontrando-o, pus-me a espreitar por ele.

Ao princípio nada vi de curioso. Mas depois... ah! que quadro estupendo!...

Passo a relatá-lo desde já para não perder tempo com narrações sem interesse.

O homem despiu-se, ficando apenas camisa de meia. Claudina despiu-se também, conservando a camisa de dia.

E... começaram os beijinhos.

Sentados ambos na beira da cama, eu podia vê-los bem de frente... e confesso que, ao ver aquele homem novo (porque ele aparentava ter quando muito 45 anos e ser um sujeito forte) beijar a minha amada, tive a impressão de que o bruto não era *brocha* como Claudina me afirmara; pareceu-me que, depois de beijá-la, ele a foderia como eu já a tinha fodido; e por pouco não forcei a porta para chegar até ele e corrê-lo dali para fora. Serenei, contudo, à espera dos acontecimentos.

Dali a pouco vi o homem levantar a camisa. Tinha a peça mole. Claudina levou a mão até ela e pôs-se a acaricia-la, no sentido de ver se a entesava. Não houve meio.

O homem olhava tristemente para a tripa murcha.

Começou então nova série de beijos... beijos logos, muito longos, chupados, que pareciam não ter fim.

Eu apreciava tudo aquilo com o mais patife dos sorrisos.

Mas a vista dos encantos do corpo de Claudina entusiasmará-me. Fiquei com uma *tesão roxa*. E como não havia meio de sair dali, para me consolar fiz mais uma punheta...

Para terminar a cerimônia, Claudina, talvez porque sabia ser por mim observada, imaginou uma posição crítica> tendo os joelhos dobrados, pôs-se, atravessada de quatro pés sobre a cama e levantou a camisa. Ora, nessa atitude, o cu da rapariga ficava mesmo juntinho do nariz do *marchante*, que continuava sentado da mesma forma. Pais acreditem que nem cheirando aquele cu a porra do *melro* se endireitou! Não havia dúvida! O *coitado* era mesmo um frouxo!...

Do meu esconderijo, apreciava eu a magnificência daquele conjunto estupendo. Via uma coisa bela, belíssima, e outra coisa triste, uma coisa de causar dó; isto é: via as bochechas do cu da minha amante, sobre a boceta avantajada, tentadora, apetecível, a contrastar com o caralho murcho do sacana do *marchante* que ela tinha arranjado.

Eu obrigado a fazer punhetas!... É verdade que foi uma só... a última... porque tornando depois às boas com a rapariga, não precisei mais disso; tinha-a então, a ela, para foder e gozar.

Voltei dali por diante a ser o amante da corista, porém com horas marcadas para o amor, porque à Claudinha não convinha perder o *marchante*.

Mas, por muitas precauções que tomássemos, um dia fomos apanhados em flagrante.

Calculamos tudo perdido. Mas não! Com grande espanto nosso o homem não se zangou. Foi gentilíssimo, até: tratou-me com todas as amabilidades possíveis.

Sendo assim, tornamo-nos amigos, e um dia, quando já éramos um tanto íntimos – porque eu sempre andei impressionado com a história – perguntei-lhe:

- Diga lá: você não se importa mesmo que eu foda a mulher que você sustenta?...

E sabem o que ele me respondeu? Apenas isto:

- Não, meu amigo! Não porque amo essa mulher! Ora, como sabe, eu sou *brocha*... não a posso foder! Mas amo-a! Sustento-a, portanto, e foda-a você, que seremos assim todos felizes!

VI: O menino do Gouveia

MALUCO, Capadócio. *O Menino do Gouveia*. Ilha de Vênus: Casa Editora Cupido & Comp., 19--.

Estendido junto a mim na cama suspirativa do *chateau*, depois de ter sido enrabado duas vezes, tendo na mão macia e profissional a minha respeitável porra, em que fazia umas carícias aperitivas, o menino do Gouveia, isto é, o Bembem, contou-me pitorescamente a sua história com todos os não-me-bulas de sua voz suave de puto matriculado.

- Eu lhe conto. Eu tomo dentro por vocação; nasci para isso como outros nascem para músicos, militares, poetas ou até políticos. Parece que quando me estavam fazendo, minha mãe, no momento da estocada final, peidou-se, de modo que teve todos os gostos no cu e eu herdei também o fato de sentir todos os meus prazeres na bunda.

Quando cheguei aos meus treze para catorze anos, em que todos os rapazes têm uma curiosidade enorme em ver uma mulher nua, ou pelo menos um pedaço de coxa, um seio ou outra parte do corpo feminino, eu andava a espreitar a ocasião em que algum criado, ou mesmo meu tio, ia mijar, para deliciar-me com o espetáculo de um caralho de um homem.

Não sei por que era, eu sentia uma atração enorme para o instrumento de meus prazeres futuros.

Havia então, entre os empregados, um que possuía uma paratível que era mesmo um primor de grossura e comprimento, fora a cabeçorra formidável. Uma destas picas que nos consolam até a alma!

Entretanto, o que mais aguçava a minha curiosidade e me dava um desejo insofrível, era poder ver a porra de meu tio. Este, porém, era muito cauteloso, e jamais ia satisfazer as suas necessidades sem trancar a porta da privada, ficando eu deste modo com o único recurso de calcular e julgar, pelo volume que lhe via na perna esquerda, as dimensões do seu mangalho que parecia ser colossal.

Um dia em que ele e titia foram à cidade muni-me de uma verruma e fiz na porta do quarto dos mesmos uma série de buracos dispostos de maneira que eu pudesse observar todos os movimentos noturnos.

- Confesso, Capadócio Maluco – acrescentou o Bembem, aumentando o movimento punhetal que vinha fazendo na minha pica -, que nem uma só vez me passou pela cabeça a idéia de que ia ver a titia nua ou quase nua. O meu único pensamento era poder apreciar ereto o membro viril do titio.

Nessa noite, mal nos recolhemos aos dormitórios, eu fui postar-me, metido na comprida camisola de dormir, na porta e com os olhos pregados nos furos previamente feitos.

Parece, porém, que o casal não tinha pressa nenhuma em se foder ou então ambos andavam fartos, pois meu tio, em camisa de meia, sem tirar as calças, sentou a ler um livrinho que depois eu souber ser da Coleção Amorosa do Rio Nu, enquanto minha tia, em mangas de camisa, principiou uma temível caçada a algumas pulgas teimosas.

Se eu gostasse de mulher, teria me deliciado vendo, nos movimentos bruscos da caçada, os seios da moça, que eram alvíssimos, de bicos vermelhos, redondos e rijos como se ela ainda fosse cabaçuda; porém todo o meu prazer, toda a minha curiosidade, estavam entre as pernas do tio, no seu caralho, cuja lembrança me punha comichões na bunda.

Afinal, ela parece que cansou na perseguição dos pequenos animais, pois deixou cair a saia e rapidamente substituiu a camisa por uma pequena camiseta de meia de seda que lhe chegava até o meio das nádegas.

Mesmo sem querer, tive que admirar-lhe as pernas bem-feitas, as coxas grossas, torneadas e muito claras, a basta pentelhada castanho-escura e – com quanta raiva o confesso! – o seu traseiro, amplo, macio, gelatinoso.

Ah! se eu tivesse um cu daqueles, era feliz! Era impossível que meu titio, tendo ao seu dispor um cagueiro daqueles, pudesse vir a gostar da minha modesta bunda! Quanto ciúmes eu tive da tia naquela noite!

Parece que a leitura do tal livrinho produziu alguma coisa em titio. Ele principiou a olhar de vez em quando para a mulher, estendida de papo para o ar sobre o leito; depois passou várias vezes a mão pela altura da pica.

Finalmente levantou-se, num momento tirou toda a roupa e caminhou para a cama.

Oh! Céus! Eu então pude ver, com toda a dureza que uma tesão completa lhe dava, os vinte e cinco centímetros de nervo com que a Natureza o brindara. Que porra!

Grande, rija, grossa, com uma chapeleta semelhante a um pára-choques da Central e fornida dum par de colhões que devia ter leite para uma família inteira.

Ele chegou-se ao leito, começou a beijar a esposa nos olhos, na boca, no pescoço, nos seios e depois, quando a sentiu tão arreitada como ele estava, afastou-lhe as belas coxas, trepou para cima do leito e eu, do meu observatório, vi aquele primor de pica deslizar suavemente e sumir-se todo pelo cono papudo da titia, que auxiliava a entrada do monstro fazendo um amestrado exercício de quadris, a suspirar, a gemer, a vir-se, no mais completo dos gozos, na mais correta das fodas.

Não quis ou não pude assistir ao resto da cena. Eu tinha uma sensação esquisita no cu, parecia que as pregas latejavam. Mais tarde vim a saber que isso era tesão na bunda.

Corri para o meu quarto, fechei-me por dentro, atirei para longe a camisola, que me incomodava e, tendo arrancado a vela do castiçal, tentei metê-la pelo cu acima a ver se me acalmava. Fui caipora; as arestas da bugia machucavam-me o ânus e não a deixavam entrar.

Passei uma noite horrível.

No dia seguinte de manhã, levantei-me com uma firme resolução tomada: ou meu tio, naquele dia me enrabava, ou eu fugia de casa e dava o cu ao primeiro tipo que eu encontrasse que que mostrasse ser porrudo.

Logo cedo, pus-me de alcateia a esperar que ele entrasse para o banheiro, pois era ali que eu pretendia executar meu plano.

Às 6 ½ da manhã ele passou com o lençol ao ombro e a saboneteira na mão. Dei o tempo necessário para que ele se despisse e chegando à porta disse:

- Está aqui isto, que titia mandou.

Ele já estava completamente nu; entreabriu a porta e eu num relâmpago penetrei no quarto de banho.

Meu tio estava pateta, a olhar-me sem compreender. Eu peguei-lhe a porra e supliquei.

- Titio, você faz comigo o que fez esta noite com titia! Faz, sim?

Ergui a camisola e apresentei-lhe a minha bunda, que, francamente, estava palpitando de ansiedade.

O estafermo de meu tiol, entretanto, não era homem para compreender esses mistérios do amor. Não sabia o mundo de gozos que há numa bunda masculina quando ainda tem a prega mestra.

Pegou-me pela orelha, escancarou a porta, e, pespegando-me um valente pontapé no cu, gritou:

- Safa! Que puto me saiu o rapaz!

Fui para o quarto, vesti-me num ápice, entrouxei a minha roupa e fugi de casa furioso, danado, em busca dum caralho que me fodesse.

Durante o dia todo vaguei pela cidade na doce esperança de encontrar um fanchono em quem minhas formas roliças e afeminadas despertassem o apetite e provocassem uma cantata.

Foi, porém, trabalho perdido: por mais que eu andasse pelos mictórios a espiar picas e fizesse mil gestos reveladores das minhas qualidades e encantos enrabativos, parece que naquele dia os amadores de cus tinham desaparecido.

Às seis horas da tarde, sentei-me, levado dos diabos, num dos bancos do Rocio, pensando na falta de enrabadores que há nesta cidade.

Momentos depois, abancou-se junto a mim um cidadão alto, magro, ossudo, com um bom palmo de nariz e um tanto maduro. Olhou para mim umas três vezes e sorriu; eu correspondi logo ao sorriso e o velhote chegou-se para meu lado, entrando logo na conversa.

- Então o menino está passeando?

Eu fitei o camarada com uma vontade louca de dizer que andava à procura duma porra, porém contive-me e respondi:

- Estou, sim senhor. Meu tio pôs-me na rua.

O homem parece que se comoveu com a minha desgraça, porque pousou a mão sobre a minha coxa e apertou-me levemente a pica. Não esperei mais, também fui com a minha mão de criança e agarrei-lhe a porra, que era suficientemente avantajada.

- Você gosta? Perguntou-me.

- Creio que sim, nunca experimentei.

- Como, meu bem? Você ainda é virgem, ainda tem as preguinhas todas?!

- Tenho, sim.

O meu novo camarada pareceu ficar mais moço, convidou-me para ir ao cinema, onde assisti a uma sessão inteira segurando-lhe a pica.

Depois, quando saímos, eu e o seu Gouveia, era assim que ele se chamava, fomos tomar chocolate com pão de ló.

Finalmente, às dez horas, mais ou menos, eu, com o braço do meu novo amigo passado pela cintura, entrava no quarto em que ele morava, ali pelas bandas dos Arcos.

Eu sentia perfeitamente a sensação de uma noiva ao entrar na câmara nupcial; anhelava por ver-me encaixado na pica do Gouveia e ao mesmo tempo sentia um certo receio por essa enrabação.

O aposento em que entramos era bem mobiliado e tinha uma ampla e fofa cama a convidar ao amor, ao gozo.

O Gouveia era um hábil fanchono e possuía a verdadeira arte de um amador de bons cus.

Ele mesmo, com toda a sua meiguice e cuidado, foi me tirando a roupa até eu ficar unicamente com as ceroulas.

Depois sentou-me num sofá enquanto rapidamente se despia, ficando com as mesmas vestes que eu.

Veio então para junto de mim e, tomando-me a cabeça entre as mãos, colou os seus lábios nos meus, primeiro num longuíssimo beijo e depois num terno chupão.

Foi para mim a primeira revelação de gozo que tive. Quanto é saboroso um beijo de homem sorvido assim lábio a lábio! Todo o meu corpo tremeu numa desconhecida vibração. Instintivamente, meti a mão pelas ceroulas do Gouveia e fui segurar-lhe a porra, que estava assaz dura.

O meu iniciador na putaria deixou-me então a boca e vio sugar-me os pequenos bicos de meus peitos. Recebi com um choque elétrico; a natureza, para provar que eu vim ao mundo para tomar na bunda, pôs-me nos seios a qualidade feminina, isto é, às carícias do Gouveia eles responderam ficando eretos, empinadinhos, tal qual como se eu fosse mulher.

O meu camarada de quando em vez murmurava: “Que petisco! Que pitéu! Novinho em folha! Donzelo desde a piça até o cu!”.

Entretanto, a agitação que me produzira o afago do velhote nas minhas maminhas me tonteara completamente, fizera de mim uma pilha de luxúria. Quando ele parou um instante, baixei a cabeça e beijei-lhe o caralho.

O Gouveia tremeu todo e murmurou:

- Que vocação! Este foi feito para isso!

Eu ia levantar-me para responder-lhe quando senti que uma de suas mãos prendia-me na mesma posição enquanto ele me dizia:

- Bembem, continua assim, depois lambe e... depois chupa... chupa.

Não tive o menor escrúpulo em cumprir essas ordens, porque, como já disse, eu era um adorador de caralhos.

Enquanto isso, o Gouveia fazia-me festas com uma das mãos na cabeça e com a outra animava-me as nádegas, passando sobre elas muito levemente, com verdadeira ternura e indo às vezes com o dedo adestradamente coçar-me, também muito superficialmente, sem introduzi-lo, as pregas da minha bunda.

Se eu não estivesse com a boca cheia pela cabeça de sua porra, que latejava, ter-lhe-ia pedido para meter o dedo a fim de saciar-me um pouco. Ele, porém, não o teria feito para não estragar o cabaço que eu ainda possuía.

De repente, sem que eu esperasse, o corpo do Gouveia deu um estremeção fortíssimo e eu tive a boca e a garganta inundadas por uma grande leitada. A esse tempo ele premia-me com mais força no olho do cu e chupava-me o pescoço, na nuca.

Tive tal prazer, senti tal ventura, que mesmo com a boca cheia de leite de pica, tombei a cabeça sobre as coxas do velhote.

Estivemos uns minutos, não sei quantos, naquela posição, a prolongar o êxtase daquele deleite.

O Gouveia ergueu-se, foi a um armário e trouxe uma garrafa dum magnífico Moscatel e dois copos para, segundo ele dizia, celebrar a minha iniciação no batalhão de Cupido.

Propôs então o Gouveia, e eu com entusiasmo aceitei, que despíssemos as ceroulas para melhor gozar a carne contra a carne.

Sentei-me nas pernas do velhote e começamos a bebericar o vinho pelo mesmo copo, a beijarmo-nos lubricamente, a sugarmos os beijos e a chuparmos a língua um do outro.

O meu primeiro amante de velho somente tinha a aparência, pois possuía mais fogo que muito moço que anda por aí; eu, por meu lado, tinha mil comichões na bunda.

Ele procurou com a mão a minha pica dizendo:

- Deixa ver como está dura essa piroquinha...

Uma decepção o esperava: minha pica mantinha-se como sempre, estendida completamente, porém mole, flácida, molambenta. Ele esteve a friccioná-la algum tempo, porém em vão. Entretanto, eu sentia, eu bem sentia, a impressão forte do seu carinho, mas era na bunda que tinha tremuras enormes.

O Gouveia perguntou-me:

- Bem, você não tem tesão?

- Tenho, tenho muito até, mas na bunda, nas pregas do cu.

Com esta declaração, o caralho do homenzinho, que já estava a meio pau, armou todo, com todo o garbo e valentia.

O Gouveia carregou-me nos braços e pôs-me em cima da cama.

Ó doce momento! Eu ia finalmente receber na bunda o membro viril de um homem!

Com que ventura eu me estendi de bruços sobre o leito, esperando o amoroso ataque!

O meu deflorador untou o famoso nabo com bastante vaselina, meteu-o entre as minhas pernas trementes de desejo e receio, apontou a cabeça da pica na minha bunda e forçou um pouco.

Senti uma dor estranha; parecia que o caralho do Gouveia era de ferro em brasa: rasgava e queimava ao mesmo tempo. Soltei um gemido e ele parou, perguntando-me, meio gago:

- Bembem, quer que eu tire um pedacinho?

- Não! Não! Vai empurrando devagar que eu aguento.

O Gouveia, com a mão direita ora a pegar-me nos bicos das maminhas, ora a tentar entesar-me a pica com a maestria de uma punheta, cascou-me mais um pouco a porra para dentro da bunda.

Eu sofria e gozava ao mesmo tempo, sentia as pregas a dilataram-se e um calor consolador a subir-me pelo anus à proporção que o mangalho entrava.

Num dado momento o Gouveia parou a introdução, depois pegou-me nos quadris com as mãos nervosas, e num movimento brusco, *chamou-me* aos peitos, empurrando-me toda a enorme porra pelo cu a dentro.

Uma horrível dor varou-me de lado a lado, porém ato contínuo o caralho do Gouveia amenizou-me o reto com uma avantajada esportadela.

Foi tal a sensação de gozo que eu senti, que desmaiei.

A narração fresca do putíssimo rapaz tinha-me entesado de novo e eu já ia reclamar quando ele, olhando, bradou:

- Chi, Capadócio! Como está você!...

Num momento, Bembem, de cócoras sobre mim, num remelexo cotuba, recebia na bunda profissional a minha pica.

Enquanto ele se enrabava assim, dizia:

- Até hoje, tenho fodido talvez uns quinhentos caralhos; porém não posso me lembrar da porra de meu tio sem sentir comichões na bunda!...